

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ALEXANDRE NICOLETTI HEDLUND

ESPAÇOS MARGINALIZADOS, SUJEITOS INVISIBILIZADOS E EPISTEMES  
SILENCIADAS: REFLEXÕES DESDE AS MARGENS NA LUTA POR JUSTIÇA  
SOCIOAMBIENTAL

CURITIBA

2018

ALEXANDRE NICOLETTI HEDLUND

ESPAÇOS MARGINALIZADOS, SUJEITOS INVISIBILIZADOS E EPISTEMES  
SILENCIADAS: REFLEXÕES DESDE AS MARGENS NA LUTA POR JUSTIÇA  
SOCIOAMBIENTAL

Tese apresentada como requisito parcial à conclusão do curso de Doutorado no Programa em Meio Ambiente e Desenvolvimento, do curso de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná. Linha de pesquisa: epistemologia ambiental.

Comitê de orientação:

Orientador: Prof. Dr. Dimas Floriani

Coorientador: Prof. Dr. Daniel Rubens

Cenci

CURITIBA

2018

H455e Hedlund, Alexandre Nicoletti  
Espaços marginalizados, sujeitos invisibilizados e epistemes  
silenciadas: reflexões desde as margens na luta por justiça  
socioambiental / Alexandre Nicoletti Hedlund. - Curitiba, 2018.  
235 p.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Setor de  
Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação em Meio  
Ambiente e Desenvolvimento.  
Orientador: Dimas Floriani  
Coorientador: Daniel Rubens Cenci

1. Desigualdade social. 2. Epistemologia. 3. Justiça ambiental.  
I. Floriani, Dimas. II. Souza-Lima, José Edmilson de. III. Cenci,  
Daniel Rubens. IV. Título. V. Universidade Federal do Paraná.

CDU 502.11

## TERMO DE APROVAÇÃO



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SETOR PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO

### TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **ALEXANDRE NICOLETTI HEDLUND** intitulada: **ESPAÇOS MARGINALIZADOS, SUJEITOS INVISIBILIZADOS E EPISTEMES SILENCIADAS: REFLEXÕES DESDE AS MARGENS NA LUTA POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL**, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 28 de Junho de 2018.

DIMAS FLORIANI  
Presidente da Banca Examinadora

EDUARDO FARIA SILVA  
Avaliador Externo

DANIEL RUBENS CENCI  
Avaliador Externo

JOSE EDMILSON DE SOUZA LIMA  
Avaliador Interno

ROBERTO DI BENEDETTO  
Avaliador Externo

Ao meu filho, *Bernardo*, a quem  
prometi nunca desistir de lutar por um mundo  
melhor.

*“Diante da vastidão do tempo e da imensidão do universo,  
é um imenso prazer para mim dividir um planeta e uma época com você.”*  
*Dedicatória do livro Cosmos - Carl Sagan*

## AGRADECIMENTOS

Ninguém se faz por si só. Somos frutos das vivências, experiências e compartilhamentos. Somos porque não nos padronizamos. Resistimos. *Somos marginais, ou como aprendi no MADE, somos sementes crioulas.*

Por isso, meus agradecimentos especiais:

Ao professor Dimas Floriani, meu orientador, por ser uma constante inspiração acadêmica crítica, pelas orientações e pela liberdade concedida para refletir *sobre e desde* as margens.

Ao professor Edmilson José, pela capacidade instigadora, pelo convite a refletir sobre outras epistemes e a tencionar e a tensionar conceitos e paradigmas.

Ao professor Daniel Rubens Cenci, meu mentor, por ter me convidado ao debate interdisciplinar do MADE por ocasião do seu doutoramento, pela amizade e, principalmente, pela capacidade de reflexão sobre o campo socioambiental e suas conexões com o Direito.

Aos professores e professoras que aceitaram gentilmente participar da banca final de defesa da tese, Eduardo Faria Silva, Raquel Fabiana Lopes Sparemberger e Roberto Di Benedetto.

Aos professores e professoras do PPGMADE – UFPR, em especial a professora Naína Pierri Estades, pela convivência nos “anos coletivos” do MADE, pela condução das atividades da Oficina IV, pela contribuição com sabedoria e incentivo no processo de formação crítica.

Aos colegas da turma XI, pela possibilidade de construção de conhecimento de maneira interdisciplinar e não linear. Em especial aos colegas da linha de epistemologia, Guilherme e David. Vocês realmente fizeram a jornada valer a pena.

A CAPES, pela bolsa de estudos concedida nos primeiros anos do Doutorado.

A Universidade Positivo, em especial aos meus colegas de Coordenação do Curso de direito, professores Roberto Di Benedetto, Thais Goveia Pascoaloto Venturi e Clarissa Wandscheer que me acolheram durante a jornada, permitindo-me encontrar espaço para além da sala de aula, um ambiente para a pesquisa e um diálogo interdisciplinar.

Aos colegas professores com os quais compartilho as agruras da difícil tarefa de conciliar prática docente e pesquisa.

Aos amigos e amigas que acompanharam a jornada e souberam compreender minhas ausências.

Aos amigos da vida, Maicaro Hartmann, Alisson Droppa, Marcelo Loeblein dos Santos e Bertil Hammarstrom.

Aos amigos de União, em especial a Suelen Furlan, Gilson da Silva, Jean Carlos Warken, João Vitor Smaniotto, Hugo Santa Isabel.

Aos amigos de Curitiba, Gustavo Alberine, João Rafael, Ledo Paulo, Marcelo Maia, Antonio Djalma, Bernardo, Berberi, Dipp, Chico, Marcelo Lebre, Flávio Bortolozzi Jr., Fabrício Zipperer, Francis Ricken e o camarada Stein.

A Família Rauen e a família Old Mazzardo, por terem me acolhido em Curitiba e terem feito de suas casas o meu primeiro lar curitibano.

A minha família, em especial minha mãe, Ana Nicoletti, meu irmão Fabrício, pela viva fonte de inspiração, pelo apoio incondicional, pelas orações.

Ao meu filho, Bernardo, pela compreensão do tempo roubado da convivência em seu crescimento, saiba que foste minha maior inspiração para não desistir jamais.

A Bruna, minha companheira, por ter percorrido comigo as agruras de escrever a tese. Por compreender meu isolamento e silêncio reflexivo.

A Brahms e Bach, por cada um dos concertos que animaram a tese.

Ao jazz, por trazer serenidade às madrugadas.

Aos deuses, pela oportunidade de combater o bom combate, de enfrentar as noites mal dormidas e as madrugadas bem trabalhadas.

*Não pode um homem ter melhor morte que:  
lutando contra o desconhecido  
pelas cinzas de seus pais  
e pelos templos de seus deuses!*  
Horácio

*Sueñan las pulgas con comprarse un perro y  
sueñan los nadies con salir de pobres,  
que algún mágico día llueva de pronto  
la buena suerte, que llueva a cántaros la buena suerte;  
pero la buena suerte no llueve ayer, ni hoy, ni mañana, ni nunca,  
ni en lloviznita cae del cielo la buena suerte,  
por mucho que los nadies la llamen y aunque les pique la mano izquierda,  
o se levanten con el pie derecho, o empiecen el año cambiando de escoba.  
Los nadies: los hijos de nadie, los dueños de nada.  
Los nadies: los ningunos, los ninguneados,  
corriendo la Liebre, muriendo la vida, jodidos, rejodidos:  
Que no son, aunque sean.  
Que no hablan idiomas, sino dialectos.  
Que no hacen arte, sino artesanía.  
Que no practican cultura, sino folklore.  
Que no son seres humanos, sino recursos humanos.  
Que no tienen cara, sino brazos.  
Que no tienen nombre, sino número.  
Que no figuran en la historia universal, sino en la crónica  
Roja de la prensa local.  
Los nadies, que cuestan menos que la bala que los mata.*

*los nadies – Eduardo galeano*

## RESUMO

A presente tese apresenta como objetivo compreender e analisar o avanço e ampliação de espaços marginais urbanos, assim como o crescimento de um contingente de subalternos ao sistema de produção – invisíveis de direitos de cidadania e as consequências de um silenciamento de resistências emancipatórias por direitos desde as margens. Para alcançar os objetivos propostos na tese interdisciplinar, optou-se por realizar uma pesquisa de caráter teórico, a partir do estudo e análise da literatura referente aos temas, assim como evidenciar os aportes de realidade social desde relatórios de pesquisa empírica e dados de realidade. Os resultados alcançados tratam dos espaços marginais enquanto territórios de produção de exclusão socioambiental e de marginalização e aprisionamento de indivíduos invisibilizados. Da mesma forma, que os processos de classificação social, associados aos crescentes níveis de desigualdade social produziram um grau de vulnerabilidade que reforça os processos de subalternidade e invisibilidade. Por fim, que a epistemologia ocidental hegemônica impede a coexistência com outras epistemologias, mas que as margens se traduzem contemporaneamente como espaços privilegiados para a constituição de outras epistemologias, que permitam a emergência da luta por justiça socioambiental.

Palavras chaves: espaços marginais; invisibilidade subalterna; epistemologia das margens;

## **ABSTRACT**

The present thesis aims to understand and analyze the advance and expansion of urban marginal spaces, as well as the growth of a contingent of subalterns to the production system – invisibles from the citizenship rights, and the consequences of a silencing of emancipatory resistance by rights from the margins. In order to reach the objectives proposed in the interdisciplinary thesis, it was decided to carry out a research of a theoretical nature, based on the study and analysis of the literature referring to the themes, as well as to evidence the contributions of social reality from reports of empirical research and reality data. The results obtained deal with the marginal spaces as territories of production of socio-environmental exclusion and of marginalization and imprisonment of invisible individuals. Likewise, the processes of social classification associated with increasing levels of social inequality have produced a degree of vulnerability that reinforces the processes of subalternity and invisibility. Finally, that hegemonic Western epistemology prevents coexistence with other epistemologies, but that the margins are contemporaneously translated as privileged spaces for the constitution of other epistemologies, which allow the emergence of the struggle for social and environmental justice.

Key words: marginal spaces; subaltern invisibility; epistemology of the margins;

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO OU SOBRE O CANTO DAS SEREIAS .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1 Contextualização da pesquisa.....</b>	<b>16</b>
1.1.1 <i>Um cenário de dificuldades para o século XXI.....</i>	17
1.1.2 <i>A crise socioambiental como uma crise de percepção.....</i>	29
<b>1.2 Articulação e diálogo de saberes na constituição de um Doutorado Interdisciplinar – o PPGMADE .....</b>	<b>35</b>
1.2.1 <i>Do mundo fiscalista ao mundo da vida: a perspectiva sistêmica nos primeiros passos no PPGMADE</i>	36
1.2.2 <i>A interdisciplinaridade e a complexidade na pesquisa.....</i>	44
1.2.3 <i>Oficina coletiva de Construção de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento: relato da experiência.....</i>	55
a) 1.ª fase da Oficina IV .....	55
b) 2.ª fase da oficina IV: a experiência da linha de Epistemologia Ambiental .....	64
c) 3.ª fase da Oficina IV: inquietações individuais em busca da tese .....	67
<b>1.3 Estrutura da tese.....</b>	<b>68</b>
1.3.1 <i>Delimitação do tema.....</i>	68
1.3.2 <i>Problema.....</i>	69
1.3.3 <i>Hipóteses.....</i>	69
1.3.4 <i>Objetivos .....</i>	70
1.3.5 <i>Justificativa .....</i>	71
1.3.6 <i>Percurso metodológico.....</i>	72
1.3.7 <i>Apresentação dos capítulos .....</i>	73
<b>2 DA CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS MARGINAIS URBANOS À PRODUÇÃO DE ESPAÇOS MARGINALIZADOS.....</b>	<b>75</b>
<b>2.1 A modernidade urbana no horizonte de um projeto civilizatório em crise .....</b>	<b>76</b>
2.1.1 <i>A cidade enquanto representação do projeto da modernidade .....</i>	76
2.1.2 <i>Por uma visão decolonial da cidade.....</i>	88
<b>2.2 Considerações sobre os lugares e os espaços na constituição das margens.....</b>	<b>94</b>
2.2.1 <i>lugares e espaços .....</i>	95
2.2.2 <i>A apropriação do espaço e as interferências da globalização na constituição do centro x periferia .....</i>	99
<b>2.3 Os espaços marginais urbanos no horizonte da marginalização avançada .....</b>	<b>110</b>
2.3.1 <i>considerações sobre os Guetos e as zonas de sacrifício .....</i>	110
2.3.2 <i>Marginalização territorial e os sacrifícios em territórios marginalizados.....</i>	124
<b>3 ENTRE VULNERABILIDADES E PROCESSOS DE (IN)VISIBILIZAÇÃO DOS SUBALTERNOS .....</b>	<b>136</b>
<b>3.1 A ilusão da igualdade social e a produção dos ninguéns na periferia do sistema.....</b>	<b>137</b>
3.1.1 <i>O protagonismo do indivíduo na versão eurocêntrica de um Estado Liberal.....</i>	137
3.1.2 <i>O lado perverso da modernidade: raça e classificação social .....</i>	146

<b>3.2 Desigualdade e pobreza: faces da mesma moeda na produção dos ninguéns.....</b>	<b>157</b>
3.2.1 <i>Sobre a pobreza.....</i>	157
3.2.2 <i>Desigualdade social: um monstro maior que o Leviatã .....</i>	165
<b>3.3 A produção das vulnerabilidades no contexto das margens.....</b>	<b>175</b>
3.3.1 <i>Considerações sobre a vulnerabilidade socioambiental .....</i>	175
3.3.2 <i>Polarização humana e a vulnerabilidade na dinâmica neoliberal: a invisibilidade dos subalternos ...</i>	186
<b>4 PONDERAÇÕES SOBRE AS EVIDÊNCIAS DO ENCOBRIMENTO E DO INVISÍVEL DESDE AS MARGENS NA LUTA POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL .....</b>	<b>195</b>
<b>4.1 A desordem do lugar na contramão das funcionalidades do sistema .....</b>	<b>195</b>
<b>4.2 Para além das contradições as possibilidades: as epistemologias das margens .....</b>	<b>207</b>
<b>5 JÁ NÃO CANTARÃO AS SEREIAS OU A GUISA DE CONCLUSÃO .....</b>	<b>222</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>228</b>

## 1 INTRODUÇÃO OU SOBRE O CANTO DAS SEREIAS

Somos herdeiros da modernidade. De seus fardos e de suas conquistas. Herdeiros da razão iluminista que a produziu e reproduz. Razão esta que se condicionou a existir e, um passo adiante, constituiu-se a pensar que – logicamente – existe. No mesmo processo se legitimou a existência do homem (ainda que a narrativa fosse desde o homem europeu) que, por seu turno, passou também, a pensar e, logo, a existir. Sua racionalização instituiu a centralidade da vida sobre o indivíduo (enquanto categoria) e problematizou sua relação com o mundo (principalmente com a natureza), já distante dele, alheio a ele, e, por vezes, até mesmo contra ele. Desta separação, o germe da expropriação da natureza enquanto objeto.

O pensamento delineou o caminho da razão pelo tracejar do plano cartesiano para evidenciar e demarcar uma revolução no pensamento em busca da verdade<sup>1</sup>, de tal modo a confundir a verdade com a razão e, por conseguinte, com os passos do método.<sup>2</sup>

A razão venceu e estabeleceu seus limites e liberdades. Touraine assinala, nesse sentido, que

O triunfo da modernidade racionalista rejeitou, esqueceu ou encerrou em instituições repressivas tudo o que parecia resistir ao triunfo da razão. E se esse orgulho do homem de Estado e do capitalista, em vez de ter servido à modernidade, lhe tivesse amputado uma grande parte, talvez mesmo sua parte essencial, do mesmo modo que as vanguardas revolucionárias destroem com mais certeza os movimentos populares de libertação que seus inimigos sociais ou nacionais?<sup>3</sup>

Assim, ao refletir sobre a jornada de escrever a presente tese, deparo-me com as dificuldades iniciais e prementes de redigir as primeiras linhas, o esforço – pouco profícuo – de

---

<sup>1</sup> Conforme Descartes: “é verdade que não vemos em parte alguma serem lançadas por terra todas as casas de uma cidade, pelo único propósito de refazê-las de outro modo e tornar assim as ruas mais belas; mas sabe-se que muitos fazem abater as suas para reconstruí-las, e que às vezes até são obrigados a isso, quando elas correm perigo de cair por si mesmas e suas fundações não estão bem firmes. Com esse exemplo me convenci de que não seria plausível um particular ter o propósito de reformar o Estado, mudando tudo desde os fundamentos e derrubando-o para corrigi-lo; como também o seria reformar o corpo das ciências, ou a ordem estabelecida nas escolas para ensiná-las; mas que o melhor a fazer, em relação a todas as opiniões que eu acolhera até então, era compreender de uma vez por todas retirar-lhes a confiança, a fim de substituí-las depois ou por outras melhores, ou pelas mesmas, quando as tivesse ajustado ao nível da razão.” DESCARTES, Rene. O Discurso do Método. Porto Alegre: L&PM, 2008. p.49.

<sup>2</sup> Sobre os passos do método: “O primeiro era o de nunca aceitar algo como verdadeiro que eu não conhecesse claramente como tal; ou seja, de evitar cuidadosamente a pressa e a prevenção, e de nada fazer constar de meus juízos que não se apresentasse tão clara e distintamente a meu espírito que eu não tivesse motivo algum de duvidar dele. O segundo, o de repartir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias a fim de melhor solucioná-las. O terceiro, o de conduzir por ordem meus pensamentos, iniciando pelos objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para elevar-me, pouco a pouco, como galgando degraus, até o conhecimento dos mais compostos, e presumindo até mesmo uma ordem entre os que não se precedem naturalmente uns aos outros. E o último, o de efetuar em toda parte relações metódicas tão completas e revisões tão gerais nas quais eu tivesse a certeza de nada omitir.” DESCARTES, Rene. O Discurso do Método. Porto Alegre: L&PM, 2008. p.54.

<sup>3</sup> TOURAINE, Alain. Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 213.

pensar o objeto de estudo que não tenha sido problematizado à luz das *Luzes* e de seus ecos. Mais que isso, parafraseando Marshall Berman, que por sua vez já houvera parafraseado Karl Marx, é como se *tudo que é pesquisado se desmanchasse no ar*.<sup>4</sup>

Não incomum o desalento pelas armadilhas das soluções *prêt-à-porter* para os problemas da sociedade e da sociabilização contemporânea. Soluções estas que remetem aos caminhos já percorridos pela constituição da sociabilidade moderna e, principalmente, seus pilares fundantes. Em outras palavras, é como se as soluções para os problemas contemporâneos exigissem um protocolo específico, uma certa receita predeterminada, como um mapa seguro a ser trilhado na resolução da existência.

Assim sendo, o desafio proposto no presente trabalho é realizar profunda análise em alguns aspectos da modernidade e, em especial, em certas promessas não cumpridas, mas que relutam em aparecer no ideário das rápidas soluções, tanto no campo teórico como no imaginário coletivo.

Desta primeira reflexão vem à memória a narrativa de Odisseu e de sua tripulação lançada a navegar os mares. Realizar uma pesquisa científica e produzir uma tese acadêmica se assemelha a uma Odisseia, visto que é preciso enfrentar as dificuldades e as incertezas apresentadas ao protagonista, e, ao mesmo tempo procurar verticalizar certos aspectos que a complexidade da jornada apresenta sem se deixar seduzir pelo “canto das sereias”.

Na narração de Homero, Circe<sup>5</sup> alerta Odisseu sobre o perigo das sereias e de seu canto. Portanto, preliminarmente à jornada da pesquisa, é coerente identificar as “sereias” da modernidade, apresentadas preliminarmente como hipóteses ou como marcos iniciais/ presente trabalho<sup>6</sup>. A primeira delas é sobre a fragilidade e tendência de se pensar o projeto da modernidade como um devir da humanidade, sem levar em conta que foi um projeto de universalização do pensamento e do poder europeu. A segunda hipótese recai sobre a democracia e a luta pelos direitos da cidadania moderna e as dificuldades de sua implementação, fazendo crer que se trata de único caminho para a salvação frente as mazelas e

---

<sup>4</sup> O filósofo marxista Marshall Berman escreveu a obra *“Tudo que é sólido se desmancha no ar”* em referência a uma passagem do Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels.

<sup>5</sup> Homero narra sobre Odisseu que: “Então me disse a venerável Circe: ‘Tudo cumpriu-se assim, mas ouve o que direi agora, e um deus há de lembrar-te: encontrarás primeiro Sereias. Quem quer se aproxime delas se fascina. O ingênuo que de perto escute o timbre de suas vozes, nunca mais terá por perto a esposa e os filhos novos, que se alegrariam com seu retorno à residência, pois Sereias o encantam com a limpidez do canto. Sentam-se no prado: empilham-se ao redor os ossos de homens apodrecidos com a pele encarquilhada. Não chegues perto! Amolga a cera dulcime e fixa nas orelhas dos teus sócios. Não as ouça ninguém mais além de ti (se o queres): te amarrem à carlinga do navio veloz mãos e pés apertados nos calabrês, reto, para que o canto das Sereias te deleite. E se rogares e ordenares que os marujos te soltem, devem retesar as cordas mais.’” HOMERO, *Odisseia*. São Paulo: Editora 34, 2013. p. 206.

<sup>6</sup> Ainda que aqui sejam apresentadas como premissas da pesquisa, os “cantos das sereias” fazem parte da abordagem geral do trabalho de tese, sendo melhor abordadas ao longo dos próximos capítulos.

a incompletude do projeto moderno. A terceira hipótese, versa sobre a concepção de desenvolvimento sustentável, como fator balizador/articulador e potencializador das duas primeiras. O canto das sereias, dessa forma, apresenta-se como a pura sedução da essência da modernidade.

Touraine, nesse sentido, assinala que:

Fingir que uma nação ou que uma categoria social tem que escolher entre uma modernidade universalista e destruidora e a preservação de uma diferença cultural absoluta é uma mentira grosseira demais para não encobrir interesses e estratégia de dominação. Todos nós estamos embarcados na modernidade; a questão é saber se como tripulantes ou como viajantes que partem com sua bagagem, levados por uma esperança e ao mesmo tempo conscientes das inevitáveis rupturas.<sup>7</sup>

A pesquisa avançará, a partir dessas hipóteses para construir uma interlocução com três evidenciações que se lançam como desafios para a sociedade contemporânea, quais sejam, os espaços marginais urbanos que tendem a ser marginalizados, a invisibilidade de uma categoria denominada de subalternos e o silenciamento de epistemologias que emergem nas margens da sociedade colonial e eurocêntrica.

Para tanto, neste capítulo apresentam-se, inicialmente, uma contextualização da pesquisa, evidenciando seus pressupostos dialógicos com as etapas de pesquisa interdisciplinar realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento – PPGMADE/UFPR, durante o período de 2014 a 2016, enquanto etapas determinantes para a composição da tese individual. Por conseguinte, apresenta-se a estrutura do trabalho individual, enquanto seus aspectos procedimentais, desde a evidenciação do problema e suas hipóteses, assim como os objetivos e a justificativa. Ademais, procura-se descrever a escolha do percurso metodológico e, por fim, a apresentação dos demais capítulos e sua ordem de exposição.

### **1.1 Contextualização da pesquisa**

Essa pesquisa tem como objetivo central ser e se constituir interdisciplinar. A tarefa se torna, portanto, mais complexa e traduz amplitude significativa, acrescentando-se de dificuldades específicas dos necessários diálogos e interconexões, ao mesmo tempo em que não eximem o pesquisador do aprofundamento adequado dos temas. Do mesmo modo a digressão

---

<sup>7</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 214.

do pesquisador em traduzir suas inquietações iniciais de pesquisa faz com que tenha de refletir de maneira mais profunda as interlocuções que pretenderá realizar. Portanto, os temas e conteúdos não se fecham conforme o avançar da pesquisa, mas se evidenciam de maneira sistêmica e complexa.

Os eixos que articulam a pesquisa e que se dispõem ao longo dos capítulos vindouros tratam do espaço, das pessoas e do pensamento. Antes, no entanto, parece adequada a descrição do cenário<sup>8</sup> que conduz as inquietações da pesquisa, dando-lhe o sentido ou direção. Assim, passa-se a discorrer sobre um cenário de dificuldades para o século XXI e sobre os aspectos que conduziram um “projeto” de desenvolvimento sustentável no contexto de uma crise ambiental que se traduz em uma crise de percepção.

### *1.1.1 Um cenário de dificuldades para o século XXI*

A depender do ponto de vista, o subtítulo dessa sessão não teria sentido. Isto porque o século XXI se inaugurou pelas aceleradas transformações técnico-científicas, desde os avanços na medicina, a revolução na produção de alimentos e a expansão da pesquisa espacial. Entretanto, de outra perspectiva, essa primeira parte do século XXI também evidenciou níveis crescentes de pobreza, de exclusão social e violência urbana em parte significativa do planeta. É notável que o século XX tenha alcançado esta ambivalência, evidenciando-se o desequilíbrio entre transformação produtiva e equidade social, competitividade e coesão social, eficiência e solidariedade, crescimento e distribuição de renda. Este é o ponto de vista pelo qual se inaugura a análise do cenário atual, podendo-se, portanto, assinalar que se trata de um cenário crises ou de dificuldades<sup>9</sup>.

A sociedade contemporânea se encontra delineada por dois aspectos relevantes que a moldam e se interconectam para a construção do atual cenário: a sociedade de risco<sup>10</sup> e a

---

<sup>8</sup> Cenário. Nele as personagens versam sobre a tragédia e a comédia, da prosa à poesia. Etimologicamente remonta ao termo grego *Skené*, o qual significava barraca ou qualquer construção ligeira que pudesse servir de abrigo e, ainda, a parte do palco onde representavam os atores, por oposição a *thymele*, onde atuava o coro. Aristóteles atribui a Sófocles (460 a.C.) a sua utilização. É do termo grego que deriva a palavra latina *scena*, mantendo o mesmo significado, e é a partir desta que deriva, por sua vez, *scenarius*. Disponível em: <https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-origem-da-palavra-cenario/30285>. Acesso em 14 de mar 2017.

<sup>9</sup> Rivero, menos otimista, assinala que parte dessa grande “parte considerável do planeta” seria constituída de países inviáveis – aos quais ele cunha como Estados de “não-desenvolvimento”, ou até mesmo de “Entidades Caóticas Ingovernáveis”. Ver RIVERO, Oswaldo de. O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI. Trad. de Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

<sup>10</sup> Trata-se do estudo de Ulrich Beck sobre a sociedade de risco. Ver: BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 2002.

complexidade<sup>11</sup>, enquanto substratos de uma crise ambiental e civilizatória, o que em última medida pode significar uma crise de percepção e, portanto, uma crise epistemológica.

Por sua vez, a sociedade de risco e a concepção de complexidade também se mostram ambivalentes, visto que o cenário evidencia não apenas mudanças, mas principalmente pela sua rapidez e fluidez, apresentando um cenário novo – local e global simultaneamente -, desde a organização das instituições estatais e da iniciativa privada até as relações interindividuais que determinam novos espaços públicos e privados de convivência, de compartilhamento e, ao mesmo tempo, de contradições e individuação. Beck lembra que “enquanto que na sociedade industrial a ‘lógica’ da produção da riqueza domina a lógica da produção dos riscos, na sociedade do risco se inverte essa relação”.<sup>12</sup>

Desse plano de contingências, Faria ressalta um campo de incertezas:

como são provocados por forças transnacionais difíceis de serem identificadas, para que possam ser devidamente responsabilizadas, e uma vez que também não são controláveis pelas técnicas convencionais de prevenção e segurança, pois são resultados contingentes de decisões contingentes sobre experiências e cursos de acontecimentos igualmente contingentes, esses riscos tendem a não respeitar fronteiras, classes sociais e gerações futuras.<sup>13</sup>

A atual crise, conforme Beck<sup>14</sup>, institui um novo tipo de capitalismo, um novo tipo de sociedade e um novo tipo de vida pessoal, transições que demarcam a mudança de paradigma em um processo lento, gestado na sociedade moderna<sup>15</sup>.

Neste aspecto, um certo limiar ocorre e torna o cenário mais nebuloso.

Aqui um certo embate entre os autores modernos<sup>16</sup> e os pós-modernos<sup>17</sup>, uma vez que a própria modernidade se caracterizou pela constante mudança de si, conforme já havia sinalizado Rousseau, “a modernidade trouxe em si *le tourbillon social* que revolucionou a vida dos indivíduos - recém-modernos - conturbados por um processo imensuravelmente diferente de toda a história humana anterior.”<sup>18</sup> Touraine, nesse sentido, lembra que “a modernidade é a antitradição, a derrubada das convenções, dos costumes e das crenças, a saída dos

---

<sup>11</sup> O tema da complexidade será abordado em tópico específico, neste primeiro capítulo.

<sup>12</sup> BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 2002, p.15.

<sup>13</sup> FARIA, José Eduardo. Estado, Sociedade e Direito. In.: FARIA, José Eduardo; KUNTZ, Rolf. *Qual o futuro dos Direitos?* Estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista. São Paulo: Max Limonad, 2002, p.61.

<sup>14</sup> BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo veintiuno de España editores. 2002.

<sup>15</sup> Esse cenário pode ser compreendido como a síntese decorrente das transformações produzidas ao longo dos últimos três séculos que o precederam, provocando uma complexa gama de fragmentações e rupturas internas que denotam a crise do paradigma civilizatório moderno.

<sup>16</sup> Conforme Bruno Latour, *Jamais fomos modernos*.

<sup>17</sup> Conforme Zygmunt Bauman.

<sup>18</sup> Conforme HEDLUND, Alexandre Nicoletti. Políticas Neoliberais e Desenvolvimento Sustentável: um cenário de dificuldades para o Século XXI. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Departamento de Economia e Contabilidade, de Estudos Agrários, de Estudos de Administração e de Estudos Jurídicos. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí - RS. p.68.

particularismos e a entrada no universalismo, ou ainda a saída estado natural e a entrada na idade da razão.”<sup>19</sup>

Esse turbilhão provocou a homogeneização do tempo por meio de um modo de produção e regulação social de cunho capitalista, do mesmo modo que presenciou uma ruptura com o divino<sup>20</sup>, não tanto pela sua negação, mas por seu deslocamento na cosmovisão moderna, ou seja, uma certa desmistificação das ações humanas, uma nova crença na autonomia humana frente a divindade até então guiadora e providente. A cultura moderna substitui a religião cristã<sup>21</sup>, ao mesmo tempo em que distancia o homem da natureza, ou seja, amplia seu horizonte para si e não o conecta com o mundo.<sup>22</sup>

Latour, nesse sentido, entende que

o progresso modernizador só pode ser pensado se todos os elementos que são contemporâneos de acordo com o calendário pertencerem ao mesmo tempo. Estes elementos devem, para tanto, formar um sistema completo e reconhecível. Então, e somente então, o tempo forma um fluxo contínuo e progressivo, do qual os modernos proclamam-se a vanguarda e os anti-modernos a retaguarda. Tudo se torna mais confuso se as quase-objetos misturam épocas, ontologias e gêneros diferentes. Rapidamente, um período histórico passa a dar a impressão de uma grande montagem. Ao invés de um belo fluxo laminar, frequentemente teremos um fluxo turbulento de turbilhões e corredoiras. O tempo deixa de ser irreversível para tornar-se reversível. No começo, isto não perturba os modernos. Tudo aquilo que não avança no ritmo do progresso é considerado por eles como arcaico, irracional ou conservador. [...]. Mas, para que a temporalidade modernizadora continue a funcionar, e precise que a impressão de uma frente ordenada continue a ser verossímil.<sup>23</sup>

Esta cosmovisão da modernidade interpenetra em todos os ramos da sociabilidade, não permitindo espaços para outras cosmovisões em sua dinâmica de evolução<sup>24</sup> – posteriormente denominada de progresso. Essa mudança e constituição do indivíduo potencializou a

<sup>19</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 216.

<sup>20</sup> GIDDENS, 1991. O que se afirma, a partir disso, é que, aos homens – individualmente – é possibilitado portar o mesmo artefato que Newton vislumbrou nas mãos de Deus, ou seja, o controle do tempo que está agora ao seu alcance, proporcionando a libertação do homem em relação à divindade e à natureza, que era anteriormente utilizada para designar os períodos de tempo.

<sup>21</sup> CAPELLA, Juan Ramón. *Fruta Proibida: una aproximación histórico-teórica al estudio del derecho y del estado*. Madrid: Trotta, 1997.

<sup>22</sup> Arendt compreende que os homens modernos não foram arremessados de volta ao mundo, mas para dentro de si mesmos, ou seja, numa “preocupação exclusiva com o ego, em oposição à alma ou à pessoa ou ao homem em geral, uma tentativa de reduzir todas as experiências, com o mundo e com outros seres humanos, a experiências entre o homem e si mesmo.” ARENDT, Hannah, 2004, p. 266.

<sup>23</sup> LATOUR, 1994, p. 72.

<sup>24</sup> “quanto maior é a velocidade de sua expansão, de aumento da diversidade dos bens e serviços, que sua evolução contínua propicia e do potencial de exploração da natureza, maior é a possibilidade de resultados não pretendidos e não previstos e maiores são as dúvidas, incertezas, perplexidades e perigos com relação aos seus efeitos e à gestão de seus desdobramentos, especialmente em matérias relativas ao bem-estar social e à segurança econômica.” FARIA, José Eduardo. *Estado, Sociedade e Direito*. In.: FARIA, José Eduardo; KUNTZ, Rolf. *Qual o futuro dos Direitos? Estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista*. São Paulo: Max Limonad, 2002, p. 61.

individualização do sujeito, confundida em parte com a noção de liberdade individual, por outra, com a noção de progresso.

Essa manobra foi possível frente aos novos modos de produção que a Europa experimentava e um caldo cultural e tecnológico fomentado desde poucos séculos antes pela Renascença. A transição da manufatura para a maquinofatura poderia representar um alívio para o trabalhador, uma vez que a utilização de máquinas diminuiria sua necessidade de esforço sobre a produção de bens. No entanto, o que se observou foi a acumulação de bens de capital e uma expropriação maior da mão de obra, ou seja, um novo sacrifício em favor do progresso.<sup>25</sup>

A bandeira do progresso triunfou sobre a Europa e, como estandarte da modernidade, promoveu a expansão desse conceito para além de suas fronteiras. Há um processo de colonização em curso desde a Europa, do que decorre o conceito de eurocentrismo. Em nome do progresso mantiveram-se os processos de colonização pelo mundo, perpetuaram sistemas de exploração e esgotamento de recursos e tornaram inviáveis diversos territórios que haviam sido colonizados pela Europa, assim como permitiram duas grandes guerras – ditas mundiais. Esses processos se seguiram até 1945 reafirmando o progresso e um insaciável desenvolvimento econômico.

Inicialmente pode-se pensar que o cenário de crises tenha diminuído a partir de 1945, mas, pelo contrário, vai ampliar os riscos e a pobreza generalizada em países não desenvolvidos.<sup>26</sup> Mais que isso, o período do pós-guerra permitiu o estabelecimento de novas formas de dominação, fomentada pelo desenho geopolítico do fim da Segunda Guerra Mundial.

A nova bandeira passou a ser o desenvolvimento e sua subclassificação. Essa denominação tem como uma origem o trecho do discurso do presidente americano Harry Truman, quando da posse de seu segundo mandato em 1949, no qual atribuiu aos países atrasados a condição de subdesenvolvidos e, ao mesmo tempo, ponderou que os Estados Unidos da América estavam na vanguarda desses processos de desenvolvimento material e tecnológico, baseado em industrialização e urbanismo<sup>27</sup>.

O discurso de Truman deflagra a ambivalência renovada pelo desenvolvimentismo, o qual estabelece a “ponte dourada” entre a pobreza e o atraso em direção a bonança e a

---

<sup>25</sup> ARENDT, 2004.

<sup>26</sup> a fé no progresso vacilou com a Segunda Guerra Mundial, mas tornou a reviver artificialmente através de um desenvolvimento científico e tecnológico enorme e de uma explosão de consumo sem precedentes. Mas o dano estava feito. O colonialismo desagregado como independência política foi permitido a todos os estados. A derrocada do industrialismo se tornou assustadoramente evidente na degradação do meio ambiente, no esgotamento dos recursos não-renováveis e na deterioração da camada de ozônio. LYON, 1998, p.15-16.

<sup>27</sup> Estes serão os temas centrais do próximo capítulo.

modernidade. Truman, no trecho abaixo destacado, pondera sobre o cenário da época e deixa muito transparente o protagonismo norteamericano na salvação universal:

...em quarto lugar, devemos embarcar em um novo e audaz programa para obter os benefícios de nossos avanços científicos e progresso industrial disponíveis para a melhoria e o crescimento das áreas subdesenvolvidas. Mais de metade das pessoas do mundo vivem em condições que se aproximam da miséria. Sua comida é inadequada. São vítimas de doenças. Sua vida econômica é primitiva e estagnada. A pobreza deles é uma desvantagem e uma ameaça tanto para eles quanto para áreas mais prósperas. Pela primeira vez na história, a humanidade possui o conhecimento e a habilidade para aliviar o sofrimento dessas pessoas. Os Estados Unidos são preeminentes entre as nações no desenvolvimento de técnicas industriais e científicas. Os recursos materiais que podemos usar para ajudar outras pessoas são limitados. Mas nossos recursos imponderáveis no conhecimento técnico estão crescendo constantemente e são inesgotáveis.<sup>28</sup>

Observe-se que esse momento (1949) sinaliza a vitória do modelo de produção norteamericano sobre os blocos – soviético e nacional-socialista – e o início da Guerra Fria, na qual o dualismo passa a existir entre o capitalismo desenvolvimentista *versus* o comunismo de economia planificada. A partir desse momento, o parâmetro de cada um dos países do bloco capitalista para solucionar os problemas passa a ser a agenda do desenvolvimento<sup>29</sup>.

O seu revés passa a ser sinônimo de países e pessoas que “ainda não” alcançaram determinado patamar, ou seja, enquanto os países desenvolvidos avançam sobre *rankings* de sucesso e riqueza os países subdesenvolvidos tentam percorrer os mesmos percursos daqueles para sair da fome e da pobreza.

Eis o prenúncio do canto da sereia, entoado desta feita por Truman, uma vez que “auxiliar” os subdesenvolvidos em sua marcha rumo ao progresso era parte estratégica do desenvolvimento econômico americano, daquilo que se tratará adiante nesse trabalho como de um “novo processo de colonização”.

---

<sup>28</sup> “Fourth, we must embark on a bold new program for making the benefits of our scientific advances and industrial progress available for the improvement and growth of underdeveloped areas. More than half the people of the world are living in conditions approaching misery. Their food is inadequate. They are victims of disease. Their economic life is primitive and stagnant. Their poverty is a handicap and a threat both to them and to more prosperous areas. For the first time in history, humanity possesses the knowledge and skill to relieve the suffering of these people. The United States is pre-eminent among nations in the development of industrial and scientific techniques. The material resources which we can afford to use for assistance of other peoples are limited. But our imponderable resources in technical knowledge are constantly growing and are inexhaustible.”. Discurso de Posse do Presidente Harry Truman dos Estados Unidos da América. 20 de janeiro de 1949. Tradução livre. Acesso em: 13 de ago de 2017. Disponível em: <[https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr\\_archive/inagural20jan1949.htm](https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm)>.

<sup>29</sup> “É um vector de emocional, ao invés de um termo cognitivo. Conota melhoria, avanço, progresso; Significa algo vagamente positivo. Por isso, é muito difícil se opor a ele: quem quer rejeitar o positivo?” Conforme SACHS, Wolfgang. In.: Alloo, Fatma & Antrobus, et al Peggy & J Berg, Robert & Emmerij, Louis & Escobar, Arturo & Esteva, Gustavo & Horn, Jessica & Kerr, Joanna & Kothari, Smitu & Mahfouz, Afaf & F Moseley, Stephen & Mumtaz, Khawar & Mwapachu, Juma & Okello, Duncan & Raghuram, Shobha & E Rice, Andrew & Sachs, Wolfgang & Sadik, Nafis & Van Gennip, Jos. (2007). Reflections on 50 years of Development. Development. 50. 4-32. 10.1057/palgrave.development.1100394.

Tal processo consolida na década de 1970 a reafirmação dos princípios liberais de não intervenção estatal, agora com uma nova roupagem – neoliberal – que sustentará um novo (velho) processo de homogeneização mundial – agora denominado globalização<sup>30</sup>. Esse processo encontrará terreno fértil no programa de governo do conservador Ronald Reagan na década de 1980, implementando – de maneira cautelosa - um conjunto de medidas de favorecimento do livre mercado, em certa medida pelo fato de não haver um Estado de Bem-estar social como aquele apresentado na Europa. Reagan reduziu os impostos em favor dos ricos e a elevou as taxas de juros, mas a prioridade de seu governo foi a competição militar contra a União Soviética, sob a alegação de derrotar o comunismo.<sup>31</sup>

Neste sentido, é oportuno mencionar que no ano de 1978 surge como novo ponto de acirramento e divisão internacional, a intervenção soviética no Afeganistão e a decisão norte-americana de incrementar uma nova geração de foguetes nucleares na Europa ocidental. Evidencia-se, desse modo, uma das principais características do Neoliberalismo: o anticomunismo. O resultado dessa política foi a elevação do déficit orçamentário, o aumento do desemprego e, por consequência, a recessão.<sup>32</sup>

Conforme Gray, o “principal efeito indireto do governo de Reagan foi a tolerância com a desigualdade econômica nos Estados Unidos e a criação de uma cultura empresarial em que os custos sociais da empresa poderiam ser ignorados sem peso na consciência.”<sup>33</sup> Esse posicionamento do governo e das empresas apenas confirmava os preceitos das teses neoliberais, quais sejam, da inexistência de responsabilidades sociais por parte das empresas, ou seja, a compreensão que se consolidava era de que em uma sociedade livre não podia se apoiar sobre a dependência de outros indivíduos ou instituições.

Essa agenda neoliberal passou a ser difundida para os demais países do bloco capitalista, ainda que cada país tenha adotado e, por consequência, sofrido, de maneira

---

<sup>30</sup> Para uma melhor compreensão sobre o processo de globalização, ver BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.; SANTOS, Boaventura de Sousa (org). *A globalização e as ciências sociais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.; e, SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 10 ed. 2003.

<sup>31</sup> Conforme HEDLUND, Alexandre Nicoletti. *Políticas Neoliberais e Desenvolvimento Sustentável: um cenário de dificuldades para o Século XXI*. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Departamento de Economia e Contabilidade, de Estudos Agrários, de Estudos de Administração e de Estudos Jurídicos. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí - RS.

<sup>32</sup> HEDLUND, Alexandre Nicoletti. *Políticas Neoliberais e Desenvolvimento Sustentável: um cenário de dificuldades para o Século XXI*. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Departamento de Economia e Contabilidade, de Estudos Agrários, de Estudos de Administração e de Estudos Jurídicos. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí - RS.

<sup>33</sup> GRAY, John. *Falso amanhecer: os equívocos do Capitalismo global*. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Record, 1999. grifo do autor. p.142.

diferente, conforme tinha alcançado patamares mais elevados de bem-estar social. Essa difusão da agenda neoliberal ocorre a partir do processo que ficou conhecido como globalização.

Deste ponto em diante a sociedade contemporânea passou a estar delineada e delimitada pela perspectiva da globalização e pela sua inclusão ou exclusão nos processos de globalização, ou seja, pensar a sociedade passou a indicar pensa-la globalmente. Esse procedimento deixou implícito – mas não menos eficaz – uma vocação da globalização que era a uniformização<sup>34</sup> das respostas aos problemas globais, ou seja, havia – doravante – uma cartilha a ser seguida para a resolução das mazelas anteriores a globalização. Em alguma medida isso se evidencia paradoxal, como por exemplo a cartilha da globalização (a qual propunha os movimentos de desenvolvimento) e seu não alinhamento ao princípio da “autodeterminação dos povos” constante na mesma Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) de 1948<sup>35</sup>.

Novamente os países passam a ser ranqueados conforme possam acessar a globalização e sua cartilha com indicação do que ficou conhecido como receituário neoliberal. De forma contrária, não aceitar o receituário indicava a exclusão dos benefícios da globalização e, por conseguinte, de um conjunto de supostos benefícios.

A agenda neoliberal foi formalizada com o Consenso de Washington, realizado em 1989 sobre o tema *Latin America Adjustment: How Much has Happened?* (Ajuste Latino Americano: Quanto já aconteceu?), que procurou estabelecer um conjunto de diretrizes para as políticas internas dos países subdesenvolvidos através de um receituário de ajustamento macroeconômico, ou seja, o objetivo era discutir as reformas necessárias para que a América Latina saísse da década que alguns chamaram de “perdida”, da estagnação, da inflação, da recessão, da dívida externa e retomasse o caminho do crescimento, do aumento da riqueza e do desenvolvimento. O encontro contou com a participação de representantes do FMI, do Banco Mundial e funcionários do governo norte-americano, além de economistas dos países da América Latina.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> Cabe lembrar que mesmo essa premissa já houvera sido elaborada a partir do pensamento de Immanuel Kant, quando descreve a urgência por direitos universais cosmopolitas, em sua obra “Ideia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita” de 1784.

<sup>35</sup> A autodeterminação dos povos consta no art.1 do Pacto Internacional sobre direitos civis e políticos. “*Art. 1. Todos os povos têm direito à autodeterminação. Em virtude desse direito, determinam livremente seu estatuto político e asseguram livremente seu desenvolvimento econômico, social e cultural.*”

<sup>36</sup> HEDLUND, Alexandre Nicoletti. Políticas Neoliberais e Desenvolvimento Sustentável: um cenário de dificuldades para o Século XXI. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Departamento de Economia e Contabilidade, de Estudos Agrários, de Estudos de Administração e de Estudos Jurídicos. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí - RS.

A máxima que pairava no ar, naquele período, era de que “não havia alternativa”, expressão atribuída a Margareth Thatcher, como símbolo de que era preciso reduzir as estruturas do Estado, assim como, os canais de financiamento internacional (FMI) dependiam da adequação as novas regras neoliberais.

As novas regras, organizadas em dez teses, traçaram as diretrizes da atuação dos países latino-americanos, a partir de três pontos principais: a desvalorização cambial, a desregulação das economias e a deflação permanente. A desvalorização cambial procurou manter permanentes os *superávits* comerciais dos Estados Unidos e, desta forma, proporcionar um melhor controle nas relações internacionais, através de bloqueios e retaliações. A desregulação das economias pretendia uma abertura nas trocas comerciais e atividades financeiras. A deflação permanente, por sua vez, objetivava equilibrar os saldos nas contas correntes e de capitais, através de ajustes fiscais e monetários.

Em síntese, o conjunto dessas medidas procurou garantir a hegemonia norte-americana, privilegiando os mercados privados dos países de Capitalismo avançado através da desregulamentação das economias periféricas, pela imposição de um conjunto de ajustes estruturais e o refinanciamento das dívidas externas junto ao FMI. O resultado dessa agenda foi desastroso, e será objeto de análise da presente tese.

Notadamente essas dificuldades já estavam presentes ao longo dos últimos séculos, mas alcançaram outros níveis entre o século passado e o início deste. Entenda-se como dificuldades o conjunto da pobreza generalizada, a fome, a violência e a miséria, itens que já compunham a realidade de grande parcela das populações das colônias nos séculos anteriores.

A diferença está em que desde o final da década de 1980 é possível compartilhar, de maneira mais abrangente, essas tragédias, que antes permaneciam regionalizadas e, por vezes, restritas ao âmbito local. Os processos da expansão da comunicação que acompanharam os processos de globalização prometiam denominações como a “aldeia global”<sup>37</sup> e a caracterização de uma “rede”<sup>38</sup>, como se daquele momento em diante, estivéssemos todos, de algum modo, conectados<sup>39</sup>.

---

<sup>37</sup> O termo “aldeia global” surgiu em 1959 com Herbert Marshall McLuhan. Braga adverte que “Quando foi escrita, em meados dos anos 1960, a televisão era em preto e branco, o mundo estava dividido pela Guerra Fria e a ideia do mundo do futuro como uma “aldeia global”, onde cada pessoa poderia estar interligada a cada outra por meios de comunicação parecia utópica demais, otimista demais para um planeta que parecia sempre às vésperas da guerra atômica.” BRAGA, Adriana. McLuhan entre conceitos e aforismos. Revista ALCEU - v. 12 - n.24 - p. 48 a 55 - jan./jun. 2012. p. 49. Disponível em: < [http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Artigo%204\\_24.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Artigo%204_24.pdf)>. Acesso em 08 de set de 2017.

<sup>38</sup> Neste sentido ver CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999, 574p.

<sup>39</sup> Ainda em referência a McLuhan, é interessante sua percepção sobre como as novas tecnologias da comunicação tornariam possível a percepção da ideia de aldeia e de rede, dessa perspectiva de interconexão global e interdependente. “O telefone celular fez com que as pessoas pudessem ser encontradas em qualquer parte, não

De outra parte, a conexão com os ambientes digitais permitiu uma desconexão com os problemas locais, pelo menos para parte daqueles que Bauman cunhou de *turistas*.<sup>40</sup> Aos outros, grande parcela da população, restou vislumbrar os sonhos pelo vidro da grande e nova janela digital.

É relevante advertir que o processo de globalização lança perspectivas diferentes para a economia, a política, a cultura assim como para a dimensão social. Santos sintetizou essas matizes díspares da globalização como sendo uma fábrica de perversidades que potencializa as desigualdades que o século XX fomentou, principalmente quando se faz referência a sua dimensão econômica e social. Na política ela confirma-se por uma interdependência – negativa – entre os Estados, pois estes perdem sua autonomia e sua soberania em favor dos interesses políticos e econômicos de novos atores internacionais – marcadamente os órgãos multilaterais (ONU, BM, OMC) e as empresas transnacionais. No aspecto cultural confirma-se pela tentativa de homogeneização cultural ou, em melhor análise, por uma nova tentativa de *ocidentalização do mundo*.<sup>41</sup>

Soma-se a isso a relevância da racionalidade econômica sobre todos esses ramos ou possibilidades de globalização, sintetizados numa concepção de sociedade de consumo global, na qual valores e necessidades individuais são coisificados e facilmente substituídos por novos valores e necessidades. O mercado determina o desejo dos consumidores e, por consequência, os próprios consumidores, substituindo o papel que o Estado<sup>42</sup> poderia ter, relegado a um segundo plano na liberdade de escolha em determinados parâmetros da vida em sociedade.<sup>43</sup>

---

somente ‘em casa’ ou ‘no escritório’, lugares onde havia telefones fixos. O e-mail, acoplado a telefones com acesso à internet, fez com que mensagens de texto complexas, com arquivos anexos pudessem ser recebidas em tempo real, em qualquer lugar. Ou seja, com essas tecnologias, noções como ‘ambiente de trabalho’ e ‘tempo livre’ ficam radicalmente transformadas. Com elas, muitas pessoas podem trabalhar em suas casas, fazendo contatos e reuniões on-line, bem como se divertir em frente ao computador em horário de trabalho. Em contrapartida, assumem uma sobrecarga de tarefas, que fazem com que as ideias de ‘fim de semana’ seja uma lembrança distante dos tempos pré internet.” BRAGA, Adriana. McLuhan entre conceitos e aforismos. Revista ALCEU - v. 12 - n.24 - p. 48 a 55 - jan./jun. 2012. p. 50. Disponível em: < [http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Artigo%204\\_24.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Artigo%204_24.pdf)>. Acesso em 08 de set de 2017.

<sup>40</sup> Nesse sentido, Bauman, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas.

<sup>41</sup> Interessante nesse aspecto observar a inserção do cinema americano como grande difusor de uma cultura única a ser seguida, enquanto processo de fortalecimento da colonialidade e da difusão de cultura.

<sup>42</sup> Bauman muito bem indica que os “cidadãos do Estado” deram lugar aos “consumidores do mercado” que, ao contrário dos primeiros, estabelecem relações baseadas em poder de compra das mercadorias oferecidas. BAUMAN, Zygmunt. Globalização: as consequências humanas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 145 p.

<sup>43</sup> Conforme Faria, o Estado perde a centralidade do poder para os mecanismos de auto-regulação da economia, o que torna as decisões políticas condicionadas por equilíbrios macroeconômicos que representam “um verdadeiro princípio normativo responsável pela fixação de rigorosos limites às intervenções reguladoras dos Estados nacionais.” FARIA, 1996.p.142.

A liberdade vigiada ou controlada pelo Estado durante o século XIX transmutou-se ao longo do século XX e deu lugar a uma liberdade vigiada ou controlada pelo mercado consumidor, espaço no qual o indivíduo pode manifestar sua liberdade.

Conforme sintetiza Hedlund<sup>44</sup>, esse aspecto é fortemente marcado por uma perda de legitimidade do Estado, uma diretriz que proporciona uma decisão privatizada e despolitizada que não necessita de legitimação por parte dos cidadãos por não haver vínculos entre as carências, os direitos almejados e as leis estabelecidas. As fronteiras<sup>45</sup> de um espaço monetário parecem ser mais importantes do que as fronteiras territoriais da unidade política.

Nesse sentido, Capella<sup>46</sup> lembra que ao mesmo tempo em que o processo de mundialização materializou um cenário econômico mundial, rompendo fronteiras e fomentando fluxos financeiros, de bens e serviços de forma incessante, fomentou por outro, o estabelecimento de relações de interdependência entre todos os países, através da qual se reitera uma disparidade entre economias avançadas e periféricas e uma relação de dependência de instâncias transnacionais como o FMI, por exemplo.

Os reflexos da desigualdade econômica expressam os índices crescentes de desemprego estrutural, de pobreza, de violência e de miséria, todos relegados a externalidade do sistema capitalista, ou seja, como se fossem elementos necessários a persecução de uma concepção e realização do desenvolvimento. Mais que isso, a análise é fragmentada e ineficaz, pois a pobreza e a miséria são avaliadas meramente como um índice econômico que constata o baixo nível de renda e de consumo.

Neste sentido, válido lembrar que a palavra *marginalidade*, criada pelos sociólogos latino-americanos com a bênção das instituições e universidades internacionais, tornou-se um novo slogan no arsenal das ideias-força, substituindo praticamente a palavra tradicional pobreza no vocabulário acadêmico e oficial. Conceito ambíguo, permitiu a utilização tanto para referenciar a chamada "população marginal" de um país como sendo excedente, ou ainda, sob o aspecto econômico, considerá-la uma população inútil, pois não contribui para o crescimento econômico.<sup>47</sup>

---

<sup>44</sup> HEDLUND, Alexandre Nicoletti. Políticas Neoliberais e Desenvolvimento Sustentável: um cenário de dificuldades para o Século XXI. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Departamento de Economia e Contabilidade, de Estudos Agrários, de Estudos de Administração e de Estudos Jurídicos. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí - RS.

<sup>45</sup> ALTVATER, Elmar. Os desafios da globalização e da crise ecológica. In.: Crise dos paradigmas em estudos sociais e os desafios para o século XXI. HELLER, Agnes. et al., 1a. reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.109 –125.

<sup>46</sup> CAPELLA, Juan Ramón. *Fruta Prohibida: una aproximación histórico-teórica al estudio del derecho y del estado*. Madrid: Trotta, 1997.

<sup>47</sup> SANTOS, 2009, p.37.

Pizarro explica o surgimento do conceito de marginalidade, a partir do conceito de industrialização em substituição a importação (ISI):

en los años sesenta, para entender la especificidad social del patrón de desarrollo de la ISI, surgió el concepto de marginalidad. Tanto en los sesenta como en los noventa la pobreza y la concentración del ingreso han estado presentes en los países de América Latina. Sin embargo, la marginalidad otorgó un sello distintivo al patrón de desarrollo de posguerra con el vigoroso crecimiento experimentado por los flujos migratorios de los pobres hacia las ciudades, atraídos por las mayores oportunidades que ofrecía el empleo en la industria y en el sector público, así como por las políticas sociales que favorecían especialmente a los grupos urbanos.<sup>48</sup>

Acompanhando essa lógica, identifica-se o problema crescente do desemprego estrutural que se relaciona diretamente com a terceira revolução industrial – através do emprego de novos materiais químicos, bioquímicos e genéticos, além da produção generalizada da informática e de novas formas de organização dos processos de gestão.<sup>49</sup>

As inovações tecnológicas constantes subtraem o indivíduo do processo produtivo a ponto de torná-lo parte insignificante deste processo do qual é criador<sup>50</sup>, o que provoca uma nova relação de dependência que o instrumentaliza e, por conseguinte, o condiciona a um quadro de incerteza de continuar no mercado de trabalho e na sociedade de consumo. Em outras palavras, estabelece-se um cenário no qual a regra é a transitoriedade, enquanto as certezas, as regras e os valores de hoje podem ser substituídos a qualquer tempo pelas decisões e interesses econômicos transnacionais, podendo alcançar até mesmo um cenário de retrocessos na legislação de regulação social do trabalho ou nas regras de previdência em virtude de uma tentativa de salvar o mercado financeiro.

Sachs<sup>51</sup> identifica nesse aspecto a produção de arquipélagos industriais de alta produtividade nas economias periféricas, imersas em verdadeiros oceanos de atividades de produtividade baixa ou muito baixa. Trata-se da heterogeneidade da indústria, que tende a criar uma geografia de coerção econômica sobre a mão-de-obra, vulnerabilizada em direitos sociais e econômicos.

Nesse aspecto, Pizarro destaca que atualmente “el rasgo social distintivo es la vulnerabilidad, resultante de los mayores riesgos provocados por el estilo de producción y las

---

<sup>48</sup> PIZARRO, 2001, p. 11.

<sup>49</sup> CAPELLA, Juan Ramón. *Fruta Prohibida: una aproximación histórico-teórica al estudio del derecho y del estado*. Madrid: Trotta, 1997.

<sup>50</sup> As novas tecnologias repetem os mesmos desalentos ocasionados nas Revoluções Industriais anteriores, ou seja, evidencia-se mais uma vez a sub-relevância da mão de obra, facilmente substituível, enquanto as novas tecnologias apenas fazem acelerar o processo de desemprego e pobreza.

<sup>51</sup> SACHS, Ignacy. *Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

instituciones económicas y sociales características de una economía que se ve obligada a mejorar su presencia competitiva en el mercado mundial.”<sup>52</sup>

É correto, portanto, afirmar que a globalização produziu um projeto homogeneizador, principalmente a partir de uma agenda econômica e política determinada.<sup>53</sup> Naquela pesquisa foi possível evidenciar a interrelação das políticas neoliberais e dos movimentos de globalização, enquanto processos “globalizadores” de uma agenda política e econômica específica e bem delimitada, sem, no entanto, ter sido modificada ou restringida em função da agenda do desenvolvimento sustentável.

Pelo contrário, a racionalidade econômica de cunho neoliberal conseguiu dominar as agendas políticas nacionais dos países latino-americanos ao final das décadas de 1980 e 1990, período de maior evocação das preocupações ambientais no contexto internacional<sup>54</sup>. Nem mesmo a promoção da Rio 92 foi suficiente para alterar a agenda neoliberal imposta aos países em análise.

Em nome da livre iniciativa esses Estados promoveram o desmantelamento dos frágeis pilares de um suposto “Estado de bem-estar social” que sequer existiu em grande parte da América Latina. Dentre as tarefas da agenda neoliberal se impunham o “enxugamento” do Estado, que passou a vender as indústrias e empresas estatais para a iniciativa privada sob a alegação de que a intervenção do Estado na economia impedia o crescimento nacional, quando na verdade utilizaram-se a máquina do Estado para financiar e proteger determinados ramos empresariais e industriais. Parte desse processo e dos resultados desse processo serão trabalhados ao longo da tese, ou seja, a permanência e alargamento de um cenário de dificuldades para o século XXI, com todas as consequências nefastas sintetizadas nos processos homogeneizadores, um crescimento da pobreza e dos índices de desigualdade social.

---

<sup>52</sup> PIZARRO, 2001, p. 11.

<sup>53</sup> Esse foi o esforço alcançado com a produção da dissertação apresentada sobre o tema. Conforme HEDLUND, Alexandre Nicoletti. Políticas Neoliberais e Desenvolvimento Sustentável: um cenário de dificuldades para o Século XXI. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Departamento de Economia e Contabilidade, de Estudos Agrários, de Estudos de Administração e de Estudos Jurídicos. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí - RS.

<sup>54</sup> Sobre isso, destaca-se os “trabalhos da Comissão terminaram em 1987 com o relatório denominado Nosso Futuro Comum, confirmando o desenvolvimento sustentável como um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas.” HEDLUND, Alexandre Nicoletti. A insustentável leveza do ser: considerações para se pensar a questão ambiental. Direito & Deriva. 2013. 3.ed. v.1. p.17.

### 1.1.2 A crise socioambiental como uma crise de percepção

Há um sujeito em crise, do indivíduo e de sua relação com o mundo. Se de um lado os aspectos econômicos, políticos e sociais deflagram essa crise, por outro, o aspecto ambiental deflagra a irreversibilidade de seu questionamento.

Seguir pela mesma perspectiva do tópico anterior pode representar a falta ou a inadequação a alternativas. Para tanto, poder-se-ia elaborar um tópico ou seção que versasse sobre as vantagens advindas do cenário do século XXI. No entanto, não parece adequado uma vez que o cenário de crise que se procurou evidenciar, ultrapassa os aspectos econômicos, políticos ou sociais, de modo a promover uma crise de percepção, e, portanto, uma crise epistemológica. A possibilidade dessa constatação decorre dos problemas ambientais que sintetizam as crises anteriormente postas.

Esse processo decorre do encontro da epistemologia materialista e do pensamento crítico com a questão ambiental, que emerge no final dos anos 1960 como uma *crise de civilização*.<sup>55</sup> Disso decorre o saber ambiental que ocupou durante grande parte do século XX um lugar marginal no sistema de compreensão dos saberes, razão pela qual pode se tornar um bom caminho para questionar as raízes modernas e sua racionalidade.

A crise ambiental<sup>56</sup> proporcionou um questionamento sobre a (im)potência da ideia de progresso e de crescimento capitalista em solucionar os problemas apresentados, ao mesmo tempo em que lançou a incerteza sobre a possibilidade de destruição da espécie humana, como bem referencia Beck<sup>57</sup> ao descrever os parâmetros da sociedade de risco global. O temor da autodestruição potencializou uma nova percepção, ou seja, um autoquestionamento que reposicionou no ser humano na ordem das coisas, olhando para si e compreendendo seu lugar no mundo. Ao invés de se voltar para si, como fizera no *Iluminismo*, o homem volta-se para o mundo e vislumbra um festival de atrocidades ambientais que cometeu em nome de uma ilusão chamada progresso.<sup>58</sup>

---

<sup>55</sup> LEFF, 2012, p. 17.

<sup>56</sup> Como bem destaca LEFF: “a crise ambiental é a crise do pensamento ocidental, da metafísica que produziu a disjunção entre o ser o ente, que abriu o caminho à racionalidade científica e instrumental da modernidade, que produziu um mundo fragmentado e coisificado em seu afã de domínio e controle da natureza.” LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 288.

<sup>57</sup> Na “era global”, o tema do risco une âmbitos de uma nova política transnacional, porém dispares, como a questão da democracia cosmopolita: com a nova economia política da incerteza, os mercados financeiros, os conflitos transculturais por alimentos e outros produtos (crises das “vacas loucas”), as “comunidades de risco” emergentes e a anarquia das relações internacionais. BECK, Ulrich. La sociedad del riesgo global. Madrid: Siglo veintiuno de España editores. 2002. p.7-8.

<sup>58</sup> HEDLUND, dissertação, 2007.

Essa potencialidade não ocorreu ao acaso, mas, pelo contrário, foi possível em virtude dos efeitos críticos de danos ambientais que ultrapassaram as barreiras geográficas impostas, como por exemplo a contaminação dos rios que não respeita – nem poderia – os tratados jurídicos entre dois países vizinhos. Em síntese, a complexidade da crise ambiental atual ultrapassa esses aspectos, mas apesar de sua relevância, as proposições dos projetos de desenvolvimento baseiam-se, ainda, nas concepções da economia capitalista.

A crise ambiental permitiu uma reflexão sobre a irracionalidade do plano científico, uma incapacidade da ciência em responder a complexidade dos problemas atuais. Passo a passo, a crise ambiental reflete a crise da própria modernidade, assim como sua percepção da natureza no ambiente moderno e cultural e uma das consequências pode ser a incapacidade para gerir os problemas decorrentes disso sem pensar na coisificação e dominação de ambas<sup>59</sup>. Soma-se, ainda, a lógica inerente ao *Contratualismo e a razão iluminista* e àquilo que Stein assinala como herança da modernidade, ou seja, um devir – nobre ou heroico – de cumprir com as promessas desse projeto ou a incapacidade de se desvencilhar de seu projeto inacabado<sup>60</sup>.

Eis aqui, novamente, o canto das sereias. Há um chamado, um devir, uma herança a ser respeitada.

O peso dessa herança permite a expansão de tensões importantes no cenário socioambiental contemporâneo. De um lado, não se pode olvidar os avanços que a tecnociência alcançou, mas, de outro lado, sua incapacidade para gerir dificuldades preexistentes, que foram somatizadas pelas novas tecnologias, constituindo uma nova racionalidade que tende a externalizar ainda mais as questões de ordem social e ambiental e, por conseguinte, externalizar as soluções para tais crises.

Duas perguntas importantes decorrem dessa ponderação, quais sejam: para quem se externaliza e desde onde se externaliza. Ao que tudo indica, pautando-se a sociedade atual por uma racionalidade mercadológica<sup>61</sup>, seja ela também quem direciona os avanços tecnológicos ou, até mesmo, impede determinados avanços conforme os interesses mercadológicos

---

<sup>59</sup> Apenas como referência introdutória ao tema, pode-se destacar o pensamento contratualista de Rousseau no que diz respeito a constituição da propriedade privada e os efeitos de apropriação, dominação e servidão na obra “O Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens” de 1755.

<sup>60</sup> STEIN, Ernildo. Epistemologia e crítica da modernidade. 3.ed. Editora Unijui: Ijuí – RS, 2001, 107p.

<sup>61</sup> Concorde-se com Faria ao identificar algumas ações dessa racionalidade, como sendo: “a desregulação dos capitais, a geração de formas cooperativas de interdependência econômica, a unificação monetária, a flexibilização dos sistemas de produção, a padronização e a homogeneização dos mercados, criação de grandes blocos comerciais, a emergência do Leste Europeu como novo mercado consumidor e a defesa dos cortes drásticos nos gastos públicos dos Estados nacionais, acompanhado da desformalização de muitas de suas obrigações funcionais, e da privatização de determinados serviços públicos essenciais, como estratégia de neutralização da crise fiscal e restauração das condições ‘mínimas’ de governabilidade.” FARIA, José Eduardo (org.). *Direito e Globalização Econômica: implicações e perspectivas*. São Paulo: Malheiros, 1996. p.134.

estabelecidos. Ao que tudo indica, tais externalidades serão conduzidas as margens da sociedade.

Os grandes desastres ambientais do século XX apenas servem para frear por um tempo a corrida rumo ao crescimento econômico, mas paradoxalmente não há diminuição na produção de bens materiais, de seu consumo ou até mesmo da produção de resíduos.<sup>62</sup> Os riscos ambientais permitem essa constatação, seja pelo perigo da poluição atômica, seja pela produção de agrotóxicos ou pela extirpação de sementes crioulas<sup>63</sup>. Apesar desse quadro, as consequências desses processos estarão na “ordem do dia” dos discursos de proteção ambiental que encontram sentido com os desastres ambientais transfronteiriços.

No entanto, esses discursos tem pouca ou nenhuma efetividade, sendo muitas vezes alarmistas ou demasiadamente técnicos, são desprovidos de força política e, mesmo quando possuem amparo legal do Estado, não possuem força normativa, no sentido de se fazerem cumprir.<sup>64</sup> De outra parte, encontram pouco respaldo em movimentos democráticos, traduzindo-se em campanhas populares marginalizadas, muitas vezes também sinalizadas como contrárias ao progresso. Nesse sentido, por exemplo, o descaso com que a mídia tratou o caso da mineradora Samarco que provocou o desastre ambiental no município de Mariana, em Minas Gerais, e que produziu nefastas e incomensuráveis consequências socioambientais.<sup>65</sup>

A crise socioambiental, compreendida assim pela amplitude de suas evidências, demarca uma crise de percepção, exigindo que se vislumbre o cenário para além do aspecto econômico, ou seja, uma percepção fragmentada das relações existentes na sociedade e que por falta de amplitude não consegue dar respostas eficientes para os problemas apresentados.

De algum modo isso deflagra outros processos, que permitem analisar o contexto socioambiental dos problemas locais de maneira localizada, assim como, romper com a lógica do pensamento disciplinar, permitindo a ruptura - quando não a emancipação do conhecimento, versando sobre uma epistemologia ambiental.<sup>66</sup>

---

<sup>62</sup> Graças ao poderio tecnológico multiplicado ao longo do século, a economia mundial conheceu crescimento sem precedentes, alcançando elevados níveis de produção de *bens materiais*. Porém, a *parte maldita* do produto não para de crescer, engolida pelo aumento dos custos das transações e dos *custos embutidos* para o funcionamento do capitalismo e esterilizada nos circuitos de especulação financeira, gerando uma *riqueza virtual*, sem esquecer as despesas bélicas. SACHS, 1998, p.2-3, grifo do autor.

<sup>63</sup> Como por exemplo o Projeto de Lei (PL) 827/2015, conhecido como Projeto de Lei de Proteção aos Cultivares, quer passar para grandes empresas o controle sobre o uso de sementes, plantas e mudas modificadas.

<sup>64</sup> As características da legislação ambiental fazem com que ela seja excessivamente burocratizada, com alto nível de contradição e incompletude, com pouca eficácia e eficiência, desde sua construção normativa até sua aplicação nos casos reais de infrações penais ou administrativas.

<sup>65</sup> Nesse sentido, ver <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2018/01/29/responsabilidade-da-samarco>>.

<sup>66</sup> “na história humana, todo saber, todo conhecimento sobre o mundo e sobre as coisas tem estado condicionado pelo contexto geográfico, ecológico e cultural em que produz e se reproduz determinada formação social. As práticas produtivas, dependentes do meio ambiente e da estrutura social das diferentes culturas, geraram formas de percepção e técnicas específicas para a apropriação social da natureza e da transformação do meio. Mas, ao

Leff lembra que essa racionalidade se encontra infiltrada até mesmo no discurso do desenvolvimento sustentável, sendo difícil se desvincular da ideologia salvacionista apregoada pelo mercado. Essa perspectiva está presente em algumas teorias que pretendem suavizar os efeitos maléficos causados pela industrialização e pelo crescimento econômico desmedidos através de tecnologias “verdes” ou “mais limpas”.<sup>67</sup> Não se trata de demonizar as tecnologias, mas perceber quais<sup>68</sup> são a lógica e a racionalidade postas nos mecanismos de produção ou nas estratégias de consumo.

A crise de percepção aparece no pensamento de Capra, o qual defende que os problemas que afetam o mundo necessitam ser vistos de forma conjugada, pois não poderão ser resolvidos separadamente, ou seja, os fenômenos se constituem de forma complexa e interligada, confirmando-se como diferentes facetas de uma única crise, a crise de percepção. Segundo o autor, o homem e as instituições sociais vivem com conceitos de uma visão de mundo obsoleta, além de uma percepção da realidade inadequada para lidar com um mundo superpovoado e globalmente interligado.<sup>69</sup>

Assim, a destruição de florestas como a amazônica, além do desmatamento e da morte de animais, confirma a eliminação de ecossistemas inteiros e, ameaça maiores mudanças climáticas em todo planeta, direta ou indiretamente, não podendo ser confundida com a mera utilização – fragmentada – de um recurso econômico.<sup>70</sup>

No mesmo sentido cabe lembrar as discussões sobre a Agenda 21 que propunham soluções locais, como base para um desenvolvimento mais sadio, incluyente e sustentável. Essa agenda local propunha a descentralização do poder decisório, o que por consequência fomentaria uma melhor participação democrática, na qual os cidadãos tornar-se-iam mais responsáveis pelas ações. Embora a percepção deva ser de um mundo interligado e complexo, as ações devem ser localizadas, o que não significa que sejam desconexas e fragmentadas.

---

mesmo tempo, a capacidade simbólica do homem possibilitou a construção de relações abstratas entre os entes que conhece.” Leff, 2002, P. 21.

<sup>67</sup> “a teoria e as políticas econômicas procuram eludir o limite e acelerar o processo de crescimento, montando um dispositivo ideológico e uma estratégia de poder para capitalizar a natureza. Daí emergem o discurso neoliberal e a geopolítica do desenvolvimento sustentável, reafirmando o livre mercado como mecanismo mais clarividente e eficaz para ajustar os desequilíbrios ecológicos e as desigualdades sociais” Leff.(2006, p.225).

<sup>68</sup> LUSTOSA, Maria Cecília. Industrialização, Meio Ambiente, Inovação e competitividade. In: MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (orgs). Economia do meio ambiente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

<sup>69</sup> CAPRA, 1996.

<sup>70</sup> Santos entende que: “há, então, em matéria de biodiversidade das florestas tropicais, uma dupla ignorância: *a ignorância do que ela é*, porque a desconhecemos, porque ela ainda não foi amplamente estudada pela ciência ocidental e porque o saber tradicional desaparece sob os golpes da sociedade moderna antes mesmo que o seu valor seja reconhecido; e *a ignorância do que a biodiversidade poderia vir a ser*, ignorância irresponsável e inconsequente de quem dilapida uma riqueza do futuro sem nem ao menos antecipar seus benefícios no presente.” 2003, p.19, grifo nosso.

Muito pelo contrário, as ações devem constituir um movimento de sustentabilidade e de um comprometimento ético compartilhado.

Trata-se de politizar as relações ambientais a partir da essência de seu conteúdo, ou seja, a crise do conhecimento moderno permite ampliar e reaprender, a partir de outros saberes. Essa perspectiva inaugura a possibilidade de uma politização do conhecimento pela reapropriação social da natureza. Porém, como bem adverte Leff, a ecologia não é política em si e a utilização da política sobre a organização ecossistêmica da natureza apenas evidencia que ela tem sido negada e externalizada do campo da economia.<sup>71</sup>

Disso se trata a crise de percepção enquanto uma crise epistemológica, da qual se pode evidenciar algumas alternativas, desde que exista o rompimento com preceitos da racionalidade hoje dominante, e, por consequência, de um processo de descolonização do pensamento<sup>72</sup>.

A partir dessa análise é que vão se configurando alguns marcos do que Beck<sup>73</sup> chamará de riscos globais, principalmente quando aponta que a natureza deixou de ser um fenômeno dado para ser um fenômeno produzido, tornando-se, assim, um produto do sistema industrial.<sup>74</sup>

Portanto, é nesse sentido que se mostra relevante uma mudança paradigmática e radical, de rompimento com os valores, a forma de conhecimento e de percepções da modernidade, em favor de um olhar complexo sobre o mundo, ou seja, de um movimento de interligação dos saberes, tal qual sinalizado pelo pensamento de Edgar Morin e de Fritjof Capra.

Morin<sup>75</sup> sintetiza bem suas ideias ao dizer que “o paradoxo é o seguinte: vivemos numa época em que tudo no mundo está inter-relacionado, e não há nenhuma consciência pertinente que seja válida se não tiver pelo menos o mundo como horizonte para todos os grandes problemas.”

Em que pese a pós-modernidade seja atrativa e será enunciada por vezes ao longo do trabalho, a proposta inicial a ser desenvolvida ainda reside na modernidade, razão pela qual, opta-se pela segunda possibilidade avançada por Stein, qual seja, a de um contemplador crítico da modernidade. Com relação aos aspectos substantivos da modernidade, Stein destaca que

perguntar pela substância da modernidade só podem aqueles que de alguma maneira se colocam no *fim* da modernidade, ou ao menos aqueles que assumiram dentro da

---

<sup>71</sup> LEFF, P, 311.

<sup>72</sup> É nesse sentido que Leff afirma justamente que “a construção de uma racionalidade ambiental implica a desconstrução da racionalidade dominante, que, por sua vez, implica a descolonização e a emancipação de saberes locais”. p. 321

<sup>73</sup> BECK, 1998.

<sup>74</sup> Depreende-se que a biotecnologia busca converter os bens de valor ambiental em bens de valor econômico, ou seja, transformá-la de capital natural em capital artificial, depositando sobre ela taxas, direitos de propriedade intelectual e *royalties* que confirmam a criação do *biomercado* como o mais promissor dos mercados. (SANTOS).

<sup>75</sup> (2003, p. 27).

modernidade um lugar, eu não diria de contempladores neutros, mas, em todo caso, de contempladores sob algum aspecto: ainda que este aspecto possa ser crítico.<sup>76</sup>

No mesmo sentido é importante mencionar que o termo modernidade, aqui empregado, tem referência inicial com a periodização histórica, mas avança para questões muito mais amplas e que trazem a modernidade até o século XXI, enquanto um projeto inacabado ou no devir da modernidade.

Portanto, a modernidade se identifica, como se percebe em Dussel, desde as movimentações do Império romano, passando pelas navegações espanholas, até alcançar a Revolução Francesa.<sup>77</sup> Bauman amplia essa perspectiva ao compreender a história da modernidade enquanto uma história de tensão entre a existência social e a sua cultura, ou seja,

a existência moderna força sua cultura à oposição a si mesma. Essa desarmonia é precisamente a harmonia de que a modernidade precisa. A história da modernidade deriva seu dinamismo excepcional e sem precedentes da velocidade com que descarta sucessivas versões de harmonia, primeiro desacreditando-as como nada mais que pálidos e imperfeitos reflexos dos seus *foci imaginarii*. Pela mesma razão, pode ser vista como a história do *progresso*, como a *história natural* da humanidade.<sup>78</sup>

Evoca-se então a urgência de uma mudança paradigmática de reorientação do modelo de desenvolvimento adotado pelo sistema capitalista, deixando de ser restritamente ligado à performance econômica de cada sociedade, com sacrifício permanente das relações sociais e ecológicas.

Em certo sentido, o desenvolvimento sustentável se apresentou como sendo a resposta. Novamente se percebe o canto das sereias a seduzir os advertidos marinheiros. Pelo menos por certo período, notadamente as últimas décadas do século XX e início do século XXI, ele apareceu como nova diretriz. Naquele contexto, destacou-se que a sustentabilidade se propunha como alternativa ao paradigma exploratório, como por exemplo a Agenda 21<sup>79</sup>, ao entender que tecnologias ambientalmente saudáveis são as que protegem o meio ambiente, são menos poluentes, usam todos os recursos de forma mais sustentável, reciclam mais seus resíduos e

<sup>76</sup> Stein, 1990, p. 13.

<sup>77</sup> “Las tres etapas del “Mundo germano” son un “desarrollo” de ese mismo Espíritu. Son los Reinos del Padre, del Hijo y del Espíritu Santo 27, y “el imperio germánico es el Reino de la Totalidad, en el que vemos repetirse las épocas anteriores” 28: la Primera Epoca, las migraciones germánicas en tiempos del imperio romano; la Segunda Epoca, la Edad Media feudal. Todo remata con tres hechos finales: el Renacimiento de las letras y las artes, el descubrimiento de América y el paso hacia la India por el Cabo de Buena Esperanza al sur del Africa. Pero estos tres hechos terminan la terrible noche de la Edad Media pero no “constituyen” la nueva Edad. La Tercera Edad, la “Modernidad” se inicia con la reforma luterana propiamente alemana, que se “desarrolla” totalmente en la “Ilustración (Aujklärung)”, y la Revolución Francesa.” DUSSEL, 1994, p.19.

<sup>78</sup> BAUMAN, modernidade e ambivalência. 1999, p. 17, grifo do autor.

<sup>79</sup> A Agenda 21 é um programa de ação para a implementação do desenvolvimento sustentável, guiando a humanidade na direção de um desenvolvimento socialmente justo e ambientalmente sustentável, tendo sido aprovada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992, na qual participaram 178 países.

produtos e tratam os despejos residuais de uma maneira mais aceitável do que as tecnologias que vierem a substituir.<sup>80</sup>

Não que essas afirmações estejam hoje inadequadas, mas parece correto que se perceba o grau de idealização das mesmas e, por consequência, seu nível de ineficácia no plano concreto. O último capítulo trará essa discussão à tona.

Por fim, o que se depreende desse cenário de crise é o fator de insustentabilidade presente nas propostas vinculadas ao progresso e ao desenvolvimento. A construção dessa tese pretende, em alguma medida, ser parte desse olhar em perspectiva, articulando as incertezas e as complexidades do cenário socioambiental, analisando-as desde as margens.

## **1.2 Articulação e diálogo de saberes na constituição de um Doutorado Interdisciplinar – o PPGMADE**

A escolha por um programa interdisciplinar constitui um grande desafio, semelhante aquele vivenciado por Odisseu ao se lançar ao mar. Para garantir a aventura foi preciso que articulasse diferentes conhecimentos. Portanto, oportuna à narrativa, a articulação e o diálogo de saberes realizado durante os “anos coletivos” do Doutorado. Não se pretende realizar apurada etnografia do programa, mas antes, de maneira singela, propiciar uma descrição idiossincrática que permita antever – desde o trabalho coletivo - as escolhas metodológicas e questões de fundo que conduziram a pesquisa individual posterior.

Essa opção pelo diálogo de saberes é uma característica fundacional ao Programa de Pós-graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – PPGMADE, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, assim como pela estruturação de seu quadro docente e, por conseguinte, das turmas discentes.

Os módulos de conhecimento também permitem essa vivência de conexão, desde a multiplicidade de visões disciplinares até a construção e articulação interdisciplinar de um projeto coletivo. Outro fator importante está relacionado ao ingresso no programa, uma vez que, diferentemente de outros programas, o PPGMADE não solicita um projeto de pesquisa quando do seu ingresso, mas direciona os esforços iniciais para uma “carta de intenções”. Essa singularidade do programa pretende fazer com que o olhar coletivo e plural do programa esteja presente quando da construção do problema de pesquisa, o que é realizado em duas etapas

---

<sup>80</sup> BARBIERI, 2003.

importantes. A primeira delas coletiva, quando da realização da Oficina IV e a segunda, individual, quando do que se pretende, seja a tese individual.

Por essas razões, este tópico, procura apontar alguns aspectos do período de 2014 até 2017, enquanto período que deu suporte teórico e analítico para se problematizar e iniciar a escrita da presente tese interdisciplinar.

Dentro dessa perspectiva, constatou-se que os estudos anteriores realizados por esse pesquisador – desde sua área de formação – até as pesquisas realizadas no Mestrado, eram voltadas para a questão do desenvolvimento e os temas correlatos a ele a partir de uma forte visão política e econômica – seja para compreender a sua construção, seja para sua crítica, e a pensar o desenvolvimento sustentável.

Assim, esse tópico está construído a partir da necessidade de articular também alguns aportes com relação a questão ambiental procurando aproveitar o diálogo possível a partir dos primeiros módulos do curso de Doutorado no PPGMADE.

Para tanto, inicia-se com um aporte a partir das ciências da terra, passando a uma discussão sobre a relevância e constituição de uma pesquisa interdisciplinar e, por fim, um breve relato e aportes que as pesquisas da OFICINA IV, realizadas no âmbito do curso permitiram alcançar.

### *1.2.1 Do mundo fisicalista ao mundo da vida: a perspectiva sistêmica nos primeiros passos no PPGMADE*

Mendonça lembra que “estudar a cidade, o fato urbano, a metropolização, não é atributo de nenhuma ciência em particular, isto porque a cidade se constitui numa verdadeira encruzilhada, onde se encontram diferentes realidades, dinâmicas, interesses e saberes”<sup>81</sup>

Como parte inicial da aventura epistemológica sobre o ambiente, iniciou-se um estudo sistêmico sobre a interrelação entre o mundo fisicalista, o mundo biológico e a ecologia, de modo que se pudesse chegar até o mundo da vida e, com isso, ter uma percepção sistêmica e complexa sobre o ambiente. Essa tarefa, realizada ao longo dos três primeiros módulos, alargam a compreensão sobre o ambiente, uma vez que, “o ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza, através das relações de poder inscritas nas formas dominantes do conhecimento.”<sup>82</sup>

---

<sup>81</sup> MENDONÇA, 2007, p. 80.

<sup>82</sup> LEFF, 2012, p. 17.

Multiplos saberes incidem sobre a questão do meio ambiente e a abertura para uma construção dialógica de uma pesquisa permite importante grau de aprofundamento sobre o tema. Por essa razão, o primeiro aporte está fundado na compreensão de elementos presentes no mundo físico até sua complementação com o mundo da vida e desta para a escala humana. Sua relevância na construção dessa tese está correlacionada a visão interdisciplinar e não necessariamente ao tema objeto central da investigação. São apenas fragmentos que sinalizam alguns aspectos do que hoje se evidencia como parte do cenário socioambiental.

O cenário científico do século XX foi transformado em decorrência das evidências da atuação humana desagregadora e, muitas vezes, predatória do homem sobre a natureza. Nesse cenário, as questões ambientais passaram a ter maior relevância, principalmente quando referentes às mudanças climáticas e os riscos decorrentes dessas. Como ponto de interseção dessa análise, pode-se evidenciar o papel preponderante das cidades e dos aglomerados populacionais, não somente como produtores de danos ao meio ambiente, mas como parte do próprio meio ambiente.

Nesse ponto também é válido observar os estudos sobre as mudanças climáticas e o papel do efeito estufa, colocando tais temas na agenda ambiental. Note-se que sem o efeito estufa, "estima-se que a temperatura média na Terra seria em 33°C menor que a atual, o que o torna essencial para a vida e atividades humanas em diversas áreas do planeta."<sup>83</sup>

Sobre o aquecimento global, observa-se que, ao longo da era industrial, com o acelerado incremento de atividades humanas, provocou-se uma aceleração de processos naturais de aquecimento. Ainda em Mendonça, destaca-se que o consumo de carvão mineral era de 15 milhões de toneladas no século XIX, passou para 132 milhões de toneladas em 1860, atingindo no final do século XIX 700 milhões de toneladas, somando-se com a queima de combustíveis fósseis ao longo do século XX. Além disso, o desmatamento (aumento da carga de CO<sub>2</sub> e diminuição da fotossíntese), a rizicultura irrigada (produção de gás metano) e a pecuária (Dióxido de Carbono e de metano).<sup>84</sup>

Embora possa parecer que nem todos esses processos afetam diretamente as cidades, é preciso reiterar que os problemas ambientais não conhecem fronteiras políticas, e, desta forma, esses problemas decorrentes são tão complexos que afetam a vida humana diretamente ou indiretamente. Assim, evidencia-se que o aquecimento global pode gerar o degelo de calotas polares e, conseqüentemente, o aumento do nível do mar. A água doce no mar afetaria as correntes marinhas, e, por conseguinte, variações de precipitações, com chuvas torrenciais

---

<sup>83</sup> MENDONÇA, 2007, p. 73.

<sup>84</sup> MENDONÇA, 2007, p.73.

seguidas por enchentes, deslizamentos, movimentos de massa e erosão do solo. Desses eventos, comprometimento dos depósitos de água potável, e, de outra sorte, regiões inteiras com redução de chuvas e solos áridos, inviabilizando determinadas atividades agrícolas. Desse processo, a emigração como alternativa, ou, como se tem chamado, de refugiados ambientais.<sup>85</sup>

Ademais, o aumento do clima e da umidade em decorrência das chuvas, pode intensificar, principalmente nos centros urbanos, a disseminação de vetores de doenças como a malária, o dengue, o cólera, a esquistossomose, além da desnutrição, diarreias, e desidratação. Ainda, ondas de calor farão aumentar a umidade e a poluição, agravando os problemas respiratórios da população.<sup>86</sup>

Outro ponto importante dos problemas ambientais que afetam a cidade em sua relação com o clima é em função do asfalto e do concreto que substituem, nas grandes cidades, o espaço destinado a vegetação, ocasionando a redução da evapotranspiração e a “sobra” de calor para aquecer o ar próximo da superfície, aumentando sua temperatura. Esse é o chamado efeito de ilha de calor, que faz as temperaturas do ar serem 3°C a 5°C maior nos grandes centros urbanos quando comparadas às de suas redondezas.<sup>87</sup>

A inter-relação entre clima, problemas ambientais e o espaço urbano parece então muito claro. Ojima e Hogan, citando Cohen, assinalam que chega ser irônico pensar que a batalha pela sustentabilidade não será feita em florestas tropicais ameaçadas, mas principalmente nas ruas das grandes cidades.<sup>88</sup> Mais que isso, a construção de alternativas ou respostas aos problemas que as cidades sofrem e sofrerão, depende em grande parte de mudanças que operam sistemicamente, ou seja, é preciso pensar tanto no aquecimento decorrente do asfalto quanto das desigualdades sociais, a pobreza, e o que se tem chamado de vulnerabilidade socioambiental.

Pensar essa vulnerabilidade encontra sentido com a racionalidade econômica que determina um avanço de vulnerabilidade sobre os vulneráveis. Isso ocorre a partir de uma

adotar o enfoque da vulnerabilidade sócio-ambiental significa desenvolver uma abordagem que introduz um recorte social no tratamento dos fatores de vulnerabilidade e risco associados aos referidos eventos climáticos, especialmente, quanto à capacidade de resiliência ou adaptação de populações já vulnerabilizadas que poderão por eles serem atingidas. Para tanto, são levados em conta os modos pelos quais os fatores que resultam na condição de pobreza, as desigualdades sociais e os modelos de desenvolvimento iníquos e insustentáveis contribuem para ou acentuam a vulnerabilidade ambiental de grupos populacionais, no caso, grupos localizados em áreas escolhidas no Brasil.<sup>89</sup>

---

<sup>85</sup> MENDONÇA, 2007.

<sup>86</sup> MENDONÇA, 2007.

<sup>87</sup> MALUF E ROSA, 2007, p.4.

<sup>88</sup> OJIMA & HOGAN, 2008.

<sup>89</sup> 2011, p.2.

Nesse sentido, Ojima e Hogan alertam sobre a necessidade de estudos sobre a dispersão urbana que poderia ser uma alternativa, mas isto ainda é embrionário. Em decorrência dessas estruturas não mais dependentes de um centro urbano específico, seria possível pensar um *planejamento regional* que avaliaria as necessidades da região e não meramente de um local individualizado. Sobretudo pelo avanço e disseminação dos meios e vias de transporte, contextos espaciais mais amplos são incorporados dentro do mesmo modo de vida cotidiano, que atende as lógicas de uma sociedade urbana, mesmo que em contextos que poderiam ser vistos – nas categorias tradicionais - como áreas rurais.<sup>90</sup>

A perspectiva que se lança é de compreender melhor a importância dos espaços urbanos enquanto interferências significativas no meio ambiente, e, diante do crescimento da urbanização, avaliar os efeitos da atuação humana nesses espaços, assim como os limites para essa atuação. Assim, é necessário estabelecer um planejamento na ocupação e utilização de recursos, buscando alternativas que mitiguem as consequências danosas do aquecimento global, principalmente no sentido de diminuir a vulnerabilidade socioambiental e os riscos ambientais.

Outro fator importante na compreensão do diálogo de saberes e da interdisciplinaridade está relacionado a ecologia<sup>91</sup> e seu diálogo com *e a partir* da biologia. Desta forma, sua compreensão, seus limites e possibilidades amparam-se na moderna concepção de ciência, seguindo sua metodologia e formas de estudo. Outro fator importante está em sua autonomia enquanto ramo da ciência, visto que ocorrerá justamente quando a ciência moderna passa por uma crise substancial de seus paradigmas e evidencia uma crise maior ainda, a crise ambiental. Dito de outro modo, justamente as crises ambientais permitiram a evocação da ciência ecológica para auxiliar na construção de respostas a tais problemas de ordem ambiental.

As ciências modernas – fragmentadas e especializadas – não puderam responder a tais demandas complexas, exigindo uma nova percepção, traduzida por um pensamento complexo. Odum lembra que o próprio homem foi afastado da natureza, que passou a ser visualizada apenas como um objeto de estudo. Nesse sentido, “o grande paradoxo é que as nações industrializadas conseguiram o sucesso desvinculando temporariamente a humanidade da natureza, através da exploração de combustíveis fósseis, produzidos pela natureza e finitos, que estão sendo esgotados com rapidez”<sup>92</sup>.

---

<sup>90</sup> OJIMA & HOGAN 2008, p.6.

<sup>91</sup> A ecologia versa sobre o estudo do ambiente da casa, ou seja, em sua etimologia, alcançam-se as palavras gregas *oikos* (casa) – *logos* (estudo). Odum lembra que “a ecologia é o estudo do ‘lugar onde se vive’, com ênfase sobre ‘a totalidade ou padrão de relações entre os organismos e o seu ambiente’”. Foi o biólogo Ernst Haeckel que, em 1869, cunhou o termo ecologia para expressar uma ciência moderna específica, embora desde os grupos nomades primitivos já se observasse certos fragmentos de conhecimentos sobre o meio ambiente, desde a utilização do fogo e os instrumentos para melhor sobreviver nesses ambientes. Conforme ODUM, 1988, p. 1.

<sup>92</sup> ODUM, 1988, p.1.

Desses processos acelerados já evidenciados nos itens anteriores é que se chegou a síntese da crise socioambiental enquanto manifestação da crise do pensamento ocidental e domínio e controle sobre a natureza.<sup>93</sup>

Frente a essa crise, a ecologia e sua estrutura em níveis de organização, a noção de sistema, de população, de comunidade, de bioma e o estado contínuo permitem afirmar as possibilidades da ecologia auxiliar na resolução dos problemas do século XXI. Mais que isso, a partir da ecologia foi possível ponderar sobre o princípio das propriedades emergentes, segundo o qual, “a medida que os componentes ou subconjuntos combinam-se para produzir sistemas funcionais maiores, emergem novas propriedades que não estavam presentes no nível inferior.”<sup>94</sup>

Avaliando esses elementos de uma maneira sistêmica, é possível assinalar um rompimento com as fragmentações de outras ciências. Desses preceitos é possível identificar consonância com as ideias de sustentabilidade, aplicada aos recursos renováveis, principalmente os que podem se exaurir pela exploração descontrolada. Assim, apoia-se na ideia de que só é possível uma utilização de recursos permanente, se esta se restringir apenas ao incremento de período, geralmente um ciclo anual, de modo que seja preservada a base inicial dos recursos.<sup>95</sup>

No entanto, a relevância da biodiversidade das florestas tropicais para a sobrevivência permanece no campo do que Santos chama de dupla ignorância, ou seja,

*a ignorância do que ela é, porque a desconhecemos, porque ela ainda não foi amplamente estudada pela ciência ocidental e porque o saber tradicional desaparece sob os golpes da sociedade moderna antes mesmo que o seu valor seja reconhecido; e a ignorância do que a biodiversidade poderia vir a ser, ignorância irresponsável e inconsequente de quem dilapida uma riqueza do futuro sem nem ao menos antecipar seus benefícios no presente.*<sup>96</sup>

Portanto, é nesse sentido que se mostra relevante uma mudança paradigmática e radical, de rompimento com os valores, a forma de conhecimento e de percepções da modernidade, em favor de um olhar complexo sobre o mundo, ou seja, de um movimento de interligação dos saberes, tal qual sinalizado pelo pensamento de Edgar Morin e de Fritjof Capra.

É nesse sentido que a ecologia, assinalada por Leff como uma ecologia política, pode ser instrumento importante para provocar a mudança desse cenário de risco, principalmente em

---

<sup>93</sup> LEFF, 2006, p. 288.

<sup>94</sup> ODUM, 1988, p. 3.

<sup>95</sup> BARBIERI, 2003.

<sup>96</sup> SANTOS, 2007, p. 19.

virtude das características “do saber ambiental – seus efeitos nas crenças e comportamentos dos agentes sociais, assim como no desenvolvimento das ciências e disciplinas sociais – fertilizam o terreno para fundar uma ecologia política do saber ambiental.”<sup>97</sup>

Por fim, é possível pensar a própria lógica da evolução da vida e do homem. A existência humana foi acompanhada desde os primórdios por algumas perguntas, dentre as quais se destaca aquelas relacionadas à própria existência. Observando essa característica, é possível evidenciar que grande parte da história foi narrada à luz de conceitos, regras e tabus que construíram o imaginário dessas populações, assim como, os elementos antagônicos a essas narrativas passaram a fazer parte de uma visão maniqueísta do mundo e, portanto, negadas e muitas vezes perseguidas.

Um bom exemplo dessas considerações está relacionado aos aspectos da existência do próprio homem, uma vez que os relatos de muitos povos descreviam a criação do ser humano como um “produto pronto” por alguma divindade. Na cultura da civilização moderna ocidental o mito fundante da criação do mundo, dos animais, das plantas e do próprio ser humano esteve amparado nas narrativas bíblicas.

Assim, seguindo a mesma linha de Fernandez e seu “poema Imperfeito”, que lembra Thoreau e seu “poema perfeito” descrevendo as margens do lago Walden, é possível avaliar que a visão de um Deus perfeito somente poderia criar um mundo perfeito. Portanto, aqueles que buscassem outra explicação sobre a criação perfeita de Deus, estariam colocando em questionamento o próprio Deus. Isso se reflete também na constituição das cidades, conforme se observará no capítulo seguinte.

A partir disso, é compreensível que os pensadores do final da Idade Média e início da Idade Moderna tenham enfrentado tantos problemas com a Igreja Católica Apostólica Romana, que representou durante certo tempo à própria expressão política, econômica e judicial no mundo ocidental. Um dos fatores mais importantes para esse confronto estabelecido entre a fé e a nascente ciência ocorreu a partir das navegações marítimas que ampliaram a visão do mundo europeu e provocaram questionamentos sobre as noções de tempo e espaço, assim como da própria diversidade da criação divina. Fernandez assinala que “chegavam notícias dos mais estranhos animais: macacos, elefantes, rinocerontes, leões, aves em infinita variedade, uns mamíferos com bolsas e outros ainda mais estranhos que punham ovos, homens-macaco de pelagem avermelhada.”<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> LEFF, 2006, p.288.

<sup>98</sup> FERNANDEZ, 2000, p.23.

Ademais, à luz da paleontologia e da geologia, as evidências de que as narrações bíblicas estavam equivocadas pareciam brotar dos solos. Fernandez assinala que

nos fins do século XVIII o botânico sueco Linnaeus criou o primeiro sistema abrangente e eficiente de catalogação desta diversidade, criando as bases da nomenclatura biológica usada até hoje. Armados deste sistema, os naturalistas viajantes do século XIX intensificaram a exaustiva exploração dos novos mundos e a descrição de sua assombrosa riqueza de seres vivos.<sup>99</sup>

O que se destaca dessa passagem é justamente o fato de que a intervenção europeia sobre os novos povos, os novos continentes e os novos meio ambientes naturais que eram descobertos, se afastou das explicações divinizadas ao mesmo tempo em que reposicionava o homem europeu em seu lugar, ou seja, promovia a exploração, destruição e a apropriação de tudo que lhe interessasse. Esses temas serão abordados novamente nos capítulos seguintes.

Antes, porém, somando-se a esse aspecto ideológico, encontra-se também uma falsa percepção de *natureza intocada*, ou, como Fernandez defende – uma presunção dos europeus no sentido de estarem encontrando faunas e floras completas. Para desmistificar a natureza, o autor indica o que ele chama de sincronismo muito preciso entre as cronologias da onda humana e da onda de extinção. Nesse sentido, lembra que as extinções ocorridas no Pleistoceno foram assincrônicas nos continentes, tendo ocorrido extinções mais recentes em ilhas, principalmente após a ocupação humana desses espaços.<sup>100</sup>

Das falseáveis hipóteses do bom selvagem em coexistência harmônica com a natureza, decorre uma falsa tese de que “o poema estava perfeito até tão pouco tempo atrás que devem faltar bem poucos versos e, quem sabe, se corrigirmos alguns errinhos, nossos filhos poderão conhecê-lo em sua plenitude.”<sup>101</sup> Pelo contrário, a decadência das civilizações esteve relacionada, ao longo da história, com a destruição do ambiente e o esgotamento da base de recursos.

No que diz respeito ao antropocentrismo referenciado anteriormente, outro elemento importantíssimo é dado pelas contribuições de Charles Darwin, e sua obra, “Sobre a Origem das espécies” de 1859. Ele não foi o primeiro a falar sobre evolução, mas foi o primeiro a propor um mecanismo plausível para a ocorrência da evolução: a seleção natural. É importante compreender que as teses lançadas por Darwin encontraram terreno fértil na visão colonialista e expansionista, e isso permitiu a dominação e segregação dentro da própria espécie humana, sob uma alegação dita “científica”. Por certo também que as principais concepções de Darwin

---

<sup>99</sup> FERNANDEZ, 2000, p.23.

<sup>100</sup> 2000, p. 33.

<sup>101</sup> 2000, p.40.

foram reelaboradas pelo senso comum, tentando traduzir conceitos que fossem relevantes para a manutenção de uma visão antropocêntrica da existência no homem europeu. De outra parte, Darwin sofreu duras críticas por parte da Igreja, uma vez que colocava em cheque a própria origem da humanidade.

No que diz respeito aos mecanismos evolutivos, do que se destacam a mutação, influências climáticas, recombinação e seleção natural, é relevante esclarecer que apontam sempre as modificações que melhor se adaptaram ao meio e não necessariamente uma visão de progresso que alçaria os mais evoluídos a condição de melhores – perfeitos. Essa falsa compreensão da biologia e da obra de Darwin é fruto do racionalismo e da visão antropocêntrica. Com relação às mutações, destaca-se que são raras e grande parte delas são deletérias, demonstrando dificuldade de sobrevivência ao meio ambiente.

Nesse aspecto, Fernandez lembra que o próprio Darwin tinha compreensão de que a seleção natural discriminaria fenótipos, acumulando genes mais bem adaptados e não os indivíduos, ou seja, a luta pela existência jamais poderia ser interpretada como um combate sanguento em meio a garras. Antes disso, a seleção natural é “um processo estatístico pelo qual genes melhor adaptados vão se tornar mais frequentes na população, no lugar de genes menos bem adaptados.”<sup>102</sup>

A apropriação dos conceitos darwinianos para a legitimação da superioridade do ser humano também se coloca no conceito de sobrevivência do mais apto, uma vez que “o mais apto só pode normalmente ser conhecido *a posteriori* como sendo aquele que sobrevive.”<sup>103</sup>

Por fim, no que diz respeito à própria noção de evolução, Darwin preferia o termo “descendência com modificação”, porém, o termo não vingou, pois não trazia implícita a ideia de progresso. Conforme já destacado, o que se evidencia é justamente uma apropriação das ideias e nomenclatura da biologia para explicar e justificar elementos culturais e de representação simbólica do homem, como o progresso e o colonialismo. Mais que isso, os mecanismos de seleção natural não possuem objetivos finais, ou razão teleológica definida, e, portanto, é observável que o ser humano impõe finalidades ao que pensa ser o processo evolutivo, muitas vezes apontando o “mais inteligente” ou o “mais rico” como se fosse o “mais apto” a sobreviver, desconhecendo que o “agente de seleção é o ambiente que uma espécie experimenta no momento e local em questão.”<sup>104</sup>

---

<sup>102</sup> FERNANDEZ, 2000, p.219.

<sup>103</sup> FERNANDEZ, 2000, p.220.

<sup>104</sup> FERNANDEZ, 2000, p.220.

A receptividade destas ideias pode sinalizar ainda uma transição de paradigmas para a sustentabilidade a percepção dos problemas socioambientais. Conceitos esses que a modernidade afirmou como excludentes passam – na construção teórica da ecologia política – por uma necessária interligação, permitindo que o saber ambiental evidencie práticas sociais que busquem a equidade, a diversidade cultural, a sustentabilidade ecológica e de solidariedade transgeracional.

### 1.2.2 A interdisciplinaridade e a complexidade na pesquisa

A pesquisa é um conjunto de ações que se traduz na construção do conhecimento. Trata de percorrer, a partir de uma escolha metodológica, um caminho em busca de respostas que possibilitem o conhecimento, seu desvelar ou até mesmo sua validade. Uma pesquisa interdisciplinar, amplia essa possibilidade a partir de um diálogo - nem sempre pacífico ou harmonioso - entre ramos distintos da ciência moderna.

Para além dos apontamentos e interseções já apresentadas ao longo do trabalho, no que diz respeito aos aspectos e temas vinculados as ciências da terra e da natureza, torna-se relevante procurar fazer uma conexão desde as ciências sociais aplicadas. Assim, evidencia-se que a perspectiva de uma pesquisa interdisciplinar, suas complexidades de organização e de produção, assim como os perigos e armadilhas que se colocam à circum-navegação em sua direção evocam a ideia lançada por Leff<sup>105</sup> de uma dita “aventura da epistemologia ambiental”, sendo necessária mínima cartografia de sua constituição no campo das ciências.

Portanto, pensar a questão ambiental exige a compreensão das lógicas internas do campo de conhecimento, assim como a possibilidade de emancipação desse conhecimento decorre do diálogo entre a interdisciplinaridade e complexidade, o que permitirá ultrapassar seus cânones em busca do saber ambiental.

A pesquisa interdisciplinar apresenta o desafio cognitivo próprio da interrelação entre conhecimento e complexidade, explorando os campos de conhecimento sem que isso resulte na superficialidade de tais temas, assim como, a procura por respostas não se reduza a idolatria de um ou outro objeto de estudo, *bezerros de ouro* da ciência moderna, como por exemplo a sacralização da vida humana ou a busca pelo *jardim do Éden* na terra.

---

<sup>105</sup> Leff assinala que “a epistemologia ambiental é uma aventura do conhecimento que busca o horizonte do saber, nunca o retorno a uma origem de onde parte o ser humano com sua carga de linguagem; é o eterno retorno de uma reflexão sobre o já pensado que navega pelos mares dos saberes exilados, lançados ao oceano na conquista de territórios epistêmicos pelo pensamento metafísico e pela racionalidade científica.” LEFF, 2012, p. 16.

O conhecimento, em sua concepção moderna, se coloca como um ponto de partida para a compreensão do próprio ser humano, sua individuação e domínio sobre o mundo.

.a ciência moderna não se constituiu como consequência direta da transformação da natureza em objetos de trabalho e da demanda crescente de conhecimentos tecnológicos. Esta emergiu como resultado das transformações ideológicas vinculadas à dissolução do sistema feudal ao surgimento do capitalismo que estabeleceram um novo campo epistemológico para a produção de conhecimentos: Copérnico deslocou a Terra do centro do Universo; Descartes produziu o sujeito da ciência como princípio produtor, autoconsciente de todo conhecimento.<sup>106</sup>

Mais que isso, Marques muito bem indica que, para a moderna ciência da natureza o conhecimento não se funda na interpretação intelectual dos fenômenos, mas na capacidade de transformar ou dominar os objetos, ou seja, “realiza-se o conhecimento do fenômeno à medida em que ele é produzido pelo homem como o recurso da dupla instrumentalidade: da hipótese conceitual e do instrumento científico que a encarna e materializa. Os fenômenos são tecnicamente constituídos; não são dados, mas resultados; não se descrevem, mas se produzem.”<sup>107</sup>

O pensamento científico permitiu a divisão do mundo em facetas ou níveis de organização diferentes, aliado a instrumentos específicos com o intuito de explicar os fenômenos.<sup>108</sup>

Porém, o campo científico é elegido a partir de um ponto de vista, fazendo com que existam certos encobrimentos ideológicos, a partir dos quais ocorre a exploração do trabalho e o exercício do poder das classes dominantes. Cabe lembrar que Copérnico e Galileu enfrentaram a teologia medieval.

Com o Humanismo, o saber passou a refletir uma concepção ontológica do ser humano – cuja finitude limita o conhecimento do mundo. Marques, por seu turno, ressalta esta finitude, ao compreender que o humanismo promove o pensamento profano e laico, enquanto uma perspectiva histórica de uma autêntica individualidade.<sup>109</sup>

Porém, a fragmentação da ciência moderna é incapaz de produzir os resultados para a complexidade dos problemas. Na literatura, por vezes, narra-se sobre a complexidade dos problemas atuais, mas, apenas por ressalva, é necessário apontar que a ciência moderna não seria suficiente para compreender a complexidade dos fenômenos de qualquer tempo.

---

<sup>106</sup> LEFF, 2002, p. 22.

<sup>107</sup> MARQUES, 1993, p.42.

<sup>108</sup> RAYNAUT, 2011.

<sup>109</sup> MARQUES, 1993, p.37.

Floriani, esclarece que

Dividido entre uma racionalidade fria, da técnica, da ciência e da política desencantadas, e os valores que sustentam as diversas escolhas políticas e filosóficas das sociedades modernas, a objetividade instrumental, sozinha, é incapaz – destituída de valores, ou melhor, iludida pela neutralidade como um não valor – de produzir resultados que se justifiquem apenas pela eficácia dos meios para alcançar os fins (eficiência sistêmica). Mesmo que esse imperativo seja um atributo da modernidade, esta deverá conviver com diversos deuses e demônios, pois nada está dado de antemão, e os valores existem para serem disputados pelas diversas esferas da vida social, incluindo-se aí os vários sentidos atribuídos à idéia de ‘natureza’.<sup>110</sup>

Em complemento, Santos destaca que essa divisão promovida pela modernidade ocidental não significou o abandono do hipotético estado de natureza e a passagem à sociedade civil, mas, antes disso, procurou legitimar uma linha abissal do conhecimento/saberes, com base no olhar hegemônico, localizado na Europa.<sup>111</sup>

Ao que tudo indica, estaria aí o combate entre deuses e demônios, estabelecido nas linhas abissais do conhecimento e dos saberes, evocando a questão da interdisciplinaridade e, ao mesmo tempo, as novas temáticas, como o diálogo de saberes e o sentipensar.

Ainda sobre a perspectiva da interdisciplinaridade, Raynaut<sup>112</sup> remete as mudanças como sendo próximas aquelas da Renascença, enquanto uma reconstrução radical, um impulso à explosão de descobertas, redescobertas e ideias novas nos séculos XIV e XV. No século XVIII o aparecimento dos campos do saber, consubstanciados em processos materiais. Já no século XIX e início do XX, avança-se nas rupturas epistemológicas que fundam “o conhecimento científico dos processos biológicos, históricos, linguísticos e inconscientes, questionando o projeto de unificação do conhecimento da vida, do trabalho e da linguagem.”<sup>113</sup> O que muda agora é a amplitude – global – exigindo novos paradigmas, novas categorias de pensamento, novas metodologias de pesquisa e novas formas de ensino.<sup>114</sup>

Mais que isso, o conhecimento se produz e se reproduz em um campo de conflitos simbólicos, como ensina Floriani,

refletindo-se em diversas dimensões sociais: econômicas (inovações tecnológicas, impactos sobre o mercado, o trabalho humano e a educação), políticas (disputas de hegemonia sobre patentes, poder das nações e corporações transnacionais), filosóficas (debates acirrados sobre concepções teórico-metodológicas, natureza e finalidade das ciências), institucionais (disputas sobre centros de poder e de prestígio nacional e internacional, hierarquização entre sistemas legitimadores de publicações, *ranking* dos melhores e dos piores centros, etc.); culturais (maneiras de apropriação e de representação da natureza e transformação da matéria – simbolização que devolve aos seres humanos crenças novas e/ou rejeições sobre suas cosmovisões).<sup>115</sup>

<sup>110</sup> FLORIANI, 2006, p. 67.

<sup>111</sup> 2010, p. 37.

<sup>112</sup> RAYNAUT, 2011, p. 69.

<sup>113</sup> LEFF, 2002, p. 23.

<sup>114</sup> RAYNAUT, 2011, p. 69.

<sup>115</sup> FLORIANI, 2006, p. 68.

Neste sentido, Leff afirma a emergência da função da linguagem que não produz correspondente função ontológica entre as palavras e as coisas. No âmbito de processos de reprodução e transformação social é que as práticas sociais e produtivas da cultura produzirão as práticas discursivas, determinadas pelos grupos sociais e formações ideológicas no campo do saber e do poder.<sup>116</sup>

Há, portanto, um sentido no qual emerge o conflito, e do qual procura criar formulações, novos questionamentos e até mesmo novas críticas. Morin, neste ponto, utiliza como exemplo o código genético que, a cada descoberta, remete novos questionamentos e perspectivas.<sup>117</sup>

Deste modo, pensar a interdisciplinaridade é, também, realizar um processo de auto conhecimento. Dito de outro modo, trata-se de um exercício que o pesquisador faz no sentido de permitir-se analisar suas limitações e as potencialidades de seu conhecimento e de sua ciência de origem em relação ao outro (outros pesquisadores e outras ciências ou saberes), ou seja, a provocação à interdisciplinaridade traz à tona a constatação de imperfeições e de divergências, conformando-se em um olhar complexo sobre uma realidade complexa.

Eis aqui o grande desafio daquele que se coloca a pensar desde e para a interdisciplinaridade.

O primeiro passo, portanto, é compreender as ciências modernas em suas fragmentações, limitações e consequências. O segundo passo será abordar o limiar da interdisciplinaridade enquanto possibilidade de um novo olhar, se ainda não for possível pensar um novo campo sobre o conhecimento.

Na lição de Raynaut o ponto fulcral da identificação inicial de objetos e assuntos de pesquisa interdisciplinar nasce de uma relação com o mundo - que não é a mesma da que a ciência estabelece, não podendo, portanto, se satisfazer com o trabalho de um segmento da realidade isolado por razões apenas conceituais e metodológicas.<sup>118</sup> Em seguida, orienta que a primeira etapa de um trabalho interdisciplinar consiste na evidenciação das divergências existentes entre os vários cientistas no que diz respeito à interpretação do questionamento oriundo da demanda social.<sup>119</sup>

Porém, a linha abissal se coloca e se reproduz também sobre o conhecimento. Raynaut assinala que o recorte é arbitrário, o que impede o avanço da ciência que observa a totalidade

---

<sup>116</sup> LEFF, 2002, p. 24.

<sup>117</sup> MORIN, 2004, p. 2.

<sup>118</sup> RAYNAUT, 2011, p. 88.

<sup>119</sup> RAYNAUT, 2011, p. 98.

complexa em seu horizonte, mas também por estar arraigado a um passado e a um momento histórico que pretendeu impor um “filtro ahistórico” e “impessoal” ao conhecimento.<sup>120</sup>

Soma-se, ainda, que o conhecimento científico foi sequestrado pela sociedade de mercado, pela junção entre ciência e técnica, de modo que o relatório técnico possa facilmente substituir a construção dissertativa, pois que impõe sobre o texto argumentativo a síntese e objetividade resumida própria daquele. Floriani destaca que “persiste a disjunção entre os múltiplos conhecimentos disciplinares, que são representados cada vez mais através de requerimentos especializados, dispostos em sistemas de conhecimento institucionalizados, independentemente dos fins a que se prestam.”<sup>121</sup>

Ainda com relação aos obstáculos neste trabalho de autoconhecimento das ciências, pode-se identificar a perda da consciência do caráter formal e potencialmente provisório do recorte disciplinar, subjugado e transformado em sólida partição de territórios, verdadeira muralha de exclusão do pensamento que, em seu excesso, chegaram as divisões institucionais (notadamente as universidades), que evidenciaram aqueles territórios de poder já mencionados.<sup>122</sup>

Assim, a ciência pode se dobrar aos rumos e interesses da indústria, e esta, por sua vez, pode instigar a ciência a descobrir e inovar, na perspectiva de uma linearidade própria da expansão dos desejos de consumo infinito. Essa constatação de Raynaut, quanto as universidades enquanto territórios de poder se coadunam com os argumentos já avançados de Santos, quanto as linhas abissais e sua reprodução tanto em nível global quanto nível local.

Há um desencanto da razão autossuficiente, deflagrado por um novo padrão emergente da sociedade e de um sistema hegemônico de seu funcionamento, produtor de mecanismos ideológicos (cognitivos e valorativos) a serviço da legitimação dos poderes e da sobreposição de alguns estilos de vida, próprios daquele padrão emergente, sobre outros estilos e sentidos de vida.<sup>123</sup>

---

<sup>120</sup> esse recorte é arbitrário, não apenas porque segmenta uma totalidade complexa (como demonstram os próprios avanços atuais da ciência), mas também por ter nascido de um contexto cultural e socioeconômico particular, o da Europa pós-Renascença, reatando, após o longo eclipse da Idade Média, um esforço de compreensão do universo material iniciado na Antiguidade, e fundamentando o divórcio entre o ser humano e o resto do mundo. No entanto, a característica principal do pensamento científico, quando comparado a outras formas de representação do mundo, sejam elas míticas, religiosas ou ideológicas, é a de se apoiar em instrumentos de descrição e de análise dos objetos e dos fatos que transcendem as diferenças entre as culturas e as épocas, possibilitando, através da ultrapassagem do espaço e do tempo, a transmissão e o acúmulo do saber. Esse pensamento nunca se confunde com dogma, ficando sempre aberto à crítica, a dúvidas e a aprimoramentos. RAYNAUT, 2011, p. 85.

<sup>121</sup> FLORIANI, 2006, p. 68.

<sup>122</sup> RAYNAUT, 2011, p. 85.

<sup>123</sup> FLORIANI, 2006, 69.

Há, portanto, a premente necessidade de repensar o conhecimento e o saber, de modo que possam produzir outras respostas para esse cenário, sem que com isso se esteja criando uma expectativa própria do conhecimento moderno que é a salvação pela ciência. Isto em si deflagra os sinais das sereias rondando o barco de Odisseu novamente.

Assim, não se pretende que a interdisciplinaridade seja a salvadora do conhecimento. A postura do cientista que se propõe ao trabalho interdisciplinar deve se pautar por tentar tornar possível o diálogo e a colaboração entre as disciplinas, e não tentar simplesmente derrubar as fronteiras disciplinares como tentativa de promover a transdisciplinaridade.

Como bem lembra Raynaut<sup>124</sup>, não se pretende que todas as pesquisas científicas se tornem interdisciplinares, mas que exista um questionamento sobre a possibilidade de que certos objetos e assuntos possam ser tratados a partir de interconexões de conhecimentos e disciplinas específicas.

Marques, nesse sentido, reitera que

nenhum campo, só ele, do saber se sustenta em si mesmo; muito menos oferece bases sólidas para os demais. As questões antropológicas, éticas, políticas, religiosas, econômicas perpassam todos os domínios, deles exigentes e por eles exigidas. São questões sempre em aberto, demandantes de se superarem a cientificidade sob o império do método e a parcialização dos objetos da ciência.<sup>125</sup>

Desta forma, uma pesquisa de caráter interdisciplinar sobre a questão ambiental pode iniciar pela avaliação ou evidenciação das divergências e, em passo seguinte, reexaminar a separação dicotômica entre as categorias como ser humano e natureza, no sentido de conectar a ambos e refutar a apropriação do ser humano sobre a natureza (ou o catastrofismo ambiental), razões pelas quais é possível compreender que, nestes moldes, a interdisciplinaridade é, por si só, uma tentativa de epistemologia ambiental.

Observe-se, portanto, que é possível que a pesquisa interdisciplinar se apresente pelas aproximações que categorias antagônicas e campos antagônicos produzem. Essa perspectiva de aproximações e distanciamentos é que pode dar sentido aquilo que Floriani destaca como sendo uma certa “complementaridade” que as disciplinas científicas podem oferecer a objetos complexos, sendo que seu inverso pode produzir parcialidades de abordagem e, por conseguinte, parcialidade de resultados e usos sociais.<sup>126</sup>

Nesse contexto, a identificação inicial de objetos e assuntos de pesquisa interdisciplinar “nasce de uma relação com o mundo que não é a mesma da que a ciência estabelece, não

---

<sup>124</sup> RAYNAUT, 2011, p. 87.

<sup>125</sup> MARQUES, 1993, p. 58.

<sup>126</sup> FLORIANI, 2006, p. 72.

podendo, portanto, se satisfazer com o trabalho de um segmento da realidade isolado por razões apenas conceituais e metodológicas.”<sup>127</sup>

Outro aspecto relevante da questão da interdisciplinaridade está em transpor as fictícias barreiras entre as ciências da “materialidade” e as ditas imateriais. Com efeito, a questão da produção e da circulação do sentido torna-se central nesse caso. Todo sistema social possui um componente físico que deve obedecer a exigências materiais (caso não obedecesse, desapareceria), mas essas necessidades não bastam para dar inteligibilidade às formas particulares que revestem as culturas, as instituições, os comportamentos individuais – e no final das contas à história concreta dessas sociedades. O sentido é a ‘matéria’ sobre a qual trabalham as ciências humanas; mesmo quando elas têm de integrar fenômenos e eventos ‘físicos’ para entender o que está acontecendo, a ação desses fenômenos e eventos nunca é mecânica, ela é sempre mediada pela interpretação que os indivíduos e as instituições fazem deles.<sup>128</sup>

Há uma tarefa importante em elaborar os multiversos que desde Descartes foram fragmentados. Nesse sentido, a concretização da colaboração de ambos universos (material e imaterial) se coloca a partir da definição de um quadro referencial a partir do qual os universos devem colaborar. Por isso, embora se afirme que não existe dicotomia entre o ser humano e o resto do mundo, permanece válida a necessidade de fundamentar a análise das relações mútuas sobre o reconhecimento inicial do que constitui a diferença entre os dois universos.

Desse modo, há possibilidade de se organizar a coleta de dados empíricos e a construção de modelos teóricos. Operando essa diferenciação, o objetivo não é erguer fronteiras estanques, mas sim identificar campos de observação distintos para poder analisar como as propriedades estruturais e funcionais de cada um se articulam, se combinam ou se confrontam com as propriedades do outro.”<sup>129</sup>

Nesse momento do desenvolvimento do presente exercício de análise, é possível identificar dois pontos-fortes: o primeiro, que ocorre em reconhecer a distinção entre dois grandes universos de inteligibilidade na abordagem científica: o universo da materialidade e o universo da imaterialidade, cada qual com sua própria lógica de articulação e interação. De outra parte, por certo que o mundo precisa ser compreendido enquanto a combinação ou articulação entre os dois universos. Assim, a dicotomia que se coloca entre

---

<sup>127</sup> RAYNAUT, 2011, p. 88.

<sup>128</sup> RAYNAUT, 2011, p. 89.

<sup>129</sup> RAYNAUT, 2011, p. 90.

materialidade/imaterialidade configura-se como um artifício metodológico para abordar uma realidade fundamentalmente híbrida, desde que o ser humano esteja presente.<sup>130</sup>

Floriani contribui para esse cenário, justamente por sinalizar os espaços de resistência, tanto de ordem cultural quanto política, e destas resistências é que emergem outros sentidos e razões de vida e de sociedade. Trata-se do aspecto híbrido proporcionado pela proposta interdisciplinar e seus efeitos até mesmo inesperados ou não previstos.<sup>131</sup>

Portanto, ainda em Floriani, destaca-se que

uma outra (para não dizer ‘nova’) ciência deve buscar integrar o que o progresso técnico e o que o próprio conhecimento separaram, fragmentando o mundo em infinitas formas de operar com o real. A crítica social contribuiu para que emergissem novos entendimentos sobre como abordar o real, apontando os limites lógicos de um pensamento simplificador que aprisiona esse real em escaninhos disciplinares, afásicos nas operações de permuta com os demais conhecimentos (científicos e não-científicos).<sup>132</sup>

Por fim, o que se depreende é que a interdisciplinaridade se constitui enquanto um passo adiante no necessário e urgente diálogo entre conhecimentos, entre ciências e saberes, na persecução de uma horizontalidade de poderes quanto a ordem do discurso, destituindo-se, portanto, a ideia de uma centralidade da ciência moderna para com o conhecimento.

Há que se aproximar as teorias e as experiências do mundo, evidenciando suas divergências, suas similitudes, e pela compreensão de que as ciências e o conhecimento possuem como característica essencial, sua provisoriedade, ou seja, que o conhecimento é um processo contínuo, sendo, portanto, um espaço de aprendizagem da reconstrução crítica de si mesmo, buscando certa harmonização no diálogo entre as ciências e os saberes, não podendo se configurar como mera colcha de retalhos que parecem fazer sentido, mas que, tal qual o “Frankenstein” de Mary Shelley, apenas atemoriza e afasta frente a sua monstrosidade.

Neste sentido, a interdisciplinaridade se compõe justamente por sua pertinência, utilizando-se de Morin<sup>133</sup> quando assinala que uma ciência pertinente (porque, com quem, para quem) ao mesmo tempo em que se permite vislumbrar nos conhecimentos e saberes do outro, contribuições para o conhecimento como um todo, e *quicá*, a bússola aponte para as epistemologias do sul<sup>134</sup> e a ecologia de saberes.

---

<sup>130</sup> RAYNAUT, 2011, p. 93.

<sup>131</sup> FLORIANI, 2006, p. 73.

<sup>132</sup> FLORIANI, 2006, p. 77.

<sup>133</sup> MORIN, 2005, p. 60.

<sup>134</sup> Santos explica que utilizar o *sul* faz parte de uma metáfora, “como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo.” SANTOS & MENESES, 2010, p. 19.

Raynaut, por fim, assinala ainda que, pedagogicamente se abre espaço para que no futuro próximo os pesquisadores possam trabalhar as perspectivas interdisciplinares, no intuito de modificar a relação do ser humano e da matéria, assim como, por uma reflexão sobre a ética, não apenas para apontar a responsabilidade social do cientista, mas também para favorecer a consciência do fato de que a produção de sentido faz parte da realidade que o inclui.<sup>135</sup>

Esses bons ventos que favorecem os marinheiros que se lançam ao mar desconhecido, os pesquisadores que se aventuram pelos mares da interdisciplinaridade logo percebem que os mapas são incompletos e que é necessário reavaliar seus conhecimentos diante do desconhecido, ou melhor, do conhecido em fragmentos de suas ciências. Nesse sentido, a relevância de fazer emergir o tema da complexidade à luz do pensamento complexo.

Nesta alusão, por certo conhecem a embarcação e o modo de navegar, e, em alguma medida, conhecem os mares, conhecem o navegar e a embarcação, mas de algum modo, desconhecem<sup>136</sup> a complexidade do que lhes aguarda. Porém, as recompensas dessa aventura lhes provoca a vontade de navegar.

Neste sentido, Morin lembra que o papel do conhecimento está em explicar o visível complexo pelo invisível simples.<sup>137</sup> Bem como, em Floriani, ao assinalar que “novas ‘epistemes’ são necessárias, apoiadas no seguinte enunciado: “ao real complexo deve corresponder um pensamento complexo do real”.<sup>138</sup>

Com efeito, Morin sinaliza a perspectiva do pensamento complexo e de uma revolução científica em marcha:

se é verdade que uma revolução científica de importância histórica já começou, também é verdade que ela se choca com a rotina, a autossatisfação, a contrarreforma e a contrarrevolução não sabemos se atingirá a sua plenitude, menos ainda quando. De qualquer maneira, dados os vínculos entre ciência-técnica-sociedade, a introdução do controle e da regulação éticos nas sociedades pressupõe reformas mentais, educativas, sociais e políticas.<sup>139</sup>

Portanto, não se pode pensar no trabalho de crítica conceitual enquanto um conjunto de retalhos ou um mosaico de resultados, mas, pelo contrário, que o compromisso dos pesquisadores seja de fornecer subsídios para alimentar e aprofundar seus próprios questionamentos, constituindo-se em verdadeiro incentivo para renovar o olhar sobre seu próprio campo disciplinar.<sup>140</sup>

---

<sup>135</sup> RAYNAUT, 2011, p. 99.

<sup>136</sup> “Es una noción a explorar, a definir. La complejidad nos aparece, ante todo, efectivamente como irracionalidad, como incertidumbre, como angustia, como desorden.” MORIN, 2004, p.3.

<sup>137</sup> MORIN, 2004, p. 1.

<sup>138</sup> FLORIANI, 2006, p. 77.

<sup>139</sup> MORIN, 2005, p. 75.

<sup>140</sup> RAYNAUT, 2011, p. 102.

Ademais, é importante que o esforço de reflexão crítica conduza à reconsideração do olhar que cada disciplina aplica a si própria e às demais disciplinas com as quais colabora, aceitando a diversidade e a pluralidade de concepções. No entanto, não se pretende que a formação interdisciplinar se coloque como algo da moda ou como o padrão de conhecimento. Não se trata de produzir “homens-orquestra” capazes de manipular e integrar por si só conceitos e métodos oriundos de disciplinas diferentes. Esse alerta apenas sinaliza que criticar não se traduz como substituir, por concepções ou relativismos “pós-modernos”.<sup>141</sup>

Sobre esse movimento que se inaugura, mas que encontra diversos obstáculos, Floriani enuncia se tratar de um jogo pela nova emergência, porém enquanto um jogo desigual em relação ao padrão dominante (hegemônico),

mas começa a ter eco nas estruturas de poder das instituições de conhecimento e das organizações sociais, ampliando os espaços para a constituição de outras culturas de conhecimento do mundo e de outras práticas de produção e apreensão material. É por isso que consideramos que os cânones clássicos dos paradigmas científicos, embora reconhecidamente insuficientes para explicar a emergência de uma ciência “pós-normal”, não tenham sido substituídos pelos novos paradigmas ainda incompletos e em trânsito.<sup>142</sup>

Resta saber da pretensão de um pensamento complexo que queira substituir os antigos paradigmas fechados por outros, sem levar em conta que esse pensamento é incompatível com a ideia de fechamento e de completude. Portanto, ainda que o cenário não seja favorável, eis que as regras do jogo estão mudando, ou pelo menos estão sendo criticadas por não servirem mais ao momento. Nesse sentido, assim como tudo que muda, é relevante o alerta sobre a medida das mudanças, para que não sejam por novos modos ou modelos de um sistema que busque os mesmos resultados.<sup>143</sup>

Sobre a mudança que não transforma, mas que mantém condições de dominação, cabe resgatar ainda em Floriani que se trata da dinâmica própria da ciência moderna produzida em torno do sentido da hegemonia. Os processos de hegemonia configuram-se como verticalizações do poder, que, notadamente na modernidade se colocam na ordem do discurso e do conhecimento. Trata-se dos “hegemonismos” enquanto configuração de um pensamento único, controle, poder e estilos de vida dominantes.<sup>144</sup>

---

<sup>141</sup> RAYNAUT, 2011, p. 100.

<sup>142</sup> FLORIANI, 2006, p. 71.

<sup>143</sup> FLORIANI, 2006, p. 71.

<sup>144</sup> 2006, 71.

Essa perspectiva de verticalização aparece também na enunciação que Santos<sup>145</sup> faz sobre as epistemologias do sul, deflagrando que o pensamento ocidental europeu criou linhas abissais, separando os “científicos” do norte e os “místicos” do sul, e, portanto, disto decorre a noção do outro em sua cosmovisão. Por certo, tanto Santos quanto Floriani seguem na evidenciação desses processos, e não na defesa das hegemonias.

Floriani, complementa que

Os hegemonismos estão no olho do furacão da modernidade. Estes são a antítese da complexidade dos fenômenos sócio-naturais, do controle e apropriação dos mesmos, antepondo-se aos desafios intelectuais, políticos e culturais dos pensamentos alternativos. Os movimentos anti-hegemônicos podem tanto produzir pressões políticas favoráveis ou desfavoráveis, em prol ou contra os centralismos (dos estados, dos mercados, dos sistemas políticos, dos exércitos, das tecnologias, dos sistemas de pensamento, da moda, do consumo...); produzem igualmente zonas de liberação de significados (nas ideologias, na arte, nas teorias, nos estilos de vida...).<sup>146</sup>

Ainda em Santos, observa-se que “no campo do conhecimento, o pensamento abissal consiste na concessão à ciência moderna do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia.<sup>147</sup>

O saber ambiental se coloca como o outro, é um exercício de alteridade:

de um olhar crítico para outro, o saber ambiental manteve-se fiel à sua vontade de se exteriorizar e rigoroso com sua falta de conhecimento, que o incentiva a investigar a partir dos limites do pensado, sem buscar a porta de entrada que lhe permitira fundir-se e dissolver-se com uma teoria universal. Coerente com sua identidade de estrangeiro, de judeu errante, de índio sem terra, de povo sem deus, sempre ameaçado de extermínio, livre de todas as amarras, comprometido com a criatividade, com o desejo de saber, com o insondável infinito e com engima da existência.<sup>148</sup>

Por fim, o que se pretende com uma pesquisa interdisciplinar é a construção de um diálogo que permita a articulação de diferentes campos disciplinares, convergentes para uma compreensão dos objetos de estudo de interesse comum e das escalas (espaciais, temporais). Este processo não se fecha para a pesquisa disciplinar, para os campos do conhecimento disciplinar, mas se coloca na reflexão entre os conhecimentos disciplinares e a articulação decorrente destes.

Mais que isso, nas palavras de Morin, trata-se não mais tentar dominar a natureza como quisera Descartes, mas sim, de controlar o controle, de modificar as bases de nossa vocação ao

---

<sup>145</sup> 2010, p.32.

<sup>146</sup> FLORIANI, 2006, 66.

<sup>147</sup> 2010, p. 33.

<sup>148</sup> LEFF, 2012, p. 18.

conhecimento e aos saberes, de forma a articular os saberes e fundar (novamente) a ética sobre ciência.

### *1.2.3 Oficina coletiva de Construção de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento: relato da experiência*

A Oficina de Construção de Pesquisa Interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento (Oficina IV<sup>149</sup>) foi desenvolvida ao longo do ano de 2015, no âmbito das atividades do PPGMADE/UFPR. Para a melhor adequação dos tempos e propósitos ela foi dividida em três fases, conforme se explicita abaixo:

*1.ª fase:* de caráter coletivo, esta fase reuniu todos os doutorandos da turma XI e teve por objetivo o estudo e discussão do tema nos aspectos teóricos e históricos gerais, assim como a abordagem geral dos conteúdos sobre o panorama do Brasil.

*2.ª fase:* esta fase foi desenvolvida coletivamente no âmbito das linhas de pesquisa do PPGMADE. No caso específico da linha de epistemologia ambiental, o objetivo foi o estudo e a discussão do tema geral aplicado às questões socioambientais e a epistemologia.

*3.ª fase:* a última fase teve caráter coletivo-individual, uma vez que, ao mesmo tempo em que se desenvolveu no âmbito das linhas, teve por objetivo definir os objetos individuais de estudo, no marco dos textos de pesquisa produzidos e elaborar os projetos de pesquisa individuais.

#### a) 1.ª fase da Oficina IV

No que diz respeito a 1.ª fase, seu período de duração foi de 22 de abril a 05 de agosto do ano de 2015, atividade coordenada pelas professoras Doutoradas Naína Pierri, Juliana Lima e Natália Tavares, além da contribuição dos demais professores e professoras do programa.

O tema geral da pesquisa interdisciplinar foi: “Conflitos e (in)justiça socioambiental, resistências, estratégias e alternativas de desenvolvimento”, a partir do qual se desenvolveram três subtemas: 1) Injustiça socioambiental. Conceito e condições estruturais e conjunturais que a geram e reproduzem; 2) Conflitos e formas de resistência à injustiça ambiental; e 3) Alternativas de desenvolvimento e estratégias de implementação.

O desenvolvimento e execução da 1.ª fase da Oficina IV aconteceu da seguinte maneira: a) inicialmente houve a composição e apresentação de seminários, em sessões

---

<sup>149</sup> A referência ao número IV na nomenclatura da Oficina decorre dos três módulos teóricos apresentados no ano de 2014 que a antecederam.

preparadas pelos doutorandos, a partir de bibliografia recomendada pelos professores-tutores de cada sessão; b) em sequência, ocorreram os doutorandos promoverem debates, com indicação de questões específicas que direcionassem a apresentação e o debate nos seminários; c) o aprofundamento teórico de conceitos em uso e noções centrais de pesquisa; d) a elaboração de projeto coletivo, com inclusão de pesquisa exploratória, com levantamento e síntese de dados secundários sobre a realidade tema do(s) grupo(s), de forma a permitir a formulação de questões mais específicas de pesquisa, apoiadas pelas categorias teóricas. e) a apresentação e debate dos produtos coletivos, a partir dos quais foi possível estabelecer os primeiros insumos para os projetos de teses individuais.

Para que essa ponderação possa ser mais precisa, é relevante destacar alguns aportes teóricos que permitiram fornecer subsídios para a tese individual. O que se evidencia é que o documento coletivo procurou apresentar as principais consequências da geração de injustiças e conflitos ambientais no sistema socioambiental brasileiro, por meio de um marco epistemológico e conceitual pautado no campo de pesquisa da justiça ambiental e em demais campos teóricos críticos da discussão sobre desenvolvimento e meio ambiente, utilizando-se para tanto, o enfoque dos *Sistemas Complexos* como fio condutor do trabalho<sup>150</sup>. Esta abordagem propõe identificar as causas estruturantes dos conflitos e injustiças ambientais por cada subsistema (natural, econômico, político-institucional e cultural e suas inter-relações) reconhecido dentro do grande sistema socioambiental.<sup>151</sup>

Dessa maneira, cada uma dessas dimensões foi considerada como um elemento ou subsistema do sistema socioambiental em construção, cujo funcionamento e ou papel na configuração das injustiças passou a ser analisado pelo grupo. Outro ponto fundamental é que as discussões e leituras evidenciaram que essas dimensões ou subsistemas operam de forma integrada.<sup>152</sup>

A primeira fase da Oficina foi desenvolvida por meio de seminário temáticos e teve como objetivo central permitir uma fundamentação teórica adequada. Essa etapa teve duração de aproximadamente dez semanas, nas quais se observou uma dinâmica de leituras da bibliografia<sup>153</sup> recomendada de diversos autores; seguidas das apresentações de resumos das leituras e de esquemas integradores das categorias e dos conceitos trabalhados e debates.

<sup>150</sup> É oportuno registrar que a escolha pelo enfoque dos sistemas complexos não ocorreu de forma automática. Foram realizadas duas conferências entre todos doutorandos para que se definisse qual metodologia e qual enfoque seriam utilizadas.

<sup>151</sup> PPGMADE/UFPR, 2015.

<sup>152</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p.6.

<sup>153</sup> Dentre a vasta bibliografia consultada para a elaboração dos seminários e do documento coletivo, é pertinente destacar autores como ACSELRAD, H.; ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; HARVEY, D.; BRANDÃO, C.; PORTO, M. F. S.; FINAMORE, R.; E FERREIRA, H. dentre outros. PPGMADE/UFPR, 2015.

Encerrada a etapa dos seminários temáticos, deu-se início a construção do documento coletivo, tendo como roteiro: I) a descrição do campo teórico e conceitual; II) o diagnóstico das (in)justiças ambientais no cenário brasileiro; III) os modelos de resistência e alternativas de desenvolvimento; IV) as considerações finais, por meio de uma síntese integradora.<sup>154</sup>

Sobre *a descrição do campo teórico e conceitual*, iniciou-se pela compreensão do que se convencionou chamar de conflitos ambientais<sup>155</sup> e de injustiça ambiental<sup>156</sup> à luz do modelo de desenvolvimento e da complexidade que se apresenta. Outro ponto para a compreensão da injustiça ambiental, decorre não da ausência das políticas, mas quando de sua execução, que podem ser elaboradas e/ou aplicadas de forma não democrática, resultando em normas discriminatórias, de viés tecnocrático, sem contemplar prioridades de grupos sociais mais pobres e/ou marginalizados.<sup>157</sup>

Santos, no entanto, adverte que não se pode simplesmente excluir os marginais, pois não são homens que vivem fora da sociedade. Se uma favela não é um mundo autônomo, isolado, pois a sociedade global se inter-relaciona também com os pobres e marginais que a constituem.<sup>158</sup>

A dimensão espacial do desenvolvimento capitalista tende a multiplicar essas condições desfavoráveis a igualdade. Muito pelo contrário, há um processo de desnivelamento que produz uma dinâmica de estruturas heterogêneas e desigualdades nos territórios.

De acordo com Brandão, o capital difunde a lógica da multiplicação do valor, de um modo continuamente renovado em busca do enriquecimento absoluto, realizando recorrentemente a ruptura do isolamento, atravessando as fronteiras, arrefecendo barreiras e proteções erguidas por relações arcaicas.<sup>159</sup>

Brandão assinala que a dimensão espacial do processo de desenvolvimento capitalista requer a análise articulada dos processos de homogeneização, integração, polarização e hegemonia. O sentido atribuído à homogeneização é referente às formas sociais de produção, em que estruturas heterogêneas são criadas dentro do movimento homogeneizador do capital,

---

<sup>154</sup> PPGMADE/UFPR, 2015.

<sup>155</sup> Para Acselrad, os conflitos ambientais surgem do rompimento eventual de “acordos simbióticos” entre práticas espaciais, características do modelo de desenvolvimento vigente, no interior das quais os protagonistas desenvolvem distintas estratégias técnicas, sociais e culturais de apropriação e aproveitamento do mundo material, definidas por processos históricos, cada qual interessado em certo tipo de sucesso do outro, ainda que no interior de inescapáveis relações de poder. 2004, p. 139.

<sup>156</sup> Conforme a Rede Brasileira de Justiça Ambiental – RBJA (2001, s/p), injustiça ambiental é: [...] o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento às populações de baixa renda, aos grupos raciais discriminados, aos povos étnicos tradicionais, aos bairros operários, às populações marginalizadas e vulneráveis.

<sup>157</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 13.

<sup>158</sup> SANTOS, 2009, p.37.

<sup>159</sup> BRANDÃO apud PPGMADE/UFPR, 2015, p. 35.

são as lutas concorrenciais que buscam um espaço unificado e define espaços de mercado onde se desenvolverão espécies de “coerção imposta” do processo de integração.<sup>160</sup>

A integração é vista como um processo marcado por rupturas, de enfrentamentos, determinado pela concorrência e que exerce influência complexa e contraditória sobre as regiões aderentes na busca pela reprodução ampliada do capital. O processo integrativo visa criar uma maior profundidade nas relações capitalistas e um alargamento da extensão da acumulação do capital, características do processo de concorrência que busca a acumulação progressiva. Esse processo integrador promove uma destruição criadora, no sentido de desconectar, desintegrar e desvalorizar capitais e espaços.<sup>161</sup>

Já a polarização se dá como resultado da luta dos campos de força produtiva que fazem parte de estruturas de dominação as quais estão fundadas nas assimetrias do sistema. Em uma visão geral, a polarização é gerada pelos processos de concentração e centralização do capital e de suas espacialidades. Por fim, o processo de hegemonia ocorre quando um agente privilegiado detém o poder de ditar, (re)desenhar, delimitar e negar domínio de ação e raio de manobra de outrem. A hegemonia tem que desenvolver o poder de enquadramento e hierarquização de relações, processos e estruturas, e ser o portador de novas tecnologias.<sup>162</sup>

Além de cumprir função regulatória das contradições presentes entre os campos de forças produtivas, ocultando conflitos e discordâncias, forjando uma concepção do mundo ou do sonho a ser desejado e buscado por todos. Deixando pouco espaço legítimo para a participação democrática, as classes subordinadas ao poder hegemônico encontram dificuldades de organização e posicionamento para impor suas reivindicações coletivas. Compreender o processo de hegemonia política do bloco de poder das diversas frações do capital mercantil é chave para os estudos de desenvolvimento regional.<sup>163</sup>

Outra aspecto decorre das dinâmicas das reformas neoliberais, as quais propuseram um deslocamento dos problemas ambientais para os países mais pobres quando geraram as condições para que as localidades passassem a competir entre si pela atração de capitais a qualquer custo. Se no capitalismo fordista, que vigorou do pós-Segunda Guerra até os anos 1970, as empresas competiam pelas localizações mais favoráveis, na fase subsequente da chamada acumulação flexível serão os governos locais, regionais e nacionais que passarão a buscar atrair investimentos recorrendo, quando necessário, à flexibilização das suas leis urbanísticas e ambientais. Assim, as grandes corporações passaram a exercer uma espécie de

---

<sup>160</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 35.

<sup>161</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 36.

<sup>162</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 36.

<sup>163</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 36.

chantagem locacional sobre os governos locais, fazendo com que estes abrissem espaço para atividades ambientalmente danosas que tivessem sido recusadas ou fortemente restringidas por regulações nos seus países de origem.<sup>164</sup>

Acsehrad trabalha essa perspectiva desde uma crítica que faz sobre a “chantagem de localização”, segundo a qual a mobilidade de grandes empresas ocorre desde estratégias territoriais que condicionam as populações locais a optarem por emprego e renda associada aos riscos ambientais e sociais, ou, de outra parte, de não haver a instalação de nenhuma fábrica, o que traria prejuízos para aquela população. Assim, um risco ambiental ampliado – incluindo também uma insegurança social no sentido largo – é alocado sistematicamente às populações mais destituídas, por estas serem também, via de regra, deixadas ao largo pelos poderes públicos em termos de saúde e educação.<sup>165</sup>

Associada a chantagem da localização há um sentimento hegemônico de progresso associado a instalação de uma grande empresa. Uma percepção difundida no meio social de que o crescimento econômico está diretamente relacionado com o progresso material, propagado na e pela coletividade a partir das ideias de oferta de empregos, oportunidades para o comércio local e vantagens materiais (postos de saúde, escolas, creches). Esse processo, ainda que possa ser enganoso e frágil, dificulta uma oposição ou resistência.<sup>166</sup>

Neste contexto, os conflitos, gerados a partir da apropriação do espaço e de recursos comuns por empreendimentos protegidos por agentes públicos e privados, e pela estrutura jurídica, não consideram – dentre outras – a dimensão cultural e simbólica da relação sociedade e natureza, evidenciando mais uma vez o caráter estritamente econômico das atividades produtivas no cenário capitalista.<sup>167</sup>

Porém, essas dimensões existem e persistem. Há uma ligação entre território e cultura, em que uso dos recursos e reprodução de modos de vida estão intimamente ligados a preservação de relações sociais tradicionais e do meio ambiente. Como exemplo, Almeida discorre sobre as territorialidades de populações da Amazônia a partir de elementos ecológicos, étnicos, e de gênero, ou seja, da relação entre sistema social e sistema natural vista sob o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas”, nas quais a preservação e o uso de recursos naturais comuns são mantidos e transformados por elementos culturais materiais e imateriais

---

<sup>164</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 36.

<sup>165</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 37.

<sup>166</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 74.

<sup>167</sup> O engodo do desenvolvimento econômico convenceu povos originários e populações marginalizadas a transformarem seus modos de vida e a colaborarem com a destruição ambiental esperando pelo direito futuro de também usufruir das benesses materiais a que os ricos têm acesso. PPGMADE/UFPR, 2015, p. 75.

transmitidos pela geração e pela oralidade.<sup>168</sup> Esses territórios vão demarcando resistências<sup>169</sup>, como resultado das disputas pela permanência em distintos territórios (terras de preto, terras de índio, terras santas, terra de ausentes, territórios quilombolas, territórios indígenas, etc.) formados desde o período da colonização. Em referência aos dias atuais, o autor também menciona atos de resistência ao Estado frente a obras que causam grandes impactos em áreas determinadas e que, portanto, afetam negativamente grupos sociais em esfera local (rodovias, barragens).<sup>170</sup>

A noção de alternatividade está atrelada a visões de mundo pautadas em uma consciência de lugar e de localidade, em contraponto a uma visão globalocêntrica de mundo que não permitiria a formulação de experiências alternativas ao modo de produção de vida hegemônico. É a partir de diferentes práticas culturais manifestadas por grupos marginalizados, minoritários, residuais e ao mesmo tempo emergentes, dissidentes, e finalmente, alternativos, é que se torna possível validar ações de atores sociais concebidos a partir do questionamento da ordem dominante. A ideia de alternatividade, aqui, estaria relacionada com a ideia de resistência<sup>171</sup>, teria natureza tanto cultural quanto política.<sup>172</sup>

Em certo sentido, pode-se compreender que a resistência se apresenta como defesa de uma determinada causa, que procura combater formas hegemônicas de dominação e controle em prol de uma causa marginalizada pelo sistema. A alternatividade compreende ações propositivas de outro modelo de desenvolvimento, de modo a que não apenas resistam, mas existam, em busca da legitimação do seus direitos que tendem a propor novas concepções de modos de vida e de produção, por formas diferenciadas de pensar, sentir e agir.<sup>173</sup>

Nesse contexto, as experiências alternativas ou de resistência não se materializam isoladamente do sistema hegemônico. Ao contrário, incorporam elementos deste sistema, da mesma maneira que o influenciam, transformando o outro e se transformando de forma dialética.<sup>174</sup> As tensões entre o hegemônico e o contra-hegemônico, são acompanhadas de

---

<sup>168</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 75.

<sup>169</sup> Acselrad relaciona a noção de resistência no sentido da luta e enfrentamento de movimentos sociais populares a ações de terceiros que causam impactos em seus modos de vida, como obras de infraestrutura e indústrias de commodities. ACSELRAD apud PPGMADE/UFPR, 2015, p. 79.

<sup>170</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 79.

<sup>171</sup> Apesar da aparente similaridade entre um conceito e outro, no documento coletivo optou-se por diferenciar resistências e alternatividades, tendo em vista que o objetivo do estudo não contempla uma análise aprofundada de suas diferentes formulações teórico-práticas, mas sim como estas se fundam numa ação propositiva de enfrentamento dos efeitos do sistema hegemônico. PPGMADE/UFPR, 2015, p. 80.

<sup>172</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 79.

<sup>173</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 80.

<sup>174</sup> No esforço de entender essa dinâmica, foram levantadas diferentes experiências de natureza teórica e empírica estudadas pelos participantes da Oficina IV que podem mostrar, em parte, iniciativas que buscam formas de resistências e/ou alternatividades ao sistema hegemônico. PPGMADE/UFPR, 2015, p. 80.

perturbações e reacomodações de ambos os lados, produzindo o que Santos denomina de “Sistema Mundial de Transição”, ou seja, uma pluralidade de realidades sistêmicas e extrasistêmicas, ainda que, o próprio autor reconheça que essas dinâmicas não necessariamente enfraquecem a hegemonia, mas pelo contrário, permitem a sua adaptação e reconstituição.<sup>175</sup>

Há uma constelação de iniciativas alternativas que lutam por direitos de cidadania, individuais e coletivos, aplicados transnacionalmente, para que haja no campo econômico, uma distribuição democrática da riqueza, e, no campo social e cultural, a construção de um multiculturalismo emancipatório ou crítico que reconhece o direito à igualdade, mesmo em meio a diversidade de tantas culturas, e também o direito a ser diferente quando o movimento da homogeneização tenta a sua descaracterização.<sup>176</sup>

Essa luta se coloca contra a cultura dominante, contra a concentração de poder e aos megassistemas de produção reivindica valores mais solidários do indivíduo, uma democracia participativa e instituições organizadas a desempenharem funções socioambientais, mais éticas, humanas, diferente da acumulação do capital.<sup>177</sup> A própria crise ambiental evidencia esse conjunto significativa de questionamentos e tensões, ao mesmo tempo em que possibilita sua deflagração.

O resultado da pesquisa coletiva se alinha a pensar em algumas dessas possibilidades desde a economia solidária, outros modos de produção alinhados às teorias da reciprocidade e da dádiva, a proposta do *Buen Vivir* e os movimentos sociais. Estes processos defendem outra lógica na dinâmica entre sociedade e natureza, mais inclusiva e baseada em relações sustentáveis com o meio ambiente, marcados por tensões e conflitos por justiça socioambiental, ao mesmo tempo em que operam - dialeticamente - pressões e perturbações na ordem hegemônica.<sup>178</sup>

As considerações do trabalho coletivo puderam produzir os aportes abaixo que serão avaliados à luz dos argumentos trazidos pela tese individual no final do presente trabalho.

A síntese integradora do trabalho coletivo ocorreu como consequência das discussões e reuniões ocorridas ao final da 2.<sup>a</sup> etapa da elaboração do Documento Coletivo. Portanto, as considerações daquele trabalho permitiram considerar que as injustiças ambientais no Brasil podem ser entendidas como resultado da interação entre um *sistema natural*, associado a três

---

<sup>175</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p.100.

<sup>176</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 101.

<sup>177</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 101.

<sup>178</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 101.

grandes sistemas que operam na sociedade, quais sejam: *sistema econômico, sistema político-institucional e sistema cultural*.<sup>179</sup>

As injustiças ambientais representam o resultado direto de processos relacionados ao funcionamento do sistema econômico vigente, baseado em concorrência orientada pela lei de mercado, pela maior produtividade, que se traduz na intensificação da exploração dos recursos naturais, especialmente no caso dos setores primários em que, tendo em vista a características de suas forças produtivas, o Brasil se mostra competitivo no cenário internacional.<sup>180</sup>

O sistema natural brasileiro fica à mercê das estratégias de acumulação primitiva, sendo convertido em simples plataforma para a acumulação de capital e depositário de uma série de impactos negativos, tais como ocupação desordenada e restrição da acessibilidade de espaços comuns, contaminação, sobre-exploração de recursos, degradação de *habitats* e redução biodiversidade. As consequências desses processos são o aumento dos riscos para populações e grupos sociais vulneráveis, seja pelo comprometimento da saúde ambiental, ou pela degradação da base de recursos naturais que sustentam determinados modos de vida.<sup>181</sup>

Esses condicionantes reforçam as frágeis condições de populações mais pobres, a partir do que se corrobora a estreita relação entre as desigualdades sociais e as injustiças ambientais. Ademais, as injustiças ambientais estão fortemente relacionadas ao funcionamento de um robusto sistema político-institucional voltado principalmente a promoção do bom funcionamento do sistema econômico e atendimento dos interesses das diversas frações do capital.<sup>182</sup>

Por fim, o sistema cultural amplia e legitima a geração e, notadamente, o fortalecimento das injustiças ambientais, uma vez que tende a formar identidades sociais e a orientar práticas sociais compatíveis com o modo de produção hegemônico. Outra perspectiva disso está vinculada ao fomento da cultura desenvolvimentista baseada na ideia de progresso como sinônimo de crescimento econômico, o consumismo, a formação de abordagem ambientalista consensual ou a supremacia do conhecimento técnico-científico. Isso ocorre por meio uma série de processos e mecanismos, tais como homogeneização cultural, a mídia hegemônica, o apoio no discurso autorizado de técnicos e especialistas, a subversão ou inversão de significados e valores, a recolocação de polêmicas e a formação de senso comum.<sup>183</sup>

---

<sup>179</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 112.

<sup>180</sup> PPGMADE/UFPR, 2015.

<sup>181</sup> PPGMADE/UFPR, 2015.

<sup>182</sup> PPGMADE/UFPR, 2015.

<sup>183</sup> PPGMADE/UFPR, 2015.

Do mesmo modo, é importante considerar que o sistema socioambiental é influenciado e condicionado também por dinâmicas externas, como por exemplo os processos de globalização que intensificam as relações capitalistas e os processos de homogeneização cultural, bem como fatores naturais como as mudanças climáticas globais. O funcionamento integrado dos processos econômicos, político-institucionais e culturais resulta em um sistema socioambiental altamente resiliente, no qual a realização de mudanças estruturais se torna extremamente difícil.<sup>184</sup>

De outra parte, é possível também observar aspectos positivos, presentes nas estratégias de resistência e alternativas que, apesar do seu caráter pontual e não estrutural, são ancoradas em lógicas culturais e valores alternativos. Esses aspectos permitem o questionamento sobre o futuro próximo, frente a essas tensões do hegemônico e o contra hegemônico.<sup>185</sup>

Por fim, seguindo a estratégia de apresentação dos temas que consolidaram a pesquisa da tese individual, faz-se necessário, apontar uma das perguntas surgidas no âmbito da síntese integradora do documento coletivo, uma vez que essa pergunta é fomentadora das perguntas que alinham a tese individual.

Será que a constatação de recorrentes crises do sistema capitalista e de resultados socioambientais negativos e, por outro lado, dos resultados positivos obtidos a partir de estratégias de resistência e alternativas, podem, considerando horizontes de médio a longo prazo, gerar um consistente processo de aprendizado social, ao ponto de desencadear mudanças estruturais que alterem a lógica de funcionamento do sistema socioambiental brasileiro fazendo com que, como colocado por Acselrad (2010), o ambiente se converta em um espaço de construção de justiça social, e não apenas plataforma para a efetivação da razão utilitária do mercado?<sup>186</sup>

O término dessa fase permitiu o surgimento de novos questionamentos a serem avaliadas nas etapas subsequentes da Oficina IV.

Do mesmo modo, o contributo de seus resultados permitiu compreender melhor os caminhos que conduziram aos questionamentos presentes na tese individual.

---

<sup>184</sup> PPGMADE/UFPR, 2015.

<sup>185</sup> PPGMADE/UFPR, 2015, p. 115.

<sup>186</sup> PPGMADE/UFPR, 2015.

b) 2.<sup>a</sup> fase da oficina IV: a experiência da linha de Epistemologia Ambiental

Encerrada a primeira parte da Oficina Coletiva, na qual trabalharam todos os discentes doutorandos da turma XI, estes foram convidados a dar prosseguimento daquelas discussões no interior de suas respectivas linhas de pesquisa. Assim, a 2.<sup>a</sup> fase da Oficina IV foi marcada pelas reflexões da Epistemologia Ambiental, coordenada professor Doutor Dimas Floriani em conjunto com os demais professores e professoras da linha. As reuniões ocorreram desde o dia 19 de agosto até 10 de novembro de 2015 (sendo que o texto final foi entregue em 25 de novembro), nas quais se procurou analisar os resultados alcançados com o relatório da Oficina coletiva IV - fase I e seus desdobramentos e perspectivas no diálogo com a linha de epistemologia e sociologia ambiental.

Esse novo esforço permitiu um bom quadro de reflexão sobre as conexões e dissociações presentes entre aqueles resultados e os interesses individuais de pesquisa, de tal modo que o exercício produzido serviu tanto para essa fase coletiva como para os desdobramentos da atividade da 3.<sup>a</sup> fase, de caráter iminentemente individual.

Ademais, digno de nota registrar que as articulações desta fase da Oficina IV ocorrem em diálogo com as discussões do Programa de Pesquisa da linha: Estudos Integrados em Meio Ambiente, Cultura e Sociedade, coordenado pelo professor Dimas Floriani.

Como a temática já mencionada anteriormente foi: “*Conflitos, (In) Justiça Socioambiental, Resistências, Estratégias e Alternativas de Desenvolvimento*”, a pergunta de partida que iniciou as discussões foi: como é possível, desde diferentes campos de interesse de pesquisa e de formação, tratar a problemática acima indicada, no contexto dos atuais conflitos relativos às estratégias de desenvolvimento e que envolvem diferentes atores sociais em múltiplas escalas espaço-temporais?

É importante ressaltar que esta pergunta não emergiu *a priori*, mas após várias rodas de conversas (os seminários e oficinas da Linha de pesquisa), pois a referida pergunta tem um propósito ambivalente. No total, até a reunião do dia 28 de out. 2015, foram feitos 18 registros<sup>187</sup> de memórias das rodas de conversas da Linha de Epistemologia Ambiental.

Após as reuniões, iniciou-se o trabalho articulado entre todos os pesquisadores, fruto das discussões e da produção interdisciplinar, sendo que ao final a linha apresentou o trabalho: “POR UMA EPISTEMOLOGIA DA DIVERSIDADE E DOS ESPAÇOS MARGINAIS:

---

<sup>187</sup>Os registros e as memórias da reuniões da linha de epistemologia ambiental estão disponíveis em: Disponível em: <<http://meioambienteculturaesociedade.blogspot.com.br/>> Acesso em: 02 nov.2015.

(in)justiça ambiental, sujeitos subalternos, discursividades e re(ex)istências no contexto do socioambientalismo contemporâneo.”<sup>188</sup>

Os doutorandos definiram os temas abaixo como suas diretrizes de pesquisa, após rodadas de conversas e debates sobre eixos a partir dos quais poderiam trabalhar o tema de maneira transversal. Um subcapítulo introdutório foi escrito pelos professores da linha da epistemologia ambiental com o seguinte título: As matrizes epistêmicas em conflitos e estratégias de atores e a (in)justiça ambiental: é possível construir um epistemologia desde as margens? Com base nesse documento, os discentes da linha escreveram seus temas de interesse e suas articulações com a epistemologia ambiental. Assim, apresentaram os seguintes tópicos: I) Sujeitos sociais subalternos e (in)justiças socioambientais;<sup>189</sup> II) Espaços marginais urbanos: da criminalidade à criminalização;<sup>190</sup> III) Justiça climática e as dimensões da comunicação ambiental;<sup>191</sup> IV) Campo científico e conflitos socioambientais: epistemologia dos saberes ambientais (ecoformação de autores e atores)<sup>192</sup>; V) Tensionando o conceito de (in)justiça ambiental: breves considerações acerca da epistemologia ambiental.<sup>193</sup>

Esses tópicos individuais foram produzidos no intuito de alcançar o eixo da pesquisa coletiva da fase I, qual seja, o tema “Justiça ou injustiça ambiental” e responder a pergunta sobre como seria possível, “desde diferentes campos de interesse de pesquisa e de formação, tratar a problemática acima indicada no contexto dos atuais conflitos relativos às estratégias de desenvolvimento e que envolvem diferentes atores sociais em múltiplas escalas espaço-temporais?”<sup>194</sup>

Se a primeira etapa da Oficina IV permitiu um olhar sistêmico e integrador da problemática central a ser investigada, evidenciando sua complexidade, a segunda etapa da Oficina possibilitou uma densidade maior e avanços significativos na interdisciplinaridade e do próprio saber ambiental.

Assim, como forma de alcançar respostas cabíveis ao questionamento que conduziu o grupo neste trabalho coletivo, na seção 1, o tema “Justiça ou (In)justiça Ambiental” foi tratado à luz dos Sujeitos subalternos, tema desenvolvido por Guido Mejias Rojas. Na seção 2, o tema

---

<sup>188</sup> O texto coletivo possui como autores: a) Docentes da Linha de Epistemologia Ambiental: Dimas Floriani, José Edmilson de Souza Lima, José Thomaz Mendes Filho, Katya Isaguirre, Lucia Helena Cunha e Maria do Rosário Knechtel; b) Pós-Graduandos da Linha de Epistemologia Ambiental: Alexandre Nicoletti Hedlund, Claudia Picone, David Fadul, Guido Mejias Rojas e Guilherme Leonardo Freitas Silva.

<sup>189</sup> Guido Mejias Rojas (Sociólogo; Mestrando no PPGS).

<sup>190</sup> Alexandre Nicoletti Hedlund (Advogado; Doutorando no PPGMADE).

<sup>191</sup> Claudia Picone (Comunicadora Social; Doutoranda no PPGMADE).

<sup>192</sup> Guilherme Leonardo Freitas Silva (Biólogo; Doutorando no PPGMADE).

<sup>193</sup> David Fadul (Advogado; Doutorando no PPGMADE).

<sup>194</sup> DOCUMENTO DA LINHA DE EPISTEMOLOGIA AMBIENTAL. 2015, p. 2.

“Justiça ou (In)justiça Ambiental” foi tratado à luz do conceito de “Espaços marginais”, desenvolvido por Alexandre Nicoletti Hedlund. Na seção 3, o tema foi tratado à luz da Comunicação ambiental, desenvolvido por Claudia Picone. Na seção 4, o tema foi tratado à luz da epistemologia dos saberes ambientais, tema desenvolvido por Guilherme Leonardo Freitas Silva. Finalmente, na seção 5, o tema foi tratado à luz dos conceitos de emaranhado ambiental e decisões civilizatórias, desenvolvido por David Fadul.

Para além desses elementos que definiram as escolhas metodológicas, é oportuno identificar alguns aportes que conduziram essa etapa da pesquisa. O primeiro deles, presente desde o Documento Coletivo, guardou sentido com o debate epistemológico contemporâneo e da possibilidade de um diálogo fecundo entre as epistemologias logocêntricas, fortemente marcadas por concepções e autores centrados na modernidade nórdica (européia e norte-americana) e de outras epistemologias híbridas e culturais (as chamadas epistemologias do sul), utilizando-se para inaugurar o debate a compreensão de Santos<sup>195</sup> sobre o tema.<sup>196</sup>

A respeito dessa aproximação entre diferentes epistemologias, a pergunta que subjaz a essa tentativa refere-se ao papel de interrogar a eficácia e alcance dos modelos eurocêntricos dos “universais” presentes nos enunciados teóricos dos modelos hermenêuticos, ou seja, “se não existe Estado democrático universal, apesar do sonho fundacional da filosofia alemã, é porque a única coisa que é universal no capitalismo, é o mercado”.<sup>197</sup>

Da mesma maneira é possível pensar uma epistemologia que derive da ecologia política e de sua leitura sobre os fenômenos originados pela globalização dos sistemas econômicos, tecnológicos, políticos, culturais, socioambientais, com diferentes impactos sobre os territórios, as diferentes formas de identidades (culturais e étnicas) das comunidades locais, cujos efeitos derivam das contradições do sistema capitalista mundializado e que podem ser pensados e articulados como “externalidades” ou ainda como espaços marginalizados desse sistema. Daí uma certa pertinência de pensar às margens do sistema por uma “epistemologia das margens”, diferente daquelas outras epistemologias do *mainstream* que pensam o sistema

---

<sup>195</sup> Nesse sentido, oportuno lembrar o conceito de Santos, “por « epistemologia do Sul » eu entendo uma nova produção e avaliação dos conhecimentos ou saberes válidos, científicos ou não. Entendo da mesma maneira, novas relações entre diferentes tipos de saber, sobre a base das práticas das classes e dos grupos sociais que têm sofrido sistematicamente desigualdades e discriminações devidas ao capitalismo e ao colonialismo. O Sul não é pois, um conceito geográfico, mesmo se a grande maioria das populações implicadas vivem no hemisfério sul. Trata-se mais de uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo e pelo colonialismo em escala mundial e da resistência que visa à superação ou à sua atenuação. Em consequência, existe um Sul anticapitalista, anticolonial e anti-imperialista. Este Sul existe da mesma maneira no Norte, sob a forma de populações excluídas, reduzidas ou silenciadas e marginalizadas, como os migrantes sem documentos, os desempregados, as minorias étnicas e religiosas, as vítimas do sexismo, da homofobia e do racismo.” SANTOS APUD DOCUMENTO DA LINHA DE EPISTEMOLOGIA AMBIENTAL. 2015, p. 3.

<sup>196</sup> DOCUMENTO DA LINHA DE EPISTEMOLOGIA AMBIENTAL. 2015, p. 3.

<sup>197</sup> DOCUMENTO DA LINHA DE EPISTEMOLOGIA AMBIENTAL. 2015, p. 4.

desde sua centralidade (do sistema de mercado, das ciências estabelecidas e de uma cultura pretensamente globalizada).<sup>198</sup>

Disso decorre a possibilidade de interpretar fenômenos socioculturais e socioambientais por dois viéses: o primeiro, que apregoa a centralidade da ciência moderna como paradigma hermenêutico, capaz de submeter os critérios de validade e de tomada de decisões a partir da racionalidade tecno-científica. Contudo, no interior dessa posição há situações e posições discordantes uma vez que deve-se notar uma razoável diversidade epistêmica a respeito do que se entende por conhecimento científico, a assimetria na legitimidade e hierarquia entre as diversas áreas de conhecimento.<sup>199</sup>

Por outro lado, observa-se também uma certa epistemologia contestadora que é crítica à monocultura do saber científico, abrindo espaço para a emergência de um pensamento híbrido, complexo e multiverso, cujas premissas partem do ‘diálogo e da ecologia dos saberes’, bem como da ‘ecologia das práticas’. Tais procedimentos têm como matriz não apenas o pensamento posmoderno e poscolonial, a epistemologia feminista, mas também a crítica à colonialidade do saber e do poder pelo pensamento descolonial.<sup>200</sup>

Dessa maneira, as dinâmicas que impulsionam e inspiram as práticas reflexivas do coletivo de Epistemologia Ambiental buscam estabelecer algumas plataformas epistêmicas, colocando os pesquisadores em condições de reconhecer um cenário no qual se apresentam diferentes lógicas e “emaranhados” semânticos em disputa, de tal maneira que é necessário proceder a um inventário desses referenciais, bem como tentar aproximar-se ou distanciar-se deles, uma vez estabelecidos determinados critérios que emergem desse inventário negociado e/ou disputado, pelas diversas visões e interesses temáticos de pesquisas em fase de construção.<sup>201</sup>

Esses foram os parâmetros que balizaram a pesquisa da linha de epistemologia ambiental, de tal modo que foi possível avançar sobre os temas de fundo que conduziram a reflexão sobre outras epistemes.

### c) 3.<sup>a</sup> fase da Oficina IV: inquietações individuais em busca da tese

Após a concretização da 2.<sup>a</sup> fase da oficina IV, os pós-graduandos foram convidados a refletir sobre seus temas de interesse e suas inquietações frente aos temas apresentados. Nesse

---

<sup>198</sup> DOCUMENTO DA LINHA DE EPISTEMOLOGIA AMBIENTAL. 2015, p. 4.

<sup>199</sup> Documento da linha de epistemologia ambiental. 2015, p. 7.

<sup>200</sup> Documento da linha de epistemologia ambiental. 2015, p. 7.

<sup>201</sup> Documento da linha de epistemologia ambiental. 2015, p. 7.

sentido, foram convidados a apresentar uma primeira versão do projeto e pesquisa individual em um seminário que ocorreu no dia 10 de dezembro de 2015.

Naquele contexto, as inquietações primeiras se conduziam a refletir uma incomodação com relação a construção da modernidade e do poder que esta ordem determina sobre as pessoas, assim como uma crítica pós-colonial das epistemologias do sul. Porém, o recorte do trabalho estava dado desde a questões vinculadas a criminologia, a partir das interseções entre “o espaço marginal, a cultura do controle e a criminalidade urbana” e a constatação de que nesses espaços fugidios ao Direito poderia se compreender alguns aspectos da criminalidade urbana e da estigmatização territorial decorrente disso.

De qualquer sorte, o trabalho caminhou naquele contexto a refletir essas inquietações na busca por um diálogo profícuo, principalmente com a sociologia, a filosofia e a geografia, na construção de uma tese interdisciplinar.

Embora o tema fosse audacioso, o crivo do tempo fez surgir uma outra perspectiva para o trabalho, mantendo sua essência, ao mesmo tempo em que permitiu refinar aquelas inquietações. Oportuno destacar que ao longo do período o trabalho sofreu diversas mudanças em decorrência dos seminários realizados pela linha de epistemologia ambiental. Assim, passou-se a apresentar a estrutura da tese, já adequada a evolução dos estudos realizados no período de 2014 a 2016.

### **1.3 Estrutura da tese**

Esta seção tem como objetivo apresentar a estrutura da tese de doutoramento em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR), no âmbito da linha de pesquisa Epistemologia Ambiental. Para tanto, estabelece a delimitação do tema, a identificação do problema de pesquisa, as suas hipóteses, os objetivos, a justificativa e a metodologia empregada.

#### *1.3.1 Delimitação do tema*

A tese se estabelece como decorrente de uma pesquisa interdisciplinar fundada no PPGMADE, do que se pode aduzir se tratar de duas perspectivas, quais sejam, o meio ambiente e o desenvolvimento. Essas perspectivas servem como parâmetro para a delimitação do tema, indicando o conjunto das escolhas realizadas pelo pesquisador no que diz respeito a possibilidade de realizar a pesquisa científica em um programa de Doutorado.

Assim, com relação ao *meio ambiente* optou-se por delimitar a investigação sobre os espaços urbanos marginais, enquanto que, com relação ao tema do *desenvolvimento*, as escolhas conduziram a explorar e analisar a categoria dos subalternos (e sua invisibilidade), assim como compreender e analisar as vulnerabilidades e possibilidades de uma epistemologia das margens.

### 1.3.2 Problema

Como já evidenciado, as etapas coletivas da Oficina IV da TURMA XI do PPGMADE/UFPR, permitiram o desenvolvimento e a reformulação de algumas inquietações durante todo processo, de tal modo que se pôde produzir um conjunto significativo de perguntas que conduzem ao problema central da pesquisa.

I) Os espaços marginais são (novos) condicionantes de exclusão socioambiental ou reproduzem processos de exclusão presentes nos processos de colonialidade do poder?

II) as vulnerabilidades espaciais fortalecem os processos de invisibilização dos subalternos e a manutenção permanente deles nas margens do sistema?

III) Os espaços marginalizados e os sujeitos invisibilizados tendem a silenciar as epistemes que se constituem nas margens do conhecimento e do poder?

Destas perguntas, foi possível a constituição de duas perguntas centrais, quais sejam:

I) Os espaços marginais e seus processos de exclusão são parte de uma agenda neoliberal enquanto subproduto das políticas de desenvolvimento (sustentável)?

II) A partir das contradições e contranarrativas evidenciadas pelos espaços marginalizados e os sujeitos invisibilizados é possível estabelecer condições para a emergência de epistemologias das margens a partir da crítica aos processos de colonialidade na luta por justiça socioambiental?

### 1.3.3 Hipóteses

No campo das hipóteses, formalmente, não parece adequado que se faça citações de outros autores, eis que é um campo das indagações e suspeitas próprio do pesquisador. Apesar disso, entende-se como coerente apontar a passagem de Triviños, quando narra: “a princípio, o investigador se perguntava: que investigar? Agora se pergunta: qual pode ser a solução ou

soluções do problema colocado? A hipótese indica caminhos ao investigador, orienta seu trabalho, assinala rumos à investigação.”<sup>202</sup>

Assim, compreende-se que as hipóteses da presente pesquisa versem sobre o que inicialmente identificado como os “cantos das sereias”, ou seja, que aqueles três primeiros aspectos que foram manifestados enquanto os perigos aos argonautas, sejam e se articulem a ser o grande obstáculo à concretização de uma condição digna as pessoas subalternas. Portanto, a modernidade, a democracia representativa e o desenvolvimento sustentável são três pilares que não permitem a concretização de realidades locais emancipatório, pois sempre presos aos ideais projetos e orquestrados desde um pensamento colonial.

Portanto, a primeira hipótese (primeiro canto da sereia) é a de que os espaços marginais reproduzem processos anteriores de exclusão socioambiental, próprios da modernidade colonial, reforçando-a como argumento legitimador;

A segunda hipótese (segundo canto da sereia) decorre de processos históricos de colonialidade que procura invisibilizar pela raça, cor ou condições de acesso aos direitos e tende a conduzi-los e condicioná-los a novos processos de exclusão e subalternidade recorrente;

A terceira hipótese (último canto da sereia) é a que a concepção de desenvolvimento sustentável impede substancialmente a formação de epistemologias desde a subalternidade, impedindo a emergência de uma efetiva luta por justiça socioambiental.

#### *1.3.4 Objetivos*

##### a) Objetivo geral:

Compreender e analisar o avanço e ampliação de espaços marginais urbanos, assim como o crescimento de um contingente de subalternos ao sistema de produção – invisíveis de direitos de cidadania e as consequências de um silenciamento de resistências emancipatórias por direitos desde as margens.

##### b) Objetivos específicos:

b.1) explorar o crescimento dos espaços marginais urbanos a partir das categorias de análise de espaço e lugar, assim como identificar a reprodução desses espaços como subproduto da lógica colonialista e neoliberal;

---

<sup>202</sup> Conforme TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. p.106.

- b.2) analisar em que condições os espaços marginais urbanos reafirmam processos excludentes próprios da modernidade e do modo de produção capitalista;
- b.3) compreender a constituição do indivíduo enquanto cidadão e um conjunto de classificações sociais que procuram limitar o acesso a esse conjunto de direitos, tornando-os subalternos para compreender em que medida ocorre sua (in)visibilidade e re(ex)istência;
- b.4) analisar os aspectos pelos quais essas condicionantes tendem a vulnerabilizar de maneira recorrente os subalternos, aprisionando-os a essas condições de invisibilização socioambiental;
- b.5) Analisar as fragilidades e obstáculos impostos as epistemologias subalternas a partir da concepção de desenvolvimento sustentável;

### *1.3.5 Justificativa*

A proposta analisada na presente tese tem como tema central a discussão em torno dos espaços marginais urbanos e a expansão destes e de seus habitantes, um conjunto cada vez maior de subalternos que acabam aprisionados a condições de subcidadania, incapazes de alcançar direitos emancipatórios e de luta democrática fora do âmbito marginal.

Assim, a justificativa da presente tese, enquanto questionamento sobre a relevância da pesquisa, reside justamente na preocupação com relação ao aumento dos espaços de exclusão e das condições de aprisionamento simbólico e substancial que ocorrem nesses espaços, formando um número cada vez maior de pessoas que não alcançam nenhum direito ou condição de dignidade humana, mas que, antes disso, são invisibilizados de tal modo a não compor sequer estatísticas, quem dirá políticas públicas.

Essas preocupações remontam as pesquisas realizadas ao longo da vida acadêmica do pesquisador, desde a graduação em Direito na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ/RS, com o trabalho de Monografia de Conclusão de Curso, intitulado: “Estado Democrático de Direito e Neoliberalismo: implicações e perspectivas”, no qual se procurou abordar as primeiras interpretações dos limites de atuação do Estado e da democracia frente ao Neoliberalismo.

A continuidade dos questionamentos sobre a influência da economia na construção do Estado e do Direito continuaram e tomaram outros vieses, pontualmente, pelas discussões travadas no programa de Mestrado em Desenvolvimento da mesma instituição, defendidas na dissertação “políticas neoliberais e desenvolvimento sustentável: um cenário de dificuldades para o Estado e para o Direito”, ao que se somou a participação na pesquisa sobre a

“Democracia e o orçamento participativo”, vinculado a Universidade de Barcelona e a Universidade de Vic, ambas da Espanha, sob a coordenação do professor Daniel Rubens Cenci.

Avançando no tempo, a caminhada acadêmica enveredou pelos estudos do Direito Penal e da Criminologia, sem descuidar das implicações que a Democracia aponta para tais campos do saber jurídico. Assim, na construção da tese, tais preocupações tomaram forma na discussão do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento – PPGMADE, principalmente em virtude das discussões realizadas durante a Oficina IV, sob o grande tema intitulado “*Conflitos e (In) Justiça Socioambiental, Resistências, Estratégias e Alternativas de Desenvolvimento*”.

Ademais, a linha de epistemologia ambiental procurou avançar tais discussões ao tensionar os temas no documento intitulado: “Por uma epistemologia da diversidade e dos espaços marginais: (in)justiça ambiental, sujeitos subalternos, discursividades e re(ex)istências no contexto do socioambientalismo contemporâneo.”

Por fim, ainda que a condução da pesquisa tenha sido alterada desde os aspectos da criminalização para se pensar o enfoque específico da invisibilização, entende-se que ambas caminham em sentidos próximos, de tal sorte que não se excluem mas se complementam e interpenetram. Nesse sentido, a contribuição da presente pesquisa se evidencia pela discussão do tema dos espaços marginais, principalmente por surgir como expressão relevante de um contexto de injustiças socioambientais, tomados a partir da concepção dos atores subalternos e da sua invisibilidade dentro de uma nova lógica de aprisionamento em ditos espaços e as impossibilidades de avanços democráticos que os incluam e lhe ofertem dignidade e direitos básicos fundamentais.

### *1.3.6 Percurso metodológico*

A presente pesquisa foi desenvolvida no âmbito do doutorado interdisciplinar em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (PPGMADE/UFPR). Neste tocante, é válido registrar que o percurso metodológico foi inspirado e influenciado pelas práticas realizadas pelo Programa, associadas aquelas que conduziram as pesquisas anteriores do doutorando.

Como característica específica do PPGMADE, os pós-graduandos não ingressam com projeto de pesquisa, mas são convidados a experienciar os módulos integrativos de caráter interdisciplinar e depois traduzir essas percepções na tarefa coletiva. Assim, a Oficina IV coloca-se como um marco importante dentro do quadro da pesquisa, isto porque ela tem o

condão de apresentar e compor um panorama geral dos temas centrais de pesquisa. Essa tarefa ocorre principalmente na 1.<sup>a</sup> fase da Oficina, razão pela qual a construção interdisciplinar se mostra tão importante. Depois disso, o trabalho coletivo avançou para a discussão na linha de pesquisa, restrita a um âmbito menor de pesquisadores, porém, com a verticalização dos conteúdos apresentados.

Na 3.<sup>a</sup> fase da oficina IV – final do 2.<sup>o</sup> ano do doutorado – iniciou-se o projeto da presente tese, em virtude dos interesses individuais do pesquisador.

Para alcançar os objetivos propostos da presente tese, optou-se por realizar uma pesquisa de caráter teórico, a partir do estudo e análise da literatura referente aos temas, assim como evidenciar os aportes de realidade social desde relatórios de pesquisa empírica e dados de realidade.

Nesse sentido, é importante referenciar que não se trata apenas de uma pesquisa teórica, uma vez que o objetivo está além de meramente ampliar generalizações, definir leis mais amplas, estruturar sistemas e modelos teóricos, relacionar e enfeixar hipóteses, mas conseguir, de maneira séria avaliar um diagnóstico dessa realidade.

Pesquisa aplicada: tem como objetivo investigar, comprovar ou rejeitar hipóteses sugeridas pelos modelos teóricos. Tratando-se de uma tese doutoral, e quanto à natureza da pesquisa, trata-se de um trabalho científico original.

Quanto aos objetivos a pesquisa é exploratória, descritiva e explicativa. *Exploratória* no que diz respeito as principais categorias de análise e ao levantamento de dados secundários sobre a realidade dos temas, *descritiva* com relação a análise dos dados secundários apontados e *explicativa* com relação aos fatores determinantes para a ocorrência de fenômenos e a síntese dos dados secundários sobre a realidade tema.

Quanto ao objeto, é bibliográfica e baseada em relatórios estatísticos e de realidade social, e quanto a forma de abordagem, é qualitativa-descritiva, a partir da interpretação adequada do fenômeno do crescimento dos espaços marginais e a atribuição de significados aos processos envolvendo os sujeitos subalternos e a sua manifestação de conhecimento/poder.

### 1.3.7 Apresentação dos capítulos

A perspectiva do presente trabalho é avançar sobre os aspectos refletidos ao longo das etapas de sua construção interdisciplinar coletiva e, posteriormente, interdisciplinar individual. Deste modo, avançar de maneira interdisciplinar sobre um tema indica a consideração de uma constelação de pensamentos possíveis em detrimento da existência e imposição de um

pensamento globalizante homogeneizador. Portanto, uma vez que o pensamento globalizante esteja intrinsecamente interligado a expansão colonial, caberá ao pensamento de fronteira – ao que se opta denominar aqui de pensamento das margens - em articulação com sua dimensão espacial local, demonstrar essas contradições.

No capítulo 2, pretende-se trabalhar os aspectos relacionados a expansão e novas caracterizações dos espaços marginais enquanto delimitadores de estigmatização e de pobreza, além de delinear esses processos como “naturalizados” por uma racionalidade neoliberal.

No capítulo 3 descreve-se os processos de vulnerabilidades e de invisibilização dos subalternos, assim como procura-se evidenciar uma crítica a concepção de classificação social enquanto um processo de colonialidade do poder. No mesmo sentido, disserta-se sobre as consequências disso na lógica de (in)visibilidades de direitos aos subalternos.

No capítulo 4 pretende-se realizar uma análise das fragilidades e das vulnerabilidades sociopolíticas nas margens na luta por justiça socioambiental, as quais são elaboradas a partir de dois aspectos centrais, quais sejam, as contradições e as contranarrativas, para poder evidenciar melhor as condições de dificuldades e potencialidades das margens enquanto campo epistemológico importante na luta por justiça socioambiental.

Por fim, o último capítulo trata das considerações finais da tese, momento em que se procura articular as pesquisas anteriores (Oficina IV, 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> fases) com a tese e seus desdobramentos, de modo que se possa refletir sobre as consequências dos cantos das sereias para a constituição de um pensamento das margens.

## 2 DA CONSTITUIÇÃO DE ESPAÇOS MARGINAIS URBANOS À PRODUÇÃO DE ESPAÇOS MARGINALIZADOS

"- Milagres acontecem! - disse o médico.  
- Não, não no meu bairro....- disse ela"<sup>203</sup>

A constituição de espaços marginais urbanos faz parte da própria dinâmica da modernidade e da organização social da cidade. A produção desses espaços marginalizados está no horizonte da análise decolonial.

O século XXI trouxe consigo a herança da mudança e do avanço técnico-científico naquilo que o capítulo anterior procurou evidenciar como contradição entre avanços e retrocessos. De todo modo, indubitável a contribuição que a civilização ocidental promoveu desde o ambiente citadino como reduto do poder e do esclarecimento. Esse delineamento autorizou a mudança da narrativa da história universal, apoiando-a desde um ponto de vista europeu.

Assim, parte do exercício epistemológico posto na presente tese é subverter essa base do pensamento, deslocando o ponto de vista para as margens, razão pela qual a *discussão augusta* deve ser sobre a racionalidade do projeto civilizatório moderno e a constituição e reprodução das margens ou “franjas” do mesmo.

Nesta primeira parte da tese procura-se aprofundar a compreensão desses dois aspectos em sua dimensão espacial, ou seja, analisar o ambiente no qual que se inserem os excluídos das promessas, mas que persistem no sonho de alcançar os estandartes da fruta proibida<sup>204</sup>, e, portanto, desse conhecimento que se coloca do outro lado da linha abissal. Assim sendo, o desenvolvimento deste capítulo se inaugura por esclarecer sobre a modernidade e seu desdobramento contemporâneo, assim como as implicações de um projeto civilizatório/colonizador e as crises decorrentes desse projeto em virtude do modo de produção capitalista e sua racionalidade.

A partir disso, avançar sobre a análise dos espaços marginais e de suas características, para evidenciar se os processos excludentes desses surgem da racionalidade ou da crise desta, par a par com as consequências nefastas propostas pelas políticas neoliberais que tendem a reforçar sistema de exclusão e pobreza nos espaços marginais.

---

<sup>203</sup> Trecho extraído do filme: O PORTO. (LE HAVRE). Direção: Aki Kaurismäki. Finlândia; Alemanha; França: Pyramide Productions(BEL); Sputnik Films (FIN); Pandora Film (USA); Arte France Cinéma (FRA); ZDF/Arte(FRA), Dist. IMOVISION, 2011. 1 filme (1h33min), Dolby SRD, legenda, color., 35 mm.

<sup>204</sup> Alusão a expressão adotada por Capela para referenciar a modernidade. CAPELLA, 1997.

## 2.1 A modernidade urbana no horizonte de um projeto civilizatório em crise

*Não se animou a pedir ao Alcides o níquel pra o bonde, e está lhe saindo bem puxada aquela caminhada com o sol. [...] A cidade não tem árvores. A rua é um bloco inteiriço de granito escaldante. [...] O silêncio da cidade já se quebrou. Outra vez rola, em direção ao centro, a onda dos automóveis e dos bondes. A tira mesmo de sombra junto à parede já é mais larga e mais disputada.<sup>205</sup>*

### 2.1.1 A cidade enquanto representação do projeto da modernidade

Um das premissas levantadas aqui, portanto, trata da cidade enquanto símbolo da modernidade. A cidade, por sua vez, será o eixo no qual se inserem e se modificam as questões da vida moderna, ou seja, a modernidade se evoca pela manifestação cidadina. Nesse sentido, Choay evidencia que a

sociedade industrial é urbana. A cidade é o seu horizonte. Ela produz as metrópoles, conurbações<sup>206</sup>, cidades industriais, grandes conjuntos habitacionais. No entanto, fracassa na ordenação desses locais. A sociedade industrial tem especialistas em planejamento urbano. No entanto, as criações do urbanismo são, em toda parte, assim que aparecem, contestadas, questionadas.<sup>207</sup>

Essa consideração é fundamental para compartilhar a concretude do projeto da sociedade urbana<sup>208</sup> não apenas do ponto de vista espacial, mas muito antes, como o que se defende enquanto promessas de mudança nas condições substanciais na vida da coletividade. O discurso moderno se ampara nessa perspectiva, de tal modo que possa evocar liberdade<sup>209</sup> e igualdade como bandeiras compartilhadas por cada qual.

<sup>205</sup> MACHADO, Dyonelio. Os Ratos. Editora Planeta: São Paulo. 2004, p.38.

<sup>206</sup> Conurbação é uma extensa área urbana formada por cidades e vilarejos que foram surgindo e se desenvolvendo um ao lado do outro, formando um conjunto.

<sup>207</sup> CHOAY, Françoise. O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia. 7.ed. São Paulo: Perspectiva. 2013. p.1.

<sup>208</sup> Lefebvre, sobre esse aspecto alerta sobre a generalização do termo sociedade urbana: “Com efeito, frequentemente se designa por essas palavras, "sociedade urbana", qualquer cidade ou *cite*-} a *cite* grega, a cidade oriental ou medieval, a cidade comercial ou industrial, a pequena cidade ou a megalópolis. Numa extrema confusão, esquece-se ou se coloca entre parênteses as relações sociais (as relações de produção) das quais cada tipo urbano é solidário. Compara-se entre si "sociedades urbanas" que nada têm de comparáveis. Isso favorece as ideologias subjacentes: o *organicismo* (cada "sociedade urbana", em si mesma, seria um "todo" orgânico), o *continuismo* (haveria continuidade histórica ou permanência da "sociedade urbana"), o *evolucionismo* (os períodos, as transformações das relações sociais, esfumando- se ou desaparecendo).” LEFEBVRE, 1999, p. 15.

<sup>209</sup> “a cidade libera os seus cidadãos da necessidade de trabalhar incessantemente para manter seus corpos e do sentimento de impotência diante dos caprichos da natureza. É uma realização que agora tendemos a denegrir ou esquecer. Como ideal, a cidade parece em grande parte perdida para nós, enquanto os seus defeitos, como meio ambiente físico, tornam-se cada vez piores, especialmente após a Revolução Industrial.” TUAN, 1974, p. 172.

Giddens permite a compreensão do tema das transições da sociabilidade pré-moderna (tradicional) para a moderna, dando ênfase ao modo de vida da ordem social:

sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intensionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão equívoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira. Mas as mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos — um diminuto período de tempo histórico — foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las.<sup>210</sup>

Capella destaca que as mudanças ocorridas naquele contexto tratam não apenas das relações sociais fundamentais, mas também das relações interpessoais, ou seja, no plano da cultura, do imaginário social e do plano jurídico-político. Deste modo, entende que

La modernidad en el plano de las ideas, de la cultura, se construye a través de dos grandes movimientos: uno inicial, lo que llamamos «el Renacimiento», que se corresponde en el plano político, de una manera general, con la constitución de los grandes estados absolutistas (a lo que se ha aludido en el capítulo anterior), y un segundo movimiento posterior más avanzado, que establece la hegemonía cultural de la burguesía, al que llamamos «la Ilustración» - centrado en el siglo XVIII, conocido también como «el Siglo de las Luces»-. A través de esos dos grandes movimientos históricos, una nueva clase social, la burguesía, «entra en la historia». Después la época moderna experimenta la crisis que conduce a la «edad contemporánea», si se puede decir así. Pues a su vez «entran en la historia» los trabajadores asalariados.<sup>211</sup>

Ainda amparado em Capella, é oportuno compreender que a “porta de entrada na história”, alusão que o autor faz a burguesia e a classe assalariada, não são naturais, mas que passam a ser naturalizadas em processos de ruptura importantes e que condicionam muitos estudos da vindoura ciência da sociedade.<sup>212</sup>

A cidade torna-se o ambiente adequado para a realização da sociabilidade moderna, ainda que o campo mantenha relevância como espaço social específico onde outros tipos de sociabilidade continuam a se constituir, porém, o fato é que “a sociabilidade urbana parece ter alguns traços peculiares, que fornecem elementos fundamentais para a autocompreensão da modernidade e exercem influência sobre as formas de sociabilidade rural.”<sup>213</sup>

<sup>210</sup> GIDDENS, 1991. P. 14.

<sup>211</sup> CAPELLA, 1997, p. 99.

<sup>212</sup> “durante el período de predominio del sistema feudal como sistema productivo, de la nobleza como clase social, de la creencia religiosa como aglutinante ideológico de la sociedad, había incipientemente – en las sociedades europeas – personas no pertenecientes exactamente ni a la clase de los siervos ni a la nobleza. Eran gente que vivía en las ciudades, comerciantes sobre todo, y ciertos artesanos ricos, o incluso «industriales (tejedores y tintoreros, por ejemplo) pre-industriales» (por decirlo de algún modo), y también clérigos e intelectuales. Ciertamente, existían. E incluso tenían voz en los consejos municipales cuando había que discutir los impuestos. Los había, sí; pero carecían de existencia «histórica».”. CAPELLA, 1997, p. 99.

<sup>213</sup> DOMINGUES, 1999. p. 21.

Esse aspecto também é trabalhado por Tuan, ao estabelecer a supremacia da cidade e sua idealização:

a supremacia da cidade como ideal sobre a vida rural está entrelaçada com os significados das palavras. Desde o tempo de Aristóteles ‘cidade’, para os filósofos e poetas, representou a comunidade perfeita. Os cidadãos viviam na cidade; os servos e os vilões viviam no campo. A cidade do homem, onde o bispo tinha a sua sede, era uma imagem da Cidade de Deus: no campo longínquo ou sertão estavam os sertanejos; e no distrito rural ou vila (*pagus*) estavam os campônios ou pagãos.<sup>214</sup>

Não obstante esse aspecto das transformações e o alcance das “conquistas” da modernidade, a velocidade<sup>215</sup> e o ritmo em que ocorrem, assim como esses aspectos de ordem interpessoal<sup>216</sup>, não é possível identificar ainda uma crítica a apropriação da natureza, conforme bem indica Domingues ao dizer que mesmo os críticos da modernidade do século XIX não conseguiram explicitar dúvidas de ordem ambiental, ou seja, a crítica a modernidade e ao capitalismo não permitem, antes do século XX, a percepção da realidade social enquanto uma crise socioambiental.<sup>217</sup>

Choay, corroborando a ideia de Domingues, destaca que

“nesse grupo de pensadores políticos, os espíritos mais diversos, ou até opostos, Matthew Arnold e Fourier, Proudhon e Carlyle, Engels e Ruskin, reúnem-se para denunciar a higiene física deplorável das grandes cidades industriais: o habitat insalubre do trabalhador, frequentemente comparado com covis, as grandes distâncias que separam o local de trabalho do de habitação (‘a metade dos operários do *Strand* já estão sendo obrigados a caminhar duas milhas para chegar ao trabalho’, constata Marx), os lixões fétidos amontoados e a ausência de jardins públicos nos bairros populares. A higiene moral também é considerada: há contraste entre os bairros habitados pelas diferentes classes sociais, chegando à segregação, fealdade e monotonia das construções ‘para o maior número’.”<sup>218</sup>

Exemplo interessante disso se destaca na fragmentação espacial citada por Tuan. Em uma perspectiva, é possível pensar que “em qualquer grande metrópole, as pessoas com rendas e *status* social diferentes vivem em partes separadas da cidade. Os ricos raramente visitam os

<sup>214</sup> TUAN, 1974, p. 172.

<sup>215</sup> “O dinamismo da modernidade deriva da *separação do tempo e do espaço* e de sua recombinação em formas que permitem o “zoneamento” tempo-espacial preciso da vida social; do *desencaixe* dos sistemas sociais (um fenômeno intimamente vinculado aos fatores envolvidos na separação tempo-espço); e da *ordenação e reordenação reflexiva* das relações sociais à luz das contínuas entradas (inputs) de conhecimento afetando as ações de indivíduos e grupos. Devo analisar isto mais detalhadamente (incluindo um exame inicial da natureza da confiança), a começar pela ordenação do tempo e do espaço.” GIDDENS, 1991. P. 25.

<sup>216</sup> Stein nesse aspecto lembra que a crise que leva a modernidade decorre de um contexto explosivo, qual seja, a “...tentativa de autonomia, a tentativa de ruptura com as heteronomias em que a humanidade estava constantemente atolada. Estas heteronomias não são tanto as heteronomias explícitas que se manifestam em nível de organização social, em nível de equilíbrio do poder. Mas são heteronomias que surgem em níveis muito mais sutis, que se projetam desde a religião, desde a organização de questões no universo artístico, que se apresentam com relação aos costumes, aos comportamentos morais, etc.”. STEIN, 1990, p.16.

<sup>217</sup> DOMINGUES, 1999.

<sup>218</sup> CHOAY, 2013, p. 6.

distritos mais pobres, exceto, talvez nas excursões pelas favelas dentro de ônibus com ar condicionado. Eles podem ter um claro mapa mental da cidade, mas é um conhecimento abstrato.”<sup>219</sup> De outra perspectiva poder-se-ia analisar que a cidade rica está integrada a cidade pobre, por laços nem sempre visíveis ou até mesmo desejáveis.

Portanto, a concepção da sociedade contemporânea enquanto um cenário de crise da modernidade, encontra sentido desde os problemas das sociabilidades tradicionais, somados aqueles nutridos pelas transformações havidas na modernidade (enquanto período histórico) e que avançam para o século XX e XXI enquanto reflexos disso que aqui se denomina substância da modernidade. Como já explorado no capítulo introdutório, trata-se de uma crise de percepção, em que a velocidade das mudanças tende a exigir um ponto interdisciplinar de análise, ou seja, ainda que os problemas sejam históricos e remontem a outras épocas, a crítica é feita desde a contemporaneidade<sup>220</sup>.

Deste modo, a escolha pela correlação entre a modernidade e a cidade não tem a pretensão de reconstruir o planejamento urbano desde sua formação moderna, posto que existe pesquisa suficiente já sobre o tema, mas se trata de refletir a luz da complexidade do mundo<sup>221</sup> os problemas que envolvem a constituição do urbano, enquanto o reduto de um conjunto significativo de problemas de todas as ordens e desordens.

Giddens alerta que embora os assentamentos urbanos frequentemente tenham incorporado os locais das cidades tradicionais, é falsa a percepção de que se trate de mera expansão a partir delas. Essa falsa percepção tende a ser desfeita a partir da compreensão da modernidade, o que faz com que, por consequência, o urbanismo moderno seja ordenado por princípios completamente diferentes dos que estabeleceram a cidade pré-moderna em relação ao campo em períodos anteriores.<sup>222</sup>

A perspectiva moderna, diferente da concepção das cidades tradicionais se evidencia no pensamento de Choay, ao citar Le Corbusier que reinvidica o *ponto de vista verdadeiro* na construção do planejamento urbano.

---

<sup>219</sup> TUAN, 1974, p.240.

<sup>220</sup> Neste sentido, oportuna a contribuição de Leff ao referenciar que “a problemática ambiental abriu um novo campo do saber – e do poder no saber - que se desdobra nas estratégias discursivas e nas políticas do desenvolvimento sustentável.” LEFF, 2006, p. 279.

<sup>221</sup> Sobre a complexidade do mundo e a percepção ambiental, Leff bem destaca que: "o ambiente não é a ecologia, mas a complexidade do mundo; é um saber sobre as formas de apropriação do mundo e da natureza através das relações de poder que se inscrevem nas formas dominantes do conhecimento. A partir daí, abre-se o caminho que seguimos para delinear, compreender, internalizar e finalmente dar seu lugar - seu nome próprio - à complexidade ambiental." LEFF, 2002, P. 17.

<sup>222</sup> GIDDENS, 1991, p. 15.

Choay explica melhor a perspectiva moderna, ao referenciar que

do ponto de vista estrutural, nas velhas cidades da Europa, a transformação dos meios de produção e transporte, assim como a emergência de novas funções urbanas, contribuem para romper os velhos quadros, frequentemente justapostos, da cidade medieval e da cidade barroca. Uma nova ordem é criada, segundo o processo tradicional da adaptação da cidade à sociedade que habita nela.<sup>223</sup>

Lefebvre afirma que esta constituída a sociedade urbana, ou seja, aquela que nasce da industrialização. Mais que isso, sintetiza as ideias expostas até então, ao afirmar que “a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade urbana só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas.”<sup>224</sup>

Lustoza no mesmo sentido, compreende que o urbano

é um produto do processo de produção num determinado momento histórico, não apenas no que se refere à determinação econômica do processo (produção, distribuição, circulação e troca), mas também as sociais, políticas, ideológicas, jurídicas que se articulam na totalidade da formação econômica e social. Desta forma, o urbano é mais que um modo de produzir, é um modo de consumir, pensar, sentir; enfim, é um modo de vida.<sup>225</sup>

A modernidade descreve um movimento de afastamento com relação à divindade<sup>226</sup> e, substituindo esta pelo homem que passa a ser o centro do universo, ou seja, proclama-se a natureza humana, e um acelerado desenvolvimento das condições e das estruturas de um novo modo de ser da sociedade que reflete os efeitos desta mudança.

Este “modo de ser”, para Giddens, evoca um movimento dinâmico e de escopo globalizante das instituições modernas pelos espaços territoriais dos novos Estados-nação, além da descontinuidade em relação às culturas tradicionais, notadamente a questão do tempo que

---

<sup>223</sup> CHOAY, Françoise. 2013. p. 3.

<sup>224</sup> LEFEBVRE, 1999, p.15.

<sup>225</sup> LUSTOZA, 2012, p.10.

<sup>226</sup> A contribuição de Latour para a compreensão de um conceito de modernidade parte da perspectiva do humanismo, seja para saudar nascimento do homem, seja para anunciar sua morte. Mas o próprio hábito é moderno, uma vez que este continua sendo assimétrico. Esquece o nascimento conjunto da "não-humanidade" das coisas, dos objetos ou das bestas, e o nascimento, tão estranho quanto o primeiro, de um Deus suprimido, fora do jogo. A modernidade decorre da criação conjunta dos três, e depois da recuperação deste nascimento conjunto e do tratamento separado das três comunidades enquanto que, embaixo, os híbridos continuavam a multiplicar-se como uma consequência direta deste tratamento em separado. É esta dupla separação que precisamos reconstituir, entre o que está acima e o que está abaixo, de um lado, entre os humanos e os não-humanos, de outro.” LATOUR, 1994. p. 19.

passa a ser calculado de maneira uniforme e que na modernidade está desvinculado do espaço geográfico, com por exemplo, na jornada de trabalho.<sup>227</sup>

Este tema tão caro a Giddens e a constituição da modernidade também faz parte da ponderação de Latour que ilustra que

a passagem moderna do tempo nada mais é do que uma forma particular de historicidade. De onde nos vem a ideia de um tempo que passa? Da própria Constituição moderna. A antropologia está aí para nos lembrar que a passagem do tempo pode ser interpretada de diversas formas, como ciclo ou como decadência, como queda ou como instabilidade, como retorno ou como presença continuada. Chamemos de temporalidade a interpretação desta passagem, de forma a distingui-la claramente do tempo. Os modernos têm a particularidade de compreender o tempo que passa como se ele realmente abolisse o passado antes dele. Pensam todos que são Átila, atrás do qual a grama não crescia mais. Não se sentem distantes da Idade Média por alguns séculos, mas separados dela por revoluções copernicanas, cortes epistemológicos, rupturas epistêmicas que são tão radicais que não sobrou nada mais deste passado dentro deles – que nada mais deste passado deve sobreviver neles.<sup>228</sup>

A compreensão de Latour sobre o tempo se comunica com o que Bauman denomina de *foci imaginarii*. Bauman procura explicá-los a luz da concepção de progresso e de sua interdependência com a compreensão do tempo e espaço próprios da modernidade.<sup>229</sup>

Essas transformações foram centrais para a modernidade compor suas próprias tradições, entre as quais, a dinâmica do progresso e, por conseguinte, a cultura, a educação, a filosofia, até chegar no campo do desenvolvimento tecnológico e dos meios e modos de produção. A cidade, reproduzindo as linhas tracejadas logo será composta pela multiplicidade de desejos e evocações humanas, de tal modo que expressará um conjunto significativo de desigualdades, tanto aquelas que já acompanham a Idade Média, quanto as novas desigualdades, modernas, por assim dizer.

---

<sup>227</sup> “Todas as culturas pré-modernas possuíam maneiras de calcular o tempo. O calendário, por exemplo, foi uma característica tão distintiva dos estados agrários quanto a invenção da escrita. Mas o cálculo do tempo que constituía a base da vida cotidiana, certamente para a maioria da população, sempre vinculou tempo e lugar — e era geralmente impreciso e variável. Ninguém poderia dizer a hora do dia sem referência a outros marcadores sócioespaciais: "quando" era quase, universalmente, ou conectado a "onde" ou identificado por ocorrências naturais regulares. A invenção do relógio mecânico e sua difusão entre virtualmente todos os membros da população (um fenômeno que data em seus primórdios do final do século XVIII) foram de significação chave na separação entre o tempo e o espaço. O relógio expressava uma dimensão uniforme de tempo "vazio" quantificado de uma maneira que permitisse a designação precisa de "zonas" do dia (a "jornada de trabalho", por exemplo).” GIDDENS, 1991, p. 25.

<sup>228</sup> LATOUR, 1994, p.67.

<sup>229</sup> “Os *foci imaginarii* — horizontes que bloqueiam e abrem, cercam e distendem o espaço da modernidade — invocam o fantasma do itinerário no espaço por si mesmo desprovido de direção. Nesse espaço, as estradas se fazem ao andar e desaparecem de novo quando os caminhantes passam. À frente dos que andam (e para a frente é que eles olham) a estrada é marcada pela determinação de prosseguir; atrás deles, as estradas podem ser imaginadas pelas leves pegadas, margeadas de ambos os lados por linhas mais firmes de refugio e lixo. "Num deserto — disse Edmond Jabès — não há avenidas, bulevares, becos sem saída ou ruas. Apenas, aqui e ali, marcas fragmentárias de passos, logo apagadas e rejeitadas.” BAUMAN, modernidade e ambivalência. 1999, p. 18.

Em certo sentido, é possível perceber que o tema das falsas promessas da modernidade (ou “promessas não cumpridas” da modernidade) será o tema base de diversos autores. De outra parte, a mesma temática será abordada pelas correntes desenvolvimentistas que – em alguma medida – darão novo sentido aquelas promessas, permitindo uma nova perspectiva/horizonte de sentido: o progresso.

Antes, no entanto, é preciso compreender como se opera a dinâmica de transição na crença em Deus (providência) para a crença no progresso. Assim, em Latour encontra-se que

A espiritualidade foi reinventada, isto é, a transcendência do Deus todo-poderoso no foro íntimo sem que Ele interviesse em nada no foro exterior. Uma religião totalmente individual e espiritual permitia criticar tanto a dominação da ciência quanto a da sociedade, sem com isto obrigar Deus a intervir em uma ou na outra. Tornava-se possível, para os modernos, serem ao mesmo tempo laicos e piedosos.<sup>230</sup>

Trata-se de compreender a relevância que a geopolítica do conhecimento. Nesse sentido, Grosfoguel lembra que Descartes, enquanto fundador da filosofia ocidental moderna, inaugurou um novo momento na história do pensamento do Ocidente.

Descartes substitui Deus, fundamento do conhecimento na teopolítica do conhecimento da Europa da Idade Média, pelo Homem (ocidental), fundamento do conhecimento na Europa dos tempos modernos.[...]. a filosofia ocidental privilegia a ‘egopolítica do conhecimento’ em desfavor da ‘geopolítica do conhecimento’ e da ‘corpo-política do conhecimento’. Em termos históricos, isto permitiu ao homem ocidental (esta referência ao sexo masculino é usada intencionalmente) representar o seu conhecimento como único capaz de alcançar uma consciência universal, bem como dispensar o conhecimento não-ocidental por ser particularístico e, portanto, incapaz de alcançar a universalidade.<sup>231</sup>

Essa dubiedade, marcada por liberdade e condicionamento é que permitem a concepção do indivíduo que habitante da cidade, passa a ser cidadão. Santos explica a concepção de cidadão enquanto uma imposição.

“a própria palavra *cidadão* vai se impor com a grande mutação histórica marcada na Europa com a abolição do feudalismo e o início do capitalismo. Marx e tantos outros autores saudaram a chegada do capitalismo como a abolição de vínculos de servidão entre o dono da terra e o ‘seu’ trabalhador e o surgimento do trabalhador livre, dono dos meios de produção. As aglomerações humanas, os burgos, foram o teatro principal dessa luta e o palco dessa enorme conquista. Com o homem do burgo, o burguês, nascia o cidadão, o homem do trabalho livre, vivendo num lugar livre, a cidade”<sup>232</sup>

Domingues assinala nesse contexto a relevância do desencaixe. Esse será o primeiro passo na construção do indivíduo, enquanto um processo de libertação de relações pessoais e estáveis, como por exemplo o aprisionamento à terra e a um senhor, com uma identidade fixa,

<sup>230</sup> LATOUR, 1994. P. 39.

<sup>231</sup> GROSGOUEL, 2010, p. 460.

<sup>232</sup> SANTOS, 1987,p.9.

para agora ser disponibilizado ao mercado de trabalho, ambiente no qual ele deverá vender sua força de trabalho para sobreviver em troca de dinheiro. Este cenário de liberdade condicionada lhe permite se sentir cidadão, desprovido de obrigações pessoais.<sup>233</sup>

Mais que isso, Domingues bem compreende que a identidade do cidadão moderno será construída pelo trabalho. Nesse sentido, destaca que os reflexos dessa constituição de identidade moderna permitirão responder as perguntas que formam sua nova condição de cidadão:

em que tipo de pessoa se transformar, para onde ir, que tipo de vida viver, que profissão praticar, formam agora uma construção que, dentro de limites mais ou menos largos ou estreitos (dependendo dos recursos intelectuais, materiais e de poder de que dispõe o sujeito), passa, inevitavelmente, por certas decisões mais ou menos pensadas e pausadas. É claro que um indivíduo abastado tem muito mais recursos à sua disposição para tomar decisões, e a história, para ele, é muito mais aberta do que para um trabalhador pobre, que nem por isso, contudo, pode fugir à responsabilidade de se autodefinir em termos individuais e coletivos, a despeito de contar com menos recursos para isso.<sup>234</sup>

O tema do indivíduo (e sua emancipação/invisibilidade) será abordado no próximo capítulo. Neste momento se trata apenas de delinear sua relevância para a compreensão do progresso. Nesse sentido, Bauman lembra que a modernidade é uma obsessiva marcha de insatisfação e de conquistas temporárias.<sup>235</sup> Para ele a linearidade da modernidade se propõe a observar apenas o ponto de partida, enquanto um movimento irrefreável em direção a esperança da chegada, que se apresenta pela ânsia de escapar, ou seja, mais próximo do sofrimento de ontem do que a felicidade de amanhã. No entremeio, o dia de hoje vira passado antes que o sol se coloque. “O tempo linear da modernidade estica-se entre o passado que não pode durar e o futuro que não pode ser. Não há lugar para o meio-termo. À medida que flui, o tempo se achata num mar de miséria, de modo que o ponteiro pode flutuar.”<sup>236</sup>

Essa transição, compõe mudanças estruturais na existência, posicionando seu observador – o homem agora moderno – como senhor do seu tempo e do espaço, e, acima de tudo, senhor da natureza, a qual coisificou e está distante de si. Latour, nesse aspecto, entende

---

<sup>233</sup> DOMINGUES, 1999, p. 23.

<sup>234</sup> DOMINGUES, 1999, p. 23.

<sup>235</sup> A modernidade é o que é — uma obsessiva marcha adiante — não porque sempre queira mais, mas porque nunca consegue o bastante; não porque se torne mais ambiciosa e aventureira, mas porque suas aventuras são mais amargas e suas ambições frustradas. A marcha deve seguir adiante porque qualquer ponto de chegada não passa de uma estação temporária. Nenhum lugar é privilegiado, nenhum melhor do que outro, como também a partir de nenhum lugar o horizonte é mais próximo do que de qualquer outro. É por isso que a agitação e a perturbação são vividas como uma marcha em frente; é por isso, com efeito, que o movimento browniano parece adquirir verso e reverso e a inquietude uma direção: trata-se de resíduos de combustíveis queimados e fuligem de chamas extintas que marcam as trajetórias do progresso. BAUMAN, modernidade e ambivalência. 1999, p. 18.

<sup>236</sup> BAUMAN, modernidade e ambivalência. 1999, p. 17.

que foi permitido inclusive se colocar, amparado pela noção de ciência, a criticar qualquer aspecto da existência humana – inclusive a liberdade.<sup>237</sup>

No entanto, apesar do distanciamento que permite a manipulação e fragmentação, Latour entende que a ciência lança a perspectiva da natureza transcendente mobilizável, humanizável e socializável. Essa perspectiva é determinante para se pensar a esteira do progresso, seja o dos limites do progresso individual, seja os da sociedade, ambos manipulados nos ambientes laboratoriais da modernidade.<sup>238</sup>

Esta interdependência entre a modernidade e a cidade permitirá o que Domingues menciona como o *reencaixe*, a partir da qual estará autorizado a pensar em si como distante do outro, em um movimento de pertencimento a este ou aquele grupo ou comunidade de interesse, diferentemente da vida tradicional. Em outras palavras, a modernidade promoveu seu desencaixe enquanto libertação de certas e determinadas condições, mas ao mesmo tempo o condicionou a outros reencaixes<sup>239</sup>, limitadores da hipotética liberdade individual.<sup>240</sup>

A modernidade, portanto, será composta por essa contradição ou, como pensa Bauman, por essa ambivalência<sup>241</sup>. Latour, nesse sentido, destaca mais uma vez a relevante questão do progresso, a partir da *flecha irreversível do tempo*, ou seja, “como Nietzsche havia observado, os modernos têm a doença da história. Querem guardar tudo, datar tudo, porque

---

<sup>237</sup> solidamente apoiado sobre a certeza transcendental das leis da natureza, o moderno pôde criticar e desvendar, denunciar e se indignar frente às crenças irracionais e às dominações não justificadas. Solidamente apoiado sobre a certeza de que o homem constrói seu próprio destino, o moderno pôde criticar e desvendar, denunciar e se indignar frente às crenças irracionais, às ideologias científicas, à dominação não justificada dos especialistas que pretendiam traçar limites à ação e à liberdade. A única transcendência de uma natureza que não é obra nossa, bem como a única imanência de uma sociedade que construímos por completo, iriam no entanto paralisar os modernos, por demais impotentes diante das coisas e por demais potentes frente sociedade. LATOUR, 1994, p.42.

<sup>238</sup> a natureza transcendente permanece, apesar de tudo, mobilizável, humanizável, socializável. Os laboratórios, as coleções, os centros de cálculo e de lucro, os institutos de pesquisa e os escritórios de desenvolvimento misturam esta natureza diariamente, aos múltiplos destinos dos grupos sociais. Inversamente, apesar de construirmos a sociedade por inteiro, ela dura, ela nos ultrapassa, nos domina, ela tem suas leis, e tão transcendente quanto a natureza. Isto porque os laboratórios, as coleções, os centros de cálculo e de lucro, os institutos de pesquisa e os escritórios de desenvolvimento traçam diariamente os limites da liberdade dos grupos sociais e transformam as relações humanas em coisas duráveis que ninguém criou. LATOUR, 1994, p.42.

<sup>239</sup> “... a construção da identidade e o equilíbrio da personalidade humana parecem demandar uma certa estabilidade, mas não a cristalização de traços e relações pessoais e coletivas. Trata-se aqui do inverso, como resposta a eles, dos mecanismos de desencaixe: essa relativa estabilidade é fornecida por processos de *reencaixe* que, reflexivamente, consistem em outra característica saliente da modernidade. Com isso, o indivíduo pode perceber-se como membro de um grupo, de uma religião, de uma classe, de uma etnia que o inclui e que lhe dá sentido.” Domingues, 1999, p. 24.

<sup>240</sup> Em certo sentido, isso aparece implícito nos discursos dos contratualistas, com atenção especial ao Contrato Social de Rousseau.

<sup>241</sup> A maioria dos problemas que hoje enfrentam os administradores das ordens locais é produto da atividade para resolução de problemas. Grande parte da ambivalência que enfrentam os praticantes e teóricos das ordens sociais e intelectuais resulta dos esforços para suprimir ou declarar inexistente a relatividade endêmica da autonomia. Os problemas são criados pela resolução de problemas, novas áreas de caos são geradas pela atividade ordenadora. O progresso consiste antes e sobretudo na obsolescência das soluções de ontem. Bauman, modernidade e Ambivalência. 1999, p. 22.

pensam ter rompido definitivamente com seu passado. Quanto mais revoluções eles acumulam, mais eles conservam; quanto mais capitalizam, mais colocam no museu.<sup>242</sup>

Mais uma vez a cidade aparece como a resposta para essas novas demandas. Com substrato da própria concepção de modernidade. O urbano, como lembra Lefebvre, define-se não pela realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, enquanto um horizonte. O conhecimento sobre o urbano se funda sobre uma prática social em marcha.

*o objeto virtual* não é outra coisa que a sociedade planetária e a "cidade mundial", além de uma crise mundial e planetária da realidade e do pensamento, além das velhas fronteiras traçadas desde o predomínio da agricultura, mantidas no curso do crescimento das trocas e da produção industrial. Todavia, a problemática urbana não pode absorver todos os problemas.<sup>243</sup>

A cidade estabelece “as relações para a produção do espaço, o ambiente construído e natural adquirem uma importância cada vez maior, destacando a natureza como recurso e como valor de uso, reforçando os ambientes naturais como valor para a produção de um novo espaço transformando-os em áreas urbanizáveis.”<sup>244</sup>

Essa perspectiva que a cidade ganha, na qual termos como urbanizável passam a ter o sentido positivo, aparece na análise de Giddens sobre a modernidade, ao assinalar que “o mundo em que vivemos hoje é um mundo carregado e perigoso. Isto tem servido para fazer mais do que simplesmente enfraquecer ou nos forçar a provar a suposição de que a emergência da modernidade levaria à formação de uma ordem social mais feliz e mais segura.”<sup>245</sup>

Na cidade é que conquistas e desigualdades são possibilitadas, promovidas e alcançadas, neste grande projeto civilizatório, relacionando-o com acumulação de riquezas e os fluxos financeiros que se desenharam ao longo dos últimos três séculos, alcançando a categoria de um capitalismo global.

A complexidade do fenômeno se evidencia pela construção do que se denominará “estilo de vida” de um povo, enquanto a soma de suas atividades econômicas, sociais e ultraterrenas. Essas atividades geram os padrões espaciais determinantes das formas arquitetônicas e dos ambientes materiais, que por sua vez, determinarão os padrões daquelas atividades. Porém, há nesse processo, um sentido antagônico, que se coloca entre a idealização de um estilo de vida e as atividades das forças econômicas e sociais.<sup>246</sup>

---

<sup>242</sup> LATOUR, 1994, p. 68.

<sup>243</sup> LEFEBVRE, 1999, p. 28

<sup>244</sup> LUSTOZA, 2012, p.12.

<sup>245</sup> GIDDENS, 1991, p.19.

<sup>246</sup> TUAN, 1974, p. 199.

Isso pode ser exemplificado quando se pensa na constituição do mercado e as relações que se estabelecem e que modificam a cidade medieval.<sup>247</sup> A cidade, ainda no contexto medieval, permanecia com um caráter heterotópico, ou seja, era um ambiente estranho, demarcada pelas muralhas e depois pelos *faubourgs* (aglomerações “fora do burgo”), uma vez que o campo era o centro da vida medieval.

Na transição o campo passa a ser circunstancial da cidade, o seu horizonte e vai se diminuindo, desta forma, o distanciamento entre o trabalho e a vida rural e sua correlação com a vida urbana. Os aldeões deixam de trabalhar para os senhores territoriais e passam a produzir “para a cidade, para o mercado urbano. E, se sabem que os mercadores de trigo ou macieira os exploram, encontram, porém, no mercado o caminho da liberdade.”<sup>248</sup>

A aproximação entre cidade e desenvolvimento de uma ordem social perfeita, elevada – no atual momento da sociedade contemporânea aos aspectos do consumo e da promoção do consumo, pode ser observada em Acserlad ao evidenciar que

o espaço urbano foi organizado de modo a favorecer as operações de circulação, compra e venda de mercadorias; e, ao mesmo tempo, nele se oferece ao consumo uma diversidade de localizações, paisagens, topografias físicas e simbólicas que são, de diferentes modos, incorporadas à dinâmica mercantil. Hoje, podemos talvez acrescentar que a cidade torna-se o lugar do consumismo e do consumismo de lugar.<sup>249</sup>

Da mesma forma, a dinâmica citadina e o afastamento do campo, por meio do que chama de realidade urbana. Isto ocorre porque a sociedade não coincide mais com o campo, mas com a hegemonia proposta a partir do Estado, que determina sua própria racionalidade sobre a imagem da cidade, qual seja, o plano.

o racionalismo que culmina com Descartes acompanha a inversão que substitui a primazia camponesa pela prioridade urbana. Ele não se vê como tal. Durante esse período, entretanto, nasce a *imagem da cidade*. A cidade já detinha a escrita; possuía seus segredos e poderes. Ela já opunha a urbanidade (ilustrada) à rusticidade (ingênua e brutal). A partir de um determinado momento, ela tem sua própria escrita: o *plano*.<sup>250</sup>

Nesse sentido, Lefebvre alerta que nos séculos XVI e XVII esse plano não se apresenta ainda enquanto planificação, mas sim como *planimetria*, ou seja, os planos não são abstratos, mas se constituem como “projeção do espaço urbano num espaço de coordenadas geométricas.

<sup>247</sup> Essa perspectiva de análise será abordada adiante para explicitar alguns aspectos da invisibilidade atual nas cidades.

<sup>248</sup> LEFEBVRE, 1999, p.23.

<sup>249</sup> Tendo em vista que Acserlad é um pensador contemporâneo e escreve sobre seu tempo, essa análise que ele faz sobre o consumismo de lugar será trabalhada em tópico adiante. Portanto, neste tópico ainda permanece a análise da cidade a partir do lugar e do espaço assim como a confluência do mercado. ACSELRAD, 2013, p.236.

<sup>250</sup> LEFEBVRE, 1999, p.24.

Combinação entre a visão e a concepção, obras de arte e de ciência, os planos mostram a cidade a partir do alto e de longe, em perspectiva, ao mesmo tempo pintada, representada, descrita geometricamente”<sup>251</sup>

Bauman lucidamente exemplifica que as estruturas espaciais geometricamente simples imperam em projetos arquitetônicos e urbanísticos em busca da cidade perfeita, sempre partindo de planejamentos prévios, a partir “do nada”, acompanhado de uniformidade, homogeneidade e reprodutibilidade de elementos espaciais em torno dos edifícios da administração.<sup>252</sup>

“De todo modo, a *cidade mercantil* tem seu lugar, no percurso, depois da cidade política. Nessa data (aproximadamente no século XIV, na Europa Ocidental), a troca comercial torna-se *função* urbana; essa função fez surgir uma *forma* (ou formas: arquiteturas e/ou urbanísticas) e, em decorrência, uma nova *estrutura* do espaço urbano. As transformações de Paris ilustram essa complexa interação entre os três aspectos e os três conceitos essenciais: função, forma, estrutura. Os burgos e *faubourgs*, inicialmente comerciais e artesanais — *Beaubourg, Saint-Antoine, Saint-Honoré* —, tornam-se centrais, disputando a influência, o prestígio e o espaço com os poderes propriamente políticos (as instituições), obrigando-os a compromissos, participando com eles da constituição de uma poderosa unidade urbana.”<sup>253</sup>

Tuan apreende que

a cidade libera os seus cidadãos da necessidade de trabalhar incessantemente para manter seus corpos e do sentimento de impotência diante dos caprichos da natureza. É uma realização que agora tendemos a denegrir ou esquecer. Como ideal, a cidade parece em grande parte perdida para nós, enquanto os seus defeitos, como meio ambiente físico, tornam-se cada vez piores, especialmente após a Revolução Industrial.<sup>254</sup>

A cidade-política vai se transmutando, em processo lento e conflituoso, em cidade mercado, sendo certo que o mercado permanece marginal ao longo dessa transição. Com a Idade Moderna é que o mercado alcança o centro de onde o entorno será composto por outras formas de poder, ou, como menciona Lefebvre, enquanto um lugar de encontro das coisas e das pessoas, um lugar de troca ou até mesmo de compartilhamento de liberdade.<sup>255</sup>

<sup>251</sup> LEFEBVRE, 1999, p. 24.

<sup>252</sup> 1999, p. 42.

<sup>253</sup> LEFEBVRE, 1999, p. 23.

<sup>254</sup> TUAN, 1974, p. 172.

<sup>255</sup> “A cidade política resiste com toda a sua força, com toda a sua coesão; ela sente-se, sabe-se ameaçada pelo mercado, pela mercadoria, pelos comerciantes, por sua forma de propriedade (a propriedade mobiliária, movente por definição: o dinheiro). Inumeráveis fatos testemunham a existência, ao lado da Atenas política, tanto da cidade comercial, o Pireu, quanto as interdições em vão repetidas à disposição de mercadorias na agora, espaço livre, espaço do encontro político. Quando Cristo expulsa os mercadores do templo, trata-se da mesma interdição, com o mesmo sentido. Na China, no Japão, os comerciantes permanecem durante longo tempo na baixa classe urbana, relegada num bairro “especializado” (heterotopia). Em verdade, é apenas no Ocidente europeu, no final da Idade Média, que a mercadoria, o mercado e os mercadores penetram triunfalmente na cidade. Pode-se conceber que outrora os mercadores itinerantes, um pouco guerreiros, um pouco saqueadores, escolheram deliberadamente as ruínas fortificadas das cidades antigas (romanas) para levar a cabo sua luta contra os senhores territoriais. Nesta hipótese, a cidade política, renovada, teria servido de quadro à ação que iria transformá-la. No curso dessa luta (de classes) contra os senhores, possuidores e dominadores do território, luta prodigiosamente fecunda no Ocidente,

### 2.1.2 Por uma visão decolonial da cidade

Para tanto, parte-se da ideia de que a conquista<sup>256</sup> da modernidade é um projeto fundado na concepção de razão humana e na capacidade de progresso como potenciais libertadores do ser humano das dificuldades dos períodos anteriores, eminentemente aquelas promovidas pela violência e irracionalidade (das guerras sob o domínio das religiões) e pelas desigualdades (pobreza extrema, miséria e doenças). Paradoxalmente, essa conquista só foi possível com a expropriação e produção de mazelas como a pobreza, a miséria e a exclusão a outras partes do mundo. Em outras palavras, alcançou-se certo patamar da virtude moderna por meio do avanço político e econômico no modo de resolver as irracionalidades e desigualdades da Europa na expropriação e colonização sobre o (resto) mundo.

Assim, se o Iluminismo e a técnica geométrica<sup>257</sup> introduziram a razão e a emancipação do sujeito – a partir de então indivíduo<sup>258</sup> –, libertando-o de um hipotético – mas necessário – estado de natureza, legitimaram – no mesmo passo – aprisionamentos de grades invisíveis àqueles que não puderam alcançar seus patamares de direitos, inviabilizando a sobrevivência de outra parte da população mundial.

Bauman enuncia que a geometria se apresenta, neste contexto, enquanto

o arquétipo da mente moderna. A grade é o seu tropo predominante (e portanto, assim seja: Mondrian é o mais *representativo* dos seus artistas visuais). A taxonomia, a classificação, o inventário, o catálogo e a estatística são estratégias supremas da prática moderna. A mestria moderna é o poder de dividir, classificar e localizar — no pensamento, na prática, na prática do pensamento e no pensamento da prática.

---

criadora de uma história e mesmo de história *tout court*, a praça do mercado torna-se central. Ela sucede, suplanta, a praça da reunião (a agora, o fórum). Em torno do mercado, tornado essencial, agrupam-se a igreja e a prefeitura (ocupada por uma oligarquia de mercadores), com sua torre ou seu campanário, símbolo de liberdade. Deve-se notar que a arquitetura segue e traduz a nova concepção da cidade. O espaço urbano torna-se o lugar do encontro das coisas e das pessoas, da troca. Ele se ornamenta dos signos dessa liberdade conquistada, que parece a Liberdade. Luta grandiosa e irrisória. Nesse sentido, houve razão em estudar, dando-lhes um valor simbólico, as "bastides" LEFEBVRE, 1999, p.22.

<sup>256</sup> Sobre a perspectiva de se pensar a conquista do novo mundo, é válido o relato de Dussel que lembra: “en efecto, un ‘mundo’ se acababa - y por ello es totalmente eufemística, ‘gran palabra vacía’, hablar del ‘encuentro de dos mundos’, cuando uno de ellos era destruido en su estructura esencial. Irremediamente era el ‘fin del mundo’ azteca.” DUSSEL, 1994, p.46.

<sup>257</sup> “Vendo então que a verdade consiste na adequada ordenação de nomes em nossas afirmações, um homem que procurar a verdade rigorosa deve lembrar-se que coisa substitui cada palavra de que se serve, e colocá-la de acordo com isso; de outro modo ver-se-á enredado em palavras, como uma ave em varas envidadas: quanto mais lutar, mais se fere. E portanto em geometria (que é a única ciência que prouve a Deus conceder à humanidade) os homens começam por estabelecer as significações de suas palavras, e a esse estabelecimento de significações chamam definições, e colocam-nas no início de seu cálculo.” HOBBS, Thomas. *O Leviatã*. Ícone: São Paulo, 2000, p.27.

<sup>258</sup> A emancipação do sujeito que passou a ser visto como indivíduo, decorre de um “longo processo histórico e da modernidade, por meio dos processos de desencaixe que o mercado e o estado moderno provocaram, desenraizando as pessoas e fazendo-as independentes de seus contextos particulares, com o que os indivíduos assumem a feição de seres abstratos e intercambiáveis. Além disso, os indivíduos somente se individualizam de modo específico mediante a sua *socialização* – isto é, a aprendizagem de padrões cognitivos, expressivos, morais e afetivos – dentro de uma determinada cultura.” DOMINGUES, 1999, p. 27.

Paradoxalmente, é por essa razão que a ambivalência é a principal aflição da modernidade e o mais preocupante dos seus cuidados. A geometria mostra como seria o mundo se fosse geométrico. Mas o mundo não é geométrico. Ele não pode ser comprimido dentro de grades de inspiração geométrica.<sup>259</sup>

A ciência desenvolveu papel preponderante nesse contexto, apresentando-se aqui a partir de dois aspectos: o primeiro, que diz respeito a ciência moderna em si, pela proposição de fragmentação e de redução ao método em busca da verdade, ainda que a verdade se tornasse passageira, revisada pela própria ciência no que Giddens aponta enquanto a subversão da razão<sup>260</sup>. O segundo aspecto, contemporâneo, é em relação a colonialidade do poder impressa em sua origem, selecionando o que configura ciência e conhecimento a partir das linhas de um pensamento abissal.<sup>261</sup>

Oportuno registrar que o conceito de colonialidade remete a um processo antigo de dominação que foi reformulado desde a concepção de colonialismo até sua formatação contemporânea enquanto dominação política.<sup>262</sup>

colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado ao, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/exploração onde o controlo da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre, nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo. Mas foi, sem dúvida, engendrada dentro daquele e, mais ainda, sem ele não poderia ser imposta na intersubjectividade do mundo tão enraizado e prolongado.<sup>263</sup>

Desde um ponto de vista colonial, a modernidade e a cidade tratam de consolidar um projeto comum. Para deflagrar essa compreensão, o estudo dessas categorias exige não somente a compreensão formal da ordem das coisas, mas principalmente o aspecto substantivo de suas interconexões na consolidação desse projeto civilizatório, notadamente pelo aspecto disruptivo com relação as estruturas anteriores e com o reducionismo das cosmovisões das organizações

<sup>259</sup> Bauman, modernidade e ambivalência. 1999. P.23.

<sup>260</sup> Provavelmente estamos, somente agora, no final do século XX, começando a nos dar conta de quão profundamente perturbadora é esta perspectiva. Pois quando as reivindicações da razão substituíram as da tradição, elas pareciam oferecer uma sensação de certeza maior do que a que era propiciada pelo dogma anterior. Mas esta idéia parece persuasiva apenas na medida em que não vemos que a reflexividade da modernidade de fato subverte a razão, pelo menos onde a razão é entendida como o ganho de conhecimento certo. A modernidade é constituída por e através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas a equação entre conhecimento e certeza revelou-se erroneamente interpretada. Estamos em grande parte num mundo que é inteiramente constituído através de conhecimento reflexivamente aplicado, mas onde, ao mesmo tempo, não podemos nunca estar seguros de que qualquer elemento dado deste conhecimento não será revisado. GIDDENS, 1991, p. 46.

<sup>261</sup> SANTOS & MENESES, 2010.

<sup>262</sup> QUIJANO, 2010, p. 84.

<sup>263</sup> QUIJANO, 2010, p. 84.

sociais, assim como as razões pelas quais foi eleito como modelo único a condicionar a existência humana rumo a perfeição.

Há uma lógica redutora na capacidade de percepção do tempo e do espaço na transição da idade média para a idade moderna, que vai se implementando conforme o progresso da cidade. Giddens muito bem explora isso a partir das descontinuidades, conforme ensina

Uma é o ritmo de mudança nítido que a era da modernidade põe em movimento. [...]. Uma segunda descontinuidade é o escopo da mudança. [...]. Uma terceira característica diz respeito à natureza intrínseca das instituições modernas. [...]. Outras têm apenas uma continuidade especiosa com ordens sociais pré-existentes. Um exemplo é a cidade.<sup>264</sup>

Deste modo, ao mesmo tempo em que a “arquitetura” da modernidade se apresenta como totalidade, as particularidades desse processo podem conduzir a outras totalidades. Nesse sentido, a modernidade produziu-se como controladora dos outros, monopolizadora de uma narrativa reducionista, de modo que, pensar as margens exige ultrapassar o inicial desenho/articulação de uma totalidade, para reflexionar as particularidades que dão ensejo a outras totalidades, ou seja, desde as margens é possível pensar uma multiplicidade de potencialidades.

Essa postura indica a possibilidade de olhar para as margens desde um delimitado espaço geográfico, para seu correspondente em termos de sociabilidade ou até mesmo para a construção do pensamento e de racionalidades particulares. De qualquer sorte, há que se cuidar para que, independentemente de qual viés se adote, não ocorra uma nova totalidade que sufoque as particularidades conviventes, sob pena de estar-se diante de uma nova totalidade que apenas desloca o centro de poder para outro ponto. Mais que isso, no tocante a esta última, em especial, o que evidencia sua multiplicidade pode ser a compreensão de três passos distintos, quais sejam: as contradições, as contranarrativas e a autonomia. A tarefa deste trabalho é evidenciar esses aspectos.

Logo, quando se afirmar que a cidade se confunde com a própria modernidade, está-se pensando desde uma totalidade eurocêntrica. Portanto, a perspectiva<sup>265</sup> “marginal” aqui evidenciada, aporta na perspectiva das margens, e, não necessariamente se insere dentro de uma

---

<sup>264</sup> GIDDENS, 1991, p. 15.

<sup>265</sup> Quijano indica que a “a revolta intelectual contra essa perspectiva e contra esse modo eurocentrista de produzir conhecimento nunca esteve exactamente ausente, particularmente na América Latina. Mas apenas levanta voo depois da Segunda Guerra Mundial, começando obviamente nas áreas dominadas e dependentes do mundo capitalista. Quando se trata do poder, é sempre a partir das margens que mais costuma ser vista, e mais cedo, porque entra em questão, a totalidade do campo de relações e de sentidos que constitui tal poder.” QUIJANO, 2010, p. 87.

cidade, mas pode ser ou compor um continente inteiro. Não se trata de mera representação do espaço geográfico, mas de uma delimitação geoespacial de poder. Deste modo, a escolha pela cidade para inaugurar a discussão se dá por uma escolha metodológica e não por um reducionismo posto a serviço da lógica da modernidade.

É preciso compreender que a cidade moderna se coloca como um subproduto do sistema capitalista, que ela se apresenta como parte do modo de produção, pois o externaliza, e externalizar suas exclusões. Mesmo posteriormente, com a ênfase dada pela globalização, que evidencia as crises do modelo capitalista e suas fragilidades, cabe a cidade deflagrar parte das sequelas sistêmicas do capitalismo. Por certo, outros espaços marginais existem, pois que são próprios da constituição do capitalismo.

Não se trata de traduzir os espaços marginais como uma novidade, mas como os espaços que hoje deflagram a crise do sistema que não consegue mais conviver/subjugar esses espaços. A racionalidade civilizatória sempre produziu espaços marginais e conseguiu naturalizar esta violência de sua expropriação. A crise parece estar ancorada aos processos de desnaturalização desta violência.

Wacquant lembra que “los niños y las mujeres que residen en viviendas publicas de las areas centricas deprimidas [inner city] tienen dificultades para establecer lazos personales con la gente de afuera, una vez que esta se entera de su lugar de residencia.”<sup>266</sup>

É nesta dupla linguagem que reside a potência crítica dos modernos: podem mobilizar a natureza no seio das relações sociais, ao mesmo tempo em que a mantêm infinitamente distante dos homens; são livres para construir e desconstruir sua sociedade, ao mesmo tempo em que tornam suas leis inevitáveis, necessárias e absolutas.<sup>267</sup>

O reflexo dessas contradições indicadas por Latour no *olho do furacão* da modernidade pode ser evidenciado a partir do diálogo entre Bauman e Dussel, sendo que Bauman<sup>268</sup> assinala a constituição da liberdade pessoal e a contradição com o Estado-nação,

---

<sup>266</sup> WACQUANT, 2001, p. 137.

<sup>267</sup> LATOUR, 1994, P.42.

<sup>268</sup> o princípio da liberdade pessoal, se levado às últimas conseqüências, choca-se com a autoridade do Estado nacional de separar responsabilidades legítimas e ilegítimas, hostilidades legítimas e ilegítimas, de traçar as fronteiras da comunidade de amigos e determinar a localização dos inimigos. Essas funções da nação-Estado, conhecidas pelo nome de "construção nacional" (essa variedade especificamente moderna da tarefa de construir a identidade coletiva que todo agrupamento humano enfrenta), adquirem nas condições modernas uma gravidade que poucas funções tiveram antes. As identidades coletivas, que outrora eram "dadas" sem problemas, de forma "natural" e espontânea, devem agora, por assim dizer, ser artificialmente produzidas. Isso as torna mais do que nunca precárias, objeto de cuidadosa atenção dos modernos poderes de engenharia jardinagem-planificação. Há, portanto, uma autêntica contradição no coração da modernidade. BAUMAN, modernidade e ambivalência. 1999, p. 79.

enquanto que Dussel afirma a constituição do Eu – dominador em relação ao Outro – dominado. Em ambos, há uma perspectiva espacial de dominação, desde a cidade até o Estado.

Dussel, nesse sentido,

la Modernidad se originó en las ciudades europeas medievales, libres, centros de enorme creatividad. Pero "nació" cuando Europa pudo confrontarse con "el Otro" y controlarlo, vencerlo, violentarlo; cuando pudo definirse como un "ego" descubridor, conquistador, colonizador de la Alteridad constitutiva de la misma Modernidad. De todas maneras, ese Otro no fue "descubierto" como Otro, sino que fue "encubierto" como "lo Mismo" que Europa ya era desde siempre. De manera que 1492 será el momento del "nacimiento" de la Modernidad como concepto, el momento concreto del "origen" de un "mito" de violencia sacrificial muy particular y, al mismo tiempo, un proceso de "en-cubrimiento" de lo no-europeo.<sup>269</sup>

Em síntese, a despeito do outro ser constitutivo da modernidade, foi encoberto. Porém, existem hoje movimentos múltiplos (descolonizadores) – e a presente tese pretende ser instrumento disso - que procuram evidenciar que modernidade não consegue mais encobri-lo.

Isto indica a crise, a situação na qual o Outro se revela e se rebela de formas múltiplas. Disso decorre a intenção inicial de estudar a interdependência entre a modernidade e a cidade, a partir das quais será possível realizar uma crítica sobre os aspectos fundantes da homogeneização do poder.

Mais que isso, Lefebvre enriquece essa análise histórica a partir da perspectiva da “não-cidade”, enquanto elemento dialético com a cidade-política. Para tanto, assinala a cidade industrial, enquanto não cidade, ou seja, a ausência ou ruptura com a realidade urbana. Isto denota-se desde a implantação inicial das indústrias que se instalam próximas as fontes de energia e de matéria-prima e das reservas de mão de obra. Sua aproximação das cidades ocorre para aproximar-se dos capitais e capitalistas, dos mercados e poder aproveitar a abundante mão-de-obra, ou, em outras palavras, ela poderia se implantar em qualquer lugar, mas opta em se aproximar de cidades (ou criar cidades) baseada em seus interesses, assim como deixar a cidade caso seja necessário.<sup>270</sup>

Assim, os avanços das cidades procuraram encobrir os espaços marginais, sem tanto êxito, uma vez que eles persistem em se revelar, o que indica (ou pode indicar) a crise.

Antes, no entanto, é salutar compreender a constituição desses espaços e a sua alocação dentro do projeto da própria modernidade e da urbanidade.

O cenário no qual se desenvolvem essas perspectivas é tracejado e desenhado a partir da constatação do (in)sucesso de um conjunto de promessas que foram avençadas por um

<sup>269</sup> DUSSEL, Enrique. 1492: El encubrimiento del Otro: hacia el origen del ‘mito de la modernidad’. Plural editores, La Paz, 1994. p. 8.

<sup>270</sup> LEFEBVRE, 1999, p.25

projeto civilizatório guiado pela Europa. Crê-se, portanto, que para além da identificação das dificuldades que se apontam hodiernamente sobre a sociedade contemporânea – entendida por alguns como pós-moderna<sup>271</sup>, é relevante ampliar o questionamento trazido pela alteridade, qual seja, da existência do eu e do outro<sup>272</sup>. Esse movimento de identificação, por si só, é promotor de um início de ruptura com a modernidade, uma vez que permite questionar o alcance das promessas da modernidade e os sacrifícios para se alcançar tais patamares. Giddens entende que

condição da pós-modernidade é caracterizada por uma evaporação da grand narrative — o "enredo" dominante por meio do qual somos inseridos na história como seres tendo um passado definitivo e um futuro predizível. A perspectiva pós-moderna vê uma pluralidade de reivindicações heterogêneas de conhecimento, na qual a ciência não tem um lugar privilegiado.<sup>273</sup>

Nesse sentido, Stein<sup>274</sup> questiona a herança que a modernidade deixou ao homem contemporâneo, enquanto um projeto inacabado, que vincula, pelo menos simbolicamente, seus herdeiros.<sup>275</sup> Mais que isso, pensar sobre as heranças distintas, em cotas diferentes, que a modernidade concedeu, principalmente aos herdeiros abaixo da linha do Equador, tratados

---

<sup>271</sup> Em vez de estarmos entrando num período de pós-modernidade, estamos alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Além da modernidade, devo argumentar, podemos perceber os contornos de uma ordem nova e diferente, que é "pós-moderna"; mas isto é bem diferente do que é atualmente chamado por muitos de "pós-modernidade". Giddens, 1991, p. 13. "Pós-modernidade" é usado freqüentemente como se fosse sinônimo de pós-modernismo, sociedade pós-industrial etc. Embora a idéia de sociedade pósindustrial, como desenvolvida por Daniel Bell, pelo menos,34 seja bem explicada, os outros dois conceitos mencionados acima certamente não o são. Devo aqui traçar uma distinção entre eles. Pós-modernismo, se é que significa alguma coisa, é mais apropriado para se referir a estilos ou movimentos no interior da literatura, artes plásticas e arquitetura. Diz respeito a aspectos da reflexão estética sobre a natureza da modernidade. Embora às vezes apenas um tanto vagamente designado, o modernismo é ou foi uma perspectiva distinguível nestas várias áreas e pode-se dizer que tem sido deslocado por outras correntes de uma variedade pós-moderna. (Uma obra separada poderia ser escrita sobre esta questão, que não devo analisar aqui.) A pós-modernidade se refere a algo diferente, ao menos como eu defino a noção. Se estamos nos encaminhando para uma fase de pós-modernidade, isto significa que a trajetória do desenvolvimento social está nos tirando das instituições da modernidade rumo a um novo e diferente tipo de ordem social. O pós-modernismo, se ele existe de forma válida, pode exprimir uma consciência de tal transição mas não mostra que ela existe. Giddens, 1991, p. 51.

<sup>272</sup> Sobre a pós-modernidade, Floriani observa que “emerge da crise da própria modernidade. Esta crise, podemos dizer, pode ser localizada em distintos momentos da constituição do capitalismo europeu e do seu projeto colonialista, bem como da formação de uma periferia capitalista. Crise esta que pode ser lida tanto como afirmação de uma racionalidade capitalista, como de sua destituição.” FLORIANI, Dimas. Pós-modernidade, crise cultural e emergências cognitivas. Ideação, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 181-200, set. 2011. Disponível em: <<http://e- revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/5618>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

<sup>273</sup> GIDDENS, as conseqüências. 1991, 1p. 12.

<sup>274</sup> STEIN, Ernildo. Epistemologia e crítica da modernidade. 3.ed. Editora Unijui: Ijuí – RS, 2001, p.11.

<sup>275</sup> Capella já alertara para essa constatação na medida em que o homem moderno se viu como afastado de Deus, quando menciona o relógio de Newton. O relojoeiro (Deus) pôs tudo em ordem e deixou que o relógio (imagem da máquina racional) andasse. Cabe ao homem, portanto, deixado a sua própria razão, conduzir a (sua) história. CAPELLA, 1997.

como filhos espúrios, frutos de pecado, tal qual assinalara Blaise Pascal<sup>276</sup>, afinal, não existiria pecado ao Sul do Equador.

Trata-se, portanto, de uma posição de incomodo para se pensar as dinâmicas e racionalidades que compõem os espaços que tendem a escapar do controle central, assim como os sujeitos que se colocam (ou são colocados) às margens<sup>277</sup> do sistema.

Boaventura de Sousa Santos sintetiza essa percepção como o paradoxo entre a urgência de alternativas epistemológicas e a constituição de obstáculos políticos e culturais a sua concretização, enquanto um plano de consagração do capitalismo global, que se apresenta como obstáculo político e civilizacional.<sup>278</sup>

Há uma outra perspectiva que conduz a investigação. Não necessariamente em busca de objetos a que se possa apropriar, mas apenas a perspectiva de apreender outras epistemes, sem necessariamente subjugar as demais. Portanto, ainda que estejam em diálogo, por certo, as percepções de Giddens e de Quijano e Floriani não se aproximam, mas trabalham em sentidos opostos para a construção desse diálogo múltiplo.

Este exercício de *navegar modificando os instrumentos* da navegação procura promover aquilo que foge ao centro do poder, aquilo que sorrateiramente escapa a lei e o controle, aquilo que se torna opaco, a linha tênue, a fronteira invisível, ou, como aqui se pretende fazer, pensar desde as margens. Neste capítulo intenta-se estudar a margem desde o conceito do espaço marginal, categoria que se enuncia nas margens do projeto civilizatório moderno e de uma racionalidade capitalista específica.

## 2.2 Considerações sobre os lugares e os espaços na constituição das margens

“Úrsula não se alterou.

— Nós não iremos — disse. — Ficaremos aqui, porque aqui tivemos um filho.

— Ainda não temos um morto — ele disse. — A gente não é de um lugar enquanto não tem um morto enterrado nele.

Úrsula replicou, com uma suave firmeza: Se é preciso que eu morra para que vocês fiquem aqui, eu morro.”<sup>279</sup>

<sup>276</sup> Nesse sentido, “uma máxima que entãõ se populariza, ‘para além do Equador não há pecados’, ecoa no passado famoso dos Pensamentos de Pascal, escritos em meados do século XVII.” SANTOS, 2010, p. 36.

<sup>277</sup> “La España, y el Portugal (a este último no podremos dedicarle nuestras reflexiones para no extendernos excesivamente) de finales del siglo XV ya no son más un momento del mundo propiamente feudal. Son más bien naciones renacentistas: son el primer paso hacia la Modernidad propiamente dicha. Fue la primera región de Europa que tiene la originaria “experiencia” de constituir al Otro como dominado bajo el control del conquistador, del dominio del centro sobre una periferia.” DUSSEL, 1994, p. 11.

<sup>278</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo; Editora Cortez. 2010. 637p.

<sup>279</sup> MÁRQUEZ, Gabriel García. *Cem anos de solidão*. Tradução: Eliane Zagury. 48ª ed. Editora Record: Rio de Janeiro. 1967, p. 11.

### 2.2.1 lugares e espaços

A abordagem sobre a cidade e a sua interconexão com a modernidade e a colonialidade são importantes para a compreensão maior da relevância da cidade como manifestação do poder eurocêntrico. Alcançada essa etapa, é possível realizar uma análise detalhada das categorias de lugar e espaço, pois que relevantes para a intencionalidade desse capítulo e das considerações sobre os processos de marginalização.

A categoria de espaço marginal se desenvolve a partir do diálogo interdisciplinar com a geografia cultural, o direito e a política, mas sua dimensão econômica e social acabam por ser as mais evidentes. Desta forma, para uma melhor construção dos argumentos dessa possibilidade, é relevante iniciar uma consideração sobre duas categorias fundantes, quais sejam, a de espaço e a de lugar.

Giddens entende que

“O "esvaziamento do tempo" é em grande parte a pré-condição para o "esvaziamento do espaço" e tem assim prioridade causal sobre ele. Pois, como devo argumentar adiante, a coordenação através do tempo é a base do controle do espaço. O desenvolvimento de "espaço vazio" pode ser compreendido em termos da separação entre *espaço e lugar*. É importante enfatizar a distinção entre estas duas noções, pois elas são freqüentemente usadas mais ou menos como sinônimos. "Lugar" é melhor conceitualizado por meio da idéia de localidade, que se refere ao cenário físico da atividade social como situado geograficamente. Nas sociedades pré-modernas, espaço e tempo coincidem amplamente, na medida em que as dimensões espaciais da vida social são, para a maioria da população, e para quase todos os efeitos, dominadas pela "presença" — por atividades localizadas.”<sup>280</sup>

O geógrafo Tuan em sua obra “*Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*” defende que o tema se inaugura pela conceituação das perspectivas de lugar e espaço, sendo que o lugar procura traduzir o aspecto de segurança, enquanto que o espaço procura definir liberdade, ou seja, “estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro.”<sup>281</sup> O lugar, portanto, pode ser visto enquanto um “cotidiano compartilhado”.<sup>282</sup>

Mais que isso, há algo de sagrado no lugar, uma vez que o local pode ser compreendido como um eixo vertical que liga o céu ao mundo inferior, de tal modo que o lar passa a ser “o ponto focal de uma estrutura cósmica”.<sup>283</sup> Por seu turno, Smith defende que “os ‘lugares’ são arenas estáveis, ‘plenas’ e ‘fixas’ enquanto que os ‘espaços’ são ‘potenciais vazios’, ‘possíveis ameaças’, zonas que devemos temer, tornar seguras ou das quais devemos fugir.”<sup>284</sup>

<sup>280</sup> GIDDENS, 1991, p. 26.

<sup>281</sup> TUAN, 1983, p. 3.

<sup>282</sup> SANTOS, 2006, p. 218.

<sup>283</sup> TUAN, 1983, p. 165.

<sup>284</sup> apud WACQUANT, 2006, p. 31.

Tuan lembra que, simbolicamente, a cidade<sup>285</sup> representava o ideal sobre a vida rural, enunciado já em Aristóteles

a supremacia da cidade como ideal sobre a vida rural está entrelaçada com os significados das palavras. Desde o tempo de Aristóteles ‘cidade’, para os filósofos e poetas, representou a comunidade perfeita. Os cidadãos viviam na cidade; os servos e os vilões viviam no campo. A cidade do homem, onde o bispo tinha a sua sede, era uma imagem da Cidade de Deus: no campo longínquo ou sertão estavam os sertanejos; e no distrito rural ou vila (*pagus*) estavam os campônios ou pagãos.<sup>286</sup>

Lefebvre ensina que

a representação segundo a qual o campo cultivado, a aldeia e a civilização camponesa, teriam lentamente secretado a realidade urbana, corresponde a uma ideologia. Ela generaliza o que se passou na Europa por ocasião da decomposição da romanidade (do Império Romano) e da reconstituição das cidades na Idade Média. Pode-se muito bem sustentar o contrário. A agricultura somente superou a coleta e se constituiu como tal sob o impulso (autoritário) de centros urbanos, geralmente ocupados por conquistadores hábeis, que se tornaram protetores, exploradores e opressores, isto é, administradores, fundadores de um Estado ou de um esboço de Estado. A *cidade política* acompanha, ou segue de perto, o estabelecimento de uma vida social organizada, da agricultura e da aldeia.<sup>287</sup>

Tuan ensina que, antropológicamente, o lugar é uma pausa no movimento. Os animais, incluindo os seres humanos, descansam em uma localidade porque ela atende a certas necessidades biológicas. A pausa permite que uma localidade se torne um centro de reconhecido valor. Os babuínos e os símios não fazem uma pausa para cuidar de um membro ferido ou doente. Os homens o fazem, e este fato contribui para a intensidade de seu sentimento de lugar. Os homens tornam-se conscientes de que o lugar lhes “acolheu” e de que melhoraram em determinado local, que pode ser a sombra de uma árvore, um abrigo de meia-água ou uma cama de baldaquino.”<sup>288</sup>

Neste sentido, Lefebvre lembra que desde os primeiros grupos humanos (coletores, pescadores, caçadores, talvez pastores) há uma predisposição a marcarem e nomearem o espaço, balizando-o. Essa nomeação permitiu as topias fundamentais a partir das quais, mais tarde, os grupos sedentarizados – como os camponeses, puderam aperfeiçoar e dar precisão a topologia e a grade espacial. Disto, o que importa é “saber que em muitos lugares no mundo, e sem dúvida em todos os lugares onde a história aparece, a cidade acompanhou ou seguiu de perto a aldeia.”<sup>289</sup>

<sup>285</sup> Conforme já informado na primeira parte deste capítulo, o termo cidade, utilizado para contextualizar os agrupamentos humanos anteriores a modernidade tem um significado diferente e mais delimitado do que a modernidade e o capitalismo vão lhe conferir.

<sup>286</sup> TUAN, 1974, p. 172.

<sup>287</sup> LEFEBVRE, 1999, p. 20.

<sup>288</sup> TUAN, 1983, p. 153.

<sup>289</sup> LEFEBVRE, 1999, p.20.

Essas considerações elementares dão conta de um sentimento de lugar, uma aproximação do sujeito com o espaço que ocupa, compreendendo que há nessa correlação um vínculo, ainda que invisível ou informal, que o predispõe a sentir segurança quando nesse “lugar”. O que se evidencia pode partir disso, é a construção cultural de sentido de pertencimento, possível de ser avaliada pela *civitas*, pela *pólis* ou pela pátria moderna.

Observe-se que o *status* de cidadão, desde sua formulação na Roma Antiga estava atrelada a um determinado espaço territorial, que poderia se conformar por sua aldeia, gene ou até mesmo o Império. No mesmo sentido se desenhava a relação do homem grego com a *polis*. Tuan, nesse aspecto, assinala que “no período micênico, as cidades gregas deviam seu status sagrado aos seus residentes divinos. Palas Atenas e Helena eram deusas micênicas que presidiam Atenas e Esparta, respectivamente.”<sup>290</sup>

Evidencia-se, portanto, o centro enquanto aspecto revelado do sagrado, e, por oposição, o caráter profano das margens. Ainda que a concepção de pertencimento possa ser melhor elaborada no capítulo subsequente, ela se apresenta embrionariamente no conceito de cidade política apresentado por Lefebvre, o qual assinala que

“Arrisquemo-nos, então, a colocar a *cidade política* no eixo espaço-temporal perto da origem. Quem povoava essa cidade política? Sacerdotes e guerreiros, príncipes, “nobres”, chefes militares. Mas também administradores, escribas. A cidade política não pode ser concebida sem a escrita: documentos, ordens, inventários, cobrança de taxas. Ela é inteiramente ordem e ordenação, poder. Todavia, ela também implica um artesanato e trocas, no mínimo para proporcionar os materiais indispensáveis à guerra e ao poder (metais, couros etc.), para elaborá-los e conservá-los. Consequentemente, ela compreende, de maneira subordinada, artesãos, e mesmo operários. A cidade política administra, protege, explora um território frequentemente vasto, aí dirigindo os grandes trabalhos agrícolas: drenagem, irrigação, construção de diques, arroteamentos etc. Ela reina sobre um determinado número de aldeias. Aí, a propriedade do solo torna-se propriedade eminente do monarca, símbolo da ordem e da ação. Entretanto, os camponeses e as comunidades conservam a posse efetiva mediante o pagamento de tributos”<sup>291</sup>

Disso se alcança o aspecto de poder que a cidade política exerce sobre o espaço. Conforme as estruturas de poder se modificam, há manifestações diferentes sobre a “cidade”, mas algo permanece constante, a concepção de que este lugar – a cidade – está atrelado ao poder.

Avançando nessas considerações, Tuan aponta que

quase todos os grupos humanos tendem a considerar sua pátria como o centro do mundo. Um povo que acredita que está no centro reivindica, implicitamente, a inelutável verdade da sua localização. Em diversas partes do mundo, este sentido de centralidade se torna explícito por uma concepção geométrica do espaço orientada

<sup>290</sup> TUAN, 1983, p. 167.

<sup>291</sup> LEFEBVRE, 1999, p.20.

para os pontos cardeais. O lar está no centro de um sistema espacial astronomicamente determinado. Um eixo vertical, ligando o céu ao mundo inferior, passa pelo lar. As estrelas são percebidas como movendo-se ao redor da própria moradia; o lar é o ponto focal de uma estrutura cósmica. Uma concepção de lugar como esta lhe atribuiria um valor supremo; abandoná-lo seria difícil de imaginar. Se chegasse a ocorrer uma destruição, podemos razoavelmente inferir que as pessoas se sentiriam completamente desmoralizadas, porque a destruição de seu povoado implica a ruína de seus cosmos.<sup>292</sup>

Isso estava presente na cidade Estado grega e aparece ao longo as reconstituições da cidade ao longo da história. Modernamente isso aparecerá como a conexão entre os homens que está sempre a tudo mudar. Essa expressão tomada por Santos desde Marx e Engels é oportuna para, de uma parte, evidenciar o aspecto moderno da sociabilidade cidadina, e de outro, a informação que produz informação.<sup>293</sup>

Essas considerações vão ao encontro das apresentadas por Santos ao tensionar o conceito de lugar, como sendo de

um cotidiano compartilhado entre as mais diversas pessoas, firmas e instituições - cooperação e conflito são a base da vida em comum. Porque cada qual exerce uma ação própria, a vida social se individualiza; e porque a contiguidade é criadora de comunhão, a política se territorializa, com o confronto entre organização e espontaneidade. O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade.<sup>294</sup>

A contribuição de Giddens está em demarcar um período histórico no qual se possa realizar a análise. Para tanto, ele identifica o advento da modernidade como momento para destacar essa transição entre espaço e tempo. Com isso, fomenta-se relações entre “ausentes”, localmente distantes, o que torna o lugar fantasmagórico, ou seja, os locais são interpenetrados e moldados por influências sociais distantes. Portanto, “o que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a "forma visível" do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza.<sup>295</sup>

Tuan trabalha essa perspectiva desde outro ponto de vista, não mais pela (in)visibilidade do lugar, mas pela articulação entre os nativos e os transeuntes. Em sociedades tradicionais havia certa estabilidade entre os nativos que excluía os transeuntes da configuração das estruturas locais. Nas sociedades de alta mobilidade, as impressões dos transeuntes, ainda que fugazes, não podem ser negligenciadas.<sup>296</sup>

---

<sup>292</sup> TUAN, 1983, p. 165.

<sup>293</sup> SANTOS, 2006, p. 218.

<sup>294</sup> SANTOS, 2006, p. 218.

<sup>295</sup> GIDDENS, 1991, p. 26.

<sup>296</sup> TUAN, 1974, p. 72.

Portanto, quanto mais inserida nos processos de globalização a cidade, menos ela poderá se omitir das relações com os visitantes. Isto porque o componente territorial supõe, de um lado, uma *instrumentação do território* capaz de atribuir a todos os habitantes aqueles bens e serviços indispensáveis, não importa onde esteja a pessoa; e de outro lado, uma *adequada gestão do território*, pela qual a distribuição geral dos bens e serviços públicos seja assegurada.<sup>297</sup>

Ao mesmo tempo em que a centralidade do lugar reafirma o sentimento do sujeito a esse espaço, evidencia características de uma identificação simbólica, de tal modo que, há um processo de proteção de ambas as partes. O sujeito percebe a segurança permitida pelo lugar, ao mesmo tempo em que deve protegê-lo.

Porém, isso não afasta outras ambivalências da constituição da espacialidade moderna. Lustoza, citando Lefebvre, distingue que,

“o espaço da “modernidade” tinha características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização. Ao se referir as características homogêneas, era por razões como: fabricação dos elementos materiais, métodos de gestão e de controle, de fiscalização e comunicação. Homogeneidade, mas ausência de planos e de projetos. O espaço homogêneo se fragmenta: lotes, parcelas, produzindo muitas vezes guetos isolados, grupos de casas suburbanas e pseudo-conjuntos mal integrados ao entorno e aos centros.”<sup>298</sup>

E isto precisa ser ponderado para que a análise não seja superficial, afinal, se inicialmente o espaço é homogeneizado, logo adiante com sua fragmentação, tende a romper-se com a homogeneidade e isso permite a segregação.

Santos chama atenção para isso, partindo do conceito de diversidade socioespacial, possível desde a reunião de multidões pobres expulsas do campo pela modernização da agricultura e dos serviços. Porém, aonde Lustoza vislumbra a homogeneidade, Santos afirma seu inverso, ou seja, as cidades tendem a manifestar a produção da materialidade em bairros e sítios contrastantes, assim como pelas formas de trabalho e de vida.<sup>299</sup>

### 2.2.2 A apropriação do espaço e as interferências da globalização na constituição do centro x periferia

Da articulação inicial, pretende-se avançar para a dinâmica centro-periferia ou centro-margem, para compreender o direcionamento e as condicionantes que se impõem desde o centro

<sup>297</sup> SANTOS, 1987, p. 5, grifo nosso.

<sup>298</sup> LUSTOZA, 2012, p.5.

<sup>299</sup> SANTOS, 2006, p. 219.

do poder, enquanto regulações sociais. Essas categorias são importantes para compreender melhor o primeiro tópico sobre a cidade e sobre o urbano, assim como essas categorias se colocam a partir da modernidade.

Os processos de globalização e conseqüente enfraquecimento das soberanias e autonomias nacionais corroboram a relevância da questão territorial, que passa a ter outra dinâmica na emergência desses fenômenos. Faria destaca que

como as fronteiras territoriais circunscrevem a base na qual os indivíduos são incluídos ou excluídos na participação das decisões que afetam suas vidas, sua crescente porosidade e perda de importância também põem em xeque as liberdades públicas e os direitos fundamentais. Em matéria social, além disso, a distância entre o que Estado tem condições de fazer e o que realmente deveria fazer ganha feições assustadoras.<sup>300</sup>

Esse aspecto das possíveis ameaças serão abordados no próximo tópico, desde a questão da polarização da condição humana e das zonas de sacrifício. No entanto, desde logo é importante destacar que o espaço geográfico não é somente produto, mas também é condição e meio para a reprodução das relações sociais no sentido amplo de reprodução da sociedade, em um determinado momento histórico. Isto decorre do

processo de produção do espaço fundado nas relações de trabalho entre os homens e a natureza coloca-se como uma relação que deve ser entendida em suas várias determinações. A produção da vida não envolve apenas produção de bens para satisfação das necessidades materiais, é também a produção da humanidade do homem – o que significa que é o espaço social na medida em que é a realização do ser social ao longo do processo histórico.<sup>301</sup>

Assim, partindo da concepção de Santos sobre a produção e reprodução da informação no ambiente citadino, ao que se soma a concepção de Lustoza sobre a produção do espaço a partir das relações de trabalho, eis que é possível compreender que a cidade se colocará como o motor da própria sociabilidade. O poder e a informação trabalhando de maneira articulada e dialética na reprodução das estruturas que mantêm a sociedade de trabalho.

Ao mesmo tempo, a dinâmica contemporânea do espaço que insiste em deixar de ser “lugar” sofre novas rupturas a partir dessa diversidade socioespacial, de modo que a cidade é invadida pela passagem e pela circulação. Lefebvre aponta para a mobilidade, que é ditada pela invasão proporcionada pelos automóveis associada com a pressão da indústria,

isto é, do *lobby* do automóvel, fazem dele um objeto-piloto, do estacionamento uma obsessão, da circulação um objetivo prioritário, destruidores de toda vida social e urbana. [...] A rua? E o lugar (topia) do encontro, sem o qual não existem outros

<sup>300</sup> FARIA, José Eduardo. Estado, Sociedade e Direito. In.: FARIA, José Eduardo; KUNTZ, Rolf. *Qual o futuro dos Direitos?* Estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista. São Paulo: Max Limonad, 2002, p.70.

<sup>301</sup> LUSTOZA, 2012, p. 8

encontros possíveis nos lugares determinados (cafés, teatros, salas diversas). Esses lugares privilegiados animam a rua e são favorecidos por sua animação, ou então não existem. Na rua, teatro espontâneo, torno-me espetáculo e espectador, às vezes ator. Nela efetua-se o movimento, a mistura, sem os quais não há vida urbana, mas separação, segregação estipulada e imobilizada.”<sup>302</sup>

Assim, há um esvaziamento do lugar, tomado pelas vias de aceleração, para a diminuição do tempo. Contemporaneamente esse cenário será dado pela precariedade, reforçada nas cidades dos países latino-americanos, sem que isso exclua a produção de necessidades, baseadas no consumo das classes mais altas.

Escobar<sup>303</sup>, nesse sentido, destaca uma espécie de assimetria entre lugar e espaço, possível de serem averiguadas enquanto processos de desterritorialização, de diásporas, de migrações, cruzamento de fronteiras, etc, o que permitiu a conscientização de que as dinâmicas da cultura e da econômica foram alteradas pela globalização. Essa perspectiva alerta sobre o esvaziamento da concepção de lugar.

esta assimetria é mais evidente nos discursos sobre a globalização nos quais o global é igualado ao espaço, ao capital, à história e a sua agência, e o local, com o lugar, o trabalho e as tradições. O lugar, em outras palavras, desapareceu no ‘frenesi da globalização’ dos últimos anos, e este enfraquecimento do lugar tem conseqüências profundas em nossa compreensão da cultura, do conhecimento, da natureza, e da economia. Talvez seja o momento de reverter algumas destas assimetrias ao enfocar novamente a constante importância do lugar e da criação do lugar, para a cultura, a natureza e a economia – da perspectiva de lugar oferecida pelos próprios críticos.”<sup>304</sup>

Essa perspectiva apresentada por Escobar é extremamente útil e acompanha os discursos desenvolvimentistas desde a década de 1980, qual seja, da produção endógena de alternativas para a sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento. Porém, esses discursos são acompanhados da vocação globalizante da economia e da informação.

Bauman, nesse sentido, já sinalizara que a mobilidade do mundo está posta em marcha pela globalização. O sociólogo polonês destaca que a mobilidade do mundo, mesmo que em graus diferentes conforme o potencial econômico, cultural e social de acesso ao mundo, se coloca em marcha com a própria concepção de globalização, que “arrasta as economias para a produção do efêmero, do volátil (por meio de uma redução em massa e universal da durabilidade dos produtos e serviços) e do precário (empregos temporários, flexíveis, de meio expediente).”<sup>305</sup>

---

<sup>302</sup> LEFEBVRE, 1999, p. 29.

<sup>303</sup> ESCOBAR, 2005.

<sup>304</sup> ESCOBAR, 2005, p.69.

<sup>305</sup> PETRELLA apud BAUMAN, 1999, p. 86.

Santos também faz análise semelhante, qual seja, de que na cidade, principalmente as cidades grandes,

os cimentos se dissolvem e mínguam as solidariedades ancestrais. Ali onde o dinheiro se torna a medida de tudo, a economização da vida social impõe uma competitividade e um selvagismo crescentes. As causas dos males aparecem como se fossem a sua solução, círculo vicioso que escancara as portas das favelas para a cultura de massas com o seu cortejo de despersonalização e a substituição dos projetos pessoais saídos da cultura, isto é, de dentro do indivíduo, por outros projetos elaborados de fora deste mesmo indivíduo, projetos decididos a conquistar todo mundo pela força da propaganda. Assim, a cultura popular, cultura 'selvagem' e irracional, é substituída, lenta ou rapidamente, pela cultura de massas, o espaço 'selvagem' cede lugar a um espaço que enquadra e limita as expressões populares, e o que deveria surgir como sociedade de massas apenas se dá como sociedade alienada."<sup>306</sup>

Assim como essa dinâmica se coloca para a produção de objetos, se direciona a produção de espaços e tempos. Posto dessa forma, Bauman<sup>307</sup> reitera que a mobilidade tende a comprimir ou até mesmo anular as distâncias, permitindo a compreensão de que ela só exista para ser burlada, refutada ou negada. Assim, o espaço deixa de ser um obstáculo e a racionalidade econômica neoliberal se impõe sobre essa mobilidade e tende a burlá-lo em conformidade com seus interesses.

Nesse sentido, Santos aduz que

pela estruturação do seu território e do seu mercado - uno e múltiplo -, as cidades atuais, sobretudo as metrópoles, abertas a todos os ventos do mundo, não são menos individualizadas. Esses lugares, com a sua gama infinita de situações, são a fábrica de relações numerosas, frequentes e densas. O número de viagens internas é muitas vezes superior ao de deslocamentos para outros subespaços. Em condições semelhantes, as grandes cidades são muito mais buliçosas que as médias e pequenas. A cidade é o lugar onde há mais mobilidade e mais encontros. A anarquia atual da cidade grande lhe assegura um maior número de deslocamentos, enquanto a geração de relações interpessoais é ainda mais intensa. O movimento é potencializado nos países subdesenvolvidos, graças à enorme gama de situações pessoais de renda, ao tamanho desmesurado das metrópoles e ao menor coeficiente de "racionalidade" na operação da máquina urbana."<sup>308</sup>

Neste contexto ditado pelo efêmero e precário, o que pode permanecer é o apreço a pátria enquanto lugar de pertencimento, ainda que a globalização proponha também sua dissolução em outros significados.

Tuan já alertara sobre isso, ao defender que “o patriotismo local reside na experiência íntima do lugar e no sentido da fragilidade do que é bom: não há garantia de que dure, aquilo que amamos.”<sup>309</sup> Soma-se a isso, a compreensão de Santos para quem “cada lugar é, à sua

---

306 SANTOS, 1987, p. 14.

<sup>307</sup> BAUMAN, 1999, p. 85.

<sup>308</sup> SANTOS, 2006, p.216.

<sup>309</sup> TUAN, 1974, p. 116.

maneira, o mundo. [...] Mas, também, cada lugar, irrecusavelmente imerso numa comunhão com o mundo, torna-se exponencialmente diferente dos demais. A uma maior globalidade, corresponde uma maior individualidade.”<sup>310</sup>

Desta forma, é preciso proteger o lugar que resguarda e garante a sobrevivência de determinadas coletividades. Dado o contexto de uma sociabilidade urbana, a cidade ainda pode se tornar esse lugar que permite certo patriotismo local. A questão a saber é em que medida a sobrevivência dessas coletividades permitirá a inclusão de outras coletividades que – historicamente – são excluídas e postas as margens da sociabilidade.

Em certo sentido, Bauman explora bem essa crítica, pois que o paradoxo existente na dialética cidadina entre espaços e lugares é tomada desde o confronto com a flexibilidade econômica e a mobilidade de seus agentes. Esta mobilidade de uma elite está atrelada a sua capacidade de segurança neste mundo que se move. De outra parte, as camadas sociais mais vulneráveis socioeconomicamente, estão de certo modo, presas ao lugar, que perdeu o sentido que tivera no passado, ou seja “a ‘localidade’ no novo mundo de alta velocidade não é o que a localidade costumava ser numa época em que a informação se movia apenas junto com os corpos dos seus portadores; nem a localidade nem a população localizada tem muito em comum com a ‘comunidade local’.”<sup>311</sup>

Assim, o lugar que transmitia segurança passa a traduzir a incerteza e o aprisionamento, enquanto o espaço passa a ser seguro para uma pequena parcela da população que consegue aportar onde for necessário ou desejado aportar. O fortalecimento do individualismo<sup>312</sup> tem como desdobramento o fomento dessa característica.

Santos explicita essa relação entre a globalização e o redescobrimento da corporeidade, qual seja, “o mundo da fluidez, a vertigem da velocidade, a frequência dos deslocamentos e a banalidade do movimento e das alusões a lugares e a coisas distantes, revelam, por contraste, no ser humano, o corpo como uma certeza materialmente sensível, diante de um universo difícil de apreender.”<sup>313</sup>

Da mesma forma, os processos da natureza, como bem destaca Leff:

não é senão nos anos 1960 que a natureza se converte em referente político, não apenas de uma política de Estado para a conservação das bases naturais de sustentabilidade do planeta, e sim como objeto de disputa e apropriação social, ao mesmo tempo que surgem fora da ciência diversas correntes interpretativas, nas quais

---

<sup>310</sup> SANTOS, 2006, p. 213.

<sup>311</sup> BAUMAN, 1999, p. 31.

<sup>312</sup> O individualismo será abordado no capítulo seguinte.

<sup>313</sup> SANTOS, 2006, p. 212.

a natureza deixa de ser um objeto que é dominado e desmembrado para converte-se em um corpo a ser seduzido, ressignificado, reapropriado.<sup>314</sup>

Porém, esses processos escondem uma articulação da dominação colonial. Dussel já destacara esse processo na capacidade do colonizador em tornar-se opressor.<sup>315</sup>

Nesse sentido é válida a aproximação que Santos faz da modernidade a partir do conceito de linha abissal, a qual permitiu o dualismo entre Norte científico e Sul místico, de tal modo que o primeiro é instituído sob a égide da regulação e da emancipação, enquanto que o segundo é formatado pela apropriação e violência. Deste modo,

a apropriação envolve a incorporação, cooptação e assimilação, enquanto a violência implica destruição física, material, cultural e humana. Na prática, é profunda a interligação entre a apropriação e a violência. No domínio do conhecimento, a apropriação vai desde o uso de habitantes locais como guias e de mitos e cerimônias locais como instrumentos de conversão, à pilhagem de conhecimentos indígenas sobre a biodiversidade, enquanto a violência é exercida através da proibição do uso das línguas próprias em espaços públicos, da adoção forçada de nomes cristãos, da conversão e destruição de símbolos e lugares de culto, e de todas as formas de discriminação cultural e racial.<sup>316</sup>

No tocante a globalização e suas novas dinâmicas com relação ao lugar, Escobar entende que

sua relação com o entendimento básico de ser e conhecer, até seu destino sob a globalização econômica e a medida em que continua sendo uma ajuda ou um impedimento para pensar a cultura. Este questionamento não é, claro está, uma coincidência: para alguns, a ausência de lugar –uma “condição generalizada de desenraizamento”, como alguns a denominam– se transformou no fator essencial da condição moderna, uma condição aguda e dolorosa em muitos casos, como no dos exilados e refugiados. Seja para ser celebrado ou denunciado, o sentido de atopia parece haver-se instalado.”<sup>317</sup>

Soma-se a isso um novo esvaziamento do campo, absorvido pela indústria, esse aspecto da não-cidade que a abrangeu e dominou, também se sobrepôs ao campo, de tal maneira que os êxodos rurais do século XX propuseram a proliferação do que Lefebvre chama de “tecido urbano”.<sup>318</sup>

Pizarro sintetiza essa passagem do campo para a cidade e o surgimento das populações marginais:

después de la crisis de los años treinta y hasta fines del decenio de los setenta, el patrón de desarrollo latinoamericano -basado en la industrialización y el mercado interno,

<sup>314</sup> LEFF, 2006, p. 305.

<sup>315</sup> DUSSEL, 1994, p.40.

<sup>316</sup> SANTOS, 2010, p. 38.

<sup>317</sup> ESCOBAR, 2005, p. 69.

<sup>318</sup> LEFEBVRE, 1999, p. 17.

con un estado productor, generador de empleo y proveedor de servicios sociales-estimuló un masivo flujo migratorio del campo a las ciudades. Las oportunidades de trabajo en la industria y en las empresas públicas y el acceso a los beneficios de salud, educación y previsión social que ofrecía el estado favorecieron principalmente a las poblaciones radicadas en las ciudades. En tales condiciones, los campesinos optaron por mejores condiciones de vida en las áreas urbanas, lo que hizo crecer “el allegamiento” y las “poblaciones marginales” en las ciudades. De aquí surgió, entonces, la teoría de la marginalidad, para explicar el rasgo social dominante que caracterizó al patrón de desarrollo entre los años treinta y los setenta.<sup>319</sup>

O campo não deixa de existir, mas é colocado a margem. Este projeto é próprio da modernidade, que substituiu a agricultura pela industrialização nos países centrais, enquanto etapa “natural” do desenvolvimento daqueles países, estabelecendo o seu revés aos países ditos em desenvolvimento ou não desenvolvidos. As bandeiras do crescimento econômico e da industrialização passam a valer também sobre o conjunto de territórios, regiões, nações e continentes, de tal modo que o resultado passa a ser a transformação do ambiente rural em ambiente de produção.

Essa transição do campo para a cidade, nos países que foram colônias europeias, ocorrerá ainda outro elemento fundamental para a manutenção de uma relação de dependência, qual seja, a da fragilidade das tecnologias e do sistema produtivo no campo. Isto pode ser deflagrado pela concepção de heterogeneidade produtiva e estrutural<sup>320</sup>, na qual se observa a coexistência entre tecnologias avançadas que convivem com técnicas pré-modernas de produção.

Deste modo,

essas grandes diferenças de produtividade se manifestam entre setores e em seu interior, assim como entre distintos tamanhos de empresas e regiões dentro dos países. Assim, a heterogeneidade estrutural se reflete não somente na desigualdade de produtividades entre setores e empresas de diferentes dimensões, mas também na distinta capacidade de ação e reação dos agentes produtivos em diferentes mercados e nas assimetrias destes diversos agentes em suas respostas diante da instabilidade da atividade econômica e dos marco-preços.<sup>321</sup>

Portanto, seria errôneo afirmar que a transição para a cidade significasse o rompimento com o campo. Pelo contrário, o ambiente rural permanece presente no imaginário do desenvolvimento, ou pelo menos parte dele, que se integra à dinâmica industrial, ampliando o tecido urbano ao campo, como por exemplo, os mercados em zonas rurais. Nas margens desse

<sup>319</sup> PIZARRO, 2001, p. 11.

<sup>320</sup> O conceito de heterogeneidade estrutural foi introduzido na discussão teórica sobre desenvolvimento no começo dos anos cinquenta pelos economistas da Cepal. A discussão sobre heterogeneidade estrutural ocorre tanto dentro de um setor ou país quanto entre os setores ou países, especialmente entre os desenvolvidos e subdesenvolvidos, havendo grande disparidade entre os grupos. Conforme CEPAL, 2015, p. 150.

<sup>321</sup> CEPAL, 2015, p. 24.

processo, no entanto, será possível observar uma deliberada ausência de tecnologia, a qual condiciona a estagnação da produção e, por consequência, o aumento da pobreza.

Ademais, esta parte que permanece estagnada, facilmente será convertida – ao menos no imaginário da nova sociedade – como correspondente dos lugares de sacralidade da natureza. Há nisso uma ambivalência, por certo, no que diz respeito a proteção sagrada da natureza, intocável e de outra parte, a apropriação e destruição em nome das dinâmicas de avanço da agricultura altamente tecnológica. No meio desse caminho o pequeno agricultor observa o seu próprio enfraquecimento, em políticas que proliferam seu sentido de exclusão e corroem os resíduos da vida rural, de modo que o campo passa a ser um reduto de pobreza voltado a natureza.

Os estudos da CEPAL<sup>322</sup>, nesse sentido, assinalam a alta heterogeneidade e o enfraquecimento do campo.

a heterogeneidade tem como causas as condições internas ao país (ligadas a produção e ao consumo doméstico) e os fatores externos (interdependência de mercados, trajetórias tecnológicas e termos de troca). No caso do Brasil, acrescentam-se fatores estáticos regionais (relevo, disponibilidade de água, tipo de solo e clima) e determinantes dinâmicos do porte e do nível tecnológico dos estabelecimentos [...]. Tais elementos, quando combinados as condições institucionais (acesso ao crédito, a capacitação e a assistência técnica), tem conferido diferenças na produção e, em alguns casos, na manutenção de certa heterogeneidade estrutural no setor agrícola. A criação de indicadores econômicos, como a produtividade do trabalho, permite relacionar características do setor produtivo a outros aspectos mais sociais do emprego e da distribuição de renda. Verifica-se uma correlação forte entre a desigualdade e os aspectos econômicos, sociais, políticos, tecnológicos e culturais. [...]. Dessa forma, na proporção em que os setores de baixa produtividade têm enormes dificuldades para inovar, adotar tecnologia e impulsionar processos de aprendizagem, a heterogeneidade interna intensifica os problemas de competitividade sistêmica. Assim, criam-se círculos viciosos, não só de pobreza e de baixo crescimento, mas também de lenta aprendizagem e precária transformação institucional.

No mesmo sentido, Lefebvre observa que

nos Estados Unidos, exceto em algumas regiões do Sul, os camponeses virtualmente desapareceram; apenas persistem ilhotas de pobreza camponesa ao lado das ilhotas de pobreza urbana. Enquanto esse aspecto do processo global (industrialização e/ou urbanização) segue seu curso, a grande cidade explodiu, dando lugar a duvidosas excrescências: *subúrbios*, conjuntos residenciais ou complexos industriais, pequenos aglomerados satélites pouco diferentes de burgos urbanizados. As cidades pequenas e médias tornam-se dependências, semicolônias da metrópole.<sup>323</sup>

O Brasil viveu essas transformações tardiamente, mas quando irromperam, foram abruptas, diferentemente do que aconteceu com relação a sua elaboração do cidadão e da

---

<sup>322</sup> CEPAL, 2015, p. 152.

<sup>323</sup> LEFEBVRE, 1999, p. 17.

cidadania, marcados por uma lentidão proposital. Não havia se consolidado como cidadão, já se inicia outra transição, agora para o consumo.

O Brasil em certo sentido, diferencia-se dos demais subdesenvolvidos:

em nenhum outro país foram assim contemporâneos e concomitantes processos como a desruralização, as migrações brutais desenraizadoras, a urbanização galopante e concentradora, a expansão do consumo de massa, o crescimento econômico delirante, a concentração da mídia escrita, falada e televisionada, a degradação das escolas, a instalação de um regime repressivo com a supressão dos direitos elementares dos indivíduos, a substituição rápida e brutal, o triunfo, a inda que superficial, de uma filosofia de vida que privilegia os meios materiais e se despreocupa com os aspectos finalistas da existência e entroniza o egoísmo como lei superior, porque é o instrumento da buscada ascensão social. Em lugar do cidadão formou-se um *consumidor*, que aceita ser chamado de *usuário*.<sup>324</sup>

Com relação a essa identificação no Brasil, Santos já houvera produzido questão semelhante em outra obra, ao entender que o progresso material obtido nestes últimos anos no Brasil “teve como base a aceitação extrema de uma racionalidade econômica, exercida pelas firmas mais poderosas, estrangeiras ou nacionais, e o uso extremo da força e do poder do Estado, na criação de condições gerais de produção propícias a forma de crescimento adotada.”<sup>325</sup>

Esta definição é central para compreender os processos de mundialização, uma vez que esse motor único se tornou possível porque o Brasil se encontra em um novo patamar de internacionalização, com uma verdadeira mundialização do produto, do dinheiro, do crédito, da dívida, do consumo, da informação. Esse conjunto de mundializações, uma sustentando e arrastando a outra, impondo-se mutuamente, é também um fato novo.<sup>326</sup>

Observe-se que esses processos são fortalecedores das condições de vida urbana, de tal modo que reforçam a condução da realidade urbana, afastando o cenário de produção e reprodução da vida no campo.

Este processo deflagra que mais importante do que tentar delimitar como surgem os espaços urbanos e seus níveis de fluidez ou vigilância, é pensar sobre como se produzem e reproduzem os problemas que são atrelados a questão urbana em sua dimensão socioeconômica e política, e que de algum modo remetem as promessas da modernidade, como a solução para a pobreza, fome entre outros.

o espaço não pode ser reduzido simplesmente a uma localização ou às relações sociais de posse de propriedade, pois ele representa uma diversidade de preocupações sociomateriais. O espaço é uma localização física, uma peça de bem imóvel, e ao mesmo tempo o local geográfico da ação e a possibilidade social de engajar-se na ação. [...] Além disso, o espaço possui múltiplas propriedades num plano estrutural.

<sup>324</sup> SANTOS, 1987, p.13.

<sup>325</sup> SANTOS, 1987, p. 3.

<sup>326</sup> SANTOS, 2003, p. 30.

É ao mesmo tempo um meio de produção como terra e parte das forças sociais de produção como espaço. Como propriedade, as relações sociais podem ser consideradas parte das relações sociais de produção, isto é, a base da econômica. Observamos ainda, que o espaço é um objeto de consumo, um instrumento político, e um elemento na luta de classes.”<sup>327</sup>

Portanto, é possível pensar na apropriação do espaço. Tuan, nesse sentido, assinala que “em qualquer grande metrópole, as pessoas com rendas e *status* social diferentes vivem em partes separadas da cidade. Os ricos raramente visitam os distritos mais pobres, exceto, talvez nas excursões pelas favelas dentro de ônibus com ar condicionado. Eles podem ter um claro mapa mental da cidade, mas é um conhecimento abstrato.”<sup>328</sup>

O obstáculo, portanto, apresenta-se como um modo de apropriação ou expropriação das coisas e não de um modo de produção das coisas. Há uma correlação entre o ambiente e os aspectos simbólicos de representação social. O capitalismo avança na construção de relações abstratas em busca da apropriação por si. Desta forma, trata-se do capitalismo como manifestação não apenas de um modo de produção, mas enquanto materialização de uma manifesta forma de dominação: o colonialismo.

Segundo a compreensão de Santos “a perversidade sistêmica que está na raiz dessa evolução negativa da humanidade tem relação com a adesão desenfreada aos comportamentos competitivos que atualmente caracterizam as ações hegemônicas”.<sup>329</sup> Portanto, o que se apresenta é a unicidade de potenciais mundos, limitando-os, transfigurando-os e traduzindo-os, mas principalmente, reduzindo os mesmos a uma forma de estar, reduzindo sonhos e possibilidades, de tal modo que pensar se torne pensar a partir de uma única premissa, totalizadora. Essa é a síntese colonizadora.

Nem mesmo o fim do colonialismo dito político (séculos XIX e XX) – com as consequentes independências políticas de povos subjugados a Europa, “não significou o fim das relações sociais extremamente desiguais que ele tinha gerado, (tanto relações entre Estados como relações entre classes e grupos sociais no interior do mesmo Estado).”<sup>330</sup>

Essa característica de um colonialismo implícito está presente na narrativa da evolução dos Estados-nação latino-americanos e sua idealização europeia. Desde uma Teoria do Estado, até a análise do avanço econômico e social conduzidas à propor um Estado ideal, fundado no progresso, moldado pelo desenvolvimento<sup>331</sup> – em busca da sustentabilidade –, em que – depois

<sup>327</sup> LUSTOZA, 2012, p.4.

<sup>328</sup> TUAN, 1974, p.240.

<sup>329</sup> 2003, p.20.

<sup>330</sup> SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São Paulo; Editora Cortez. 2010. p.18.

<sup>331</sup> Harvey observa que o imperialismo foi substituído na década de 1940 por uma proposta liderada pelos EUA que propunha uma aliança global entre todos os principais poderes capitalistas para evitar a sobreacumulação que

sustentavelmente desenvolvido -, em que as potencialidades humanas e sociais se realizariam.<sup>332</sup>

Essa condução, no entanto, do que se descreve aqui como de um colonialismo implícito, é produzida desde os interesses específicos de uma certa racionalidade, produzindo e reproduzindo uma ordem, colocando-se na *avant-garde* dessa marcha. Aos que são conduzidos, resta o esforço de reproduzir as idealizações do primeiro, e diante de suas incapacidades ou obstáculos, a assunção de papéis periféricos nas relações que são organizadas em torno do centro de poder – econômico, político, social e cultural. Santos nesse sentido desta que

As expectativas modernas eram grandiosas em abstracto, falsamente infinitas e universais. Justificaram, assim, e continuam a justificar, a morte a destruição e o desastre em nome de uma redenção vindoura. Contra este niilismo, que é tão vazio como o triunfalismo das forças hegemónicas, a sociologia das emergências propõe uma nova semântica das expectativas. As expectativas legitimadas pela sociologia das emergências são contextuais porque medidas por possibilidades e capacidades concretas e radicais, e porque, no âmbito dessas possibilidades e capacidades, reivindicam uma realização forte que as defenda da frustração. São essas expectativas que apontam para os novos caminhos da emancipação social, ou melhor, das emancipações sociais.<sup>333</sup>

Esta incapacidade aparece como a incongruência entre a possibilidade de aperfeiçoamento da sociedade rumo ao seu ideal de modernidade e as políticas neoliberais implementadas ao longo da segunda metade do século XX. Esta nova fase é denominada por Harvey de “novo imperialismo”, enquanto uma perspectiva de apropriação do capitalismo pela espoliação, movimento que torna os territórios vulneráveis aos fluxos de capitais especulativos, ampliando o desenvolvimento capitalista com a mesma facilidade com que impõe a desvalorização selvagem destes territórios.<sup>334</sup>

Esses elementos econômicos, sociais e culturais são preponderantes para a melhor compreensão do que se pretende tratar nesta pesquisa sobre a relevância da modernidade urbana.

Acselrad constata que “a cidade capitalista contemporânea tornou-se lugar de consumo e de consumo de lugar”<sup>335</sup> Mais que isto, a cidade se tornou um enorme espaço banal, complexo conjunto significativo de lugares. Santos, nesse sentido, afirma que “todos os capitais, todos os

---

havia castigado a década de ‘30. Para tanto, a bandeira que guiou esse capitalismo integrado passou a ser a proposta do “desenvolvimentismo” como um objetivo generalizado para o resto do mundo). HARVEY, 2004, p.112.

<sup>332</sup> A crítica a esse modelo (in)alcançável está presente em RIVERO, 2002; ESTEVA, 2009.

<sup>333</sup> SANTOS, 2002, p. 257.

<sup>334</sup> HARVEY, 2004.

<sup>335</sup> ACSELRAD, 2013, p. 236.

trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir.”<sup>336</sup>

Essas compreensões são extremamente relevantes para as considerações do presente trabalho, uma vez que a organicidade e o desajuste, a heterogeneidade do campo, em certa medida, são “projetadas” para os espaços marginais da urbanização. Há estreita relação entre as concepções de perfeição do centro e as imperfeições das margens. Essas “acomodações” ou “aceitações” dão sentido a pensar novamente o encobrimento do outro.

Escobar entende que mesmo diante das transições e mudanças de perspectiva, o lugar ainda permanece vinculado ao indivíduo. Em alguma medida o plano moderno pode ter tentado torna-lo irrelevante, mas ele permanece arraigado ao cidadão.<sup>337</sup>

O que se depreende é que a modernidade urbana é marcada pela complexidade de suas estruturas e dos fluxos dinâmicos e acelerados seja das relações individuais, nas relações sociais e coletivas, ou até mesmo nos processos de produção e transmissão de informação, cultura ou capitais. Da mesma forma, que as cidades se colocam como cenário apropriado para melhor compreender os aspectos relacionados a pobreza e as desigualdades econômicas, e as consequências políticas e culturais decorrentes da posição que os atores ocupam nesse cenário.

### 2.3 Os espaços marginais urbanos no horizonte da marginalização avançada

*[...]por séculos convivemos com a escravidão  
fomos soltos sem direito a um pedaço de chão  
o reflexo do mal feito é visto hoje nas quebradas  
gente preta é a maior parte da classe favelada[...]*<sup>338</sup>

#### 2.3.1 considerações sobre os Guetos e as zonas de sacrificio

Este tópico tem como objetivo fazer uma análise sobre o gueto, sua evolução histórica e sua formatação contemporânea, assim como, de outra parte, lançar algumas luzes sobre o

<sup>336</sup> SANTOS, 2006, p. 218.

<sup>337</sup> “Entretanto, o fato é que o lugar –como experiência de uma localidade específica com algum grau de enraizamento, com conexão com a vida diária, mesmo que sua identidade seja construída e nunca fixa– continua sendo importante na vida da maioria das pessoas, talvez para todas. Existe um sentimento de pertencimento que é mais importante do que queremos admitir, o que faz com que se considere se a idéia de “regressar ao lugar” – para usar a expressão de Casey– ou a defesa do lugar como projeto –no caso de Dirlík– não são, afinal de contas, questões tão irrelevantes.” ESCOBAR, 2005, p.69.

<sup>338</sup> Trecho do poema “dos dias de cólera” da poetisa luz ribeiro.

tema da zona de sacrifício, visto que ambas as situações se estabelecem desde políticas negativas por parte dos Estados.

A marginalização contemporânea expande as proposições nefandas do sistema, produzidas por uma globalização enquanto perversidade<sup>339</sup>, que é potencializadora da estigmatização territorial, ou seja, que tende a promover o etiquetamento de um determinado lugar como zona de “não direito”, autorizando ou justificando medidas políticas de maior desestabilização e marginalização. Os efeitos ou objetivos dessas medidas, muitas vezes, acabam por conformar o território e os sujeitos as regras do mercado de trabalho desregulado, torna-los invisíveis ou expulsá-los de um espaço sobre o qual recaiam interesses especulativos.<sup>340</sup>

Assim, o dualismo lugar/espaço é reforçado pela ocorrência da polarização da condição humana, uma vez que emancipa certos seres humanos das restrições territoriais “e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade – ao mesmo tempo em que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas, do seu significado e da sua capacidade de doar identidade.”<sup>341</sup>

O confinamento territorial é seletivo e se coloca em dimensões, uma vez que consolida o conjunto histórico de seletividades complexas que vão além da pobreza. É preciso observar as conexões das relações entre a transformação da vida cotidiana e as relações sociais dentro do núcleo urbano, por um lado e a reestruturação do sistema de forças – econômicas, raciais e políticas – que explicam a configuração particular de casta e classe que o gueto materializa.<sup>342</sup>

Santos entende esse dualismo a partir do que chama de *apartheid* social:

trata-se da segregação social dos excluídos através de uma cartografia urbana dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas. As zonas selvagens urbanas são as zonas do estado de natureza hobbesiano, zonas de guerra civil interna como em muitas megacidades em todo o Sul global as zonas civilizadas são as zonas do contrato social e vivem sob a constante ameaça das zonas selvagens. Para se defenderem, transformam-se em castelos neofeudais, os enclaves fortificados que caracterizam as novas formas de segregação urbana (cidades privadas, condomínios fechados).<sup>343</sup>

Essa forma de seletividade dos socialmente indesejáveis e o conseqüente controle evidencia uma estratégia consolidada de aprisionamento extramuros prisionais, enquanto manifesta ou, por vezes, silenciosa forma de eliminação e defesa social contra estes indesejáveis. Nesse sentido, Augusto, em referência ao pensamento de Foucault, assinala que

---

<sup>339</sup> SANTOS, 2003.

<sup>340</sup> WACQUANT, 2006.

<sup>341</sup> BAUMAN, 1999, p.25.

<sup>342</sup> WACQUANT, 2001, p. 40.

<sup>343</sup> SANTOS, 2010, p. 45.

por paradoxal que possa parecer, essa política visa eliminar e retirar de circulação o lixo da sociedade e opera por uma lógica de reinserção desses sujeitos edificados como anormais por meio da construção do delinquente para operacionalização do regime dos ilegalismos que retroalimenta a prisão e o exercício legal de punir, corrigir e cuidar. Uma lógica inclusiva que articula polícia, prisão e delinquência, onde um deles não existe sem os outros. Uma inclusão diferencial que, na sociedade disciplinar, funciona como administração da exclusão dos indesejáveis (Foucault, 2002).<sup>344</sup>

Nesse sentido, é possível analisar a obra de Alessandro de Giorgi, *A Miséria governada através do Sistema Penal*<sup>345</sup>,

se voltarmos o olhar as tecnologias de controle que emergem no ocaso do século XX e anunciam a aurora do século XXI, podemos certamente falar de um segundo grande internamento e um internamento urbano, que tem a forma do gueto, de um internamento penal, que tem a forma do cárcere, e de um internamento global, que assume a forma das inumeráveis “zonas de espera”, disseminadas pelos confins internos do Império. Porém, diferentemente do internamento do qual nos fala Foucault, a sua reedição atual não parece cultivar nenhuma utopia de tipo disciplinar. O novo internamento se configura mais do que qualquer outra coisa como uma tentativa de definir um espaço de contenção, de traçar um perímetro material ou imaterial entorno das populações que são “excedentes”, seja a nível global, seja a nível metropolitano, em relação ao sistema de produção vigente.<sup>346</sup>

Não é estranho, portanto, que o esboço dessas ações remeta a arquitetura dos guetos, enquanto um espaço da urbe destinado a uma composição ou articulação política de separação. Em sua origem, pensada para separar os judeus, suas crenças e atividades, daquelas realizadas pela casta nobreza e pelo Clero.<sup>347</sup>

Há no gueto, a perspectiva da margem, desde sua constituição. Da mesma forma, há desde seu início, uma articulação de controle e de poder sobre o espaço. Wacquant ensina que os Guetos medievais surgem para atrair grupos de judeus para as cidades, mas sem permitir que se estabelecessem nelas. Essas áreas eram doadas ou vendidas como privilégios, sendo que esses grupos passavam a ocupar cargos de credores, fiscais e comerciantes.

Em 1516, o Senado de Veneza ordenou que todos os judeus fossem relocados para o *ghetto nuovo*, uma fundição abandonada em uma ilha isolada, cercada por dois muros altos cujas janelas exteriores e portas eram vedadas. Vigias guardavam suas duas

<sup>344</sup> AUGUSTO, Acácio, Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. Cadernos Metrópole [en línea] 2010, 12 (Enero-Junio). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837808012>> Acesso em: 29 de mar de 2017.

<sup>345</sup> A tese central da obra analisa o tratamento dado as classes despossuídas nos Estados Unidos durante o período do Fordismo e no pós-fordismo, tendo como tese central a concepção a evidenciação de que os números de presos durante esse período ocorreu em conformidade com a disponibilidade de empregos ou de seu excedente.

<sup>346</sup> GIORGI, Alessandro De. *A miséria governada através do sistema penal*. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento criminológico; v. 12). p. 28.

<sup>347</sup> “Para isso, basta que retornemos às origens históricas da palavra e do fenômeno que o termo descrevia, na Veneza da Renascença. Cunhado por derivação do italiano *giudecca*, borghetto ou gietto (ou do alemão gitter ou do hebreu talmúdico *get*, de etimologia controversa), a palavra “gueto” inicialmente se referia à consignação forçada de judeus a distritos especiais por parte de autoridades políticas e religiosas da cidade. Na Europa medieval, os judeus comumente se agrupavam em uma área urbana, onde administravam seus negócios e seguiam seus costumes.” WACQUANT, 2004, p. 157.

pontes e patrulhavam de barco os canais adjacentes. Os judeus eram autorizados a sair durante o dia para suas ocupações, mas tinham que vestir um traje distintivo e retornar para dentro dos portões antes do pôr do sol, sob pena de um castigo grave caso não o fizessem. Essas medidas eram desenhadas como alternativa à expulsão, pois assim a cidade-Estado beneficiava-se economicamente da presença dos judeus (incluindo aluguel, impostos e coletas forçadas) enquanto protegia seus residentes cristãos da contaminação por corpos concebidos como sujos e sensualmente perigosos, que carregavam sífilis e eram vetores de heresia, além de portar a mácula da usura e do dinheiro, algo que a Igreja Católica igualava à prostituição.<sup>348</sup>

Essa forma de controle sobre os indesejáveis daquele período histórico evidencia um conjunto de características que demarcam as intenções e funcionalidades do Gueto. Augusto nesse sentido, lembra da “função de contenção de um determinado contingente da população, previamente selecionado por estigma social que se apoia em uma formulação étnica dos potencialmente perigosos se deixados livres.”<sup>349</sup>

Não por acaso, o modelo veneziano dissemina-se pelas cidades da Europa e pelas margens do Mediterrâneo. Nesse sentido, Wacquant ilustra que

se por um lado a fixação e a exclusão territorial acarretados por esse processo trouxeram a superpopulação, a deterioração das condições de moradia, o empobrecimento e altas taxas de morbidade e mortalidade, por outro levaram também ao florescimento institucional e à consolidação cultural. À medida que os judeus respondiam a restrições cívicas e ocupacionais cada vez maiores, criavam uma teia extensa de organizações que serviam como instrumentos de ajuda coletiva e de solidariedade: mercados, associações empresariais, grupos de caridade e de ajuda e locais de adoração e de estudos religiosos.<sup>350</sup>

Em sua versão moderna, do final do século XIX e início do século XX, encontra-se uma mudança em sua composição interna, sem necessariamente perder os espectros anteriores, de raça e classe.<sup>351</sup> O gueto denota uma área urbana restrita, uma rede de instituições ligadas a grupos específicos e uma constelação cultural e cognitiva (valores, formas de pensar ou mentalidades) que implica tanto o isolamento sócio moral de uma categoria estigmatizada quanto o truncamento sistemático do espaço e das oportunidades de vida de seus integrantes.<sup>352</sup>

Por meio desse procedimento, o gueto revela-se como um dispositivo sócio organizador composto de quatro elementos (estigma, limite, confinamento espacial e encapsulamento institucional) que emprega o espaço para reconciliar seus dois propósitos contraditórios: exploração econômica e ostracismo social.<sup>353</sup>

<sup>348</sup> WACQUANT, 2004, p. 157.

<sup>349</sup> AUGUSTO, Acácio, Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. Cadernos Metrópole [en línea] 2010, 12 (Enero-Junio). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837808012>> Acesso em: 29 de mar de 2017. p. 267.

<sup>350</sup> WACQUANT, 2004, p. 157.

<sup>351</sup> WACQUANT, 2001.

<sup>352</sup> WACQUANT, 2004, p. 155.

<sup>353</sup> WACQUANT, 2004, p. 157.

Estes quatro elementos articulados poderão compor diversos tipos de Gueto, desde aqueles que existiram na Alemanha nazista, até aqueles se proliferam na América do Norte ou ainda na América Latina, ainda que a análise substancial de seus conceitos, ela invariavelmente conseguirá se enquadrar em todas essas experiências.

Essa perspectiva é muito profícua para permitir a inserção do gueto na sociedade contemporânea, sendo possível analisá-lo desde seus fatores externos, que configuram o território social e simbólico de seus residentes, assim como, dos fatores internos que produzem sua ordem e consciência. Para esse estágio da pesquisa, adota-se a perspectiva dos fatores externos, pois que se pretende que possam explicar a constituição material e territorial do gueto. As concepções subjetivas, direcionadas a perspectiva dos sujeitos, serão abordadas nos capítulos subsequentes.

que o cárcere parece perdurar obstinadamente como uma espécie de grande portão de ingresso ao contrato social, ou mesmo como introdução a forma de trabalho subordinado. E um pouco como se a descoberta dos comerciantes holandeses (e de outros similares), no início do século XVII — isto é, a descoberta de que eles podiam “utilmente” “pôr para trabalhar”, juntamente com os seus capitais, os pobres, os mendigos, os vagabundos, os ladrõezinhos, os rebeldes que o processo de racionalização da agricultura estava expulsando dos campos - continuasse a se reproduzir junto com a “colonização” capitalista de “novos territórios”, territórios que podiam estar dentro de uma jurisdição política e social específica.<sup>354</sup>

Neste sentido, Wacquant<sup>355</sup> adverte sobre alguns aspectos que precisam estar presentes para uma melhor compreensão do Gueto. Inicialmente, que não se trata de uma entidade topográfica ou agregação de famílias e indivíduos pobres sem uma forma institucional. O segundo ponto, diz respeito a querer considerar o gueto como um espaço estrangeiro, ou seja, a querer construir um imaginário onde o gueto representa somente o que é diferente, pois isso tende a reforçar a concepção de comportamentos antissociais ou classistas. A terceira advertência diz respeito a pobreza, e a premissa da pesquisa americana sobre o gueto, a qual sinaliza que o gueto não sofre de uma "desorganização social", o que se afirma como outro conceito moralizador.

A concepção de exploração econômica e do ostracismo social dominaram a gênese, a estrutura e o funcionamento afro-americano durante a maior parte do século XX. O trabalho não qualificado dos negros possibilitou mão-de-obra extremamente barata ao final da I Guerra Mundial, sem os perigos da miscigenação<sup>356</sup>. Porém, com as migrações do sul em ascensão,

---

<sup>354</sup> GIORGI, Alessandro De. A miséria governada através do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento criminológico; v. 12). p. 21.

<sup>355</sup> WACQUANT, 2001, p. 41.

<sup>356</sup> Este tema será abordado no próximo capítulo.

aumentou consideravelmente a discriminação e violência contra eles, razão pela qual se viram recuados em diversos segmentos da vida urbana, quais sejam: moradia, escolas, acomodações públicas, economia e política. A escolha foi pela proteção do perímetro do Cinturão Negro (Black Belt) e o desenvolvimento de uma rede de solidariedades comum, o que teve como resultado o surgimento de uma cidade negra em paralelo com a metrópole branca.<sup>357</sup>

De Giorgi, nesse sentido, confirma que

um exemplo dessa situação e o deslocamento dos negros americanos do sul para o norte dos Estados Unidos entre o primeiro pós-guerra e os anos 1950, ou a entrada em massa no mercado de trabalho das mulheres, especialmente as de cor, dos anos 1970 em diante. Vale notar que as taxas de encarceramento feminino nos Estados Unidos, embora ainda bastante baixa em termos absolutos, aumentaram de modo sensivelmente maior do que para os homens.<sup>358</sup>

Outro relato importante para a análise decorre dos Burakumins no Japão, após o fim da era Tokugawa. Pertencentes a casta mais baixa do sistema feudal japonês,

os *burakumins* eram intocáveis aos olhos das religiões budista e xintoísta e ficavam confinados por lei, desde o pôr do sol até o levantar, a pequenos vilarejos (*buraku*). Lá eram obrigados a vestir uma coleira amarela e a andar descalços, a ficar de quatro quando falassem com pessoas de outras castas e a casar somente com pessoas da mesma casta. Apesar de oficialmente emancipados em 1871, ao migrarem para cidades foram forçados a restringir-se a bairros próximos aos depósitos de lixo, crematórios, prisões e açougues, lugares vistos como ninhos de criminalidade e imoralidade. Excluídos de empregos na indústria, sobrava-lhes apenas os empregos mal pagos e de baixo prestígio. Os burakumins eram mandados para escolas separadas e compelidos à endogamia devido à pecha perene em seu sangue, prática feita possível por meio dos ‘registros de família’ [...]. No fim dos anos 1970, de acordo com a Liga de Defesa dos Burakumins [*Burakumin Defense League*], estimava-se que eles já eram 3 milhões, todos confinados em 6000 guetos espalhados por aproximadamente 1000 cidades da ilha.<sup>359</sup>

Wacquant explica que embora o estudo da Escola de Chicago pretende considerar a formação dos guetos modernos como uma manifestação da natureza humana na história das migrações, e, portanto, poderia ser tratado como um movimento de rede de solidariedade entre pessoas pertencentes a grupos específicos, o que se observa é algo distinto disso. Em sua concepção, os guetos tratam de uma

forma muito peculiar de urbanização modificada por relações assimétricas de poder entre grupos etnoraciais: uma forma especial de violência coletiva concretizada no espaço *urbano*. [...] Isso ficou claro a partir da II Guerra quando o gueto negro foi reconstruído de cima para baixo por meio de políticas públicas de habitação,

<sup>357</sup> WACQUANT, 2004, p. 157.

<sup>358</sup> GIORGI, Alessandro De. A miséria governada através do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. p. 21.

<sup>359</sup> WACQUANT, 2004, p. 157.

renovação urbana e desenvolvimento econômico das periferias, ações que visavam remediar a separação rígida entre os negros e brancos.<sup>360</sup>

Portanto, o gueto contemporâneo precisa ser visto como realmente é, ou seja, é preciso que se reconheça que é um produto e um instrumento de poder de um grupo sobre outros. Para o primeiro grupo tem a função é circunscrever e controlar o grupo dominado. Por consequência, tende a ser um recurso integrador e protetor dos dominados, permitindo a constituição de uma rede de solidariedade.<sup>361</sup>

Com relação este aspecto da solidariedade, Wacquant assinala que

mas bien, esta organizado de diferente manera, en respuesta a la implacable presión de la necesidad social, la hostilidad racial y la estigmatización política. El gueto engloba un tipo particular de orden social, basado en la marcación y dualización racial del espacio, 'organizado en torno de una competencia y un conflicto intensos por los recursos escasos' que impregnan un medio ambiente repleto de "depredadores sociales", y políticamente constituido como inferior.<sup>362</sup>

Ainda, é possível identificar que

o isolamento imposto pelo exterior leva a uma intensificação do intercâmbio social e cultural dentro do gueto. O gueto é o produto de uma dialética móvel e tensa entre a hostilidade externa e a afinidade interna que se expressa como uma ambivalência no nível do consciente coletivo. Por exemplo, mesmo que os judeus europeus protestassem contra sua rejeição a distritos isolados, eles também tornaram-se profundamente ligados a esses lugares, apreciando a relativa segurança e as formas especiais de vida coletiva por eles proporcionadas.<sup>363</sup>

Outro aspecto, diz respeito ao fato dos moradores do gueto não formarem um grupo separado e – de algum modo – amputado do resto da sociedade. Em verdade, pertencem as frações não qualificadas e socialmente desqualificadas da classe trabalhadora, que tendem a se afastar desta e, por conseguinte, do mercado de trabalho, justamente por um conjunto complexo de vínculos, laços sociais, conexões culturais e processos institucionais.<sup>364</sup>

É preciso observar que essa *escolha* por grupos que possam compor o espaço do gueto é feita por aqueles que detém o poder central da organização social, reafirmando qualidades negativas como excludentes do centro, e outorgando a esses selecionados às margens do ambiente social.

Importante observar que essa segmentação decorre também de uma frágil política de emprego, ou até mesmo da ausência de uma política voltada ao pleno emprego, naquilo que Santos denomina de *flexibilidade tropical*, como sendo uma “uma divisão do trabalho imitativa,

<sup>360</sup> WACQUANT, 2004, p. 157.

<sup>361</sup> WACQUANT, 2004, p. 158.

<sup>362</sup> WACQUANT, 2001, p. 45.

<sup>363</sup> WACQUANT, 2004, p. 158.

<sup>364</sup> WACQUANT, 2001, p. 45.

talvez caricatural, encontra as razões para se instalar e se reproduzir. Mas aqui o quadro ocupacional não é fixo: cada ator é muito móvel, podendo sem trauma exercer atividades diversas ao sabor da conjuntura.<sup>365</sup>

A formulação dos novos guetos permite um avanço das sociedades de controle:

essa lógica inclusiva da prisão ganha novos contornos ao convocar outras pessoas que não são nem prisioneiros, nem policiais, nem delinquentes, para participar de seu funcionamento. Não mais uma inclusão diferencial, segundo a construção biopsicossocial do delinquente, mas uma convocação à participação que anuncia a inclusão de todos e mais um pouco, até mesmo dos que ainda não tenham sido transformados em perigo para sociedade.<sup>366</sup>

Conforme muda a conjuntura política e econômica é necessária uma transformação na legislação trabalhista, a qual tende a fragilizar as relações de trabalho, conduzindo um contingente cada vez maior de pessoas para a informalidade. A informalidade pode conduzir as margens do sistema de produção, e disto, para as margens do acesso aos direitos e condições mais vulneráveis de saúde, de ambiente e de capacidade de sobrevivência e, por fim, de mobilidade.

Este condicionamento que se vai construindo tende a criar, simbólica e materialmente, um abismo, de tal modo que as condutas dos agentes públicos e as instituições tornam-se suscetíveis a relações de desigualdade. Há um constante processo de inferiorização destas relações, entre os habitantes do gueto e as instituições, como as escolas públicas, os organismos sociais, serviços municipais, associações de bairros e os estabelecimentos financeiros e comerciais.<sup>367</sup>

Isso decorre em parte da mudança da estrutura, não mais baseada em encarceramento, mas no controle. Assim, Augusto assinala que hoje há um redimensionamento das estratégias que não respondem apenas a um problema biopolítico, mas, por outro lado, em um conjunto de programas e projetos destinados aos habitantes da periferia, e, notadamente, para sua manutenção nesses espaços, ou seja, configura-se uma política pública direcionada aos *campos de concentração a céu aberto*.<sup>368</sup>

<sup>365</sup> SANTOS, 2006, p. 219.

<sup>366</sup> AUGUSTO, Acácio, Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. Cadernos Metrópole [en línea] 2010, 12 (Enero-Junio). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837808012>> Acesso em: 29 de mar de 2017. p. 269.

<sup>367</sup> WACQUANT, 2001, p. 136.

<sup>368</sup> AUGUSTO, Acácio, Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. Cadernos Metrópole [en línea] 2010, 12 (Enero-Junio). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837808012>> Acesso em: 29 de mar de 2017. p. 273.

Esses campos<sup>369</sup> de concentração a céu aberto, se não possuem a mesma denominação dos guetos – e Wacquant entende que as favelas brasileiras não poderiam ser confundidas com os tuetos, guardam similitudes, pois tendem a estabelecer cada vez mais regras de ingresso e de saída desses espaços.

Nesse sentido, e frente ao exposto, é preciso compreender que se os guetos não se confundem com a periferia brasileira, guardam certos sentidos tão perversos quanto aqueles agrupamentos humanos, uma vez que ambos se colocam às margens e são marginalizados e criminalizados. Desta forma, oportuna a análise de Giorgi, ao compreender que

as classes sociais despossuídas constituem, assim, o objetivo principal das instituições penais. [...]. Para serem eficazes, as instituições e práticas repressivas devem impor, a quem ousa violar a ordem constituída, condições de existência piores do que as garantidas a quem se submeter a ela. Numa economia capitalista, isso significa que será a condição do proletariado marginal que determinará os rumos da política criminal e, por conseguinte, o regime de ‘sofrimento legal’ imposto àqueles que forem punidos por desrespeito às leis. Em outras palavras, ‘todo esforço em prol de uma reforma no tratamento do delinqüente encontra o seu próprio limite na situação do estrato proletário mais baixo, socialmente significativo, que a sociedade usa como parâmetro para quem comete ações criminosas.’<sup>370</sup>

Essa parametrização faz sentido quando se pensa nas condições das prisões brasileiras e latino-americanas de modo geral, assim como o discurso do consciente coletivo com relação a justiça penal associar a punição da privação da liberdade com os outros parâmetros de violência e ausência de condições de dignidade humana no ambiente carcerário.<sup>371</sup>

Ainda nesta linha, Augusto em referência a Passetti,

o campo de concentração a céu aberto diz respeito a uma tecnologia de controle que opera não mais em lugares de confinamento fechados e/ou apartados de um fora, nem mesmo por uma delimitação territorial em relação ao centro, mas por uma administração do território por seus próprios habitantes. É um dispositivo inclusivo que amplifica as modalidades de encarceramentos e se faz, também, nas relações estabelecidas entre as pessoas que convivem sob uma governamentalidade (governo das condutas), respeitando-a e produzindo práticas de subjetivação que as imobilizam, não por uma imposição externa, mas por um desejo profundo e voluntário em se

<sup>369</sup> “Entretanto, quando se lida com a situação de jovens considerados infratores no Brasil, não é difícil observar uma série de práticas de controle que funcionam como estratégias de circunscrição desses jovens nas periferias, e nesse sentido, próxima de uma prática prisional. Entretanto, não configuram essas periferias como gueto que reproduz a organização de uma instituição austera, mas como campos de concentração a céu aberto que disseminam práticas de contenção de liberdade.” AUGUSTO, Acácio, Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. Cadernos Metrópole [en línea] 2010, 12 (Enero-Junio). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837808012>> Acesso em: 29 de mar de 2017. p. 270.

<sup>370</sup> GIORGI, Alessandro De. A miséria governada através do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento criminológico; v. 12). p. 39.

<sup>371</sup> Nesse sentido, recomenda-se a leitura da obra *Punidos e mal pagos* de Nilo Batista.

manter na condição de assujeitados por apreciarem os espaços de confinamentos a céu aberto que habitam e aprenderam a amar”.<sup>372</sup>

Desta forma, cabe lembrar as perspectivas lançadas pela Escola de Chicago com relação a ecologia criminal, associada a ideia da necessidade da reestruturação das cidades de acordo com linhas de fortificação e perímetros de segurança dão consistência plástica a separação entre classes perigosas e classes trabalhadoras que constitui o único terreno colocado à disposição dos dispositivos de controle para conter o excesso da multidão.

Para que esse plano funcione torna-se uma política a segregação dos migrantes nas cidades europeias, a reclusão da força de trabalho afro-americana, hispano-americana e oriental nas metrópoles dos Estados Unidos e, em geral, a instituição de zonas urbanas de acessibilidade diferenciada alimentam um regime da estranheza, cujo objetivo e a desestruturação da multidão, a ruptura daqueles laços de empatia e cooperação que, do ponto de vista do domínio, representam um perigo extremo. O efeito e a segmentação da multidão através de uma ecologia do medo que, na cidade, se materializa na figura do estrangeiro, do imigrante, do desempregado, do dependente de drogas.<sup>373</sup>

Na ambivalência do que se torna o gueto em sua formatação contemporânea, é preciso compreender que se de uma parte permite a sensação de segurança e controle para os que estão do lado de fora, do contrário, estabelece verdadeiros espaços do medo, verdadeiramente limitando a saída por parte de seus moradores.

A marginalidade avançada proposta por Wacquant é definida segundo novas formas de pobreza urbana, de decomposição de classe e de precarização/ desproletarização das regiões inferiores do espaço social e urbano. Assim, entende que

quando esses «espaços penalizados» (Pétonnet 1982) são, ou ameaçam tornar-se, componentes permanentes da paisagem urbana, os discursos de descrédito amplificam-se e aglomeram-se à sua volta, tanto «vindos de baixo», nas interações banais da vida quotidiana, como «vindos de cima», nos domínios jornalístico, político e burocrático (ou até, científico). Uma *mácula localizada* sobrepõe-se então aos estigmas já operantes, tradicionalmente ligados à pobreza e à pertença étnica ou ao estatuto de imigrante pós-colonial, aos quais ela não se reduz embora lhes estejam estreitamente ligados.<sup>374</sup>

Mais que isso, Bourdieu sinaliza que o bairro estigmatizado,

degrada simbolicamente os que o habitam e que, por sua vez, o degradam simbolicamente, sendo que, privados dos trunfos necessários para participar nos vários jogos sociais, apenas partilham a sua comum excomunhão. A reunião num só

<sup>372</sup> AUGUSTO, Acácio, Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. Cadernos Metrópole [en línea] 2010, 12 (Enero-Junio). Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837808012>> Acesso em: 29 de mar de 2017. p. 270.

<sup>373</sup> GIORGI, Alessandro De. A miséria governada através do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento criminológico; v. 12). p. 105.

<sup>374</sup> WACQUANT, 2006, p. 28.

local de uma população, homogênea na privação, tem também como efeito redobrar a privação.<sup>375</sup>

Nesse sentido, Wacquant destaca que

se ve constantemente reafirmada por las actitudes desconfiadas y despreciativas de los agentes externos: bancos, compañías de seguros, taxis, camiones de reparto y otros servicios comerciales evitan el cinturón negro o solo se aventuran en el con mucha cautela; parientes y amigos son reacios a hacer visitas. 'La verdad es que los amigos de otros lugares no quieren venir aquí. Y uno mismo no invitaría a venir a gente inteligente: hay pintadas y escritos en las paredes, porquerías, de todo', dice una madre desocupada con tres hijos que vive en un complejo del West Side.<sup>376</sup>

Deste modo, ainda que teoricamente se procure fazer uma distinção entre as condições de existências dos guetos e das periferias, é possível compreender que os pressupostos evidenciados por Wacquant se fazem presentes, reforçam-se e se complementam, seja na perspectiva do estigma, do limite, do confinamento espacial e do encapsulamento institucional.

No que diz respeito às zonas de sacrifício é possível compreender que se trate de uma forma de apropriação do território com consequências extremamente negativas para os grupos populacionais atingidos, deflagrando processos de injustiça socioambiental.

Nesse sentido, importante destacar que

a gestão ambiental do território ocorre em função das ações promovidas por agentes do poder público e/ou por outros agentes econômicos, além dos diversos movimentos de produção e modificação do espaço pelas sociedades. Estas ações regulam e modificam o território em diversas dimensões (desde o uso do solo, na definição de espaços destinados ao descarte de lixo, de efluentes, de rejeitos, entre outros), provocam intensas mudanças nas práticas espaciais de diversos grupos sociais e promovem situações de desigualdade na distribuição dos danos ambientais, ou seja, de injustiça ambiental.<sup>377</sup>

Desta forma, observa-se que um cenário fruto de desigualdade social e pobreza possui maior potencial para ser selecionado pelas desigualdades na distribuição dos danos e dos riscos ambientais. Isto decorre da racionalidade econômica e de suas estratégias adotadas para a socialização, localização e distribuição espacial dos custos ambientais.

Diante da vulnerabilidade desses grupos, apresentam-se duas pressões distintas, mas ambas demarcadas pela perversidade. Na primeira possibilidade, os grupos ou sujeitos mais vulneráveis acabam por se submeter a degradação do ambiente, como é o caso de comunidades inteiras que vivem a invisibilidade dos lixões municipais. Na segunda possibilidade, não menos

<sup>375</sup> apud WACQUANT, 2006, p. 30.

<sup>376</sup> WACQUANT, 2001, p. 136.

<sup>377</sup> OLIVEIRA, S. A. ; MELLO, E. V. ; PEIXOTO, M. N. O. . ZONAS DE SACRIFÍCIO E (IN) JUSTIÇA AMBIENTAL: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS MARGINALIZADOS EM VOLTA REDONDA (RJ). In: 8º Encontro Nacional da ANPPAS, 2017, Natal. Anais do 8º Encontro Nacional da ANPPAS. Natal, 2017. p. 2.

perversa, os sujeitos e grupos são forçados a se deslocarem para as margens da cidade, possibilitando que os locais desocupados fomentem empreendimentos imobiliários de grande retorno financeiro. Um bom exemplo dessa segunda situação está relacionado ao Projeto Novo Recife que pretende remover um conjunto significativo de pessoas para a idealização de um megaprojeto imobiliário.<sup>378</sup>

Portanto, como bem esclarece Acselrad, citado por Queiroz & Plácido,

o capital dispõe da capacidade de se deslocar, enfraquecendo os atores sociais menos móveis e desfazendo, pela chantagem da localização, normas governamentais urbanas ou ambientais, bem como as conquistas sociais [...] assim o capital especializa gradualmente os espaços, produzindo uma divisão espacial da degradação ambiental e gerando uma crescente coincidência entre a localização de áreas degradadas e de residências e classes socioambientais dotadas de menor capacidade de se deslocalizar.<sup>379</sup>

Essa percepção da mobilidade dos capitalistas já foi abordada a partir de Bauman e encontra aqui uma exemplar estratégia. O capital, nesse caso, autoriza uma liberdade sem precedentes, manifestando-se globalmente, ao passo que aprisiona os locais, tornando-os cada vez mais dependentes, econômica e politicamente.

Sendo assim, este processo tende a se materializar espacialmente através das zonas de sacrifício, “áreas elegidas para alocação de atividades altamente poluidoras próximo a assentamentos humanos majoritariamente formados por grupos subalternizados. Zonas de sacrifício, vulnerabilidade e risco ambiental podem ser entendidos como um tripé que contribui para a configuração de situações de injustiça ambiental.”<sup>380</sup>

Nesse sentido, oportuno registrar que

idades de infraestrutura reduzida, em que os investimentos em saneamento, coleta de lixo e programas habitacionais não foram inicialmente planejados para áreas periféricas são potenciais vetores para situações de conflito ambiental. Nestes espaços urbanos, as regiões impróprias para estabelecer moradia, como margens de rios e vizinhanças industriais são correntemente as mais visadas pela população em razão

<sup>378</sup> O Novo Recife é um complexo formado por empresariais, flats, hotéis e áreas de comércio e lazer. A ideia do consórcio imobiliário é construir 12 torres, que terão de 21 a 41 andares (serão oito residenciais, dois empresariais e dois flats), e cinco edifícios-garagem ao longo do Cais José Estelita, na área central do Recife. De acordo com o projeto, o conjunto de galpões localizado nas proximidades do Forte das Cinco Pontas deve ser preservado e transformado em um centro cultural. Conforme: <<http://www.observatoriodorecife.org.br/tag/projeto-novo-recife/>>.

<sup>379</sup> QUEIROZ, Edileuza; PLÁCIDO, Patricia. A HISTÓRIA AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFLEXÕES EM ‘ZONAS DE SACRIFÍCIO’ NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ. História, Natureza e Espaço - Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF, [S.l.], v. 2, n. 1, jan. 2014. ISSN 2317-8361. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/8770>>. Acesso em: 19 maio 2018. p.5.

<sup>380</sup> OLIVEIRA, S. A. ; MELLO, E. V. ; PEIXOTO, M. N. O. . ZONAS DE SACRIFÍCIO E (IN) JUSTIÇA AMBIENTAL: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS MARGINALIZADOS EM VOLTA REDONDA (RJ). In: 8º Encontro Nacional da ANPPAS, 2017, Natal. Anais do 8º Encontro Nacional da ANPPAS. Natal, 2017. p. 2.

do baixo custo de vida local, considerando a especulação imobiliária que gira em torno de loteamentos centrais.<sup>381</sup>

A distribuição desigual no espaço dos danos ambientais afeta, sobretudo, os grupos subalternizados. Há uma articulação de grupos econômicos e instituições que – não raramente – encontram subsídios por parte do Estado para realizar seus projetos, seja pela oferta de incentivos fiscais, seja por todo aparato burocrático e administrativo a disposição, como por exemplo, as licenças ambientais.

Em relação aos tipos de conflitos e situações-problema pode-se encontrar

tais como destinação de resíduos sólidos urbanos e disposição inadequada de lixo; poluição do solo, ar e água; enchentes; loteamentos em áreas de proteção ambiental/deslizamentos; moradias em áreas inadequadas; especulações imobiliárias e privatização de áreas verdes; desastres naturais e residências frágeis; populações atingidas pela poluição industrial; problemas de saneamento (falta de água, problemas na rede de esgoto, entre outros) e os casos identificados foram analisados de acordo com a natureza do fato desencadeante e com os atores e situações específicas envolvidas.”<sup>382</sup>

É preciso compreender, conforme indicado no início deste capítulo, que a idealização da urbanização se realiza desde centros de poder, estabelecendo no entorno a industrialização e as áreas de habitação. Desta forma, ainda que as áreas degradadas pela ocupação irregular sejam objeto de crítica constante, tais áreas também fazem parte da mesma dinâmica e, por certo, cumprem funções para a *harmonia* do centro. Portanto, as zonas de sacrifício elencadas acima também fazem parte da urbanização.

Oliveira & Peixoto destacam essas estratégias das zonas de sacrifício como sendo

criadas próximo a assentamentos humanos marcados pela pobreza e pela baixa de capacidade de pressão política, de mobilização, de resistência e de judicialização frente aos problemas ambientais gerados e seus desdobramentos. O discurso do desenvolvimento escolhe quais grupos sociais são passíveis de serem sacrificados para conviverem com passivos ambientais expressos na redução da qualidade de vida devido à poluição, à contaminação dos solos, das águas e dos corpos.<sup>383</sup>

Há, portanto, uma lógica entre probabilidades negativas e passivos ambientais. Essas condições são facilmente transferidas para as populações.

<sup>381</sup> BUBLITZ, Tábata Aline; MARQUES, Ana Flávia. Espaços, processos e relações de vulnerabilidade na cidade de Santa Cruz do Sul (RS): construindo caminhos no campo da justiça ambiental. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria - UFSM, v. 20, n. 1, jan.-abr. 2016, p. 580–591. ISSN : 22361170. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/20132/pdf>>. Acesso em: 19 maio 2018. p. 581.

<sup>382</sup> BUBLITZ, Tábata Aline; MARQUES, Ana Flávia. Espaços, processos e relações de vulnerabilidade na cidade de Santa Cruz do Sul (RS): construindo caminhos no campo da justiça ambiental. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria - UFSM, v. 20, n. 1, jan.-abr. 2016, p. 580–591. ISSN : 22361170. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/20132/pdf>>. Acesso em: 19 maio 2018. p. 582.

<sup>383</sup> OLIVEIRA, S. A. ; MELLO, E. V. ; PEIXOTO, M. N. O. . ZONAS DE SACRIFÍCIO E (IN) JUSTIÇA AMBIENTAL: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS MARGINALIZADOS EM VOLTA REDONDA (RJ). In: 8º Encontro Nacional da ANPPAS, 2017, Natal. Anais do 8º Encontro Nacional da ANPPAS. Natal, 2017. p. 4.

en el caso de la geografía atañe directamente a las probabilidades de ser afectado negativamente por un fenómeno geográfico y/o climatológico. Las zonas y poblaciones vulnerables son aquellas que pueden ser golpeadas por eventos geográficos como terremotos, inundaciones, sequías, aluviones. Por su estructura geomorfológica o por simple localización geográfica, determinadas áreas son más proclives a experimentar tales eventos, es decir son más vulnerables.<sup>384</sup>

Além da escolha espacial das zonas de sacrifício ser, na maioria das vezes, estabelecida pelas características das populações residentes e/ou das condições físico-naturais locais (geológicas, geomorfológicas e climáticas), ainda há um conjunto de transformações nas práticas locais que são condicionadas pela presença dessas zonas, o que tende a expandir os processos de marginalização espacial e são justificadas – em sua maioria – sob a égide do desenvolvimento.<sup>385</sup>

Frente a isto, os movimentos que lutam pela justiça ambiental organizam-se em resistência através de movimentos sociais e de agendas de pesquisa, visando questionar estas estratégias e barrar o avanço de empreendimentos que submetem grupos sociais a situações de vulnerabilidade e risco ambiental.<sup>386</sup>

Em síntese, essas situações representam os resultados de processos de estruturação urbana marcados pela valorização do capital e dos interesses das influências privadas, muitas vezes fomentados pelos órgãos administrativos locais ou regionais, evidenciando uma exposição desigual aos riscos ambientais, como uma proteção ambiental desigual, pois, como visto, encontram-se desamparadas financeiramente e invisibilizadas jurídica e politicamente.<sup>387</sup>

Portanto, a formação das zonas de sacrifício pode ser entendida como uma resultante material de determinado conjunto de práticas espaciais, ou seja, de estratégias de produção e modificação do espaço movidas por determinados grupos ou atores sociais.

Em nome da modernidade e das necessidades da industrialização é que essas margens foram e são constantemente sacrificadas e, com elas, os sujeitos e grupos que foram excluídos e forçados a habitá-las.

---

<sup>384</sup> VIGNOLI, 2001, p.18.

<sup>385</sup> OLIVEIRA, S. A. ; MELLO, E. V. ; PEIXOTO, M. N. O. . ZONAS DE SACRIFÍCIO E (IN) JUSTIÇA AMBIENTAL: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS MARGINALIZADOS EM VOLTA REDONDA (RJ). In: 8º Encontro Nacional da ANPPAS, 2017, Natal. Anais do 8º Encontro Nacional da ANPPAS. Natal, 2017. p. 4.

<sup>386</sup> OLIVEIRA, S. A. ; MELLO, E. V. ; PEIXOTO, M. N. O. . ZONAS DE SACRIFÍCIO E (IN) JUSTIÇA AMBIENTAL: CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS MARGINALIZADOS EM VOLTA REDONDA (RJ). In: 8º Encontro Nacional da ANPPAS, 2017, Natal. Anais do 8º Encontro Nacional da ANPPAS. Natal, 2017. p. 3.

<sup>387</sup> BUBLITZ, Tábata Aline; MARQUES, Ana Flávia. Espaços, processos e relações de vulnerabilidade na cidade de Santa Cruz do Sul (RS): construindo caminhos no campo da justiça ambiental. Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria - UFSM, v. 20, n. 1, jan.-abr. 2016, p. 580–591. ISSN : 22361170. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/20132/pdf>>. Acesso em: 19 maio 2018. p. 589.

### 2.3.2 Marginalização territorial e os sacrifícios em territórios marginalizados

Os espaços marginais da sociedade são transformados em objetos do capitalismo, que podem ser coisificados e, por consequência, vendidos e negociados. Assim, podem ser também marginalizados, tornando-se territórios de indignidade.

Essas franjas espaciais da cidade, relegadas a um segundo plano no desenho da perfeição urbanística, como os borrões de um rascunho de cidade. Tais espaços, muitas vezes considerados refugos da modernidade, porém, são extremamente funcionais ao êxito das racionalidades modernas, ou seja, são essenciais para a manutenção da perfeição do centro. Nesse sentido, Wacquant destaca que “la nueva marginalidad urbana no es la resultante del atraso, la ociosidad o la declinación económica, sino de la desigualdad creciente en el contexto de un avance y una prosperidad económica global.”<sup>388</sup>

Os espaços marginais das cidades e da urbanização moderna evocam os traços imperfeitos, as relações sociais profanas, imperfeitas, e mundanas, e, por consequência, que há nesses espaços a desordem e a ilegalidade. Disso decorre que esses territórios sejam tornados vulneráveis, – aqui estudados enquanto espaços marginais – condicionados por processos de criminalização e de violência e, por consequência, promotores de injustiça socioambiental.

Há uma relação ambivalente de exclusão mas também de necessidade, visto que se coloca como um processo de dominação. A este processo pode-se pensar como uma perversidade sistêmica. A crítica de Santos reside justamente na possibilidade da marginalização ocultar o etnocentrismo e as relações rural/urbano ou tradicional/moderno.<sup>389</sup>

Portanto, os espaços marginais e a marginalização desses espaços caminham no sentido de fortalecer o encobrimento dos indesejáveis, cumprimento essa tarefa de maneira cada vez mais voraz. Neste sentido, Rivero, ao tratar do *mito do desenvolvimento*, sinaliza que nem mesmo Darwin poderia imaginar que, ao final do século XX, o surgimento de um mercado global teria um comportamento similar ao da seleção natural<sup>390</sup>, “permitindo apenas a sobrevivência das pessoas, empresas e economias nacionais consideradas mais competitivas e marginalizando as demais, como espécies econômicas não-aptas.”<sup>391</sup>

Esse processo de amputação da cidadania sinaliza que “o modelo político e o modelo cívico foram instrumentais ao modelo econômico. As esperanças com que este último acenava

<sup>388</sup> WACQUANT, 2001, p. 171.

<sup>389</sup> SANTOS, 2009, p.37.

<sup>390</sup> Essa concepção de certa “naturalização” das condições de seleção do meio e dos consequentes processos de exclusão é abordada contemporaneamente, de forma crítica, pelo sociólogo brasileiro Jessé Souza quando propõe os conceitos de Ralé estrutural (2009) e batalhadores brasileiros (2012).

<sup>391</sup> RIVERO, 2002, p.85.

às massas eram por demais sedutoras, e estas massas eram despertadas para a necessidade, o interesse, a vantagem de ampliação do consumo, mas não para o exercício da cidadania.”<sup>392</sup>

Ampliando essa discussão, Santos evidencia a formação de uma pobreza<sup>393</sup> específica ao longo do século XX, *a marginalidade*, que surge na esteira do processo de industrialização, produzida pelo processo econômico de divisão do trabalho, internacional ou interna, compreendida como um vício da sociedade capitalista, a qual se pretendia – supostamente – corrigir por meio de políticas estatais.<sup>394</sup>

Portanto, torna-se o espaço no qual ocorrerá a marginalidade avançada, disseminada em zonas de habitação operária, concentrando-se em territórios isolados, determinados e de características negativas, “como lugares de perdição – que assumem a aparência de baldios urbanos ou de «pátios dos milagres» da cidade pós-industrial que só os desviantes ou os resíduos da sociedade frequentam porventura.”<sup>395</sup>

A pobreza e as mazelas são conduzidas aos espaços marginais, portanto, torna-se uma forma de controle. Isso faz parte da estratégia da modernidade, qual seja, de ‘encobrir’ o outro. O processo de colonização e de colonialidade tende a isso. A crise atual é que não consegue mais realizar o encobrimento. Santos alerta para uma tensão nas linhas abissais, de modo que

a regulação/emancipação é cada vez mais desfigurada pela presença e crescente pressão da apropriação/violência no seu interior. Contudo, nem a pressão nem o desfiguramento podem ser completamente percebidos, precisamente pelo facto de o outro lado da linha ter sido desde o início incompreensível como um território sub-humano.<sup>396</sup>

Mais que isso, a crise irrompe e com ela a evidenciação da polarização crescente e a divisão de segmentos populacionais. Uma inicial classificação poderia indicar a separação entre ricos e pobres, ou, para utilizar as expressões cunhadas por Bauman, um pequeno grupo de *turistas* em relação a grande massa de *vagabundos*<sup>397</sup>, ou seja, a existência paradoxal de duas realidades que se interpenetram e que determinam um complexo jogo de forças e de opressão, tendo como retorno ações violentas, e a incapacidade de implementação e efetivação de Direitos Humanos de forma universal.

“no topo está uma ‘elite’, que consiste em um minúsculo número de cidadãos globais absurdamente ricos e governando o universo, com seus bilhões de dólares, listados na Forbes como pessoas de prestígio, capazes de influenciar os governos em todos os

<sup>392</sup> SANTOS, 1987, p.3.

<sup>393</sup> Por uma questão metodológica, o tema da pobreza será abordado no capítulo seguinte, quando da análise do sujeito.

<sup>394</sup> SANTOS, 2003.

<sup>395</sup> WACQUANT, 2006, p. 27.

<sup>396</sup> SANTOS, 2010, p. 43.

<sup>397</sup> Os termos “turista” e “vagabundos” foram utilizados a partir da leitura de BAUMAN, 1999.

lugares e de se permitirem gestos filantrópicos generosos. Abaixo da elite vem os ‘assalariados’, que ainda ocupam emprego estável de emprego integral, sendo que alguns esperam passar para a elite, mas a maioria apenas aprecia os sinais simbólicos de sua espécie, como pensões, férias pagas e benefícios da empresa, muitas vezes subsidiados pelo Estado. Os assalariados estão concentrados em grandes corporações, agências governamentais e na administração pública, incluindo o serviço público.”<sup>398</sup>

Esse processo de estigmatização tende a limitar a apropriação de capital econômico, mas também de capital cultural, uma vez que permanecem desprovidas de precondições sociais, morais e culturais que permitam a apropriação.<sup>399</sup>

Com estas limitações, observa-se a dissolução do sentimento de pertencimento ao lugar, uma perda de quadro humanizado, cultural e socialmente estabelecidos no interior desses espaços marginais. Tornam-se fragilizados os refúgios de solidariedade, pois os vínculos comunitários encontram-se em processo de erosão frente a urgência econômica e necessidade social individualizada e fragmentada.<sup>400</sup>

Por certo essa perspectiva dada por Wacquant sobre os refúgios de solidariedade é bem mais complexa do que se apresenta inicialmente. Embora a premissa seja essa, é possível encontrar níveis de vínculos dentro dos refúgios. Se eles não contam com o apoio das políticas públicas, é possível que existam microsolidariedades ainda existentes, que se reforcem.

Deleuze:

“É verdade que o capitalismo manteve como constante a extrema miséria de três quartos da humanidade, pobres demais para a dívida, numerosos demais para o confinamento: o controle não só terá que enfrentar a dissipação das fronteiras, mas também a explosão dos guetos e favelas.”<sup>401</sup>

Ao seu revés, aqueles que conseguem se movimentar em um mundo de privações, passam a ser considerados turistas. Bauman<sup>402</sup> complementa que há uma imposição de viver em um mundo idealizado pelo benefício em troca de dinheiro, mesmo que não alcancem essa potencialidade. Por essa razão, menciona os turistas e os vagabundos, para caracterizar uma sociedade de consumo que exige a necessidade do consumo eterno, através da produção de atrações e tentações, e desta forma, provocar a existência daqueles que se movem no mundo – livres – e daqueles que são movimentados pelo mundo – excluídos.

La furia ardiente que muchos experimentan por verse persistentemente marginados de los empleos y sentir que se les niega la dignidad individual que acompaña la autonomía económica, encuentra una salida en un discurso nihilista que glorifica la depredación y la violencia como medias de acceso a la esfera del consumo y que,

<sup>398</sup> STANDING, 2017, p. 24.

<sup>399</sup> SOUZA, 2012.

<sup>400</sup> WACQUANT, 2006.

<sup>401</sup> DELEUZE, 1990, p. 224.

<sup>402</sup> BAUMAN, 1999.

como no pueden cambiar los mecanismos que los excluyen, se centra en la policia como blanco de su hostilidad.<sup>403</sup>

Santos destaca que os moradores menos móveis acabam por ter uma cidade impalpável, ao mesmo tempo em que ela se impõe a eles como um “amontoado de signos aparentemente desencontrados”<sup>404</sup>, agindo, porém, concertadamente para limitar a ação e, do mesmo modo, tornar impotente diante da multiplicidade das coisas que cercam e das quais os cidadãos dispõem.

Em decorrência dos processos de mundialização da economia, em movimento diametralmente oposto, os cidadãos são segmentados, fragmentados em decorrência de suas possibilidades de acesso. Assim, Bauman evidencia a *polarização da condição humana*, uma vez que emancipa certos seres humanos das restrições territoriais “e torna extraterritoriais certos significados geradores de comunidade – ao mesmo tempo em que desnuda o território, no qual outras pessoas continuam sendo confinadas, do seu significado e da sua capacidade de doar identidade.”<sup>405</sup> Há, neste processo que alguns denominam de globalização, uma marca de perversidade.

Os cidadãos contemporâneos, frutos da modernidade<sup>406</sup>, não encontram fronteiras, pois estão no centro do poder econômico e político. De outra sorte, os subcidadãos, estão na periferia do sistema-mundo, e, portanto, o seu acesso é diferenciado, procurando-se legitimar uma espécie de subcidadania<sup>407</sup> que proporciona o mínimo de direitos possíveis apenas para apaziguar as massas e evitar que o território urbano se torne “o campo da batalha de uma contínua guerra espacial”.<sup>408</sup>

En el gueto, la raza esta inscripta en todas partes: en la objetividad del espacio y de las instituciones separadas e inferiores que entranpan a su población, y en la subjetividad de las categorías de percepción y juicio que sus residentes ponen en juego en sus conductas mas rutinarias. En rigor de verdad, la conciencia del color es tan ubicua y difundida en el cinturón negro que ni siquiera hace falta mencionarla; a tal punta, que puede pasar inadvertida incluso a los observadores cuidadosos, justamente porque esta incorporada a lo mas hondo de lo que Alfred Schutz (1970) llama la "actitud natural" de la vida cotidiana.<sup>409</sup>

Os processos contemporâneos de polarização da condição humana determinam uma nova compreensão da relação do homem com o espaço. Bauman, pressagia que a polarização

---

<sup>403</sup> WACQUANT, 2001, p. 149.

<sup>404</sup> SANTOS, 1987, p. 14.

<sup>405</sup> BAUMAN, 1999, p. 25.

<sup>406</sup> SANTOS, 1987, p.7.

<sup>407</sup> Os aspectos que envolvem a conquista emancipatória da cidadania serão abordadas ao longo do próximo capítulo, que possui como tema central a invisibilidade dos subalternos.

<sup>408</sup> BAUMAN, 1999, p. 29.

<sup>409</sup> WACQUANT, 2001, p. 146.

tende a tornar impossível a domesticação e a apropriação da localidade da qual tem pouca chance de se libertar para mudar-se para outro lugar.<sup>410</sup>

O ambiente urbano torna-se, portanto, um campo de batalha de uma ficção científica futurista, rodeado de *outdoors* e propagandas de seus algozes. Acselrad<sup>411</sup> muito bem destaca o consumismo publicitário privatizante dos espaços da cidade manifesta-se enquanto política na luta pelo visível na distribuição dos espaços privados e públicos.

observe-se, por exemplo, que o órgão de imprensa que torna visíveis as vantagens de uma marca de automóvel na cidade publicitária é o mesmo que omite o nome da montadora de automóveis que demitiu 2000 empregados, os quais, procurando tornar visível sua luta, reagiram em protesto fechando uma via pública. Verifica-se assim esse duplo jogo entre o que se aplica em propagandear e o que convém silenciar.<sup>412</sup>

Santos, nesse aspecto, assinala que

de forma mais ampla, parece que a modernidade ocidental só poderá expandir-se globalmente na medida em que viole todos os princípios sobre os quais fez assentar a legitimidade histórica do paradigma da regulação/emancipação desde lado da linha. Direitos são desta forma violados para poderem ser defendidos, a democracia é destruída para garantir a sua salvaguarda, a vida é eliminada em nome da sua preservação. Linhas abissais são traçadas tanto no sentido literal como metafórico. No sentido literal, estas são as linhas que definem as fronteiras como vedações e campos de morte, dividindo as cidades em zonas civilizadas (*gated communities*, em número sempre crescente) e zonas selvagens, e prisões em locais de detenção legal e locais de destruição brutal e sem lei da vida.<sup>413</sup>

De um lado se encontra a proposta de uma sociedade corporativa na qual “reina a propaganda como fazedora de símbolos, o consumismo como seu portador, a cultura de massas como caldo de cultura fabricado, a burocracia como instrumento e fonte de alienação.”<sup>414</sup> De outra parte, um esforço insuficiente, ineficaz e, portanto, insustentável para alcançar as metas culturais e materiais dispostas na arena.

Porém, como bem lembra Seabrook, citado por Bauman, não se trata de curar a pobreza, pois ela não é um sintoma da doença do capitalismo. Pelo contrário, a pobreza evidencia a saúde e robustez do capitalismo, ao que se associa seu ímpeto pela acumulação e esforço. Avançando nessa perspectiva, pode-se pensar, portanto que capitalismo até mesmo os mais privilegiados sofram da urgência por consumir.<sup>415</sup>

---

<sup>410</sup> BAUMAN, 1999, p. 25.

<sup>411</sup> ACSELRAD, 2013.

<sup>412</sup> ACSELRAD, 2013, p. 238.

<sup>413</sup> SANTOS, 2010, p. 44.

<sup>414</sup> SANTOS, 1987, p. 11.

<sup>415</sup> apud BAUMAN, 1999, p.87.

O Brasil, neste sentido, produziu desde a década de 1980 uma migração de consumo, muito mais do que de trabalho. Santos relata esse aspecto, em referência ao “milagre econômico”:

o modelo econômico que conduziu ao chamado ‘milagre econômico’ vai buscar suas raízes nos mesmos postulados que levaram à supressão das liberdades civis, acusadas então como um fermento deletério, capaz de levar o país à anarquia. Trata-se, também, de um modelo político e social, tanto responsável pela eliminação do embrião da cidadania que então se desenvolvia, como pela opção de alargamento de uma nova classe média em detrimento da massa de pobres que o ‘milagre’ não apenas deixou de suprimir, como também aumentou.<sup>416</sup>

Ainda que a partir de outra realidade, Lefebvre pode ser utilizado para ilustrar esse quadro do milagre econômico, utilizando-se para tanto, o que o autor cita sobre a realidade urbana. Lefebvre entende que a realidade urbana, ao mesmo tempo amplificada e estilhaçada, perde os traços que a época anterior lhe atribula:

totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecida, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais. Ela se povoa com os signos do urbano na dissolução da urbanidade; torna-se estipulação, ordem repressiva, inscrição por sinais, códigos sumários de circulação (percursos) e de referência. Ela se lê ora como um rascunho, ora como uma mensagem autoritária. Ela se declara mais ou menos imperiosamente. Nenhum desses termos descritivos dá conta completamente do processo histórico: a implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentração (de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento) na realidade urbana, e a imensa explosão, a projeção de fragmentos múltiplos e disjuntos (periferias, *subúrbios*, residências secundárias, satélites etc.).<sup>417</sup>

Observe-se que, a realidade urbana, ainda que excludente e feroz sobre os subalternos, não permite espaço para outros imaginários, como por exemplo, o campo. Vale lembrar que um dos aspectos que precedem o milagre econômico brasileiro ao final da década de 1970 foi o fortalecimento da industrialização e o enfraquecimento das políticas sobre a agricultura de modo geral, as quais tiveram como efeito, o êxodo rural. A realidade urbana se apresenta como imposição, ainda que delineada pela pobreza na periferia, no espaço desregrado da violência urbana.

Assim, na periferia, parte-se de um “desenvolvimento para fora”, em que um setor moderno exportador de produtos primários e algumas atividades econômicas diretamente ligadas a exportação, as quais passam a coexistir com os setores atrasados, no que diz respeito a penetração de novas técnicas e ao nível de produtividade do trabalho. A estrutura produtiva

---

<sup>416</sup> SANTOS, 1987, p. 13.

<sup>417</sup> LEFEBVRE, 1999, p. 26.

na periferia e mais especializada e heterogênea, enquanto no centro e mais diversificada e homogênea.<sup>418</sup>

A heterogeneidade estrutural é difícil de ser mensurada, pois há diferenças básicas entre o lado econômico, o social, o político, o tecnológico e o cultural sobre os centros desenvolvidos e as periferias subdesenvolvidas. Nohlen e Sturm (1982) descrevem que a estratégia de pesquisa poderia exigir esforços em quatro níveis: i) caberia levantar a questão em torno de indicadores que descrevam a heterogeneidade estrutural do tipo econômico, podendo ser a produtividade; ii) a utilização desse indicador deve ser acompanhada por uma unidade adequada; iii) o estabelecimento da necessidade de linhas de separação constituinte, por exemplo, dentro de um setor; e, por fim, iv) a infraestrutura social também deve vincular em torno da noção de heterogeneidade estrutural no campo econômico, buscando indicadores-chave e delimitando unidades de investigação e medição.<sup>419</sup>

Pizarro complementa essa análise sobre as dificuldades de avanço e as consequências do atraso, ampliando a pobreza e a vulnerabilidade socioambiental.

En primer lugar, la acentuación de la heterogeneidad productiva, con efectos en la ocupación, la segmentación del trabajo y mayor precariedad de éste. Se agrega a ello la desregulación laboral (o flexibilización), sin seguros de desempleo, con impacto en la protección de los asalariados. En segundo lugar, los sistemas mixtos de educación, salud y previsión, de carácter privado para las familias de altos ingresos y públicos para las capas medias y de bajos ingresos, con un manifiesto debilitamiento de éstos últimos. En tercer lugar, la disminución del peso cuantitativo de las organizaciones sindicales y su menor significación cualitativa como instrumentos de compensación de poder frente a los gremios empresariales. Finalmente, el notable crecimiento del sector informal de la economía, con alto peso en el empleo, y el escaso apoyo que recibe de las instituciones financieras privadas y del estado.”<sup>420</sup>

As consequências – de curto prazo – foram o aumento da dívida externa, uma inflação vertiginosa e o empobrecimento geral da população, acompanhada da violência da ditadura militar, e um atraso intelectual e cultural de mais de uma década. A luz do fim desse túnel apareceu como um sopro de democracia e um pacote de políticas neoliberais. De longo prazo, observou-se o empenho das políticas neoliberais que conduziram o país (outros países da América Latina vivenciaram experiências próximas, como o Chile e a Argentina) ao mercado internacional para privatização de suas já enfraquecidas empresas estatais.

Portanto, não há como ocultar a evidência posta por uma dinâmica específica do mercado mundial arquitetada territorialmente. Lefebvre entende que

<sup>418</sup> CEPAL, 2015, p. 152.

<sup>419</sup> CEPAL, 2015, p. 152.

<sup>420</sup> PIZARRO, 2001, p. 10.

o crescimento da produção industrial superpõe-se ao crescimento das trocas comerciais e as multiplica. Esse crescimento vai do escambo ao mercado mundial, da troca simples entre dois indivíduos até a troca dos produtos, das obras, dos pensamentos, dos seres humanos. A compra e a venda, a mercadoria e o mercado, o dinheiro e o capital parecem varrer os obstáculos. No curso dessa generalização, por sua vez, a consequência desse processo — a saber: a realidade urbana — torna-se causa e razão. O induzido torna-se dominante (indutor), *a problemática urbana* impõe-se à escala mundial.<sup>421</sup>

Ao dinamizar as relações da problemática urbana<sup>422</sup>, impede sua resolução. Mais que isso, Escobar remete ao problema da persistente marginalização do lugar na teoria ocidental, anunciando mais uma vez o aspecto da colonialidade de poder. Assim, esvazia o sentido do lugar, dominado agora pelo espaço, operando como um dispositivo epistemológico eurocêntrico. A globalização de um espaço fluído e de velocidade tende a invisibilizar formas subalternas de pensar e modalidades locais e regionais de configurar o mundo.<sup>423</sup> Ainda em Escobar:

Esta negação do lugar tem múltiplas conseqüências para a teoria — das teorias do imperialismo até as da resistência, do desenvolvimento, etc.— que pudessem ser melhor exploradas no âmbito ecológico. Neste âmbito, o desaparecimento do lugar está claramente vinculado à invisibilidade dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas.<sup>424</sup>

Do mesmo modo,

como consequência, a permanência de uma elevada proporção de ocupados em atividades de produtividade muito baixa constitui o principal obstáculo para a superação da pobreza, dado que seus rendimentos são insuficientes para satisfazer as necessidades básicas, ao mesmo tempo em que possuem um reduzido acesso as redes de proteção social. Assim sendo, a heterogeneidade estrutural pode ser considerada como elemento constituinte da base das marcantes desigualdades de produtividade, renda e do tipo de relações laborais que caracterizam o funcionamento do mercado de trabalho.<sup>425</sup>

Uma das conseqüências desses processos de invisibilização está na falsa percepção da realidade sobre a apropriação do espaço. Trata-se de uma aparência caricata de apropriação e de reapropriação do espaço que o poder autoriza quando permite a realização dos eventos nas ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quanto à verdadeira apropriação, a da

<sup>421</sup> LEFEBVRE, 1999, p. 26.

<sup>422</sup> “Isso mostra que Castells não está mais interessado numa teoria do espaço, mas sim, desenvolve uma teoria dos problemas urbanos. Ele se concentra no fato de que as maiorias das questões classificadas de urbanas estão ligadas ao consumo coletivo, com essa análise ele retoma as preocupações urbana para uma abordagem teórica. Com isso, em lugar de uma teoria da produção do espaço, que ainda continua nos pensamentos de Lefebvre, por exemplo, Castells vai no sentido da Escola de Chicago, que centra no sítio os interesses analíticos da sociologia urbana.” Conforme LUSTOZA, 2012, p.3

<sup>423</sup> ESCOBAR, 2005, p. 70.

<sup>424</sup> ESCOBAR, 2005, p. 70.

<sup>425</sup> CEPAL, 2015, p. 25.

"manifestação" efetiva, é combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o esquecimento."<sup>426</sup>

Acselrad lembra, nesse sentido, das “políticas de revitalização/gentrificação e grandes projetos urbanos, por exemplo.”<sup>427</sup> Isto é muito evidente quando “as virtudes da privatização são assumidas cada vez mais explicitamente pelos agentes políticos da cidade-empresa. São muitos os exemplos: decisões da prefeitura alocam campo de golfe em área de proteção ambiental; estacionamento é planejado em lugar onde se situa o antigo Museu do Índio etc.”<sup>428</sup>

Santos remete a uma espécie de fascismo territorial:

Existe sempre que atores sociais como forte capital patrimonial retiram ao Estado o controle do território onde atuam ou neutralizam esse controle, cooptando ou violentando as instituições estatais e exercendo a regulação social sobre os habitantes do território sem a participação destes e contra os seus interesses. Na maioria dos casos, estes constituem os novos territórios coloniais privados dentro de Estado que quase sempre estiveram sujeitos ao colonialismo europeu.<sup>429</sup>

Dentre as consequências da falta de apropriação da rua, Lefebvre aponta aquela relacionada a criminalidade. Entende que

onde quer que a rua desapareça, a criminalidade aumenta, se organiza. Na rua, e por esse espaço, um grupo (a própria cidade) se manifesta, aparece, *apropria-se dos lugares*, realiza um tempo-espaço apropriado. Uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao acontecimento revolucionário, ele geralmente ocorre na rua. Isso não mostra também que sua desordem engendra uma outra ordem? O espaço urbano da rua não é o lugar da palavra, o lugar da troca pelas palavras e signos, assim como pelas coisas? Não é o lugar privilegiado no qual se escreve a palavra? Onde ela pôde tornar-se "selvagem" e inscrever-se nos muros, escapando das prescrições e instituições?<sup>430</sup>

Ao que tudo indica a resposta é negativa. Mesmo que se trate de manejos de subjetividade que se condicionam e são condicionados aos aspectos do *ambiente esvaziado*, mas que rapidamente se amolda as necessidades da gestão de governo, provocando uma ruptura com a concepção de lugar, uma vez que desconectado da possibilidade de gerar decisões compartilhadas democraticamente.

Lustoza faz uma coerente análise do espaço mercadoria, ao entender que

o espaço produzido enquanto mercadoria entra no circuito da troca atraindo capitais que migram de um setor da economia para outro de modo a viabilizar a reprodução. As possibilidades de ocupar o espaço são sempre crescentes, o que explica a emergência de uma nova lógica associada à forma de dominação do espaço, que se reproduz ordenando e direcionando a ocupação, fragmentando e tomando espaços

<sup>426</sup> LEFEBVRE, 1999, p. 31

<sup>427</sup> ACSELRAD, 2013, p.238.

<sup>428</sup> ACSELRAD, 2013, p. 240.

<sup>429</sup> SANTOS, 2010, p. 46.

<sup>430</sup> LEFEBVRE, 1999, p. 30.

trocáveis a partir de operações que se realizam no mercado. Deste modo o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível.<sup>431</sup>

Por seu turno, Lefebvre se questiona sobre a rua e sua potencialidade de lugar:

lugar de encontro? Talvez, mas quais encontros? Superficiais. Na rua, caminha-se lado a lado, não se encontra. É o "se" que prevalece. A rua não permite a constituição de um grupo, de um "sujeito", mas se povoa de um amontoado de seres em busca. De quê? O mundo da mercadoria desenvolve-se na rua. A mercadoria que não pôde confinar-se nos lugares especializados, os mercados (praças,...), invadiu a cidade inteira. Na Antiguidade as ruas eram apenas anexos dos lugares privilegiados: o templo, o estádio, a agora, o jardim. Mais tarde, na Idade Média, o artesanato ocupava as ruas. O artesão era, ao mesmo tempo, produtor e vendedor. Em seguida, os mercadores, que eram exclusivamente mercadores, tornaram-se os mestres. A rua? Uma vitrina, um desfile entre as lojas. A mercadoria, tornada espetáculo (provocante, atraente), transforma as pessoas em espetáculo umas para as outras. Nela, mais que noutros lugares, a troca e o valor de troca prevalecem sobre o uso, até reduzi-lo a um resíduo.<sup>432</sup>

Isso se mostra corroborado no pensamento de Acselrad que deflagra a cidade enquanto lugar preferencial da realização do consumismo de bens.

mas, também, vale dizer – com o advento do urbanismo competitivo – é o lugar do consumismo de lugares, por meio das dinâmicas da cidade-espetáculo, dos megaeventos e do esforço de venda de imaginadores urbanos com suas obras/localizações fundadas em um culturalismo de mercado. Ou seja, assim como já conhecíamos a experiência de lugares sendo construídos por um esforço de venda microeconômico para fins turísticos, por exemplo, o planejamento estratégico do urbanismo de mercado propõe-se, na atualidade, a realizar um esforço de venda macroeconômico dos lugares, fazendo do consumismo de lugares um modo particular de articulação entre o rentismo imobiliário e a competição interurbana por capitais.<sup>433</sup>

Nesse sentido, Lustoza lembra que a cidade moderna foi o espaço de uma intensa experimentação urbanística:

Nas sociedades em democratização prevaleceu o funcionalismo urbanístico; nas sociedades autoritárias além do funcionalismo, se valorizou o monumentalismo. Na cidade moderna, foi necessária a progressiva limitação e regulação da livre disposição da propriedade privada e do exercício da atividade produtiva. Na cidade moderna, se desenvolve a aliança entre o capital imobiliário e o poder público local.<sup>434</sup>

Se há dificuldade de vislumbrar na rua um lugar, há possibilidade de torná-la uma mercadoria. Inicialmente pela vitrine na condução do tempo de exposição das mercadorias ao consumo e, logo adiante, pela condição do “tempo-mercadoria” enquanto tempo de compra e

---

<sup>431</sup> LUSTOZA, 2012, p.14.

<sup>432</sup> LEFEBVRE, 1999, p. 30.

<sup>433</sup> ACSELRAD, 2013, p.237

<sup>434</sup> LUSTOZA, 2012, p.12

venda, tempo comprado e tempo vendido, pois a rua passa a regular o tempo e o submete aos mesmos sistemas de rendimento e lucro.<sup>435</sup>

Interessante paradoxo surge da análise dos excessos do consumo e a apropriação do espaço urbano e suas consequências. Em primeiro plano, os autores que dialogam na construção desse capítulo concordam que há uma transição da figura de cidadão para a de consumidor, ainda que essa possibilidade de consumo seja ilusória para grande parcela. Em segundo plano, a sociedade do consumo provoca a insatisfação constante em busca do desejo pelo novo consumo.

Da mesma forma, evidenciou-se acima que o lugar e o espaço se tornam ambos mercadorias apropriáveis e moldáveis aos interesses do capital e do consumo. Partindo do pressuposto de que estejam todas corretas essas afirmativas, o maior objetivo do mercado seria um consumidor que atenda a essas expectativas de consumo desenfreado, utilizando o espaço público para tanto, de maneira coletiva e articulada.

Porém, ao vislumbrar essa questão de maneira mais específica, percebe-se o paradoxo, pois que o agente consumidor de drogas não terá esses privilégios na sociedade de consumo. Acselrad permite uma interessante reflexão sobre esse último aspecto, ao entender que

hoje, radicalizado sob a forma do empresário de si próprio, este tipo de sujeito é, por alguns autores, identificado – em sua forma mais acabada – à figura do dependente de drogas, aquele que injeta substâncias químicas diretamente em seus centros nervosos de prazer, sem qualquer mediação – o prazer direto operando como substituto às múltiplas possibilidades de sua inserção no mundo da sociabilidade e da cultura –, configurando uma espécie de *homo neoliberalis*, de quem se espera preferir o shopping à cidade não mercantil. Eis que, em apenas aparente paradoxo, o consumo de crack aparece como problema urbano dito premente. A adesão ao apelo do prazer imediato do consumo – no caso, de substâncias químicas – transforma-se em ação coletiva de ocupação do espaço público e exibição do que parece ser o espetáculo mais acabado da urbanidade neoliberal.<sup>436</sup>

De outra parte, Escobar alerta que “o lugar – como a cultura local – pode ser considerado “o outro” da globalização, de maneira que uma discussão do lugar deveria oferecer uma perspectiva importante para repensar a globalização e a questão das alternativas ao capitalismo e à modernidade.”<sup>437</sup>

Santos evidencia esse aspecto, ao entender que:

a plena realização do homem, material e imaterial, não depende da economia, como hoje entendida pela maioria dos economistas que ajudam a nos governar. Ela deve resultar de um quadro de vida, material e não-material, que inclua a economia e a cultura. Ambos tem que ver com o território e este não tem apenas um papel passivo,

---

<sup>435</sup> LEFEBVRE, 1999, p. 31.

<sup>436</sup> ACSELRAD, 2013, p. 240

<sup>437</sup> ESCOBAR, 2005, p.76.

mas constitui um dado ativo, devendo ser considerado como um fator e não exclusivamente como reflexo da sociedade. É no território tal como ele atualmente é, que a cidadania se dá tal como ela é hoje, isto é, incompleta. Mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania, uma cidadania que se nos ofereça como respeito à cultura e como busca da liberdade.<sup>438</sup>

Se de uma parte ocorre uma silenciosa apropriação do espaço urbano para os interesses exclusivos do capitalismo, estabelecendo novas formas de exclusão e dominação para uma quantidade cada vez maior de pessoas, de outra se abre uma vereda para se pensar alternativas a questão do espaço marginal, que pode resgatar aspectos perdidos e dissociados do lugar.

Assim, Lopes destaca que

se, antes, a condição de inserção no mercado condicionava a configuração dos lugares próprios dos sujeitos, hoje o próprio mercado tornou-se o lugar dos sujeitos. A importância dessa formulação está assentada na necessidade de se perceber que o ideal de igualdade, que se produz e reproduz no quadro do desenvolvimento de tais relações, nas sociedades ocidentais, desdobra-se da determinação reconhecida na e pela igualdade do trabalho. Ora, se tal hipótese se confirmar, há duas questões daí derivadas que merecem nossa atenção: uma refere-se ao potencial de autonomia do sujeito contemporâneo, sobretudo daquele que trabalha, ou procura trabalho; outra se refere ao reconhecimento dos tipos e graus de solidariedade que os sujeitos são capazes de estabelecer, nas suas relações em sociedade.<sup>439</sup>

Nessa perspectiva, os espaços marginais tendem a produzir e reproduzir os processos de invisibilização que fazem crer, em certa medida, que tais áreas estão no interstício entre o “legal” e o “ilegal”, razão dita suficiente para a omissão de políticas públicas emancipatórias, da vigilância e da segurança por parte do Estado.

---

<sup>438</sup> SANTOS, 1987, p.6.

<sup>439</sup> LOPES, José Rogério. Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza. Caderno CRH, vol. 21, núm. 53, maio-agosto, 2008, p.351.

### 3 ENTRE VULNERABILIDADES E PROCESSOS DE (IN)VISIBILIZAÇÃO DOS SUBALTERNOS

*El colonialismo visible te mutila sin disimulo:  
te prohíbe decir, te prohíbe hacer, te prohíbe ser.  
El colonialismo invisible, en cambio, te convence  
de que la servidumbre es tu destino y  
la impotencia tu naturaleza:  
te convence de que no se puede decir,  
no se puede hacer, no se puede ser.<sup>440</sup>*

As sereias da modernidade rondam novamente a embarcação. Seu cântico insiste em seduzir sobre a igualdade e a emancipação do cidadão, enquanto o que mais se observa é desigualdade e miséria. Mais que isso, facilmente as sereias conduziriam o pesquisador pela perspectiva de que o processo civilizatório não atingiu a todos, de modo que o Europeu foi alcançado pelas benesses, enquanto que o não-europeu deveria passar por alguns percalços que o levariam no futuro ao bem-estar prometido.

Dessa alegoria inicial, observa-se duas situações distintas e, por vezes, complementares. A primeira que remete a luta pela formalização de direitos em textos legais, discussão ainda persistente e que sofre abalos frente a mudanças e manobras dos governos no interior dos Estados nacionais. A segunda, que versa sobre direitos já formalizados, mas não que encontra amparo na materialidade do cotidiano, ou seja, lança um conjunto de sujeitos às sombras da cidadania e das conquistas da modernidade. O Brasil é um bom exemplo dessa fragmentação de direitos e luta por direitos, expressando a complexidade desse tema no contexto latino-americano.

Portanto, para que se possa melhor compreender a função desse capítulo dentro da pesquisa, existem dois aspectos que são extremamente relevantes. O primeiro, de contextualização histórica com relação a constituição de uma desigualdade no Brasil, e o segundo, de matriz moderna, que é a individualização. Esses dois fatores poderão contribuir para compreender a aplicação das teorias de classificação social no contexto desta parte do mundo, assim como a configuração cultural de colonialidade.

Procura-se aqui fazer um diálogo com as concepções de sujeitos e as implicações de sua significação, ou seja, quais os patamares modernos que permitem que alguém seja identificado como cidadão, e, no seu inverso, as (sub)categorias que o enfraquecem, com por exemplo, a subalternidade.

---

<sup>440</sup> Poema *La cultura del terror/7* de Eduardo Galeano.

### 3.1 A ilusão da igualdade social e a produção dos ninguéns na periferia do sistema

#### 3.1.1 O protagonismo do indivíduo na versão eurocêntrica de um Estado Liberal

O processo civilizatório atingiu a todos, indistintamente, mas os colocou em posições diferentes, classificando socialmente os indivíduos. Alguns foram elevados a categoria de cidadãos, enquanto outros foram conduzidos a posições secundárias, de subcidadania. Porém, antes, é preciso compreender o cerne da modernidade na figura do indivíduo.

Domingues, nesse sentido, resume que

a Ilustração, movimento de ideias que se desenvolveu na Europa exatamente nos séculos XVII e XVIII, concebeu o indivíduo como um ser auto-suficiente e dotado de direitos universais e da faculdade da razão (que se achava, no entanto, subordinada aos preconceitos que a religião, em particular, cultivava). Os ideais da Revolução Francesa se articulam claramente a essa concepção. O utilitarismo, que se desenvolveu nos séculos XVIII e XIX sobretudo na Inglaterra da Revolução Industrial, afirmou algo semelhante, acentuando a colocação da razão a serviço dos interesses (ao fim e ao cabo pecuniários) dos indivíduos competitivos e possessivos que povoavam o imaginário e a realidade da época. Os românticos reagiram contra essa concepção unilateral e abstrata do indivíduo: enfatizaram seu pertencimento a uma cultura, mas igualmente as características intuitivas e a personalidade específica de cada indivíduo. Em todas essas perspectivas, sempre uma concepção de sociedade e estado secunda a noção de indivíduo, como fruto em geral de um acordo – um pacto – entre eles, no que tange à Ilustração e ao utilitarismo, ou como um tecido cultural prévio que possibilita a própria existência do indivíduo, no caso do romantismo. Ainda hoje essas concepções se acham plenamente presentes entre nós.”<sup>441</sup>

A individualização do homem, nesse sentido, foi custosa e sofrível, pois o indivíduo deixa de se submeter a uma ordem exterior, assumindo assim, opções de vida, opções morais e opções existenciais que anteriormente não lhe eram necessárias.

desde o século XVIII, sobretudo com o Iluminismo, no eurocentrismo foi-se afirmando a mitológica ideia de que a Europa era pré-existente a esse padrão de poder, que já era antes um centro mundial de capitalismo que colonizou o resto do mundo, elaborando por sua conta, a partir do seio da modernidade e da racionalidade. E que nessa qualidade, a Europa e os europeus eram o momento e o nível mais avançados no caminho linear, unidireccional e contínuo da espécie. Consolidou-se assim, juntamente com essa ideia, outro dos núcleos principais da colonialidade/modernidade eurocêntrica: uma concepção de *humanidade* segundo a qual a população do mundo se diferenciava em inferiores e superiores, irracionais e racionais, primitivos e civilizados, tradicionais e modernos.<sup>442</sup>

<sup>441</sup> DOMINGUES, 1999. p. 27.

<sup>442</sup> QUIJANO, 2010, p. 86.

A razão do indivíduo na sociedade burguesa é então elevada a uma condição superior e a crença na providência divina é substituída pela crença iluminista de progresso, potencializada pelos poderes humanos, que promovem um avanço maior e mais rápido do que os patrocinados pela providência. A partir da depreciação da intervenção divina, surgem as sementes da variante secular da Providência, a ideia de *Progreso*.<sup>443</sup>

Em relação à euforia progressista, Capella compreende que “durante algún tiempo el cometa de la razón calculística que promete un mundo feliz recorrerá el firmamento de las ideas: un mundo crecientemente próspero e iluminado, un mundo de *progreso* (aunque esta idea sólo llega a exacerbarse en la época contemporánea); un mundo que se supone organizado *racionalmente*.”<sup>444</sup>

A ideia de progresso caminha a passos largos, fomentada pelo capitalismo que não mensura suas forças no processo de acumulação de capital. Entorpecido por suas conquistas e ovacionando sua individualidade, o indivíduo omite-se à sua condição humana, produzindo sua própria destruição. O homem moderno encontra-se alienado em relação ao mundo, no sentido *arendtiano*<sup>445</sup>, pois se encontra voltado para si, e com aquilo que o mundo pode lhe fornecer para seu crescimento pessoal e para seu progresso.

Dussel ensina que

una vez reconocidos los territorios, geográficamente, se pasaba al control de los cuerpos, de las personas: era necesario ‘pacificarlas’ -se decía en la época-. El que establece sobre otros pueblos la dominación del mundo español (posteriormente del europeo en general) es un militar, un guerrero. El ‘Conquistador’ es el primer hombre moderno activo, práctico, que impone su ‘individualidad’ violenta a otras personas, al Otro. Si en ‘Tierra Firme’ (la actual Panamá) el primer conquistador- colonizador fue Vasco Nuñez de Balboa (asesinado en 1519 por Pedrarias, un noble castellano de segunda categoría), el primero que puede llevar el nombre de tal es Hernán Cortés -y por ello lo tomaremos como ejemplo de este tipo moderno de subjetividad-.<sup>446</sup>

O protagonismo do indivíduo enquanto uma categoria de análise decorre de sua construção na modernidade e de sua fundamental participação no constructo do Estado liberal. Sua relevância e impacto sobre a vida em sociedade foi tão significativo que grande parte das vulnerabilidades e injustiças podem ser relacionadas a não conquista de seus patamares.

O que cabe neste aspecto é que a ideia de progresso perpetuou uma concepção de desligamento e de superioridade do homem em relação a uma crença superior e à natureza. O

<sup>443</sup> LYON, David. Pós-modernidade. Trad. Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 1998.131p.

<sup>444</sup> CAPELLA, Juan Ramón. Fruta Prohibida: una aproximación histórico-teórica al estudio del derecho y del estado. Madrid: Trotta, 1997, p.103, grifo do autor.

<sup>445</sup> Para uma melhor compreensão quanto a alienação em relação ao mundo, ler ARENDT, Hannah. A Condição Humana. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

<sup>446</sup> DUSSEL, 1994, p.40.

processo de acumulação capitalista, nesse sentido, potencializou a individualização, através de palavras de ordem como concorrência, e o excedente e a acumulação de riqueza produzida não foram redistribuídos, realimentando o processo. Esta ânsia por riqueza e acumulação minou o processo de produção e o revolucionou tecnologicamente.

A Revolução Industrial, neste sentido, deveria representar um alívio para o homem que havia construído instrumentos que diminuiriam sua atuação sobre a máquina, proporcionando então a libertação do homem em relação ao trabalho. Porém, como já exposto, o homem foi novamente subjugado pela máquina que possibilitou ao extremo seu sacrifício em favor do progresso.<sup>447</sup>

na sociedade tradicional, o homem está sujeito a forças impessoais ou a um destino sobre o qual não pode interferir; principalmente sua ação só pode tender a conformar-se com uma ordem concebida, pelos menos no pensamento ocidental, como um mundo racional que ele deve compreender. O mundo do sagrado é ao mesmo tempo um mundo criado e animado por um deus ou por um grande número de divindades, e um mundo inteligível. Nossa modernidade não rompe com um mundo à mercê de intenções favoráveis ou desfavoráveis de forças ocultas e sim com um mundo que é ao mesmo tempo criado por um sujeito divino e organizado segundo leis racionais. De sorte que a tarefa maior do homem é a de contemplar a criação e de descobrir suas leis, ou ainda de encontrar as idéias por trás das aparências. A modernidade desencanta o mundo, dizia Weber, mas ele sabia também que esse desencantamento não se pode reduzir ao triunfo da razão; ele é, antes, a explosão desta correspondência entre um sujeito divino e uma ordem natural, e portanto a separação entre a ordem do conhecimento objetivo e a ordem do sujeito.”<sup>448</sup>

Essa perspectiva somente é possível diante da crença da providência dos modernos no progresso enquanto evolução histórica. Touraine, nesse ponto, lembra que

quanto mais moderna é uma sociedade, mais rapidamente muda e age profundamente sobre si mesmo e mais elimina as barreiras e as distâncias sociais herdadas do passado. Quanto mais apela à razão, menos suporta o peso da tradição. Enquanto as culturas políticas tradicionais, em particular as religiosas, associavam natureza e sociedade e estavam inclinadas a aceitar de bom grado a autoridade natural do rei, do sábio ou do pai, a cultura política moderna associa o princípio jurídico da igualdade a uma necessidade histórica que proíbe a manutenção de privilégios, sob pena de conduzir as sociedades à ruína.<sup>449</sup>

Em outras palavras, a razão e o progresso moderno são capazes de redefinir as potencialidades da existência humana, de tal modo que a sociedade não pode ser um elemento natural. Nesse sentido, Capella lembra que

en la modernidad la razón sustituye a la fe. En este mundo nuevo más complejo, con incipiente producción industrial, con introducción incoativa de la ciencia en el proceso

<sup>447</sup> ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

<sup>448</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 217.

<sup>449</sup> TOURAINE, Alain. *Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático*. Bauru, SP: EDUSC. 1998. p. 13.

productivo, las ‘verdades de razón’ producen un deslumbramiento (que tendrá su punto culminante a principios del XIX con el ideograma de los juicios sintéticos a priori de Kant) que convierte la capacidad de pensamiento abstracto y la deductividad en autoridad intelectual y moral suprema.<sup>450</sup>

Antes, configura-se como uma construção racional dos homens, desde uma aliança de previsões históricas e julgamentos morais que permitiu a força do progresso, assim como sua individualização.<sup>451</sup>

A individualização nessa sociedade torna-se mais evidente pela transição entre a fé e a razão, uma vez que essa mudança de foco, distante dos cultos medievais, permitirá e patrocinará uma cultura pautada no mercado e, por consequência, a necessidade de um aporte jurídico privado e civilista no mesmo patamar.

Nesse sentido, Capella relata que: “pese a que las revoluciones políticas burguesas se caracterizan por imponer el reconocimiento estatal de los derechos fundamentales y políticos, de naturaleza pública, el derecho del estado policía que acaba resultando modélico es el derecho privado.”<sup>452</sup>

O Estado moderno se apresentou, portanto, como um projeto:

à escala societal o poder é o espaço e uma malha de relações sociais de exploração/dominação/conflito articuladas, basicamente, em função e em torno da disputa pelo controlo dos seguintes meios de existência social: 1) o trabalho e os seus produtos; 2) dependente do anterior, a ‘natureza’ e os seus recursos de produção; 3) o sexo, os seus produtos e a reprodução da espécie; 4) a subjectividade e os seus produtos, materiais e intersubjectivos, incluindo o conhecimento; 5) a autoridade e os seus instrumentos, de coerção em particular, para assegurar a reprodução desse padrão de relações sociais e regular as suas mudanças.<sup>453</sup>

A partir do século XVIII surge a ideia de liberdade, difundida principalmente pelos iluministas, tendo-se então o início da construção do que seja o Estado *de* direito, correspondendo aos princípios de ordem e liberdade, ou seja, um Estado de *direitos* para os cidadãos. Como exemplos embrionários deste novo ideário, tem-se a Declaração dos Direitos da Virgínia nos Estados Unidos de 1776 e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França de 1789. Porém, apesar de terem como ideia central a liberdade, não comportam ainda a expressão “Estado de direito”.<sup>454</sup>

<sup>450</sup> CAPELLA, Juan Ramón. *Fruta Prohibida: una aproximación histórico-teorética al estudio del derecho y del estado*. Madrid: Trotta, 1997. p. 103.

<sup>451</sup> TOURAINE, Alain. *Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático*. Bauru, SP: EDUSC. 1998. p. 13.

<sup>452</sup> CAPELLA, Juan Ramón. *Fruta Prohibida: una aproximación histórico-teorética al estudio del derecho y del estado*. Madrid: Trotta, 1997. p. 133.

<sup>453</sup> QUIJANO, 2010, p. 88.

<sup>454</sup> GOYARD-FABRE, 2002.

Touraine, por sua vez, assinala que

“O que entendemos por Sujeito? Antes de tudo a criação de um mundo regido por leis racionais e inteligíveis para o pensamento do homem. De modo que a formação do homem como sujeito foi identificada, como se vê melhor nos programas de educação, com a aprendizagem do pensamento racional e a capacidade de resistir as pressões do hábito e do desejo, para submeter-se somente ao governo da razão. Isso vale ainda para o pensamento historicista, para quem o desenvolvimento histórico é a marcha na direção do pensamento positivo, do Espírito absoluto ou do livre desenvolvimento das forças produtivas. É o mundo que Horkheimer chama de mundo da razão objetiva e do qual ele sente saudade.”<sup>455</sup>

Sob a bandeira de igualdade e de liberdade, o indivíduo passou a conter a *essência* de um novo período e de uma transformação social. Capella, nesse sentido, ensina que:

los *individuos* son el punto de partida de la construcción: los seres humanos entendidos no ya, por ejemplo, como cristianos, sino como una especie de autómatas programados por igual según unos principios egoístas de perseguir el propio placer y evitar el dolor. Ésta es una de las aportaciones de Hobbes al relato político; en lo substancial se va a aceptar su concepción, cuyas características relevantes son dos. En primer lugar, no es preciso recurrir a ninguna fe religiosa para aceptar la noción de ‘individuo’, pues el concepto no es un constructo metafísico. En segundo lugar – y esto es esencial para comprender qué queda fuera del relato político moderno –, el *individuo es definido al margen de la sociabilidad*. La sociabilidad será sólo una función accidental de la individualidad, y no un concepto fundamental o primario.<sup>456</sup>

Essa proposição segue a lógica contratualista defendida como bandeira da Revolução Francesa e dos teóricos iluministas, e consolida uma cultura civilista-contratualista, própria e correspondente a classe burguesa em ascensão.

Touraine lembra que

A passagem da economia de mercado para a ação de uma modernizadora burguesa não é nem automática nem simples e o Estado tem sempre um papel essencial a desempenhar. Concluindo: não existe modernidade sem racionalização; mas também não sem formação de um sujeito-no-mundo que se sente responsável perante si mesmo e perante a sociedade. Não confundamos a modernidade com a moda puramente capitalista de modernização.”<sup>457</sup>

Na intrincada relação entre sociedade e indivíduo, Elias defende que a vida social se apresenta ao indivíduo como recusa na realização do seu eu interior. Assim, afirma que

a palavra ‘sociedade’ é frequentemente usada, nesses contextos, como se referindo a uma pessoa. A través desse uso, o termo tende a adquirir o caráter do papel da mãe

<sup>455</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 218.

<sup>456</sup> CAPELLA, Juan Ramón. *Fruta Prohibida: una aproximación histórico-teórica al estudio del derecho y del estado*. Madrid: Trotta, 1997, p.107.

<sup>457</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 215.

como força fria, hostil, restritiva e opressora, que nega a satisfação ao filho e o obriga a refrear dentro de si tudo aquilo que ele gostaria de fazer, mostrar e expressar.<sup>458</sup>

A crescente massa de cidadãos, inflamada por ideias como a de liberdade e do individualismo, faz com que aumentem as exigências sobre sua condição civil e política, tornando-se o problema central do Direito público moderno. Além disso, dá-se início ao questionamento do poder do Estado, e, frente a uma perspectiva de humanização do direito, procura-se ponderar sua aplicabilidade. Neste sentido, como bem assevera Montesquieu “para que não se possa abusar do Poder, é preciso que, pela disposição das coisas, o poder refreie o Poder.”<sup>459</sup>

A sociedade passa a ser vista como um carcereiro que proíbe o indivíduo de pisar fora de sua cela interna. A individualidade, portanto, é compreendida como um elemento natural, enquanto que a sociedade se apresenta como elemento artificial – tolerável e racionalmente aceitável - que precisa ser contornado para a realização individual.

Para explicar a possibilidade de tamanho poder estar diretamente vinculado ao indivíduo, mas ao mesmo tempo evidenciar que ele se dobrava ao Estado e a coletividade, nada como as *lentes* contratualistas. As concepções contratualistas<sup>460</sup> abrangeram diversas concepções motivadoras da existência do Estado Civil como uma evolução e/ou necessidade proveniente da saída do Estado de natureza, culminando no contrato social.

De qualquer modo, o hipotético Contrato Social funciona como um mecanismo para superar os inconvenientes da forma pré-estatal. Os homens reunidos propõem um acordo, um pacto entre eles, desistindo do Estado de natureza, e firmando o Estado Civil. Portanto, o Estado nasceria como uma construção deliberada da vontade dos indivíduos, que ao não desejarem a continuidade dos inconvenientes do Estado natural, contratam uma organização racional de poder.

Em Thomas Hobbes foi possível justificar o contrato entende que este contrato é firmado em busca de segurança, pela qual os homens passam seus poderes a um terceiro (o Estado), exigindo em troca, medidas que evitem as guerras e assim preservem a vida dos indivíduos. Constituindo-se o Estado Civil, o homem deixa o caminho das paixões para percorrer o caminho da razão, mas a entrega dos direitos e poderes deve ser mútua,

<sup>458</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004. p.107.

<sup>459</sup> apud GOYARD-FABRE, 2002, p. 308.

<sup>460</sup> Para *Hobbes* o Estado de natureza era de permanente guerra, de total insegurança, sobre o domínio dos mais fortes, no qual o *homem é lobo do próprio homem*. Na visão de *Locke* o Estado de natureza é cercado por uma “paz relativa”, a qual é dominada pelas paixões e pelos interesses dos indivíduos. Para *Rousseau* o Estado de natureza era pacífico e de felicidade, sendo afetado pela estruturação da propriedade privada, no qual o Estado Civil seria apenas um corretivo do próprio desenvolvimento humano. Conforme STRECK; MORAIS, 2000.

configurando-se como um contrato primordialmente privado, pois para que o indivíduo deposite seus direitos neste ideal, é necessário que confie que os outros membros da coletividade irão depositar ali seus direitos.<sup>461</sup>

John Locke, considerado um dos fundadores do liberalismo clássico, passa a pregar a limitação da autoridade real pela soberania do povo e, a eliminação dos riscos da prepotência e do arbítrio. Para ele o contrato serve apenas para preservar e consolidar os direitos existentes, a fim de garanti-los em caso de conflitos.<sup>462</sup>

Suas teorias consideram que o contrato firmado entre o soberano e o povo traz cláusula de indisponibilidade dos direitos naturais do homem, eis que anteriores e superiores ao Estado. Ainda que adote a igualdade, assinala uma estratificação social com relação a capacidade de governar vinculada a propriedade, pois seriam os disporiam de plena cidadania.<sup>463</sup>

Ao contrário de seus antecessores, Rousseau vislumbra no homem em estado de natureza uma felicidade e equilíbrio pleno, não sendo necessárias quaisquer mudanças. A partir das características inerentes ao homem, de preservação e de piedade, surgem as desigualdades que o tornam menos perfeito e, conseqüentemente, suas descobertas o levam a um Estado de guerra, do qual só sairá com a instituição de uma sociedade de leis, que, segundo Rousseau, beneficia um grupo de homens, os proprietários.<sup>464</sup> Assim, compreende que “a desigualdade nasceu, pois, junto com a propriedade, e, com a propriedade, nasce a hostilidade entre os homens.”<sup>465</sup>

O pacto social, construído por Rousseau, define-se como “uma forma de associação que defenda e proteja a pessoa e os bens de cada associado com toda a força comum, e pela qual cada um, unindo-se a todos, só obedece contudo a si mesmo, permanecendo assim tão livre quanto antes. Esse, o problema fundamental cuja solução o contrato social oferece.”<sup>466</sup>

Ainda que as concepções contratualistas sejam diferentes entre si, é preciso observar que todas colocam o protagonismo do Estado civil nas mãos do indivíduo, com poderes legitimados e garantidos pelas leis. Mais que isso, é possível identificar que as teorias contratualistas serviram para legitimar, pela lei, um novo processo de desigualdades.

Touraine,

---

<sup>461</sup> LEAL, 2001.

<sup>462</sup> Locke, em sua obra *Segundo tratado do governo civil*, baseada nos ideais liberais contratualistas, traz as distinções entre os poderes Legislativo e Executivo, assim como reconhece o direito dos súditos à insurreição, evocando a vontade soberana nacional como forma única de poder. MALUF, 1999.

<sup>463</sup> LEAL, 2001.

<sup>464</sup> LEAL, 2001, p. 88.

<sup>465</sup> STRECK & MORAIS, 2000, p. 41.

<sup>466</sup> LEAL, 2001, p. 97.

aqueles que querem identificar a modernidade unicamente com a racionalização não falam do Sujeito a não ser para reduzi-la à própria razão e para impor a despersonalização, o sacrifício de si e a identificação com a ordem impessoal da natureza ou da história. O mundo moderno é, ao contrário, cada vez mais ocupado pela referência a um Sujeito que está libertado, isto é, que coloca como princípio do bem o controle que o indivíduo exerce sobre suas ações e sua situação e que lhe permite conceber e sentir seus comportamentos como componentes da sua história pessoal de vida, conceber a si mesmo como ator. *O Sujeito é a vontade de um indivíduo de agir e de ser reconhecido como ator.*<sup>467</sup>

Para o liberalismo vigente no século XIX não era possível admitir o caráter intervencionista do Estado, pois o poder público era compreendido como inimigo da liberdade individual, uma vez que a liberdade contratual era tida pela burguesia enriquecida como um direito natural dos indivíduos. Ao Estado liberal cabe garantir e fomentar as liberdades fundamentais do indivíduo e a livre iniciativa, procurando atingir o máximo de bem-estar comum com um mínimo de intervenção, inclusive na economia.

Goyard-Fabre sintetiza essas qualidades a partir de duas perspectivas complementares, quais sejam: “é preciso *proteger as liberdades individuais contra qualquer forma de arbitrariedade estatal e represar todo apelo à ‘razão do Estado’*”<sup>468</sup>, do mesmo modo que “os direitos do homem que dizemos de ‘primeira geração’ exprimem, sob o manto da lei civil, a liberdade inviolável implicada pela dignidade de todo cidadão.”<sup>469</sup>

Por outro lado, a “natureza” se apresenta como uma pessoa perfeitamente amistosa, constituindo “um símbolo de tudo o que é bom, curativo, normal e sadio - em suma, ‘natural’. [...] a sociedade é vista como um carcereiro que proíbe o indivíduo de pisar fora de sua cela interna.”<sup>470</sup> A individualidade, portanto, é compreendida como um elemento natural, enquanto que a sociedade se apresenta como elemento artificial – tolerável e racionalmente aceitável - que precisa ser contornado para a realização individual.<sup>471</sup>

O Estado Liberal caracteriza-se então pela: emergência social da classe burguesa enriquecida (em detrimento do Estado Monárquico Absoluto); consagração do individualismo e da tolerância; descentralização democrática e separação dos poderes; princípio da soberania popular e do governo representativo; supremacia constitucional e o império da lei; doutrina dos

<sup>467</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 219.

<sup>468</sup> GOYARD-FABRE. p. 322.

<sup>469</sup> GOYARD-FABRE. p. 334.

<sup>470</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004. p. 107.

<sup>471</sup> Nesse aspecto, vale lembrar a defesa de Touraine em relação a sociedade enquanto aliança das forças produtivas, pois “quanto mais o princípio de intervenção na vida social opõe um direito universal a um poder estabelecido, mais este recurso ao direito tem a necessidade de se apoiar sobre a confiança numa necessidade histórica, ainda mais concreto e material do que o poder do príncipe. Somente a aliança do desenvolvimento das forças produtivas e da liberdade humana pode prevalecer contra a aliança da força e dos mecanismos de controle social como a lei, a educação ou a propaganda.” TOURAINE, Alain. *Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático*. Bauru, SP: EDUSC. 1998. p. 14.

direitos e garantias individuais; e pela existência de um liberalismo econômico, movido pela lei do mercado e com a mínima intervenção estatal.<sup>472</sup>

Disto ainda resiste uma dúvida, sobre o individualismo.

por qué los modernos han dado por buena una construcción de la individualidad tan contraria a la experiencia? Probablemente por atender a un aspecto menos antropológico – o profundo – y en cambio más histórico de lo empírico: el hecho de que los seres humanos funcionales al capitalismo en vías de imponerse (como sistema más capaz de generar riqueza que el feudalismo) eran efectivamente egoístas, perseguían su propio beneficio y evitar las pérdidas, crecientemente ajenos a los valores de la solidaridad social. Dicho de otra manera: los «individuos» extra sociales, esta pieza fundamental del relato político moderno, aunque son un constructo ideológico porque para obtenerlo es preciso predicar la irrelevancia de la sociabilidad congénita de los seres humanos, incorporan en cambio muy bien la psicología de los nuevos tipos humanos exigidos por el modo característicamente moderno de producir.<sup>473</sup>

Elias amplia essa discussão, ao propor que, nesse conflito entre renunciar a si mesmo existe elementos positivos e negativo, seja o orgulho de sua independência, sua liberdade e sua capacidade de agir por responsabilidade própria e decidir por si. O aspecto negativo decorre do maior isolamento mútuo, da “tendência a se perceberem como dotadas de um interior inacessível aos outros, e toda a gama de sentimentos associados a essa percepção, como a sensação de não viver a própria vida ou a de uma radical solidão.”<sup>474</sup>

Os humanistas compreendem então que se deva proteger os direitos dos indivíduos contra o Poder, ou seja, o Estado de Direito deve garantir a liberdade do sujeito de direito. O Direito adquire uma nova função, qual seja, de “assegurar por suas instituições públicas a proteção dos direitos e das liberdades de todos os cidadãos.”<sup>475</sup>

Há um sentimento de pertencimento ao organismo social, naquilo que Touraine indica como o lugar da natureza do homem, seja qual for o lugar do homem na natureza:

só há produção do sujeito à medida em que a vida resiste no indivíduo, e, em vez de aparecer como um demônio que é preciso exorcizar, é aceita como libido ou sexualidade e se transforma – ainda mais do que foi transformada – em esforço para construir, além da multiplicidade dos espaços e dos tempos vividos, a unidade de uma pessoa.”<sup>476</sup>

Elias amplia essa discussão, ao explicar que

em outras palavras, o desenvolvimento da sociedade rumo a um nível mais elevado de individualização de seus membros abre caminho para formas específicas de

<sup>472</sup> WOLKMER, 1990.

<sup>473</sup> CAPELLA, Juan Ramón. *Fruta Prohibida: una aproximación histórico-teorética al estudio del derecho y del estado*. Madrid: Trotta, 1997, p.108.

<sup>474</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004. p. 108.

<sup>475</sup> GOYARD-FABRE, 2002, p. 310.

<sup>476</sup> TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 220.

realização e formas específicas de insatisfação, chances específicas de felicidade e contentamento para os indivíduos e formas específicas de infelicidade e incomodo que não são menos próprias de cada sociedade.<sup>477</sup>

Em síntese, é possível demarcar a relevância da existência do indivíduo à luz das proposições modernas que avançam e se consolidam no Estado Liberal, promotor do avanço do capitalismo e da industrialização e do afastamento das antigas tradições, em substituição aos novos estandartes deste novo tempo, em que palavras como Estado de direito passam a denotar um conjunto de garantias de liberdade e propriedade aos indivíduos, cabendo ao Estado a responsabilidade pela salvaguarda desses direitos, até mesmo contra o Estado.

### 3.1.2 *O lado perverso da modernidade: raça e classificação social*

A Odisséia apresenta narrativas belíssimas e encorajadoras que incitam novos aventureiros a querer se juntar a Nau e compartilhar dessas experiências. Não seriam necessárias mais que algumas palavras para isso. Porém, o mar se apresenta perigoso e por vezes cruel, quando não desconhecido, e isto nem todos estão dispostos a enfrentar. Mas eis que navegar é preciso, portanto se renova aqui o desafio de se lançar aos mares.

Aproveitando essa alegoria é que se torna necessário percorrer algumas linhas sobre o lado perverso que a modernidade produziu, por meio ou em nome da colonialidade do poder. Nesse sentido, é relevante compreender as armadilhas das categorias de raça e classificação social.

Se Dussel<sup>478</sup> permitiu inaugurar o tema do indivíduo e da própria constituição da modernidade desde o descobrimento da América (e do encobrimento do Outro), é na leitura de Quijano que se pode expandir essa compreensão. Ensina o autor que:

na América, no capitalismo mundial, colonial/moderno, os indivíduos classificam-se e são classificados segundo três linhas diferentes, embora articuladas numa estrutura global comum pela colonialidade do poder: trabalho, raça, gênero. A idade não chega a ser inserida de modo equivalente nas relações sociais de poder, mas sim em determinados meios do poder. Esta articulação estrutura-se em torno de dois eixos centrais: o controle de produção de recursos de sobrevivência social e o controle da reprodução biológica da espécie. O primeiro implica o controle da força de trabalho, dos recursos e produtos do trabalho, o que inclui os recursos ‘naturais’ e se institucionaliza como ‘propriedade’. O segundo, implica o controle do sexo e dos seus produtos (prazer e descendência), em função da ‘propriedade’. A ‘raça’ foi

<sup>477</sup> ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004. p. 109.

<sup>478</sup> “La primera ‘experiencia’ moderna fue de la superioridad cuasi-divina del ‘Yo’ europeo sobre el Otro primitivo, rústico, inferior. Es un ‘Yo’ violento-militar que ‘codicia’, que anhela riqueza, poder, gloria.” Conforme DUSSEL, 1994, p. 44.

incorporada ao capitalismo eurocentrado em função de ambos os eixos. E o controle da autoridade organiza-se para garantir as relações de poder assim configuradas.”<sup>479</sup>

Disto decorre a força colonizadora sobre as estruturas e sistemas econômicos e sociais produtores da pobreza e da violência porque emanam da natureza predadora do homem, ou seja, o homem é um predador da própria espécie. As raízes desta propensão predadora estariam em uma tendência em considerar seu próprio grupo diferente e superior a outros grupos humanos, e, portanto a dividir a espécie humana em nós e eles.<sup>480</sup>

Porém, é preciso compreender que o colonialismo e, por conseguinte, a colonialidade, servem a propósitos e não são apenas a tradução egoística do homem europeu em se sobrepor os demais ou como fruto da generosidade de Deus, senão, pela possibilidade que essa sobreposição permitiu em termos de apropriação de riquezas, passos importantes e determinantes no fortalecimento e consagração do capitalismo em ascensão.

Assim, é importante compreender que a modernidade europeia exterminou os deuses e a mitologia local pela “conquista”, de tal modo que não se pudesse produzir no imaginário coletivo, uma conexão com o divino que não fosse o conquistador. Desprovido de sua cosmovisão até então existente, sobrou ao conquistado adorar seus novos deuses e tomar para si um panteão de deuses estrangeiros.

‘Ser-Señor’ sobre otro antiguo señor: el ‘Yo-conquistador’ es la proto-historia de la constitución del ego cogito; se ha llegado a un momento decisivo en su constitución como subjetividad, como ‘Voluntad-de-Poder’. Sólo el Emperador Carlos V está sobre Cortés. Sólo el Rey de España, podrá declarar en la Ley 1, del Título 1, del Libro 1 de la Recopilación de las leyes de los reinos de las Indias: ‘Dios nuestro Señor por su infinita misericordia y bondad se ha servido de darnos sin merecimiento nuestro tan grande parte en el Señorío de este mundo.’<sup>481</sup>

Esse aspecto é determinante para compreender a dificuldade de resistência por aqueles povos dominados. Havia, assim, espaço para a sustentação da “imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjectivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América.”<sup>482</sup>

Ainda no sentido de compor as categorias que auxiliam na investigação e confirmação dos processos de condição periférica e de subalternidade contemporânea, torna-se relevante a explicação que Dussel faz sobre a concepção de colonização do mundo da vida. Entende que

---

<sup>479</sup> QUIJANO, 2010, p. 113.

<sup>480</sup> RIVERO, 2002.

<sup>481</sup> DUSSEL, 1994, p.47.

<sup>482</sup> QUIJANO, 2010, p. 84.

‘Colonización (*Kolonisierung*)’ del mundo de la vida (*Lebenswelt*) no es aquí una metáfora. Tiene la palabra el sentido fuerte, histórico, real; es la cuarta figura que va adquiriendo el 1492. ‘Colonia’ romana (junto a la "columna" de la ley) eran las tierras y culturas dominadas por el Imperio -que hablaban latín (al menos sus élites) y que pagaban tributo-. Era una figura económico-política. América Latina fue la *primer colonia* de la Europa moderna -sin metáforas, ya que históricamente fue la primer “periferia” antes que el Africa y el Asia. La “colonización” de la vida cotidiana del indio, del esclavo africano poco después, fue el primer proceso “europeo” de “modernización”, de civilización, de “subsumir” (o alienar), al Otro como ‘lo Mismo’; pero ahora no ya como objeto de una praxis guerrera, de violencia pura -(como en el caso de Cortés contra los ejércitos aztecas, o de Pizarro contra los incas-, sino de una praxis erótica, pedagógica, cultural, política, económica, es decir, *del dominio* de los cuerpos por el machismo sexual, de la cultura, de tipos de trabajos, de instituciones creadas por una nueva burocracia política, etc., dominación del Otro. Es el comienzo de la domesticación, estructuración, colonización del ‘modo’ como aquellas gentes vivían y reproducían su vida humana. Sobre el efecto de aquella ‘colonización’ del mundo de la vida se construirá la América Latina posterior: una raza mestiza, una cultura sincrética, híbrida, un Estado colonial, una economía capitalista (primero mercantilista y después industrial) dependiente y periférica desde su inicio, desde el origen de la Modernidad (su ‘Otra-cara’: *teixtli*). El mundo de la vida cotidiana (*Lebenswelt*) conquistadora-europea "colonizará" el mundo de la vida del indio, de la india, de América.<sup>483</sup>

A compreensão desses aspectos de dominação cultural é determinante para as categorias que compõem a presente tese, uma vez que ao inaugurar a modernidade com a colonização, o indivíduo europeu evidenciou suas intencionalidades de dominação, de poder e de alcance de riquezas na constituição da classificação e inaugural marginalização dos Outros.

No mesmo sentido, Dussel<sup>484</sup> identifica um conjunto de corolários fundamentadores dessa dominação a ser exercida sobre os povos conquistados, seus corpos e seus territórios. Isto decorre do fato da cultura europeia ser a mais desenvolvida, superior as outras – eurocentrismo – o que obrigaria que essas culturas atrasadas se colocassem na marcha do processo civilizador, o que alcançará o ponto culminante com o discurso do presidente Truman, sobre a concepção de desenvolvidos e subdesenvolvidos.

O primeiro corolário diz que

la dominación que Europa ejerce sobre otras culturas es una acción pedagógica o una violencia *necesaria* (guerra justa), y queda justificada por ser una obra civilizadora o modernizadora; también quedan justificados eventuales sufrimientos que puedan padecer los miembros de otras culturas, ya que son costos necesarios del proceso civilizador, y pago de una ‘inmadurez culpable’.<sup>485</sup>

O segundo corolário: “el conquistador o el europeo no sólo es inocente, sino meritorio, cuando ejerce dicha acción pedagógica o violencia necesaria.”<sup>486</sup>

<sup>483</sup> DUSSEL, 1994, p.48.

<sup>484</sup> DUSSEL, 1994, p.72.

<sup>485</sup> DUSSEL, 1994, p.72.

<sup>486</sup> DUSSEL, 1994, p.72.

O último corolário afirma que:

las víctimas conquistadas son ‘culpables’ también de su propia conquista, de la violencia que se ejerce sobre ellas, de su victimación, ya que pudieron y debieron ‘salir’ de la barbarie voluntariamente sin obligar o exigir el uso de la fuerza por parte de los conquistadores o victimarios; es por ello que dichos pueblos subdesarrollados se tornan doblemente culpables e irracionales cuando se rebela contra esa acción emancipadora-conquistadora.<sup>487</sup>

Trata-se de pensar uma justificação para o mal, para a pobreza, como se fosse uma forma de salvação. Em perspectiva, o que se observa é a necessidade de que os povos conquistados entendam sua inferioridade, razão pela que deveriam estar dispostos e agradecidos aos colonizadores, por lhes permitir a cartografia – ainda que baseada em violência e desigualdade – que o pedagógico e bondoso conquistador teria a lhes oferecer, merecedor do papel de algoz que, em troca de suas riquezas, corpos e territórios, estava disposto a salvá-los deles próprios. Diante dessas generosas condições, refutá-las estaria na ordem da própria incivilidade dos conquistados, - os culpáveis – estariam passíveis de violentas ações pedagógicas.

A classificação que ocorreu no aspecto geográfico torna-se também um espectro de separação e classificação social, naquilo que Quijano denomina de identidades sociais da colonialidade:

*índios, negros, azeitonados, amarelos, brancos, mestiços* – e as geoculturais do colonialismo, como *América, África, Extremo Oriente, Próximo Oriente* (as suas últimas, mais tarde, *Ásia*), *Ocidente* ou *Europa* (Europa Ocidental, depois). E as relações intersubjectivas correspondentes, nas quais se foram fundindo as experiências do colonialismo e da colonialidade com as necessidades do capitalismo, foram-se configurando como um novo universo de relações intersubjectivas de dominação sob hegemonia eurocentrada. Esse específico universo é o que será depois denominado como a *modernidade*.<sup>488</sup>

Se a conquista e colonização tinha vocação na religião, era preciso garantir-lhe legitimidade também quando a religião era substituída pela ciência. A modernidade apresentava assim o seu trunfo, na legitimação da dominação pela ciência.

Nesse sentido, Lévi-Strauss assinala que

quando procuramos caracterizar as raças biológicas mediante propriedades psicológicas particulares, afastamo-nos da verdade científica, quer a definamos de uma maneira positiva quer de uma maneira negativa. Não devemos esquecer que Gobineau, a quem a história fez o pai das teorias racistas, não concebia, no entanto, a ‘desigualdade das raças humanas’ de uma maneira quantitativa mas sim qualitativa. Para ele, as grandes raças primitivas que formavam a humanidade nos seus primórdios - branca, amarela, negra - não eram só desiguais em valor absoluto, mas também

<sup>487</sup> DUSSEL, 1994, p.72.

<sup>488</sup> QUIJANO, 2010, p. 85.

diversas nas suas aptidões particulares. A tara de degenerescência estava, segundo ele, ligada mais o fenômeno de mestiçagem do que à posição de cada uma das raças numa escala de valores comum a todas; destinava-se, pois, a atingir toda a humanidade, condenada sem distinção de raça a uma mestiçagem cada vez mais desenvolvida.<sup>489</sup>

Sob o manto de uma já maculada consciência coletiva, o discurso que se apresenta como a constatação de que *Nós* não somos como *Eles*, notadamente pela confusão proposital entre formas culturais, morais, religiosas, sociais e estéticas diferentes que atribuíam aos *Outros*, a condição de bárbaros ou selvagens, o que em síntese, colocava-se como a dificuldade em aceitar a diversidade cultural alheia.<sup>490</sup>

No entanto, ainda em Lévi-Strauss, observa-se que para grande parte da humanidade ao longo das eras não havia essa dificuldade com relação as raças. Se a humanidade acabava nas fronteiras da tribo ou do grupo linguístico, ao Outro cabia uma figura quase sagrada, como não pertencente aquela realidade, como se fosse um espectro de um fantasma.<sup>491</sup>

Deste modo, é possível comprovar que relevância da classificação social se insere no discurso colonizador, como forma de incluir o Outro, sem a necessidade de permitir-lhe as mesmas benesses, mas apenas para dominá-lo.

“O conceito de classificação social, nesta proposta, refere-se aos processos de longo prazo nos quais os indivíduos disputam o controlo dos meios básicos de existência social e de cujos resultados se configura um padrão de distribuição do poder centrado em relações de exploração/dominação/conflito entre a população de uma sociedade e numa história determinada.”<sup>492</sup>

A aplicação desses conceitos no contexto brasileiro é relatados por Guimarães, para quem não há dúvidas de no século XIX as “raças” eram tidas como subdivisões da espécie humana, grosseiramente identificadas com as populações nativas dos diferentes continentes e caracterizadas por particularidades morfológicas tais como cor da pele, forma do nariz, textura do cabelo e forma craniana.<sup>493</sup>

A compreensão da força predadora e do poder patriarcal são muito bem analisadas por Souza, que descreve o chefe da família e senhor de terras e escravos como a autoridade absoluta nos seus domínios, obrigando até “El Rei” a compromissos, dispondo de altar dentro de casa e exército particular. Ele exercia o poder soberano em seus domínios, e isto incluía um poder irrefreado e absoluto sobre o grupo de indivíduos escravos, podendo até mesmo dispor da vida

<sup>489</sup> LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e História*. In.: Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

<sup>490</sup> LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e História*. In.: Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

<sup>491</sup> LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e História*. In.: Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

<sup>492</sup> QUIJANO, 2010, p. 112.

<sup>493</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. Julho de 1999. n.º 54. p. 147.

destes. O senhor de terras e escravos era, acima de tudo, “o bárbaro sem qualquer noção internalizada de limites em relação aos seus impulsos primários”.<sup>494</sup>

Portanto, desde a formação do Brasil já é possível perceber o conjunto de relações que demarcam a dominação e as intenções da classificação social.

já foi assinalado que o poder, nesta perspectiva, é uma malha de relações de exploração/dominação/conflito que se configuram entre as pessoas na disputa pelo controlo do trabalho, da ‘natureza’, do sexo, da subjetividade e da autoridade. Portanto, o poder não se reduz às ‘relações de produção’, nem à ‘ordem e autoridade’, separadas ou juntas. E a classificação social refere-se aos lugares e aos papéis das gentes no controlo do trabalho, dos seus recursos (incluindo os da ‘natureza’) e seus produtos; do sexo e seus produtos; da subjetividade e dos seus produtos (antes de tudo o imaginário e o conhecimento); e da autoridade, dos seus recursos e dos seus produtos.”<sup>495</sup>

Enquanto isso, na Europa o debate se acalorava em torno da individualidade como um elemento natural, enquanto que a sociedade se apresenta como elemento artificial – tolerável e racionalmente aceitável - que precisa ser contornado para a realização individual.<sup>496</sup>

Com o fim do exclusivismo de transferência do excedente econômico para a antiga metrópole portuguesa – 1822 – uma parte maior do produto gerado passa a ser aplicado internamente, e em consequência da criação de novos serviços e funções, da homogeneização e maior ligação entre os diversos mercados regionais, aliadas à expansão do Estado Nacional, os ricos (uma elite regional) tornaram-se mais ricos e mais fortes, fortalecendo o país para o emergente capitalismo periférico do século XIX.<sup>497</sup>

Na fase imperial do Brasil, o aparelho do Estado em formação é predominantemente ocupado pela aristocracia que além de constituir-se como nobreza de terras fortalece-se pela elitização intelectual com filhos e netos estudando na Europa. Desta forma, a nascente elite política que constituirá a identidade nacional está fortemente amparada na grande propriedade da terra, razão pela qual, torna-se possível manter uma lógica de relações sociais privadas e

<sup>494</sup> SOUZA, 2003, p.118, grifo nosso.

<sup>495</sup> QUIJANO, 2010, p. 113.

<sup>496</sup> Nesse aspecto, vale lembrar a defesa de Touraine em relação a sociedade enquanto aliança das forças produtivas, pois “quanto mais o princípio de intervenção na vida social opõe um direito universal a um poder estabelecido, mais este recurso ao direito tem a necessidade de se apoiar sobre a confiança numa necessidade histórica, ainda mais concreto e material do que o poder do príncipe. Somente a aliança do desenvolvimento das forças produtivas e da liberdade humana pode prevalecer contra a aliança da força e dos mecanismos de controle social como a lei, a educação ou a propaganda. ” TOURAINE, Alain. *Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático*. Bauru,SP: EDUSC. 1998. p. 14.

<sup>497</sup> SOUZA, 2003.

autoritárias, assegurando<sup>498</sup> o aumento das riquezas materiais, bem como a reprodução de elites irresponsáveis e insensíveis para com a desigualdade.<sup>499</sup>

Prova disso encontra-se na herança colonial que originou a constituição do país numa estrutura produtiva vinculada à grande propriedade fundiária, baseada na monocultura para exportação e do trabalho escravo para a produção de riqueza, resultando numa sociedade baseada numa hierarquia social e econômica excludente.<sup>500</sup>

Sobre a classificação e as classes sociais Quijano explicita a utilização de aspectos da botânica para o social, assim como a racionalidade que buscava essa transformação:

obviamente, ao transferir o substantivo *classe* do mundo da ‘natureza’ para o da ‘sociedade’, era indispensável associá-lo com um adjetivo que legitimasse essa deslocação: a classe deixa de ser botânica e transforma-se em *social*. Mas esta deslocação foi basicamente semântica. O novo adjetivo não podia ser capaz, por si só, quer de cortar o cordão umbilical que amarrava o recém-nascido conceito ao ventre naturalista, quer de lhe proporcionar uma atmosfera epistêmica alternativa para o seu desenvolvimento. No pensamento eurocêntrico, herdeiro do Iluminismo Continental, a sociedade era um organismo, uma ordem dada e fechada. E as classes sociais foram pensadas como categorias já dadas na ‘sociedade’ como acontecia com as classes de plantas na ‘natureza’.<sup>501</sup>

Nesse sentido, Lévi-Strauss ainda explica que:

também, quando falamos, neste estudo, de contribuição das raças humanas para a civilização, não queremos dizer que os contributos culturais da Ásia ou da Europa, da África ou da América extraíam qualquer originalidade do fato destes continentes serem, na sua maioria, povoados por habitantes de troncos raciais diferentes. Se esta originalidade existe - e isso não constitui dúvida - relaciona-se com circunstâncias geográficas, históricas e sociológicas, não com aptidões distintas ligadas à constituição anatômica ou fisiológica dos negros, dos amarelos ou dos brancos.<sup>502</sup>

Louis Agassiz, naturalista suíço, em 1868 narra:

que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores

<sup>498</sup> “Em cada um dos principais meios da existência social cujo controlo é disputado por indivíduos, e de cujas vitórias e derrotas se formam as relações de exploração/dominação/conflito que constituem o poder, os elementos componentes são sempre historicamente heterogêneos. Assim, no capitalismo mundial o trabalho existe actualmente, como há 500 anos, em todas e cada uma das suas formas historicamente conhecidas (salário, escravidão, servidão, pequena produção mercantil, reciprocidade), mas todas elas estão ao serviço do capital, articulando-se em torno da sua forma salarial. Mas do mesmo modo, em qualquer dos outros meios, a autoridade, o sexo, a subjectividade, estão presentes todas as formas historicamente conhecidas sob a primazia geral das suas formas chamadas modernas: o ‘Estado-nação’, a ‘família burguesa’, a ‘racionalidade moderna’.” QUIJANO, 2010, p. 90.

<sup>499</sup> POCHMANN, 2004.

<sup>500</sup> POCHMANN, 2004.

<sup>501</sup> QUIJANO, 2010, p. 109.

<sup>502</sup> LÉVI-STRAUSS, C. *Raça e História*. In.: Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976.

qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental.”<sup>503</sup>

Dussel relata parte da razão histórica para o ódio e a rejeição com relação ao mestiço, justificada naquele contexto pela relação ilícita mas aceita frente aos desejos do homem colonizador que se autoriza a violentar as mulheres nativas.

El conquistador mata al varón indio violentamente o lo reduce a la servidumbre, y "se acuesta" con la india (aun en presencia del varón indio), se "amanceba" con ellas se decía en el siglo XVI. Relación ilícita pero permitida; necesaria para otros pero nunca legal -de hecho el español, cuando podía, se casaba con una española-. Se trata del cumplimiento de una voluptuosidad frecuentemente sádica, donde la relación erótica es igualmente de dominio del Otro (de la india). Sexualidad puramente masculina, opresora, alienante, injusta. Se "coloniza" la sexualidad india, se vulnera la erótica hispánica, se instaura la doble moral del machismo: dominación sexual de la india y respeto puramente aparente de la mujer europea. De allí nace el hijo bastardo (el "mestizo", el latinoamericano, fruto del conquistador y la india) y el criollo (el blanco nacido en el mundo colonial de Indias).<sup>504</sup>

O “potencial das raças” para a civilização é tomado por uma mistura de particularidades físicas, somada a características morais, psicológicas e intelectuais, mascarado pelas doutrinas científicas da época – racialismo – as quais serviram para justificar diferenças de tratamento e de estatuto social entre os diversos grupos étnicos presentes nas sociedades ocidentais e americanas. Essas vertentes, as quais, diga-se de passagem devem ser refutadas cabalmente, serviram para afirmar durante mais de século o racismo perverso e desumano, por vezes, genocida.<sup>505</sup>

O Brasil desponta como singular caso de extremada miscigenação racial. “o país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. Essas, passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural (ou quiçá milagrosa), levariam a supor que o Brasil seria, algum dia, branco.”<sup>506</sup>

“Estes elementos ‘pré-modernos’ destinavam-se a ser substituídos no futuro por Estados-Nação-come-na Europa. A Europa é civilizada. A Não-Europa é primitiva. O sujeito racional é Europeu. A Não-Europa é objecto de conhecimento. Como corresponde, a ciência que estudará os Europeus chamar-se-á ‘sociologia’. A que estudará os Não-Europeus chamar-se-á ‘etnografia’.”<sup>507</sup>

<sup>503</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 6.ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 13.

<sup>504</sup> DUSSEL, 1994, p.51.

<sup>505</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. *Novos Estudos CEBRAP*. Julho de 1999. n.º 54. p. 147.

<sup>506</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 6.ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 12.

<sup>507</sup> QUIJANO, 2010, p. 111.

A visão mestiça e singular do país estava presente no cenário internacional do século XIX graças aos naturalistas estrangeiros que vinham em busca de espécimes raros da flora e da fauna.

nesse como em outros casos, a mestiçagem existente no Brasil não só era descrita como adjetivada, constituindo uma pista para explicar o atraso ou uma possível inviabilidade da nação. [...] Ao lado de um discurso de cunho liberal, tomava força, em finais do século passado, um modelo racial de análise, respaldado por uma percepção bastante consensual. De fato, a hibridação das raças significava nesse contexto ‘um tumulto’, como concluía o jornal *A Província de São Paulo* em 1887.<sup>508</sup>

As teorias raciais sustentaram as ideologias nacionais e nacionalistas do século XIX, mantendo-se como base de legitimação dos estados europeus. Dentro do século especial destaque ocorre na década de 1870, uma vez que 1871 é um ano determinante para o fim da escravidão, tendo em vista que a Lei do Ventre Livre já sinalizava o fim do regime de trabalho escravo, assim como, de outra parte, a década representava a entrada do ideário positivo-evolucionista no Brasil. Além disso, marcava o período do fortalecimento e amadurecimento dos centros de ensino nacionais – como os museus etnográficos, as faculdades de direito e medicina, e os institutos históricos e geográficos.<sup>509</sup>

No caso brasileiro observa-se, portanto, a subjugação e o trabalho escravo aos quais foram submetidos os índios nativos da América por ocasião do descobrimento e depois com a inserção das forças de trabalho escravo provenientes da África. A subjugação deu sentido a construção ideológica de *sub*-espécies procurava assim, legitimar a desigualdade e a fortalecer a necessidade de separação entre os europeus (brancos, protagonistas da narrativa moderna) e os outros (índios e negros).

Souza defende que a mescla de alienação e da situação de abandono foram reais obstáculos ao liberto – e neste sentido, não somente a ele, mas também ao dependente formalmente livre – uma vez que tanto a escravidão quanto as propostas de contrato de trabalho que surgem com a formação do capitalismo periférico partem de uma premissa de exploração. Como saída a esta alienação lhe restaria o mergulho na escória proletária, no ócio dissimulado, ou, ainda, na vagabundagem sistemática e na criminalidade fortuita ou permanente.<sup>510</sup> Importante compreender que isso não se coloca como justificativa, mas antes disso, enquanto condicionante perversa que não oportuniza “liberdade” de escolha ao liberto.

<sup>508</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 6.ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 13.

<sup>509</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 6.ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 14.

<sup>510</sup> SOUZA, 2003.

A partir do começo do século XX, com o crescente prestígio das teorias mendelianas, que relegaram as classificações morfológicas a aproximações grosseiras, o conceito de "raça" perdeu importância científica, sendo parcialmente abandonado pela biologia.<sup>511</sup> Com o aparecimento de *Casa-grande & senzala*, em 1933, iniciou-se uma grande mudança no modo como a ciência e o pensamento social e político brasileiros encaravam os povos africanos e seus descendentes, híbridos ou não. Gilberto Freyre, ao introduzir o conceito antropológico de cultura nos círculos eruditos nacionais e ao apreciar de modo profundamente positivo a contribuição dos povos africanos à civilização brasileira, foi um marco do deslocamento e do desprestígio que sofreram, daí em diante, o antigo discurso racista de Nina Rodrigues e, sobretudo, a continuada influência que a escola de medicina legal italiana ainda exercia nos meios médicos e jurídicos nacionais.”<sup>512</sup>

Guimarães nesse sentido destaca a forma como o ideário anti-racista se estabeleceu no Brasil.

Guerreiro Ramos, que assumia papel de destaque na liderança do movimento negro brasileiro: ... o negro brasileiro pode branquear-se, na medida em que se eleva economicamente e adquire os estilos comportamentais dos grupos dominantes. O peneiramento social brasileiro é realizado mais em termos de cultura e de status econômico do que em termos de raça.<sup>513</sup>

Nas décadas de 1920 e 1930, o conceito de raça e o racismo voltam a ser utilizados por Estados nacionais com aspirações imperialistas. Em grande parte pelas consequências tão nocivas geradas pelo conceito, a reação das forças esclarecidas, sobretudo dos cientistas (biólogos, antropólogos e sociólogos), foi a de renegá-lo peremptoriamente, dado que tal conceito não se refere a algo que exista no mundo biológico.<sup>514</sup>

Schwarcz lembra que Werneck Sodré, na obra “História da literatura brasileira” de 1938 fazia uma crítica interessante ao imperialismo europeu e sua correlação com as teorias raciais deterministas, uma vez que a adoção destes modelos atendia às influências e interesses externos.<sup>515</sup>

---

<sup>511</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. Julho de 1999. n.º 54. p. 147.

<sup>512</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. Julho de 1999. n.º 54. p. 148.

<sup>513</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. Julho de 1999. n.º 54. p. 151.

<sup>514</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. Julho de 1999. n.º 54. p. 148.

<sup>515</sup> SCHWARZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 6.ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 15.

Não obstante essas sinalizações críticas, é possível observar um conjunto de contribuições e mal interpretados estudos sociológicos e antropológicos dos anos 1950 e 1960. O primeiro mal foi

a ideia de que no Brasil não existem raças, mas cores, como se a *ideia* de raça não estivesse subjacente à de "cor" e não pudesse ser, a qualquer momento, acionada para realimentar identidades sociais; segundo, formou-se o consenso de que no Brasil a aparência física e não a origem determinaria a cor de alguém, como se houvesse algum meio preciso de definir biologicamente as raças, e todas as formas de aparências não fossem, elas mesmas, convenções; terceiro, criou-se a falsa impressão de que no Brasil não se poderia discriminar alguém com base na sua raça ou na sua cor, uma vez que não haveria critérios inequívocos de classificação de cor; quarto, alimentou-se a idéia de que os mulatos e os negros mais claros e educados seriam sempre economicamente absorvidos, integrados cultural e socialmente e cooptados politicamente pelo *establishment* branco; quinto, formou-se o consenso de que a ordem hierárquica racial, ainda visível no país, seria apenas um vestígio da ordem escravocrata em extinção.<sup>516</sup>

Tendo em vista todo o exposto, é relevante o questionamento sobre a recuperação dessas teorias raciais, e sobretudo sobre sua vigência contemporânea aos modelos liberais de atuação política e de concepção do Estado. Isto porque, para Schwarcz

paradoxo interessante, liberalismo e racismo corporificaram, nesse momento, dois grandes modelos teóricos explicativos de sucesso local equivalente e no entanto contraditório: o primeiro fundava-se no indivíduo e em sua responsabilidade pessoal; o segundo, retirava a atenção colocada no sujeito para centrá-la na atuação do grupo entendido enquanto resultado de uma estrutura biológica singular.”<sup>517</sup>

Como resultado, não estando disponível ao negro a oportunidade de classificação social burguesa ou proletária, resta-lhe os interstícios e as franjas marginais do sistema como forma de preservar a recém conquistada posição de homem livre.

Guimarães destaca a sobreposição da classe sobre a cor, como fator determinante:

um brasileiro nunca é meramente um ‘branco’ ou um ‘homem de cor’; ele é um homem branco rico e bem-educado ou um pobre e mal-educado homem branco; um homem de cor rico e educado ou um pobre e mal-educado homem de cor. O produto desta qualificação pela educação e pelos recursos financeiros determina a identidade de classe de alguém. É a classe e não a raça de uma pessoa que determina a adoção de atitudes subordinadas ou superordinadas entre indivíduos específicos, em relações face a face. [...] Não há grupos raciais contra os quais ocorra discriminação. Há, ao contrário, grupos de classe. A cor é um dos critérios da identidade de classe; mas não é o único critério.<sup>518</sup>

<sup>516</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. Julho de 1999. n.º 54. p. 152.

<sup>517</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 6.ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 14.

<sup>518</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. Julho de 1999. n.º 54. p. 152.

Soma-se a este, outro fator importante para a análise aqui presente, o fato de os avanços e conquistas sociais alcançados pelo trabalho e o estudo do negro sejam traduzidos por mecanismos de dominação como mérito individual. De outra parte, mas tão significativa quanto essa afirmação, a perspectiva da legitimidade de diversas formas de violência e de discriminação, que limitam o exercício da plena cidadania, tornando bastante plausível, porque invisível, a discriminação racial.<sup>519</sup>

Estes aspectos relacionados podem traduzir em parte os graves e emblemáticos problemas arraigados a constituição da própria cidadania brasileira, uma vez que culturalmente enxertados muito antes de sua fundação. Associados aos outros fatores que compõem o quadro geral desse capítulo, tendem a reforçar os estigmas, as diferenças e tornar ainda mais negativa a posição de grande parte da população nacional.

### 3.2 Desigualdade e pobreza: faces da mesma moeda na produção dos ninguéns

*Sueñan las pulgas con comprarse un perro y  
sueñan los nadies con salir de pobres,  
que algún mágico día llueva de pronto  
la buena suerte, que llueva a cántaros la buena suerte;  
pero la buena suerte no llueve ayer, ni hoy, ni mañana, ni nunca,  
ni en lloviznita cae del cielo la buena suerte.*<sup>520</sup>

#### 3.2.1 Sobre a pobreza

Dentre todas questões negativas que compõem a figura do subalterno não é possível estabelecer ranking, pois todas se apresentam da mesma forma perversas. A pobreza talvez tenha um destaque maior pela quantidade de ausências que ela permite e os efeitos que produz.

Inclusive é uma das bandeiras que se acenam quando se trata de criticar o desenvolvimento. A noção de que é um paradoxo pensar em desenvolvimento quando existe (e só se expande) a grande massa de pobreza e miséria, assim como os reflexos dessas condições na falta de subsistência, do número de analfabetos, de doentes e subnutridos.

Até o início do século XX, a forma de pobreza ainda era vinculada a uma sociedade agrícola/pré-industrial, podendo ser denominada como a *pobreza incluída*, de caráter acidental, às vezes residual ou sazonal, produzida em certos momentos do ano, sem vasos comunicantes.

<sup>519</sup> GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. Julho de 1999. n.º 54. p. 155.

<sup>520</sup> Trecho do poema – *Los Nadies* de Eduardo Galeano.

Nesse sentido, inicialmente é relevante estabelecer a relação entre pobreza e desigualdade:

a pobreza assume no Brasil uma dimensão abrangente, evidenciando um quadro amplo para intervenção de políticas públicas de corte social, entendendo que as políticas sociais, para serem mais eficazes, devem estar articuladas a políticas macroeconômicas que garantam um crescimento econômico sustentado; a geração de emprego; a elevação da renda proveniente do trabalho e, sobretudo, a redistribuição de renda ainda altamente concentrada no Brasil. Identifica-se um consenso, tanto no campo acadêmico como entre políticos de todas as matizes ideológicas e partidárias, que a pobreza no Brasil decorre, em grande parte, de um quadro de extrema desigualdade, marcado por profunda concentração de renda. Essa situação coloca o Brasil entre os países de maior concentração de renda no mundo.<sup>521</sup>

Santos faz uma pertinente crítica com relação as concepções de planejamento da agenda desenvolvimentista:

pelo menos durante os primeiros vinte anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, o planejamento era introduzido no Terceiro Mundo como uma espécie de cavalo de Troia. O crescimento era, sem discussão, o objetivo do planejamento, ainda que o sentido do crescimento fosse obscuro. As teorias do crescimento especificavam necessidades que eram julgadas essenciais, e o planejamento era aplicado para racionalizar a organização e a utilização de recursos, sem levar em conta as realidades locais. Ora, como a tentativa de interpretar as realidades dos países subdesenvolvidos consistia principalmente em preparar uma lista de recursos para permitir seu planejamento, aquilo que era elaborado e apresentado como teoria podia não ajudar e, em certos casos, até mesmo trazer resultados perniciosos, apesar do esforço que representava. As explicações estavam intrinsecamente contaminadas, porque eram precedidas de uma definição de objetivos: equivaliam a pôr o carro à frente dos bois.<sup>522</sup>

Tema de diversas conferências e Declarações universais, como a de Cocoyok (1974) que vincula os problemas ambientais à pobreza das economias periféricas, além de evidenciar a necessidade dos países industrializados reduzirem seu consumo e sua poluição. No mesmo sentido o Relatório Dag-Hammarskjöld (1975) que afirmou categoricamente que o sistema colonial é responsável pela crise ambiental e pela miséria que assola as ex-colônias de exploração. Por isso foi rejeitada ou omitida pelos governos dos principais países industrializados.<sup>523</sup>

O tema da pobreza e a necessidade de sua erradicação voltou à tona com os trabalhos da Comissão Brundtland no relatório denominado Nosso Futuro Comum (1987), que tratou do tema do desenvolvimento sustentável como um processo de transformação e reposicionamento dos Estados com relação ao meio ambiente. Ademais, teve como objetivo recomendar políticas

<sup>521</sup> SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista *Katálysis*, vol. 13, núm. 2, julho-diciembre, 2010, p. 156.

<sup>522</sup> SANTOS, 2009, p.19

<sup>523</sup> BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In.: CAVALCANTI, Clóvis. (org.) *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3.ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001. p.31.

de erradicação da pobreza, melhorando a qualidade do crescimento, tornando-o mais justo, equitativo e menos intensivo em matérias-primas e energia, atendendo as necessidades humanas essenciais de emprego, de alimentação, de energia, de água e de saneamento, além de manter um nível populacional sustentável; conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia e administrar os riscos e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório.

Santos, nesse sentido, destaca que

o problema da pobreza ganhou, em nossos dias, uma atualidade incontestável por duas grandes razões: em parte pela generalidade do fenômeno que atinge a todos os países, embora em particular aflija mais duramente os países subdesenvolvidos, mas também pelo fato de que a urbanização galopante que estes últimos conhecem é acompanhada pela expansão, a um ritmo igual, da expansão da pobreza, mesmo que esta se apresente de forma particular e específica em cada país e nas diferentes cidades de um mesmo país.<sup>524</sup>

Interessante perceber a aproximação que Santos faz entre a pobreza e a urbanização, tema do capítulo anterior. Mais que isso, mesmo os países centrais encontraram dificuldades de gestão da pobreza quando tiveram crescimento das cidades.

Outro ponto inicial de destaque está em que não se confunda pobreza com desigualdade, e embora os conceitos possam se sobrepor, são distintos e precisam ser estudados separadamente. Santos, nesse sentido, fez magistral estudo, questionando se é possível definir a pobreza.

isso ajudaria a distinguir miséria de pobreza, como fizeram Sidney e Beatrice Webb (1911)? Os pobres, por essa definição, seriam "aqueles que têm um poder de compra mais reduzido que o considerado normal para o ambiente em que vivem". Os miseráveis estariam privados da satisfação de algumas das necessidades vitais, de maneira que a saúde a força física tornar-se-iam precárias a ponto de fazer perigar a própria vida."<sup>525</sup>

Silva e Silva destaca que até os anos de 1980 o Brasil viveu uma cidadania regulada e limitada aos trabalhadores inseridos no mercado formal. A Constituição Federal de 1988 trouxe alguns avanços como a instituição da Seguridade Social, porém, no mesmo período se observou uma crise fiscal no Estado e a conseqüente adoção do projeto neoliberal. Ainda que existissem políticas públicas de universalização das atenções primárias de saúde e do ensino fundamental, estas foram insuficientes. O Estado então teve legitimidade para abrir espaço para a expansão do ensino privado e de planos de saúde contratados principalmente por pessoas da classe média, com recente ampliação entre segmentos de poderes aquisitivos muito baixos.<sup>526</sup>

---

<sup>524</sup> SANTOS, 2009, p. 9.

<sup>525</sup> SANTOS, 2009, p. 17.

<sup>526</sup> SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katálisis, vol. 13, núm. 2, julio-diciembre, 2010, p. 157.

Pizarro sintetiza o período como sendo:

a fines de los años noventa, consolidadas las bases del nuevo patrón de desarrollo en casi todos los países de América Latina, se destaca el éxito logrado en la estabilidad de precios, pero no se observa un crecimiento económico sostenido y su ritmo está todavía lejos del que caracterizó al período de posguerra<sup>2</sup>. En el plano social, el desempleo se encuentra en dos dígitos, el ritmo de reducción de la pobreza ha decaído en comparación a las décadas previas al ochenta y se amplió la brecha de la distribución del ingreso (CEPAL, 1999; Altimir, 1997; CEPAL, 1997; BID, 1998; OIT, 1999).<sup>527</sup>

Na década de 1990 uma política de assistência social federal centralizada no então Ministério de Bem-Estar Social, assumida pela Legião Brasileira de Assistência (LBA) e pelo Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA), extintos em 1995 sob a alegação do vício da máquina administrativa marcada pela corrupção e o clientelismo. A Assistência Social, política não contributiva, que, juntamente com a Saúde, política que se propõe universal, e a Previdência Social, política contributiva, passam a constituir a Seguridade Social preconizada pela referida Constituição.<sup>528</sup>

No campo das políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da pobreza no Brasil, a ampliação do benefício mínimo da Previdência Social para trabalhadores urbanos e rurais para um salário mínimo e a extensão da aposentadoria para os trabalhadores rurais, independentemente de contribuição passada, representam medidas de significativo impacto na vida de amplo contingente da população brasileira. De 1993, é preciso destacar o Plano de Combate à Fome e a Miséria (PCFM), criado em 1993, pelo Presidente Itamar Franco (1993-1994), direcionado ao enfrentamento da fome, da pobreza e da indigência. Direcionou-se a 32 milhões de indigentes diagnosticados pelo Mapa da Fome, desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).<sup>529</sup>

Um dos aspectos importantes sobre a pobreza é a condição do pobre relacionada a alguns fatores, como por exemplo, o grau de afetação em relação a sua inserção na sociedade, na sua relação com o trabalho, o seu sentimento de pertencimento a um grupo de pobreza, razões pelas quais Lopes aponta que a pobreza também produz lugares, como contextos nos quais ocorrem formas distintas de organização dos sujeitos, como atores sociais que participam dos

---

<sup>527</sup> PIZARRO, 2001, p. 10.

<sup>528</sup> SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katálysis, vol. 13, núm. 2, julio-diciembre, 2010, p. 157.

<sup>529</sup> SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katálysis, vol. 13, núm. 2, julio-diciembre, 2010, p. 157.

diferentes modos de produção. Essa atuação no âmbito social tende a ser realizada pelos mecanismos de controle social.<sup>530</sup>

Nesse sentido, Santos traz uma importante definição sobre a perspectiva da pobreza e sua relatividade temporal e espacial. Por isso a impossibilidade de realizar comparações, uma vez que a única medida válida é a atual, dada pela situação relativa do indivíduo na sociedade a que pertence.<sup>531</sup>

Sobre a medida da pobreza, Santos esclarece que:

*A medida da pobreza é dada antes de mais nada pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria. É inútil procurar uma definição numérica para uma realidade cujas dimensões - agora e no futuro - serão definidas pela influência recíproca dos fatores econômicos e sociais peculiares a cada país. Além do que um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global à qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica, mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social.*<sup>532</sup>

Nesse sentido da criticável individualização da pobreza, Fleury assinala que

a individualização da pobreza e seu tratamento de forma econômica (linhas e mapas) ou cultural (características e valores) separam este fenômeno tanto das condições de produção quanto das condições institucionais de proteção social. Paralelamente à individualização da pobreza, assistimos à individualização do risco, através das reformas dos sistemas de políticas sociais de base mais coletiva em direção à associação entre contribuição e benefício. A inexistência de perspectivas concretas de alteração radical das condições de produção da pobreza, como condição indispensável para o desenvolvimento material e político de nossas sociedades, denuncia a existência subjacente de algo mais profundo, que realmente se constitui em analisador dos limites da coesão em nossas sociedades.<sup>533</sup>

Em certo sentido, é possível afirmar que a pobreza é estrutural e faz parte de uma política pública bem definida, uma vez que se observa que um grande contingente populacional que sempre esteve à margem da sociedade e não tiveram acesso à educação e ao trabalho formal. Essa condição persistente, apenas condiciona seus quadros a manutenção precária de suas condições de sobrevivência e sem proteção social, considerados potencialmente perigosos. De modo que, no Brasil, a pobreza aprofundou-se como consequência de um desenvolvimento

<sup>530</sup> LOPES, José Rogério. Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza. Caderno CRH, vol. 21, núm. 53, maio-agosto, 2008, p. 350.

<sup>531</sup> SANTOS, 2009, p. 18.

<sup>532</sup> SANTOS, 2009, p. 18. Grifo nosso.

<sup>533</sup> FLEURY, Sonia. Pobreza, desigualdades ou exclusão? Ciência & Saúde Coletiva. Revista da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Brasil., vol. 12, núm. 6, dezembro, 2007, pp. 1423.

concentrador da riqueza socialmente produzida e dos espaços territoriais, representados pelos grandes latifúndios no meio rural, e pela especulação imobiliária urbana.<sup>534</sup>

Associado a esses aspectos, Santos destaca que

a extrema privação em que vivem atualmente milhões de indivíduos é objeto de copiosa literatura. A pobreza urbana - ou melhor, os aspectos da pobreza vinculados à urbanização - alimentou uma atividade intelectual infatigável. Mas as explicações simplistas ou falsas a respeito do que é pobreza e como ela é criada, como funciona e evolui continuam sendo o verdadeiro problema.<sup>535</sup>

Silva e Silva, explica que as políticas públicas de intervenção sobre a pobreza têm diferentes concepções. As *abordagens culturalistas* centradas na explicação dos comportamentos e valores dos indivíduos e suas famílias, orientando-se por valores morais tradicionais que situam o pobre como diferente e portador de uma cultura inferior reprodutora da situação de pobreza dos adultos e de seus descendentes. O *paradigma de inspiração liberal*, o mais recorrente nas explicações e nas orientações de políticas públicas, uma vez que o mercado se configura como o espaço natural de satisfação das necessidades econômicas e sociais dos indivíduos, sendo as políticas públicas reduzidas a ações residuais ou marginais, compensatórias, tendo em vista o alívio de situações de pobreza extrema.<sup>536</sup>

Ainda com relação ao campo de intervenção de políticas públicas e a necessidade de perceber a concentração de riqueza como um fenômeno político, Fleury lembra que

os grupos excluídos estão, em geral, impossibilitados de participar das relações econômicas predominantes - no mercado, como produtores e/ou consumidores - e das relações políticas vigentes, os direitos de cidadania. No entanto, a coexistência, em um mesmo grupo populacional, de situações de pobreza, ausência de direitos sociais ou de condições de exercê-los, e sua exclusão da comunidade sociopolítica, não nos deve confundir e levar-nos a pensar que se trata de um fenômeno simples, subordinado à dimensão econômica, o que implicaria em uma estratégia técnico-redistributiva de enfrentamento desta complexa condição. Em países como os latino-americanos, em que a exclusão tem um forte conteúdo econômico, não é possível combater a exclusão sem a redistribuição da riqueza. No entanto, o combate à exclusão não se reduz a esta dimensão econômica, já que esta, apesar de ser a dimensão fundamental, não existe isolada do contexto sociocultural que a legitima e reproduz.<sup>537</sup>

Santos faz uma dura crítica a esse aspecto, entende ele que

há muitas maneiras de esquivar-se ao problema da pobreza, seja tratando o assunto como uma questão isolada, seja ignorando que a sociedade é dividida em classes.

<sup>534</sup> SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katálysis, vol. 13, núm. 2, julio-diciembre, 2010, p. 157.

<sup>535</sup> SANTOS, 2009, p.20.

<sup>536</sup> SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katálysis, vol. 13, núm. 2, julio-diciembre, 2010, p. 157.

<sup>537</sup> FLEURY, Sonia. Pobreza, desigualdades ou exclusão? Ciência & Saúde Coletiva. Revista da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Brasil., vol. 12, núm. 6, dezembro, 2007, pp. 1425.

Existem também formas mais sutis de encobrir a realidade. Já não se procurou fazer uma distinção entre ‘favelas da esperança’ e ‘favelas do desespero’? (Stoces, 1962). Já não se afirmou que o pobre pode melhorar sua situação através do esforço individual, da iniciativa pessoal ou da educação? É dessa maneira que se alimenta a esperança da mobilidade ascendente, justificando, ao mesmo tempo, a sociedade competitiva.<sup>538</sup>

De modo geral, é utilizado o argumento da lógica do próprio sistema capitalista, responsável pela instituição de um processo excludente, gerador e reproduzidor da pobreza, entendida enquanto fenômeno estrutural, complexo, de natureza multidimensional, relativo.<sup>539</sup>

Standing evidencia o enfraquecimento resultante da pobreza no que ele denomina de precariado, enquanto termo abrangente e com características de classe:

consiste em pessoas que têm relações de confiança mínima com o capital e o Estado, o que as torna completamente diferentes do assalariado. E ela não tem nenhuma das relações de contrato social com o proletariado, por meio das quais as garantias de trabalho são fornecidas em troca de subordinação e eventual lealdade, o acordo tácito que serve de base para os Estados de bem-estar social. Sem um poder de barganha baseado em relações de confiança e sem poder usufruir de garantias em troca de subordinação, o precariado é *sui generis* em termos de classe.<sup>540</sup>

Ademais, Santos destaca a incriminação com relação ao êxodo rural, prática tenaz de responsabilizar a quantidade de migrantes pelas misérias urbanas, visto que as cidades não estavam “preparadas” para receber tamanho contingente.

mas as migrações não podiam ser consideradas como causa direta do processo de marginalização [...]. Não teriam elas suas mesmas raízes na mesma fonte de marginalidade? Como o volume das cidades aumenta vertiginosamente e a maior parte dos não citadinos não encontra emprego permanente na cidade, é corrente falar-se de hiperurbanização, [...] de urbanização caótica [...], de toda uma série de qualificativos os quais procuram expressar que a cidade é incapaz de fornecer trabalho a um grande número de seus habitantes, considerados, portanto, excessivos.”<sup>541</sup>

O que deflagra disso, é que a pobreza rural é invisibilizada por não estar no horizonte da vida urbana.

Como se observam muitos pequenos produtores que não se modernizaram, atribui-se, apressadamente, por esta visão impressionista, a culpa a tecnologia, quando, na realidade, o problema está ligado as restrições de crédito, a falta ou inadequação da assistência técnica efetivamente disponível para eles e a sua baixa escolaridade. Salienta-se, ainda, repetindo-se o mesmo argumento, que o requisito e que a inovação tecnológica ajude o agricultor a evoluir na escala social e para isto precisa aumentar

---

<sup>538</sup> SANTOS, 2009, p. 20.

<sup>539</sup> SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katálysis, vol. 13, núm. 2, julho-diciembre, 2010, p. 157.

<sup>540</sup> STANDING, 2017, p.25.

<sup>541</sup> SANTOS, 2009, p.25.

a produção do estabelecimento, e ainda, incrementar o excedente a ser vendido para as cidades ou para o exterior.<sup>542</sup>

Ademais, a pobreza se apresenta como característica frequente nos guetos, embora Wacquant – principal pesquisador do tema – assinale que esta seja sua característica principal. Alguns exemplos apontam para a prosperidade nesses espaços. Portanto, em sua concepção, o “o fato de um gueto ser pobre depende de fatores externos como a demografia, ecologia, políticas públicas e o estado da economia que o circunda.”<sup>543</sup>

De outra parte, Wacquant destaca que

nem todos os distritos despossuídos e dilapidados são necessariamente guetos. Por exemplo, os bairros brancos decadentes das cidades desindustrializadas do Centro-Oeste norte-americano, as Midlands na Inglaterra, os vilarejos rurais deprimidos na Alemanha Oriental e Sul da Itália e as *villa miserias* da grande Buenos Aires no fim do século XX são todos territórios de decadência e decomposição da classe trabalhadora, mas não cápsulas étnicas dedicadas a manter um grupo excluído numa relação de subordinação separatista. Independentemente de sua pobreza, eles não são guetos, a não ser no sentido metafórico. [...] As favelas das metrópoles brasileiras, que são freqüentemente retratadas como refúgios de abandono e desorganização, nada mais são do que bairros da classe trabalhadora com laços bem definidos tanto com a indústria como com os bairros afluentes, aos quais fornecem serviços caseiros. Assim também ocorre nos ranchos da Venezuela e nas *poblaciones* do Chile, onde as famílias que vivem nesses acampamentos irregulares variam muito de cor e têm laços genealógicos fortes com famílias de maior poder aquisitivo.<sup>544</sup>

Nesse sentido, é importante destacar que, embora o conceito formulado por Wacquant sobre o gueto exclua as favelas brasileiras, por entender que não existe ali os laços étnicos que aparecem, por exemplo, no *Black belt* americano, parte dessa pesquisa procura caminhar em sentido diverso, uma vez que, conforme já evidenciado no tópico sobre o gueto, é possível observar que as favelas – e mais especificamente as margens nas quais ficam os não incluídos nem por elas – operam como guetos.

Deste modo a pobreza e a exclusão decorrente dela, enquanto questão social

requer o posicionamento de diferentes atores da sociedade, inaugura novas formas de sociabilidade, define o campo estratégico de lutas, constrói novos sujeitos e novas subjetividades, demanda o desenvolvimento de novos saberes e tecnologias disciplinares, produz novas estratégias de reconstrução da ordem política e de enquadramento das demandas sociais e aponta no sentido de processos de transformação das estruturas institucionais estatais.<sup>545</sup>

<sup>542</sup> CEPAL, 2015, p. 155.

<sup>543</sup> WACQUANT, 2004, p. 158.

<sup>544</sup> WACQUANT, 2004, p. 159.

<sup>545</sup> FLEURY, Sonia. Pobreza, desigualdades ou exclusão? Ciência & Saúde Coletiva. Revista da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Brasil., vol. 12, núm. 6, dezembro, 2007, pp. 1425.

### 3.2.2 *Desigualdade social: um monstro maior que o Leviatã*

A desigualdade social tende a acelerar e reforçar todas as qualidades negativas existentes (as reais) quanto aquelas produzidas pelos colonizadores (falsas, mas legitimadas pela dominação). A modernidade ofertou a igualdade como grande prêmio a ser conquistado, mas no plano material vetou diversas vezes as possibilidades para muitos grupos sociais.

Assim, compreende-se que a desigualdade é um fenômeno que se assenta na noção de igualdade, eminentemente socioeconômico enquanto a exclusão se funda no caráter essencial da diferença e é um fenômeno de civilização.

Em complemento aos relatos sobre a transição do século XIX para o século XX no Brasil, optou-se por retratar os aspectos relacionados a *ralé* brasileira quando do estudo da desigualdade social. Desta forma, o retorno a momentos históricos não pretende ser mera repetição, mas a complementação desde as perspectivas apresentadas pela *ralé* que será fundamental para a compreensão dos níveis de desigualdade social.

A figura da *ralé* estrutural surge no Brasil em contraposição aos grandes produtores, os latifundiários e de uma burguesia periférica. A *ralé* se constitui a partir do dependente formalmente livre, ou seja, do indivíduo intermediário entre o patrão e o escravo obrigado a trabalhos forçados. Segundo Souza, esta *ralé* configura-se por

seres humanos a rigor dispensáveis, na medida em que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas essenciais e que conseguem sobreviver nos interstícios e nas ocupações marginais da ordem produtiva. Este tipo humano, como o do escravo, também espalhou-se por todo o território nacional e representava, em meados do século XIX, cerca de 2/3 da população nacional.<sup>546</sup>

Embora o século XIX tenha sido um século extremamente agitado para o Brasil em diversos aspectos, nem mesmo a abolição da escravatura em 1888 e o início do período republicano em 1889 foi capaz de produzir mudanças significativas na forma de distribuição da riqueza nacional, tendo em vista que as elites regionais continuaram a se reproduzir a partir do coronelismo, ocorrendo apenas uma transformação de escala, ou seja, a passagem de um contexto patriarcalista e familista para um contexto patrimonialista comandado pelo Estado.<sup>547</sup>

<sup>546</sup> SOUZA, 2003, p. 122.

<sup>547</sup> Sobre o patriarcalismo, Souza assinala que: “tem esse sentido de apontar para a extraordinária influência da família como alfa e ômega da organização social do Brasil colonial. Dado o caráter mais ritual e litúrgico do catolicismo português, acrescido no Brasil do elemento de dependência política e econômica em relação ao senhor de terras e escravos, o patriarcalismo familiar pode desenvolver-se sem limites ou resistências materiais ou simbólicas. A família patriarcal como que reunia em si toda a sociedade. Não só o elemento dominante, formado pelo senhor e sua família nuclear, mas também os elementos ‘intermediários’ constituídos pelo enorme número de

A estrutura social fechada permitiu o distanciamento entre as oligarquias agrárias, os novos ricos urbanos e aqueles que eram dispensáveis, ou seja, a ralé estrutural, que permanecia à margem e a mercê deste sistema.

Sobre a segunda metade do século XIX, Schwarcz lembra do papel que a “ciência” adquire, transformando as “classes perigosas” em objeto de estudo, que

apesar das exaltações, próprias de um intelectual que viveu intensamente o momento que narrou, o fato é que tudo parecia novo: os modelos políticos, o ataque à religião, o regime de trabalho, a literatura, as teorias científicas. Com efeito, esse período coincide com a emergência de uma nova elite profissional que já incorporara os princípios liberais à sua retórica e passava a adotar um discurso científico evolucionista como modelo de análise social. Largamente utilizado pela política imperialista europeia, esse tipo de discurso evolucionista e determinista penetra no Brasil a partir dos anos 70 como um novo argumento para explicar as diferenças internas. Adotando uma espécie de ‘imperialismo interno’, o país passava de objeto a sujeito das explicações, ao mesmo tempo que se faziam das diferenças sociais variações raciais. Os mesmos modelos que explicavam o atraso brasileiro em relação ao mundo ocidental passavam a justificar novas formas de inferioridade. Negros, africanos, trabalhadores, escravos e ex-escravos – ‘classes perigosas’ a partir de então.<sup>548</sup>

Por consequência desses fatores, nem mesmo o final da escravidão foi suficiente para mudar as estruturas de classificação social. A desagregação das relações servis e senhoriais configuraram-se pelo abandono do liberto à própria sorte (ou azar):

os antigos senhores, na sua imensa maioria, o Estado, a Igreja, ou qualquer outra instituição, jamais se interessaram pelo destino do liberto. Este, imediatamente depois da abolição, se viu responsável por si e por seus familiares, sem que dispusesse dos meios materiais ou morais para sobreviver numa nascente economia competitiva do tipo capitalista e burguês. Ao negro, fora do contexto tradicional, restava o deslocamento social na nova ordem.<sup>549</sup>

Dessa forma, é possível constatar que nem mesmo o final da escravidão foi suficiente para estabelecer o negro na nova ordem. Esse cenário se prolonga do período que vai de 1889 até 1930, período em que não se consolida nenhuma alteração significativa no padrão de dominação e desigualdade social.

Prova dessa estagnação que não pode ser confundida com estabilidade, é narrado por Souza em referência a um fato – no mínimo - curioso, em relação ao final da escravidão. Trata-se da figura de Rui Barbosa, “ministro e figura pública do maior relevo da República Velha

---

bastardos e dependentes, além da base de escravos domésticos e, na última escala da hierarquia, os escravos da lavoura”. SOUZA, 2003. p. 104.

<sup>548</sup> SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. 6.ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 28.

<sup>549</sup> SOUZA, 2003, p.154.

(1889-1930), que mandou queimar todos os arquivos relativos à escravidão sob o pretexto de ‘esquecer os crimes abomináveis cometidos em seu nome’.”<sup>550</sup>

A partir da década de 1930 é que o país alcança bons níveis de desenvolvimento, o que confirma sua condição de país capitalista. No período que vai de 1930 aos anos 1980 o Brasil multiplica a renda per capita em cinco vezes, crescendo o PIB a uma média de 5,9% ao ano, embora mais uma vez a riqueza alcançada não tenha sido possível constatar que esta riqueza não foi dividida, confirmando o quadro de desigualdade social.<sup>551</sup>

Da mesma forma, Souza analisa as transformações ocorridas a partir de 1930, consolidando a industrialização como fator de crescimento econômico,

pela ênfase nas indústrias de base – como siderurgia e petróleo - e pela construção da infraestrutura para um crescimento capitalista em grande escala. No plano político, alarga-se a ínfima base participativa antes existente, ainda que em bases democráticas, apenas a partir de 1946, de modo a incluir os setores médios urbanos, um dos maiores beneficiários do novo modelo de desenvolvimento, e os trabalhadores urbanos, ainda que sob bases corporativas, repressivas e desmobilizadoras. No plano econômico, esse novo modelo de desenvolvimento vai perdurar até os anos 80, quando entra em crise, assegurando, nesses 50 anos, taxas contínuas de crescimento econômico capazes de transformar um dos países mais atrasados do globo, em 1930, na oitava maior economia do mundo, ao final do processo, no limiar dos anos 80.<sup>552</sup>

#### O relatório Desenvolvimento inclusivo da CEPAL destaca que

em menos de 60 anos o país passou de agrário, rural e não democrático, tanto do ponto de vista político quanto social, para uma economia diversificada, urbana e com direitos políticos e sociais praticamente consolidados. Entretanto, a dinâmica da produtividade do trabalho pouco se alterou. Do ponto de vista agregado, no período 1950-1979 houve um robusto crescimento da produtividade. Porém, a partir de então, essas taxas de crescimento caíram sensivelmente, tornando-se negativas nas décadas de 1980 (indústria, serviços e total da economia), de 1990 (indústria e total da economia) e de 2000 (indústria).<sup>553</sup>

Ainda, com relação a formação do capitalismo periférico, é importante sinalizar a crítica de Pochmann ao entender que

a ausência de reformas civilizatórias no modo de produção capitalista no Brasil – tais como a reforma agrária que permitisse, entre outras coisas, melhor distribuir a estrutura fundiária nacional; a reforma tributária que possibilitasse onerar proporcionalmente mais os ricos do que os pobres; a reforma social capaz de universalizar a proteção social e trabalhista; a reforma urbana que evitasse a especulação imobiliária generalizada – impediu a construção de um país menos desigual.<sup>554</sup>

---

<sup>550</sup> SOUZA, 2003, p. 103.

<sup>551</sup> POCHMANN, 2004.

<sup>552</sup> SOUZA, 2003, p.153.

<sup>553</sup> CEPAL, 2015, p. 28.

<sup>554</sup> POCHMANN, 2004, p.37.

Como as soluções acabavam sendo privadas, assistencialistas e locais, a pobreza era apresentada como um acidente social. Tinha um caráter menos discriminatório e, portanto, podia-se falar em pobres incluídos.<sup>555</sup>

Eis que – enquanto alegoria do canto das sereias – observa-se uma insistente metodologia ideológica que, em vão, tenta afirmar a pobreza como uma etapa anterior ao *desenvolvimentismo*. Assim, novamente se insiste em patamares a partir dos quais se alcançaria a bonança. Um exemplo disso está na indicação de que a educação mudaria a realidade, sem levar em consideração que o próprio processo de educação está condicionado as necessidades de produção. Outro exemplo está em Santos, quando questiona que “, ninguém se preocupa em verificar se existe uma contradição entre considerar o êxodo rural pernicioso e as favelas cheias de esperança.”<sup>556</sup>

Os reflexos da desigualdade econômica expressam os índices crescentes de desemprego estrutural, de pobreza, de violência e de miséria, todos insistentemente relegados a externalidade do sistema capitalista, ou seja, apresentados como justificativas necessárias para a implementação de agendas econômicas ditadas pelas novas formas de apropriação disfarçadas de compulsória realização do desenvolvimento.

de fato, se há crise, trata-se de uma *crise global*, sendo a *crise urbana* apenas um epifenômeno. As condições nas quais os países que comandam a economia mundial exercem sua ação sobre os países da periferia criam uma forma de organização da economia, da sociedade e do espaço, uma transferência de civilização, cujas bases principais não dependem dos países atingidos. As raízes dessa ‘crise urbana’ encontram-se no sistema mundial.”<sup>557</sup>

Uma boa síntese é apresentada pelo relatório da CEPAL, quando assinala que entre 1950 e 2009 o Brasil passou por um conjunto significativo de modificações institucionais, sociais e políticas singular.

caracterizado por um sem-número de idas e vindas, muitas delas associadas a graves crises, este processo esteve sempre associado a sensíveis alterações nas estruturas de produção e de emprego. Em menos de 60 anos, o país passou de agrário, rural e não democrático, tanto do ponto de vista político, quanto social, para uma economia diversificada, urbana e com direitos políticos e sociais praticamente consolidados. Isso tudo concomitantemente — ou possivelmente a custo— de crises bancárias, financeiras e de Estado, golpes militares, inflação elevada, milagres econômicos, décadas perdidas, liberalização comercial e financeira, entre muitos outros.<sup>558</sup>

---

<sup>555</sup> SANTOS, 2003.

<sup>556</sup> SANTOS, 2009, p.21.

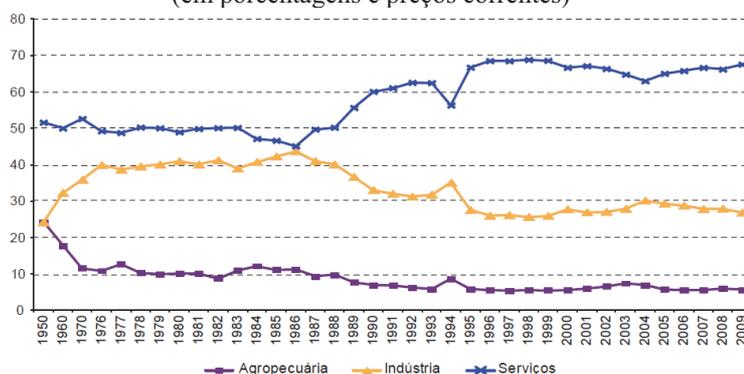
<sup>557</sup> SANTOS, 2009, p.31.

<sup>558</sup> CEPAL, 2015, p. 79.

Após 50 anos de crescimento econômico e desenvolvimento, a década de 1980 representa para o país um período de estagnação, provocada pela crise internacional do petróleo, pelo acirramento da competitividade e concorrência no comércio internacional, volatilidade do capital no mercado internacional, elevadas taxas de juros e pelo aumento das dívidas interna e externa ocasionado pelo crescimento dos gastos públicos com direitos sociais.

Isto pode ser observado a partir do Gráfico 1 e do Gráfico 2, ambos com referência ao período de 1950-2009, que permitem observar o decréscimo da agropecuária, exatamente quando ocorria o êxodo rural, assim como o levante da indústria nacional. De toda sorte, é possível também a estagnação tanto do Valor adicionado do macrossetores quanto do Pessoal Ocupado durante a década de 1980.

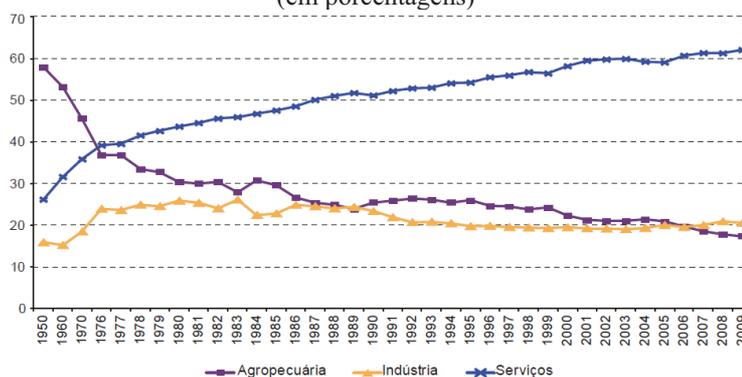
GRÁFICO 1 - Valor adicionado: composição segundo macrossetores, 1950-2009  
(em porcentagens e preços correntes)



Fonte: CEPAL, 20015, p. 45.

Nota: O gráfico 1 evidencia que houve grande mudança na composição do VA. A agropecuária, que respondia por mais de 24% do VA em 1950, reduziu sua participação de maneira inequívoca no período, de modo que, em 2009, este setor passa a deter apenas 5,63% do VA total. Já a indústria e o setor de serviços, grosso modo, apresentaram comportamentos antagônicos ao longo do período. Entre 1950 e 1986, o setor industrial aumentou sua participação no total, tanto por conta da agropecuária, quanto por conta de leve queda na participação dos serviços, de modo que, no referido ano da década de 1980, a indústria atinge o seu share máximo (43,71%). Inversamente, o setor de serviços passa a crescer substancialmente em 1986, elevando sua participação para 67,54% em 2009, acompanhado analogamente por uma queda na participação da indústria.

GRÁFICO 2 – Pessoal ocupado: composição segundo macrossetor, 1950-2009  
(em porcentagens)



Fonte: CEPAL, 20015, p. 45.

Nota: De maneira análoga, houve também grande mudança na composição do PO (gráfico 2). A participação da agropecuária cai vertiginosamente, passando de 57,92% em 1950 para 17,36% em 2009. Os serviços, em direção oposta, aumentam sensivelmente sua representatividade, de 26,18% para 62,10% no mesmo período. Já a indústria, após atingir o pico de participação em 1983 (26,14%), cai para pouco mais de 20% em 1992, estabilizando-se neste patamar até 2009.

Essa fragilidade do sistema produtivo evidencia a heterogeneidade do mercado de trabalho rural, o que tende a aumentar os índices de desigualdade e pobreza. Pochmann complementa que

a base da exclusão social era reproduzida por uma enorme concentração da riqueza interna, manifesta constantemente pela dominação patrimonialista (grande propriedade rural), pelo patriarcalismo que garantia a herança aos progenitores sucessivamente ao longo dos tempos, pelo monopólio da produção assentado na grande lavoura e no extrativismo mineral e vegetal, tendo como base da riqueza e do prestígio o uso recorrente do trabalho escravo (índio e negro).<sup>559</sup>

Além disto, o capitalismo periférico caracterizou-se por efetivar a desigualdade social e a consequente exclusão dos inaptos e dos despossuídos do capital. É o que Santos denomina de dialética infernal, entre a modernização, exclusão e marginalização.

se, por um lado, a economia incorpora um certo número de pessoas ao mercado de trabalho efetivo, através de empregos recém-criados, por outro ela expulsa um número muito maior, criando de um golpe o subemprego, o desemprego e a marginalidade. O número desses "postergados" aumenta cada vez mais. É para esses remanescentes da força de trabalho nos níveis mais baixos do espectro socioprofissional que foi reservado o termo marginal."<sup>560</sup>

Diante desse cenário é que se admitem as políticas neoliberais e seu pacote de medidas que prometiam o aquecimento da economia e a diminuição da inflação. Essa “*nova combinação*” entre industrialização e urbanização projetou o país no âmbito de uma reprodução ampliada do capital ainda que as características do subdesenvolvimento se reforçassem, ao invés de serem eliminadas.

Como segunda forma de pobreza surge na esteira do processo de industrialização a *marginalidade* produzida pelo processo econômico de divisão do trabalho, internacional ou interna. Compreendida como um vício da sociedade capitalista – ou nas palavras de Santos, como “a doença da civilização” – acreditava-se na sua correção através de políticas estatais.<sup>561</sup>

Neste sentido, os relatórios da CEPAL indicam que

embora desde a década de 1980 se observe uma continuidade do processo de convergência, isto ocorreu segundo uma natureza distinta daquela verificada sob a égide desenvolvimentista. Ao mesmo tempo, vemos as produtividades dos setores

<sup>559</sup> POCHMANN, 2004, p. 32.

<sup>560</sup> SANTOS, 2009, p. 42.

<sup>561</sup> SANTOS, 2003.

mais produtivos (indústria e serviços) se aproximando da produtividade média da economia e decaindo, em termos individuais. Isso significa que o setor mais produtivo (serviços até 1991 e indústria a partir deste ano) não vem sendo capaz de “puxar” a produtividade total da economia. Trata-se, portanto, de um processo de convergência para “baixo”. A agropecuária, por seu turno, apresentou convergência “positiva” em relação a produtividade média da economia. Mas este processo, apesar de desejável, não pode ser encarado como capaz de liderar o desenvolvimento econômico no longo prazo.<sup>562</sup>

A síntese é que o Estado brasileiro, mesmo quando avança em setores como indústria e serviços, não consegue sair de uma zona periférica, ou seja, permanece periférico no capitalismo tardio e essa estagnação tende a reforçar os subníveis de dignidade humana, caracterizados pela desigualdade social e a conseqüente exclusão dos inaptos e dos despossuídos do capital. Esta característica não é específica apenas do Brasil, mas decorrente das formas de implementação da industrialização tardia nos países latino-americanos.

Embora essa experiência seja sentida mais especificadamente em nível local, ela decorre de demandas globais, resultante da convergência de causas que se dão em diversos níveis macroeconômicos, mas que se traduzem como um fenômeno inevitável e permanente no qual os pobres já não são simplesmente incluídos ou marginalizados, mas simplesmente excluídos.<sup>563</sup>

Em sentido complementar, observa-se que permanece conectado marginalmente ao sistema de consumo, ainda que excluído do sistema produtivo formal. Esse processo inclusivo e excludente é contraditório, mas faz parte do sistema hegemônico.

Tal entendimento é confirmado por Pochmann ao entender que

a exclusão social – que compreende desde enormes parcelas vivendo sem acesso a bens básicos até pessoas com nível de escolaridade acima do universitário, porém sem emprego – resulta da manutenção e atualização deste padrão extremamente excludente de riqueza construído historicamente para usufruto de poucos grupos privilegiados (que se encontram acima do primeiro centil de renda) e que nos acompanha, com apenas algumas poucas fissuras, até os dias de hoje.<sup>564</sup>

Neste cenário, Santos constata o surgimento da mais perversa forma de pobreza a partir das políticas neoliberais e com a globalização, qual seja, a *pobreza estrutural* que pode ser entendida, de um ponto de vista moral e político, como uma dívida social.

A análise década a década permite a identificação de três fases distintas da evolução da produtividade do trabalho. A primeira fase compreende as décadas de 1950, 1960 e 1970 e corresponde ao processo de industrialização brasileira, marcado pelo ideário desenvolvimentista. Destaca-se, nesse sentido, a obtenção de taxas positivas de crescimento da produtividade do trabalho em todos os macros setores e na economia como um todo. Salta aos olhos o comportamento da indústria no período 1950-1960,

<sup>562</sup> CEPAL, 2015, p. 28.

<sup>563</sup> SANTOS, 2003.

<sup>564</sup> POCHMANN, 2004, p. 44.

uma vez que este setor apresentou uma expressiva taxa média de crescimento da produtividade do trabalho, da ordem de 6,63% ao ano, superior a todos os demais agrupamentos setoriais. Nas décadas posteriores, embora esse ímpeto tenha se arrefecido, a indústria continuou crescendo altas positivas, mas, “curiosamente”, nos períodos 1960-1970 e 1970-1979, a maior taxa de variação da produtividade do trabalho correspondeu a economia como um todo.<sup>565</sup>

A internacionalização da economia determina uma reconfiguração das soberanias nacionais, mas ao mesmo tempo estabelece interpenetrações na própria autonomia da sociedade, estabelecendo contato direto com o sujeito (como ator social), sendo processada a partir de seus individuais desejos e intenções, mas, permitindo, por outro lado a emergência da exclusão social. Assim, a “a pobreza assume na contemporaneidade um significado excludente. É nessa condição que a desigualdade social é também ressignificada, sinalizando novos processos de discriminação e apartação social.”<sup>566</sup>

A segunda fase de evolução da produtividade do trabalho compreende as décadas de 1980 e 1990, sendo a primeira usualmente identificada como “a década perdida”. Exceção feita a agropecuária, cuja variação de produtividade, embora bem inferior a verificada na primeira fase, permaneceu positiva, a indústria nos anos 1980 e os serviços e a economia como um todo em ambas as décadas apresentaram taxas negativas de variação da produtividade.<sup>567</sup>

Pizarro, nesse contexto, explica que

en la misma década del ochenta la crisis de paradigmas en los centros tuvo su propia expresión en la periferia subdesarrollada. En América Latina, la denominada “década perdida” no sólo expresó contradicciones económicas, sociales y políticas de coyuntura sino que puso en evidencia el agotamiento del patrón de desarrollo que había caracterizado a la región en los últimos cuarenta años. La apertura hacia la economía mundial, el retiro del estado de la actividad productiva y el papel predominante del mercado en la asignación de los recursos se convirtieron en los ejes del nuevo patrón de desarrollo.”<sup>568</sup>

Sem que seja feito um aprofundamento na análise das causas subjacentes a estes processos —haja vista não ser este o escopo deste estudo—, destaca-se a crise de solvência externa; a elevada inflação; contradições do modelo desenvolvimentista e a chamada “fuga para frente”, o processo descoordenado e leviano de liberalização comercial e financeira.<sup>569</sup>

Na obra “ralé brasileira: quem é e como vive”<sup>570</sup>, de 2009, Jessé Souza aponta que a ralé compõe, atualmente, 1/3 da população nacional, o que comprova a relevância da avaliação

<sup>565</sup> CEPAL, 2015, p. 48.

<sup>566</sup> LOPES, José Rogério. Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza. Caderno CRH, vol. 21, núm. 53, maio-agosto, 2008, p. 352.

<sup>567</sup> CEPAL, 2015, p. 48.

<sup>568</sup> PIZARRO, 2001, p. 9.

<sup>569</sup> CEPAL, 2015, p. 48.

<sup>570</sup> SOUZA, 2009.

histórica da exclusão da social. Da mesma forma, é importante compreender que os processos de exclusão social são conformados pelo acúmulo de capital, mas, também, por resquícios da aristocracia expressos pela noção de capital cultural.

A construção de marginalidade em Santos<sup>571</sup> vai ao encontro das concepções de Jessé Souza, quando analisa a construção da “ralé” estrutural que se forma nas bordas da sociedade e se constitui de não habilitados aos trabalhos existentes.

Apesar da fatalidade do destino da “ralé” estrutural, é possível perceber uma cisão dentro dessa classe marginalizada e excluída, por processos internos que definem a emergência de uma nova classe social, o que, para os mais otimistas, poderia se configurar na nova classe média brasileira. Esses aspectos, abordados por Jessé Souza em sua obra “Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora” assinalam a emergência de 30 milhões que adentraram ao mercado de consumo por mérito próprio e à custa de muito trabalho em horas extras ou outros empregos, além de autodisciplina.

Porém, pensar nos batalhadores como uma nova classe média pode encobrir elementos de dominação e opressão injusta. Nesse sentido, Souza afirma que

o que complica a situação é que as mentiras sociais são, como vimos, sempre ‘meias-verdades’, do contrário elas não convenceriam ninguém. Assim, ninguém ‘nega’, na verdade, que existam classes sociais. Em um país tão desigual como o Brasil isso seria um disparate. O que o liberalismo economicista dominante faz é “dizer” que existem classes e negar, no mesmo movimento, a sua existência ao vincular classe à renda. É isso que faz com que os liberais digam que os ‘emergentes’ são uma ‘nova classe média’ por ser um estrato com relativo poder de consumo.<sup>572</sup>

É perceptível que existe uma dominação invisível e autoreprodutora imposta para além da renda. Assim, uma boa maneira de avaliar esse processo é identificar o ambiente educacional e familiar que é proporcionado a ralé e as classes médias.

A classe média, reproduz-se o *habitus* pela

transmissão afetiva, invisível, imperceptível porque cotidiana e dentro do universo privado da casa, das precindições que irão permitir aos filhos dessa classe competir, com chances de sucesso, na aquisição e reprodução de capital cultural. O filho ou filha da classe média se acostuma, desde tenra idade, a ver o pai lendo jornal, a mãe lendo um romance, o tio falando inglês fluente, o irmão mais velho ensinando os segredos do computador brincando com jogos. O processo de identificação afetiva - imitar aquilo ou a quem se ama - se dá de modo “natural” e pré-reflexivo”, sem a medição da consciência, como quem respira ou anda, e é isso que torna tanto invisível quanto extremamente eficaz como legitimação do privilégio.<sup>573</sup>

Segundo Souza, na obra “a ralé brasileira: quem é e como vive”,

<sup>571</sup> SANTOS, 2003.

<sup>572</sup> SOUZA, 2012, p. 22.

<sup>573</sup> SOUZA, 2012, p. 24.

para que exista justiça social, as crianças deveriam chegar à escola em condições semelhantes de competição. É essa “gênese da desigualdade social” que nenhuma teoria liberal alcança. Existe um verdadeiro abismo entre as crianças da classe média e da “ralé” brasileira. Enquanto as primeiras chegam à escola já tendo recebido dos pais todo o estímulo, os melhores exemplos e a carga de motivação diária necessária para o difícil aprendizado que a disciplina escolar significa para as crianças, as crianças da “ralé” chegam completamente despreparadas para os mesmos desafios.<sup>574</sup>

O grande equívoco encontra-se justamente em abordar as classes baixas a partir do horizonte de sentido dado por essa herança imaterial da classe média, pois, uma vez que se trata de uma certa herança cultural, não consegue se reproduzir nas classes baixas. Esse reducionismo dos aspectos sociais e culturais, exprime-se pela noção de mérito social. Assim, o fracasso dos indivíduos das classes não privilegiadas pode ser percebido como “culpa” individual.<sup>575</sup>

Complementando essa concepção, Santos explicita que o desejo e a culpa caminha m de mãos dadas, uma vez que na sua frustração o futuro sonhado como carência a satisfazer

carência de todos os tipos de consumo, consumo material e imaterial, também carência do consumo político, carência de participação e de cidadania. Esse futuro é imaginado ou entrevisto na abundância do outro e entrevisto, como contrapartida, nas possibilidades apresentadas pelo Mundo e percebidas no lugar. Então, o feitiço se volta contra o feiticeiro. O consumo imaginado, mas não atendido – essa “carência fundamental” no dizer de Sartre-, produz um desconforto criador. O choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva torna-se instrumento da produção de uma nova consciência.<sup>576</sup>

Porém, existem obstáculos que são muitas vezes intransponíveis ao mérito pessoal, pois, como bem sinaliza Souza,

ainda que a “ralé” inegavelmente disponha de “capacidades” específicas que permitem desempenhar seus subempregos e suas relações comunitárias, essas “capacidades” não são aquelas exigidas pelo mercado moderno em expansão. É por conta disso que foi noticiado durante todo o ano de 2008, quando o Brasil ainda crescia velozmente, o “gargalo” de pessoas bem treinadas para a ocupação de novos empregos no crescimento econômico brasileiro dos últimos anos.<sup>577</sup>

Note-se que esse processo de avaliação de capacidades dentro do processo de modernização brasileiro precisa levar em conta principalmente os conhecimentos técnicos que nem sempre estão disponíveis para parcela da população. Nesse aspecto, as classes sociais modernas se apropriaram diferencialmente dos capitais cultural e econômico, somando-se a essas classes, outra, que não conseguiu acessar estas duas formas de capital, uma vez que

---

<sup>574</sup> SOUZA, 2009, p. 82.

<sup>575</sup> SOUZA, 2012.

<sup>576</sup> SANTOS, 2006, p. 221.

<sup>577</sup> SOUZA, 2009, p. 23.

permanecem desprovidas de precondições sociais, morais e culturais que permitam a apropriação.<sup>578</sup>

### 3.3 A produção das vulnerabilidades no contexto das margens

Até o momento foi realizada uma análise complementar e gradual sobre vários aspectos que se estabelecem sobre a existência contemporânea, passando pela identidade, a raça e classificação social, a (des)igualdade e a pobreza. Porém, mesmo depois de exaustiva investigação ainda é necessário ponderar sobre a complexidade social e dos grupos de pessoas que convivem nessas sociedades, e que por sua vez são mais complexos ainda, de tal forma que essas categorias nem sempre se complementam.

Em outras linhas, é possível perceber que alguém possa estar fora da lista da pobreza, dos critérios que estabelecem a desigualdade social e que não tenha problemas étnico-raciais a serem resolvidos pela luta contra o racismo, mas que, mesmo assim, participe de grupos de vulnerabilidade social. A outra opção, por certo, é aquela que apresenta os grupos de pessoas que comportam mais de uma característica agregadora de exclusão social.

Assim, a proposta desse tópico é analisar a invisibilidade e vulnerabilidade social desses grupos e compreender melhor o quadro geral de sua produção e reprodução, visto que essas vulnerabilidades parecem se apresentar de maneira permanente e sistêmicas.

#### 3.3.1 Considerações sobre a vulnerabilidade socioambiental

A vulnerabilidade pode ser apresentada desde duas perspectivas. A primeira delas, *epistemológica* que parte da compreensão dos fenômenos complexos e que exigem uma abordagem sistêmica e interdisciplinar frente a um conjunto de incertezas que essa própria sociedade produz e, da mesma forma, por um questionamento do papel da produção do conhecimento. A segunda vulnerabilidade de caráter *sociopolítico*, que procura trabalhar com a perspectiva da justiça ambiental, avaliando as situações de disputas e conflitos ambientais e a visibilização daqueles que permanecem ocultos para os sistemas hegemônicos.

Neste aspecto, Pizarro assinala que

la vulnerabilidad se ha constituido en un rasgo social dominante en América Latina. Los impactos provocados por las formas de producción, las instituciones y los valores

---

<sup>578</sup> SOUZA, 2012.

que caracterizan al nuevo patrón de desarrollo en los países de la región han dejado a los grupos de bajos ingresos y a las capas medias expuestos a elevados niveles de inseguridad e indefensión. Desde la constitución de los estados independientes, la pobreza y la mala distribución del ingreso estuvieron presentes en el capitalismo subdesarrollado latinoamericano. A estos fenómenos se agrega la vulnerabilidad social como rasgo específico de la forma que ha adoptado el capitalismo en los últimos años: economía de libre mercado, abierta al mundo y con “estado mínimo”.<sup>579</sup>

Um exemplo de vulnerabilidade se apresenta na análise da incapacidade do Desenvolvimento Sustentável em impedir o crescimento da pobreza e da desigualdade, o que teve como resultado o crescimento dos excluídos, ou seja, o precariado resultante disso acaba por ser um grupo desprovido de sete formas de garantia relacionadas ao trabalho resumidas “garantia de mercado de trabalho, garantia de vínculo empregatício, segurança no emprego, segurança do trabalho, garantia de reprodução de habilidade, segurança de renda e garantia de representação.”<sup>580</sup>

Desta forma, Vignoli ensina que ser vulnerável pode se apresentar quando

una persona es vulnerable porque puede ser lesionada, lo mismo que una nave es vulnerable al ataque enemigo o una determinada especie a la voracidad de otra. La invulnerabilidad está en la protección total de fuerzas externas dañinas (blindaje) mientras que entre los polos —vulnerabilidad total (ausencia absoluta de defensas o protecciones) e invulnerabilidad— hay una gradiente dada por los recursos internos u opciones alternativas para enfrentar el efecto externo; mientras más sean, menor es la vulnerabilidad.<sup>581</sup>

Pizarro, por sua vez, alerta que frequentemente a pobreza se confunde com a vulnerabilidade. Assim, destaca que

sin embargo, la inseguridad e indefensión que caracterizan a ésta no son necesariamente atribuibles a la insuficiencia de ingresos, propia a la pobreza. En efecto, si se comparan las condiciones de vida de los trabajadores urbanos con la de los campesinos de áreas remotas es probable que éstos, al basar su vida en la agricultura de subsistencia, se hayan visto menos afectados frente a los programas de ajuste estructural y a los golpes de naturaleza macroeconómica.”<sup>582</sup>

Com relação a esse aspecto, Standing em sua análise do *Precariado* faz um complemento importante sobre a abrangência da vulnerabilidade, ao entender que

o precariado pode ser identificado por uma estrutura característica da renda social, que confere uma vulnerabilidade que vai bem além da que seria transmitida pela renda financeira recebida em um momento específico. Por exemplo, num período de rápida comercialização da economia de um país em desenvolvimento, os novos grupos, muitos a caminho do precariado, acham que perdem os benefícios tradicionais da comunidade e não obtém benefícios corporativos ou do Estado. Eles são mais vulneráveis do que muitos grupos com rendas mais baixas que mantêm formas

<sup>579</sup> PIZARRO, 2001, p. 7.

<sup>580</sup> STANDING, 2017, p.27.

<sup>581</sup> VIGNOLI, 2001, p.17.

<sup>582</sup> PIZARRO, 2001, p. 7.

tradicionais de apoio da comunidade e são mais vulneráveis do que empregados assalariados que tem rendimentos financeiros similares, mas tem acesso a um conjunto de benefícios da empresa e do Estado.<sup>583</sup>

Por certo ocorrem dificuldades para abordagens interdisciplinares da Vulnerabilidade, além das diferenças entre abordagens das ciências naturais e ciências sociais e dos diferentes modelos analíticos (articulação entre variáveis, escalas espaciais e temporais), as formas de relação, diálogo e incorporação das vozes dos sujeitos sociais envolvidos e os níveis de Complexidade em Sistemas Complexos.

Com relação aos níveis de complexidade em sistemas complexos, Porto<sup>584</sup> destaca que existem dois níveis a serem analisados. Nível ordinário e o nível emergente ou reflexivo. O ordinário trata dos sistemas biológicos e ecológicos, da complementaridade de competências e de cooperação (predação, parasitismo, simbiose), assim como a ausência de autoconsciência e de propósitos mais completos. Com relação ao nível emergente, trata da análise dos seres humanos, desde perspectivas da individualidade ao coletivo, versando sobre a consciência, os valores, os dilemas, a pluralidade de interesses e perspectivas, ou seja, procura fazer uma abordagem mais qualitativa.

Pizarro, explica a origem dual do termo a partir de duas vertentes.

por una parte, en los estudios sobre desastres naturales, los que suelen evaluar los riesgos de comunidades y familias ante fenómenos catastróficos y diseñan estrategias para hacerles frente. Por otra parte, y muy recientemente, el mundo intelectual anglosajón comenzó a utilizar el enfoque de vulnerabilidad para comprender los cambios en las condiciones de vida que experimentan las comunidades rurales pobres en condiciones de eventos socioeconómicos traumáticos<sup>585</sup>

Frente a isso, o grande problema de abordagens de vulnerabilidade está no reducionismo, com limitações do enfoque sistêmico formulado exclusivamente a partir de fluxos energéticos, materiais e termodinâmicos, ou por abordagens funcionalistas e quantitativas de fenômenos sociais, desprezando os aspectos históricos, éticos, morais, conflitos, valores, etc. Para escapar desse reducionismo é necessário estabelecer a pluralidade de perspectivas e múltiplas combinações metodológicas (qualitativa, quantitativa, participativa, etc.) de tal modo que a vulnerabilidade possa ser trabalhada a partir de diferentes “mundos fenomênicos”.<sup>586</sup>

---

<sup>583</sup> STANDING, 2017, p.30.

<sup>584</sup> PORTO, M, F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. Revista Crítica de Ciências Sociais, 93, Junho 2011: 31-58.

<sup>585</sup> PIZARRO, 2001, p. 12.

<sup>586</sup> PORTO, M, F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. Revista Crítica de Ciências Sociais, 93, Junho 2011: 31-58.

O estudo das vulnerabilidades é central para a análise de falhas e problemas de segurança e confiabilidade de sistemas técnicos. As noções de resiliência e vulnerabilidade adotadas envolvem dinâmicas adaptativas de transformação de corpos – ou sistemas técnicos – frente a algum impacto externo ou as variabilidades ambientais. Cabe aqui apontar um importante paradoxo que limita a abordagem das engenharias para a análise dos sistemas técnicos perigosos: nestes, uma expressiva parcela da complexidade pode ser atribuída justamente a interação de fatores estritamente técnicos com os de natureza humana e organizacional. Todo o sistema técnico, mesmo o mais simples, possui natureza mista, pois é sempre projetado e operado, ainda que indiretamente, por humanos e pelas suas organizações, podendo ser considerado simultaneamente como sistema complexo.<sup>587</sup>

Ao menosprezarem ou limitarem a compreensão dos aspectos humanos, organizacionais e sociais, as abordagens tecnicistas das ciências fiscalistas e das engenharias no estudo, projeção e gestão de sistemas técnicos tornaram-se reducionistas, e foi neste contexto que foram desenvolvidos sistemas técnicos e organizacionais como a produção taylorista e a linha de montagem fordista. O escopo para o entendimento e projeção de sistemas técnicos vem se ampliando principalmente a partir da segunda metade do século XX. Com o desenvolvimento de novas abordagens de natureza interdisciplinar e sistêmica voltadas ao aumento da segurança e confiabilidade dos sistemas.<sup>588</sup>

No que diz respeito a vulnerabilidade, vitalidade e continuidade no mundo da vida e dos ecossistemas, cabe registrar que a vulnerabilidade no mundo da vida, em seu sentido restrito do mundo não humano, é usada pelas ciências biológicas e, em especial, a ecologia. Pode-se destacar que certos ecossistemas, espécies ou comunidades podem ser mais vulneráveis a determinadas “perturbações” ou riscos, como as mudanças climáticas pelos gases de efeito estufa, o desmatamento pela expansão das monoculturas ou as contaminações químicas. Nesse caso, o conceito de vulnerabilidade possui uma natureza biológica pautada pelo paradigma biológico da ecologia e cujo antônimo pode ser entendido, de forma ampla, não apenas como resiliência, mas também como integridade ou saúde de ecossistemas.<sup>589</sup>

A vulnerabilidade de um ecossistema representaria a perda de resiliência, seja pela declinação do vigor e da biodiversidade, seja pela intensidade do impacto ambiental relacionado, por exemplo, às mudanças climáticas, à perda de biodiversidade ou à poluição

---

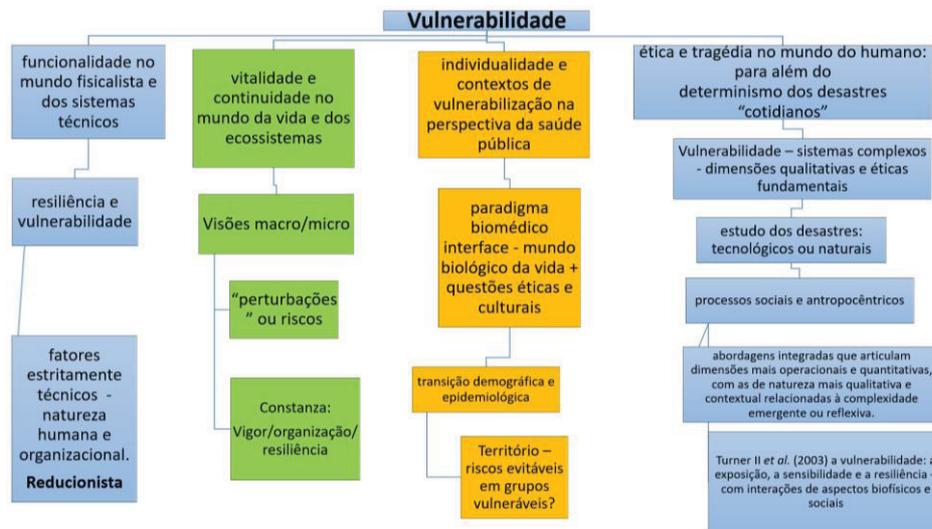
<sup>587</sup> PORTO, M, F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, Junho 2011: 31-58.

<sup>588</sup> PORTO, M, F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, Junho 2011: 31-58.

<sup>589</sup> PORTO, M, F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, Junho 2011: 31-58.

ambiental. Da mesma forma, está relacionada a existência de indivíduos ou grupos suscetíveis com predisposição especial para contraírem enfermidades diante de situações de risco, por exemplo, poluição atmosférica ou ondas de calor/frio. Casos clássicos estão relacionados a faixas etárias específicas (crianças e velhos), pessoas com predisposições genéticas para certas doenças, portadoras de deficiências ou patologias específicas, ou ainda a situações “naturais” particulares.

Figura 1 – Esquema da Vulnerabilidade



Fonte: Autor, 2017.

Conforme se observa na Figura 1, a vulnerabilidade se apresenta de maneira complexa e sistêmica, trabalhando em quatro frentes interconectadas de análise.

Em que pese este tema seja extremamente relevante, não é a intenção desta pesquisa trabalhar os primeiros aspectos, de ordem técnica ou vinculadas aos sistemas fiscalistas e biológicos, razão pela qual, feita esse primeiro olhar sobre o tema, seja relevante focar na perspectiva da vulnerabilidade social.

Isto por que há uma promessa do desenvolvimento que não é cumprida, qual seja, de realizar os direitos da modernidade para aqueles que não alcançaram tais direitos substancialmente. Como se percebe do que foi apresentado até o momento, trata-se de uma falácia extremamente bem planejada desde os interesses da racionalidade econômica e colonialista.

A condição de vulnerabilidades, mais que a de vulneráveis, das populações e comunidades é importante para que possamos tanto resgatar a historicidade dos processos que

dessa forma afetam grupos sociais e lugares, como também para atribuir aos grupos sociais a condição de sujeitos portadores de direitos que foram ou se encontram destituídos.<sup>590</sup>

É preciso compreender que a persistência da pobreza e a má distribuição de renda são próprias do capitalismo e a forma como ele ainda opera como subdesenvolvimento na América Latina, camuflado pela vulnerabilidade que se expande e tende a ser o fator determinante para números cada vez maiores da população.

Sampaio Jr. Assinala que se impugnava a própria noção de subdesenvolvimento como uma realidade composta pela totalidade de nexos orgânicos entre:

controle da economia pelo capital internacional, latifúndio, desemprego estrutural, marginalidade social, inadequação tecnológica, heterogeneidade estrutural, estreiteza e precariedade do mercado interno, controle do Estado por burguesias aculturadas, modernização dos padrões de consumo, posição subalterna na divisão internacional do trabalho, transferência de recursos ao exterior, tendência estrutural a concentração do progresso técnico, colonialismo interno, instabilidade monetária, tendência estrutural à estagnação, fragilidade fiscal, deterioração dos termos de troca, tendência estrutural a desequilíbrios externos, irracionalidade econômica, dependência tecnológica, financeira e cultural, precariedade dos centros internos de decisão, ameaça permanente de crises de reversão estrutural.<sup>591</sup>

Deste modo, é preciso reconhecer que existem limites à vulnerabilidade, ou seja, que existem processos históricos de vulnerabilização e de ocultamento dos conflitos e dos sujeitos, muitas vezes a partir de problemas ambientais que também permaneciam ocultos ou fora dos holofotes da grande mídia. Nesse sentido, há, por certo, uma aproximação salutar entre essa perspectiva da vulnerabilidade com aquilo que Leff já assinalava enquanto saber ambiental, uma vez que o convite à complexidade do saber ambiental é que permitiu deflagrar de maneira crítica esses espaços, sujeitos e epistemes em resistência e em crise.

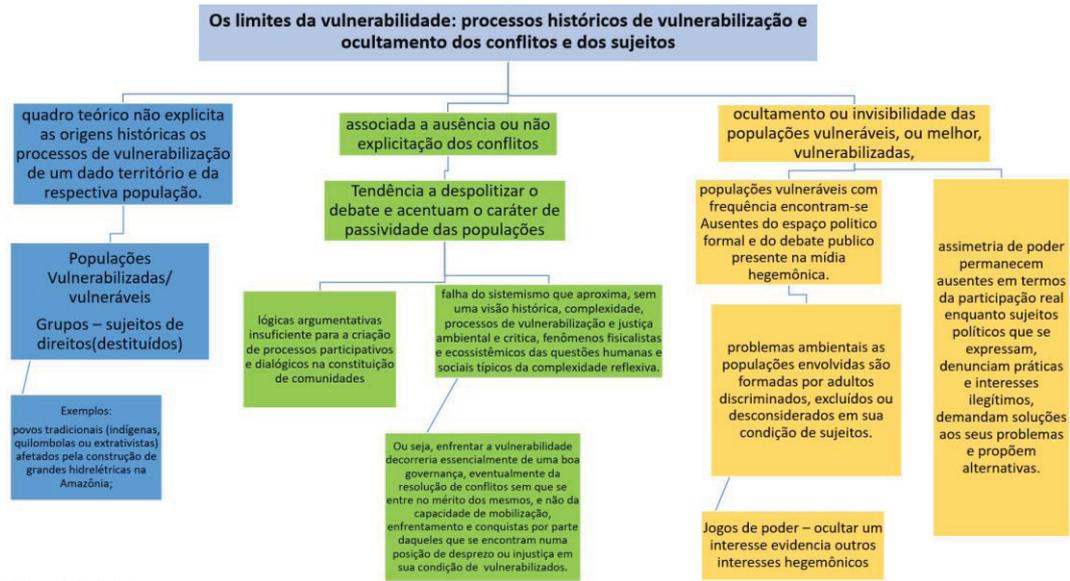
Uma síntese sobre o tema se apresenta na FIGURA 2 abaixo, a partir de três pontos principais: a) quadro teórico que não evidencia as origens históricas desses processos de vulnerabilidade; b) a ausência ou não explicitação da existência dos conflitos; c) ocultamento ou invisibilidade das populações vulnerabilizadas.

FIGURA 2 – OS LIMITES DA VULNERABILIDADE

---

<sup>590</sup> ACSELRAD, 2010.

<sup>591</sup> SAMPAIO JR., 2012, p. 679.



FONTE: AUTOR, 2017.

Um exemplo interessante para *testar* essa possibilidade está nos acontecimentos relacionados ao furacão Katrina e a evidenciação da vulnerabilidade presente nas populações negras, sem resgatar tanto o histórico do racismo nos EUA como da formação urbana em Nova Orleans, ou ainda do acesso diferenciado aos recursos mais importantes para a mitigação dos danos entre os vários grupos sociais e étnicos.<sup>592</sup>

Exemplos semelhantes poderiam ser dados com relação a vulnerabilidade dos povos tradicionais (indígenas, quilombolas ou extrativistas) afetados pela construção de grandes hidrelétricas na Amazônia, das populações urbanas afetadas por enchentes nas metrópoles latino-americanas, ou ainda de trabalhadores e moradores vizinhos a indústrias perigosas, principalmente em países emergentes ou periféricos.<sup>593</sup>

A invisibilidade dos sujeitos se apresenta enquanto uma tensão social que permaneceu encoberta pelas políticas de progresso, depois pelas do desenvolvimento até chegar ao desenvolvimento sustentável. A incapacidade de manter esses problemas encobertos é o que se pretende chamar de tensão social.

Vignoli, nesse sentido, destaca que essa tensão resulta visível em muitos aspectos,

como las lógicas institucionales que privilegian el mundo adulto, los lineamientos oficiales de la escuela que ignoran el conocimiento que los estudiantes adquieren en su vida cotidiana, la racionalidad de una sociedad de mercado, que sólo ve en los jóvenes a potenciales consumidores, colisionan —a veces de manera violenta— con nuevas sensibilidades, formas de relacionarse, de conocer y experimentar el mundo y de construir su futuro, propias de una parte importante de los jóvenes actuales. Aunque esta línea de respuesta que subraya los conflictos entre generaciones (más específicamente los choques entre adultos y jóvenes) conduce a planteamientos

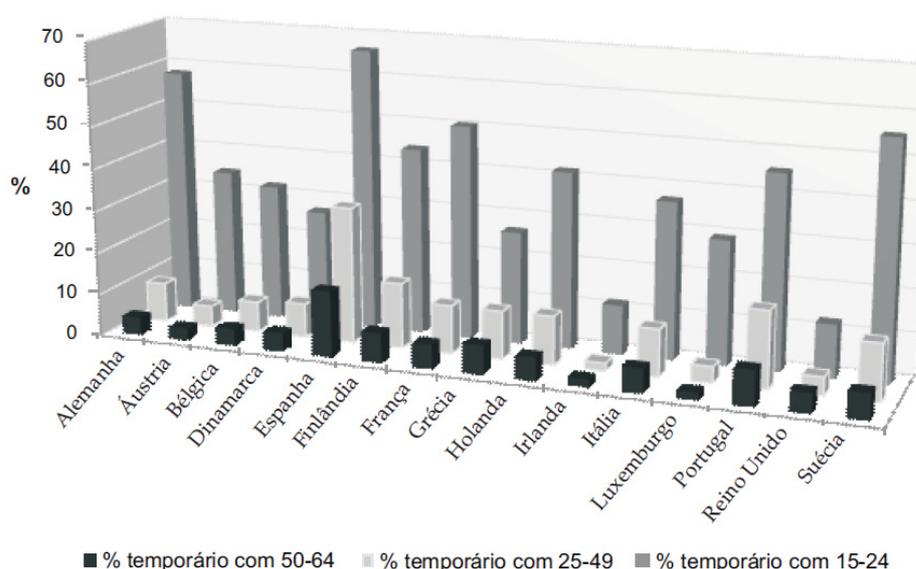
<sup>592</sup> BULLARD, 2005.

<sup>593</sup> PORTO, 2007.

excesivos, es útil para denotar la desigual distribución de los recursos disponibles entre los diferentes grupos etarios, que favorece a los adultos incorporados a la población activa, y hacia los cuales se orientan casi todas las políticas sociales relevantes.<sup>594</sup>

No que diz respeito ao ingresso dos jovens no mercado de trabalho, é interessante observar as consequências disso a longo prazo para as políticas de seguridade social, acesso as instituições de ensino e financeiras, assim como, em distantes das posições de poder da sociedade. Esse conjunto populacional crescente hodiernamente é caracterizado pela expressão “Nem-nem”, ou seja, “nem trabalham, nem estudam”. Ainda que o tema seja aparentemente recente, existem alguns estudos na Europa que já conseguem demonstrar essas taxas e os efeitos sobre os grupos etários mais jovens.<sup>595</sup>

GRÁFICO 3 – TRABALHO TEMPORÁRIO POR GRUPO ETÁRIO E POR PAÍS (2005)



Fonte: Eurostat, LFS (<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>)<sup>596</sup>

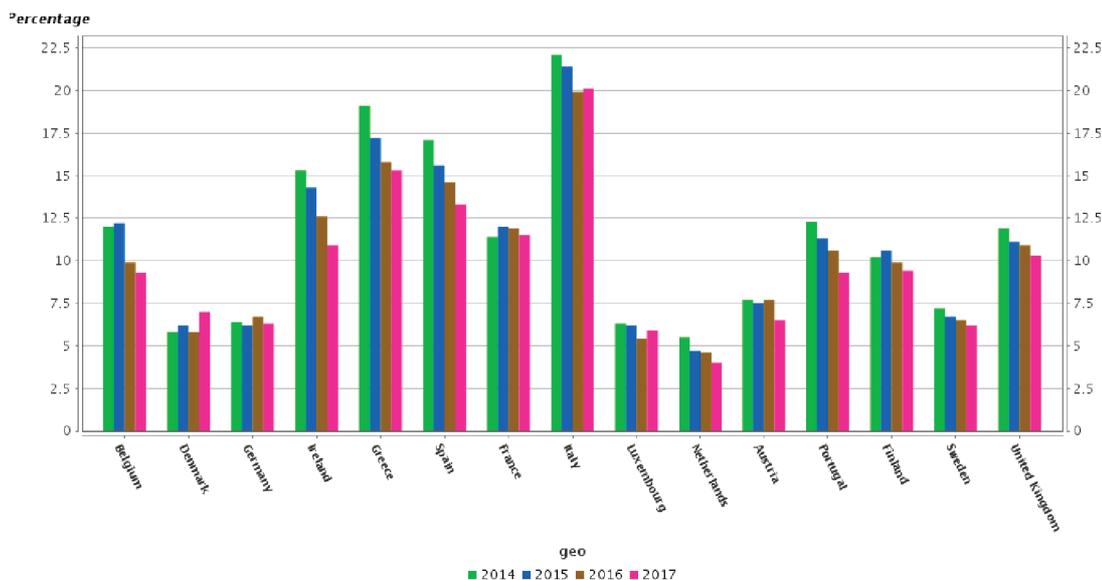
Tendo em vista que a pesquisa consultada só tinha dados referentes ao período de 2005, optou-se por incluir um gráfico sobre a condição dos jovens europeus dos mesmos países durante o período que vai de 2014 a 2017. O GRÁFICO 4 apresenta esses resultados.

GRÁFICO 4 - JOVENS NÃO EMPREGADOS NEM EM EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (15-24 ANOS) -% DA POPULAÇÃO TOTAL NO MESMO GRUPO ETÁRIO

<sup>594</sup> VIGNOLI, 2001, p.12.

<sup>595</sup> OLIVEIRA, Luísa; CARVALHO, Helena. A precarização do emprego na Europa. Dados, Rio de Janeiro, v.51, n. 3, p. 541-567, 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582008000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000300001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 31 Mar 2018

<sup>596</sup> OLIVEIRA, Luísa; CARVALHO, Helena. A precarização do emprego na Europa. Dados, Rio de Janeiro, v.51, n. 3, p. 541-567, 2008. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582008000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582008000300001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 31 Mar 2018

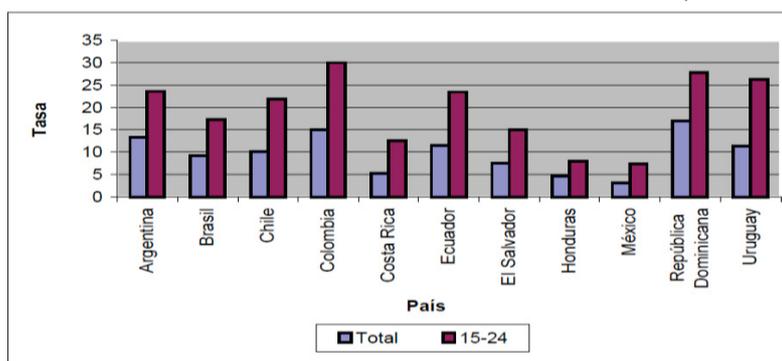


Fonte: <http://ec.europa.eu/eurostat/tgm/graph.do?pcode=tipslm90&language=en>

Nota: O indicador de jovens que não tem emprego nem na educação e formação (NEET) fornece informações sobre jovens entre os 15 e os 24 anos que cumprem os condições: (a) eles não estão empregados (ou seja, desempregados ou inativos de acordo com a (Definição da Organização do Trabalho) e (b) eles não receberam nenhuma educação ou treinamento no quatro semanas anteriores à pesquisa. Os dados são expressos como uma porcentagem da população total em mesma faixa etária, excluindo os respondentes que não responderam à pergunta 'participação na educação e formação' e em mudança ao longo de 3 anos (em% pontos).

É importante observar que os GRÁFICO 3 e GRÁFICO 4 servem apenas para exemplificar essa perspectiva dos “nem-nem”, uma vez que a presente pesquisa não está direcionada a fazer análise quantitativa de dados estatísticos. Assim, é importante compreender que a evidenciação dos gráficos tem apenas o condão de ilustrar a realidade social. Da mesma forma, frise-se que a Europa não é objeto de investigação, mas é utilizada como exemplo justamente pela possibilidade percepção da precarização do trabalho e da vulnerabilidade social que vem sofrendo – ainda que em expressões distintas das apresentadas no contexto latino-americano.

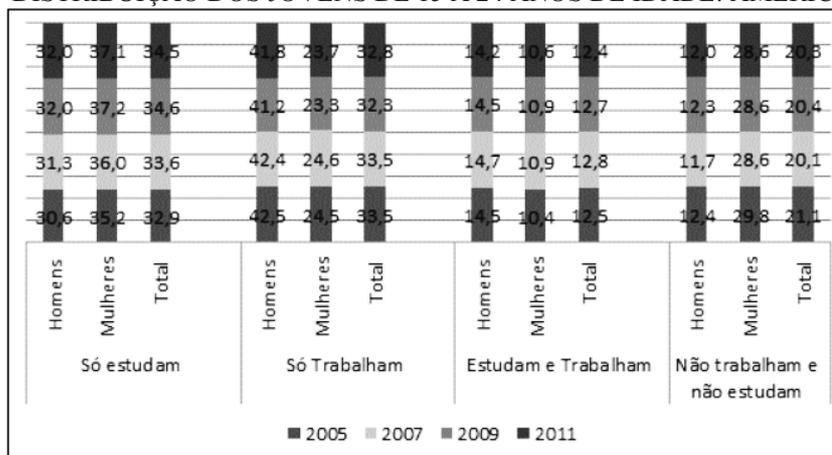
GRÁFICO 5 – TAXAS DE DESEMPREGO TOTAL E DE GRUPO DE 15 A 25 ANOS, PAÍSES SELECIONADOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 1998.



Fonte: VIGNOLI, 2001, p. 47.

Essas questões podem ser evidenciadas no GRÁFICO 5 acima, que representa as taxas de desemprego e ilustram a situação da América Latina.

GRÁFICO 6 – DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS DE IDADE: AMÉRICA LATINA (%)



Fonte: Figueiredo & Almeida, 2017. p. 120.

Figueiredo & Almeida ainda destacam que

a Organização para a Cooperação Econômica e o Desenvolvimento (OCDE) (OECD, 2012) estima que dois anos após o início da crise (2010) a taxa de jovens desempregados ou inativos entre 15 e 29 anos de idade, e que também não estavam na escola, já atingia 15,8% nos países da OCDE, alcançando o maior índice na Turquia (36,6%), Israel (27,4%), México (24,4%) e Espanha (23,7%). Entre os 21 países analisados na União Europeia a média no mesmo ano foi de 14,8%. O Brasil se examinado utilizando o mesmo conceito de NEET da OCDE aparece com 19,6%. Para Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2013), na América Latina cerca de 21,8 milhões de jovens, entre 15 a 24 anos não estudam e nem trabalham. Todavia, é importante ressaltar que nos países da OCDE, a crise do emprego é central. Diferentemente no Brasil, cuja desigualdade social fortemente marcada pela diferença de renda das famílias, e consequentemente a pobreza, assume papel central na definição do fenômeno dos “Nem-Nem”.<sup>597</sup>

Nesse sentido, o que se observa é que a vulnerabilidade um contingente cada vez maior desse grupo, que permanece invisibilizado muitas vezes pelo discurso abstrato do desemprego. Vignoli sintetiza a situação desta realidade social ao dizer que: “el bello mundo que la teoría ofrece a los jóvenes es sólo potencial. Para la mayoría de la juventud, el mercado de trabajo ya la inserción laboral – tanto en su expresión de desocupación como de trabajos precarios o mal remunerados – son fuente de aguda vulnerabilidad.”<sup>598</sup>

Ademais, a ausência ou não explicitação dos conflitos socioambientais que demarcam os contextos de vulnerabilidade tem como consequência direta a ausência de políticas públicas específicas. Ao não reconhece-los ou explicita-los, as abordagens sobre vulnerabilidade tendem

<sup>597</sup> ALMEIDA, Jessika Brenner Soares Araújo de; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. POPULAÇÃO NEM-NEM: uma análise a partir dos dados da PNAD 2012. Revista de Estudos Sociais, [S.l.], v. 19, n. 38, p. 106-129, jul. 2017. ISSN 2358-7024. Disponível em: <<http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/4942>>. Acesso em: 01 abr. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.19093/res4942>. p.107.

<sup>598</sup> VIGNOLI, 2001, p. 47.

a despolitizar o debate e acentuam o caráter de passividade das populações frente a características “sistêmicas” não questionáveis das sociedades.<sup>599</sup>

De outra parte, uma certa visão relativamente ingênua, ao supor que a aceitação de lógicas argumentativas mais adequadas – porque reconhecedoras da complexidade emergente e reflexiva dos humanos – seria em si suficiente para a criação de processos participativos e dialógicos na constituição de comunidades, o que tende a ser um dos principais pontos de falha na elaboração de políticas.<sup>600</sup>

Normalmente os problemas ambientais e as populações vulneráveis encontram-se submersos num conjunto de relações de poder, envolvendo interesses políticos e econômicos que expressam disputas entre diferentes sentidos e valores relacionados, como por exemplo, aos significados da natureza, vida e morte; ao acesso, uso e distribuição dos recursos naturais; aos investimentos econômicos e formas de distribuição entre os benefícios e os danos destes investimentos; as políticas públicas e práticas institucionais; enfim, ao próprio modelo e sentido de desenvolvimento humano e social.<sup>601</sup>

Não reconhecer a existência dos conflitos que emergem nos territórios, seja no caso dos desastres ou dos problemas de saúde pública, pode fazer com que as análises de vulnerabilidade desconsiderem a dimensão dialética da história – ou como Santos indica – uma dialética infernal - e os seus processos de vulnerabilização, assim como passivamente aceitem como “natural” a desconsideração dos vulneráveis em sua condição de sujeitos.

O problema disto é que as propostas de transformação mais substantivas são delimitadas apenas em termos da racionalidade e boa vontade dos tomadores de decisão ou dirigentes no âmbito dos governos e das organizações públicas ou privadas em ambientes “colaborativos” e despolitizados, avessos a conflitos ou dissensos, ainda que estes sejam centrais na compreensão dos problemas. Ou seja, enfrentar a vulnerabilidade decorreria essencialmente de uma boa governança, eventualmente da resolução de conflitos sem que se entre no mérito dos mesmos, e não da capacidade de mobilização, enfrentamento e conquistas por parte daqueles que se encontram numa posição de desprezo ou injustiça em sua condição de vulnerabilidades.<sup>602</sup>

---

<sup>599</sup> PORTO, M, F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, Junho 2011: 31-58.

<sup>600</sup> PORTO, M, F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, Junho 2011: 31-58.

<sup>601</sup> PORTO, M, F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, Junho 2011: 31-58.

<sup>602</sup> PORTO, M, F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, Junho 2011: 31-58.

Muitas vezes isso ocorre quando tal condição pode intensificar os conflitos socioambientais decorrentes dos jogos de poder, por questionar como ilegítimas formas de apropriação dos recursos e das riquezas, ou de distribuição dos riscos e cargas ambientais num território e contexto particular. Nesses casos, o ocultamento ou a invisibilização de tais populações possui intencionalidade, dado que a inclusão de certos interesses ou valores na arena política pode dificultar a realização de outros interesses hegemônicos.<sup>603</sup>

A perspectiva de epistemologia política proposta explicita os limites das abordagens convencionais (incertezas, desprezo de fatores humanos, desconsideração de outras formas de argumentação), ao mesmo tempo em que promove a discussão dos riscos e impactos ambientais moralmente inaceitáveis (evitáveis e que são impostos aos mais vulneráveis), ressalta a importância da “ciência cidadã” (integração entre produção acadêmica e militância) e estimula o desenvolvimento de ações conjuntas e solidárias (formação de redes, como a Rede Brasileira de Justiça Ambiental)<sup>604</sup>.

Em síntese, enquadrar certas populações na categoria de “vulneráveis” pode representar, de forma paradoxal e ambígua, uma forma de compactuação com a sua condição de não sujeitos não portadores de direitos, sejam trabalhadores superexplorados, grupos étnicos vítimas de racismo, populações tradicionais como indígenas, extrativistas ou quilombolas, populações pobres moradoras em periferias urbanas com múltiplos riscos ou em “zonas de sacrifício”, de entre outros grupos populacionais. A Justiça Ambiental explicita quem ganha, quem perde e quem são os vulneráveis, enfatiza os processos históricos de vulnerabilização (exploração, espoliação, etc.), explicita os conflitos e incorpora as vozes das populações atingidas.

### *3.3.2 Polarização humana e a vulnerabilidade na dinâmica neoliberal: a invisibilidade dos subalternos*

No campo da formalidade de direitos há que se entender que esta inicial incongruência entre o ideário do Direito moderno e a realidade social logo pode ser desfeita. Essa compatibilidade, no entanto, faz parte dos encaixes e desencaixes do próprio sistema jurídico, nas concepções kelsenianas do mundo do *ser* e do mundo do *dever-ser*. Desta forma, ainda se apresenta como um desafio para uma nova epistemologia do direito, a partir do *não visível*, ocultado ou invisibilizado, produzido tanto pelos próprios cânones do direito, suas estruturas

---

<sup>603</sup> PORTO, M, F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. Revista Crítica de Ciências Sociais, 93, Junho 2011: 31-58.

<sup>604</sup> Será abordado no próximo capítulo.

jurídico-normativas, pela sua exegese e pelos códigos legislativos que informam do mesmo modo suas práticas de julgar, de sancionar e de punir.

Ao revés, porém, as consequências dos processos de apropriação do capitalismo por espoliação tencionaram (re)produzir frutos nefastos que ampliaram as mazelas da sociedade, tais como a pobreza, a exclusão e a invisibilidade social, a fome e a violência de todas as ordens, associando-se a tais problemas, a crise socioambiental, o que configura, em conjunto, o que se propõe aqui sob a denominação de *injustiças socioambientais*.

Por consequência, esse quadro notadamente ratifica as injustiças socioambientais, confundindo-se e confluindo sujeitos e lugares sobre os mesmos rótulos de estigmatização, excluindo-os reiteradamente, por meio de estruturas simbólicas de exclusão e aprisionamento de seus destinatários.

Esses processos de (in)visibilização serão explorados ao longo deste tópico, principalmente pela necessidade de abordar as matizes mais significativas de sua elaboração, e, portanto, evidenciar em que sentido elas transitam pela modernidade ao longo dos últimos dois séculos, assim como, em que medida acompanham ou se afastam dos parâmetros de desenvolvimento dos países hegemônicos. A partir disso, compreender quais funções ocupam os dispensáveis, aqueles que não exercem papéis fundamentais para as funções produtivas e tendem a sobreviver nos interstícios e nas ocupações marginais da ordem produtiva.

Como já evidenciado nos tópicos anteriores, o tema da vulnerabilidade decorre da inserção de políticas neoliberais que tendem a reforçar a desigualdade social e a pobreza, de forma a que grupos sejam excluídos de maneira permanente do acesso aos processos produtivos. Associado a isso, há um conjunto de estratégias para o ocultamento ou invisibilidade das populações vulneráveis, ou melhor, vulnerabilidades, e como tais populações podem ser reconhecidas e fortalecidas em seu papel de sujeitos coletivos portadores de direitos.<sup>605</sup>

Um dos elementos centrais da vulnerabilidade é também um dilema, tratando-se de uma contradição do próprio conceito, ou seja, que as populações vulneráveis com frequência se encontram ausentes do espaço político formal e do debate público presente na mídia hegemônica, ou, quando presentes, tendem a estar assimetria de poder, permanecendo ausentes em termos da participação real enquanto sujeitos políticos que se expressam, denunciam práticas e interesses ilegítimos, demandam soluções aos seus problemas e propõem alternativas.<sup>606</sup>

---

<sup>605</sup> PORTO, M, F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 93, Junho 2011: 31-58.

<sup>606</sup> PORTO E PACHECO, 2009.

Essa invisibilização é ainda mais intensa quando o território da intervenção e o espaço são – a caráter – públicos ou abstratos demais – como “espaços de ninguém”, como por exemplo as florestas, faxinais, manguezais e rios onde hidrelétricas, minerações e monocultura do agronegócio se expandem, tal como pode ser visto no Mapa da Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil.<sup>607</sup>

A invisibilidade é mais fácil de ser compreendida quando a vulnerabilidade está associada a condições específicas que impedem ou dificultam sobremaneira a capacidade de expressão ou organização política. Este pode ser o caso da vulnerabilidade ligada a um grupo de crianças, por exemplo. Porém, em muitos problemas ambientais as populações envolvidas são formadas por adultos discriminados, excluídos ou desconsiderados em sua condição de sujeitos.<sup>608</sup>

Nesse sentido, Faria & Santos assinalam que

a inobservância sutil e sofisticada dos dispositivos constitucionais – que é um dos efeitos da colonialidade – produz invisibilidades materiais que desconsideram a cultura, a participação e outras temporalidades dos povos. O resultado são decisões no executivo, legislativo e judiciário que criam novas realidades jurídicas desconectadas dos significantes e significados democráticos-constitucionais de 1988, construindo-se, assim, verdadeiros simulacros e simulações.<sup>609</sup>

A (in)visibilidade se opera a partir da lógica do mercado, conforme possa oferecer mais produtos, conforme possa oferecer postos de trabalho para o consumo. O valor do produto à consumo se dá pela potencialidade de margem de lucro, jamais pelo aporte de alcançar um conjunto maior de consumidores, justamente pela perspectiva de que quanto maior o número de consumidores, menor será o ‘valor’ agregado ao produto.<sup>610</sup>

É na complexidade dessas relações entre consumidores e vulneráveis que se encontra a perspectiva da crescente polarização humana. Bauman faz uma excelente crítica sobre o tema:

os efeitos da crescente polarização inter e intra-societária de riqueza, renda e chances de vida - sem dúvida a mais preocupante das tendências contemporâneas - têm sido amplamente estudados e discutidos, embora pouco - exceto por algumas poucas medidas *ad hoc*, fragmentárias e irresolutas – tenha sido feito para reverter esses efeitos, e menos ainda para deter a marcha da tendência. A história continuada de preocupação e inação tem sido contada e recontada muitas vezes, sem nenhum benefício visível até agora. Não é minha intenção repetir a história mais uma vez, mas sim questionar o marco cognitivo e o conjunto de valores nos quais está contida como

<sup>607</sup> PORTO E PACHECO, 2009.

<sup>608</sup> PORTO, M, F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. Revista Crítica de Ciências Sociais, 93, Junho 2011: 31-58.

<sup>609</sup> SILVA, Eduardo Faria; SANTOS, Anderson Marcos. Democracia, Desenvolvimento humano e multiétnicidade no Brasil: da visibilidade formal à invisibilidade material. *In.*: Revista Argumentum, Marília/SP, V. 18, N. 1, pp. 87-107, Jan.-Abr. 2017. p. 89.

<sup>610</sup> Nesse sentido ler SANTOS, 1987, p.15.

regra; um marco e um conjunto que constituem uma barreira para a total compreensão da gravidade da situação e para a busca de alternativas exequíveis.<sup>611</sup>

Nesse sentido, o que se observa é uma discussão em torno de questões predominantemente econômicas e de distribuição de renda, assim como um discurso humanista (ou talvez humanizado) de compaixão e auxílio aos pobres. Bauman alerta que embora esses pressupostos não estejam errados, são insuficientes, pois concentrando-se nestes pontos, outros permanecem silenciados:

E os fatos que eles suprimem são o papel desempenhado pelos novos-pobres na reprodução e reimposição do tipo de ordem global que é a causa da destituição deles e também do medo ambiente que torna a vida dos restantes infeliz; e a ordem global depende dessa destituição e desse medo ambiente para sua própria autopropagação. Karl Marx disse certa vez – nos tempos do início do capitalismo, selvagem e até então indomado, ainda demasiado iletrado para decifrar as frases escritas na parede - que os trabalhadores não poderiam se libertar sem libertar o resto da sociedade. Poderíamos dizer agora, nos tempos do capitalismo triunfante, que não presta mais atenção às frases escritas em qualquer parede (ou às próprias paredes), que *o restante da sociedade não pode ser libertado de seu medo ambiente e impotência a não ser que sua parte mais pobre seja libertada da penúria.*<sup>612</sup>

Nesse sentido, Standing entende que

ao lado dos assalariados, em mais de um sentido, está (até agora) um grupo menor de *proficians*. Esse termo combina as ideias tradicionais de ‘profissional’ (*professional*) e ‘técnico’ (*technician*), mas abrange quem detém um conjunto de habilidades que podem ser vendidas, recebendo altos rendimentos em contrato, como consultores ou trabalhadores autônomos. Os *proficians* equivalem aos *yeomen* (pequenos proprietários de terras com direitos políticos, cavaleiros e *squires* (nobres rurais) na Idade Média. Vivem com a expectativa e o desejo de se mudar continuamente, sem um impulso para o emprego de longo prazo e de período integral numa única empresa.<sup>613</sup>

Na nova hierarquia dos processos produtivos, Standing ainda vislumbra os trabalhadores manuais – a essência da velha classe trabalhadora, que está abaixo dos *proficians* em termos de renda. Se os Estados de bem-estar social foram pensados para incorporar esses trabalhadores industriais, com o retraimento dos movimentos trabalhistas, acabaram estes também por se retrair e perderam o sentido de solidariedade social.<sup>614</sup>

Na realidade, isso que temos o costume de chamar de ‘desemprego’ talvez não corresponda mais a falta de *trabalho*, mas sim de *emprego*, se por emprego entendermos um conjunto de seguranças - estabilidade, acesso a determinadas garantias, titularidade de um conjunto de direitos socialmente reconhecidos - do qual o pós-fordismo expropriou a totalidade da força de trabalho contemporânea. Talvez o

<sup>611</sup> BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 149.

<sup>612</sup> BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 150.

<sup>613</sup> STANDING, 2017, p. 24.

<sup>614</sup> STANDING, 2017, p. 24.

‘desemprego’ então se configure hoje mais propriamente como a abolição do ‘trabalho’ específico, próprio do capitalismo industrial, do trabalho ao qual nos referimos quando se diz que um a mulher ‘não tem um trabalho’ e dedica o seu tempo a criar os filhos, e que ‘tem um trabalho’, quando dedica apenas uma fração do seu tempo a criar os filhos dos outros.<sup>615</sup>

Esse retraimento decorre do fato de cada vez menos se encontrar trabalho remunerado e as taxas de desemprego somente tendem a crescer. Se durante o avanço da industrialização foi possível identificar que se criavam mais novos empregos do que os velhos empregos eram destituídos – e isso permanece possível até os anos 1970 – a relação de crescimento da produtividade e o nível de desemprego tendem a ser mais negativas a cada ano. Além disso, há um sintomático sentimento de insegurança, pela oportunidade de flexibilização que retira a estabilidade dos empregos que tendem a se transformar em empregos temporários.<sup>616</sup>

Pizarro complementa que:

en la práctica, el acceso al empleo en las ramas modernas y en las grandes empresas, vale decir en el sector dinámico de la economía, se encuentra restringido a personas con formación altamente calificada. Para el resto de la fuerza de trabajo las oportunidades se reducen a las ramas de baja productividad y a las micro y pequeñas empresas, las que normalmente ofrecen bajos salarios y se caracterizan por una mayor precariedad. Es posible constatar, entonces, un estrecho vínculo entre vulnerabilidad social y empleo, que no existía con el patrón de desarrollo propio de la industrialización.<sup>617</sup>

Além da falta de garantia no emprego e da renda social insegura, aqueles que fazem parte do precariado carecem de uma *identidade* baseada no trabalho. Quando estão empregados, ocupam empregos desprovidos de carreira e sem tradições de memória social, ou seja, não sentem que pertencem a uma comunidade ocupacional imersa em práticas estáveis, códigos de ética e normas de comportamento, reciprocidade e fraternidade.<sup>618</sup>

Ademais, é oportuno fazer referência ao alerta que os sistemas penais de prevenção estabelecem, uma vez que trabalham nas margens do sistema produtivo. Nesse sentido, registre-se a análise de Giorgi:

A relação entre desemprego e encarceramento é mediada, por conseguinte, por uma *percepção* da marginalidade social como ameaça a ordem constituída, que se torna hegemônica nos períodos de crise econômica; Quando a crise econômica se agrava, o Poder judiciário manifesta crescente preocupação com a possível ameaça a ordem social, proveniente de “populações problemáticas”, dos homens desempregados mais do que das mulheres, dos jovens mais do que dos adultos e dos negros mais do que dos brancos [...], e reage a essa “percepção” aumentando o recurso ao encarceramento,

<sup>615</sup> GIORGI, Alessandro De. A miséria governada através do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento criminológico; v. 12). p. 68.

<sup>616</sup> BAUMAN, Zygmunt. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

<sup>617</sup> PIZARRO, 2001, p. 14.

<sup>618</sup> STANDING, 2017, p.31.

sobretudo no caso de delitos contra a propriedade, na expectativa de que uma resposta deste tipo tenha um efeito inibidor e incapacitador, e que, com consequência, possa neutralizar a ameaça.<sup>619</sup>

Assim, o cenário se assemelha mais a uma arena, na qual lutam os cidadãos e os subcidadãos, expressando suas lutas, fazendo valer seus direitos e reivindicando suas conquistas em detrimento do Outro – com o acréscimo de que as formas de controle social do Estado estão realizando uma vigilância mais ostensiva sobre esses grupos vulneráveis.

Bauman é preciso em sua crítica ao relacionar o dinheiro com a liberdade do consumidor:

enquanto turista, patrão e cliente, o consumidor de serviços está sempre no comando: exige, estabelece as regras e, acima de tudo, decide quando o encontro começa e quando termina. Os estrangeiros são fornecedores de prazeres. A presença deles é uma quebra do tédio. Deveríamos agradecer a Deus que eles estejam aqui. Então por que todo esse alvoroço? Não nos enganemos, o alvoroço vem de outras áreas da cidade, que os consumidores em busca de prazeres nunca visitam. Essas áreas são habitadas por pessoas incapazes de escolher quem elas encontrarão e por quanto tempo, impossibilitadas de pagar para ter suas escolhas respeitadas; por pessoas sem poder, que experimentam o mundo como uma armadilha e não como um parque de aventuras; que estão encarceradas num território no qual não existe saída para *elas*, mas onde os *outros* podem entrar e sair à vontade. O dinheiro, o único cacife para assegurar a liberdade de escolha, moeda legal na sociedade de consumo, está escasso ou é diretamente negado a eles.<sup>620</sup>

Santos, em complemento, assinala que a humanidade moderna não se concebe sem uma sub-humanidade moderna. A afirmação do Eu universal somente ocorre pela negação do Outro universal. Assim, negar o Outro se torna o sacrifício necessário para a universalidade do Eu.<sup>621</sup>

Se o início da modernidade e do indivíduo decorrem da dominação de si mesmo, da reificação do domínio sobre o território, o corpo e o conhecimento do outro, nesse sentido, a arena hodierna em que se colocam esses novos lutadores, assemelha-se em muito com o indivíduo conquistador – doravante consumidor. Aos Outros, aqui denominados de vulneráveis, para Bauman – os estrangeiros – precisam ser vigiados e controlados, para que os consumidores se sintam seguros.

a incapacidade de compreender e governar o real determina a transição a um poder de controle do excesso que *não é mais produção, mas sim pura destruição de subjetividades*. Através da vigilância, do gueto, do internamento, da guerra contra a imigração, da guerra humanitária, ele cultiva a ilusão de constranger a multidão em categorias definidas, de dispô-la segundo linhas hierárquicas, impondo-lhe uma

<sup>619</sup> GIORGI, Alessandro De. A miséria governada através do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento criminológico; v. 12). p. 55.

<sup>620</sup> BAUMAN, Zygmunt. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 120.

<sup>621</sup> Neste sentido, ver SANTOS, 2010.

ordem pré-concebida. Não conseguindo exercer-se sobre o “tornar-se múltiplo” dos sujeitos, o governo do excesso os cristaliza, atribuindo-lhes violentamente uma identidade predefinida - de imigrante, desempregado, criminoso - necessária para tornar possível o regime da vigilância. Mas a violência desta imposição de identidade acrescenta-se imediatamente uma outra, a distribuição das diversas classes de indivíduos nos não-lugares do controle: a imigração nas “zonas de espera” do Império, o desemprego nos guetos metropolitanos, a precariedade nas dobras do trabalho negro, o desvio no cárcere, o trabalho imaterial nas redes, as diversidades existenciais nas margens.<sup>622</sup>

Por isso, enquanto aos vulneráveis se estabelece um conjunto de sistemas de vigilância e controle, para o consumidor se oferece um lugar em que ele pode desfrutar de sua liberdade em segurança, manifestando seus desejos sem a importunação daqueles que são perigosos. O *shopping center* se torna seu parque de diversão.

Santos, nesse sentido, destaca que

em lugar do cidadão surge o consumidor insatisfeito e, por isso, votado a permanecer consumidor. Sua dependência em relação aos novos objetos limita sua vocação para obter uma individualidade e reduz a possibilidade dos encontros interpessoais diretos e enriquecedores, porque simbólicos em sua própria origem. A comunicação entre as pessoas é frequentemente intermediada por coisas. Frequentemente os movimentos de massa também se esgotam nas coisas, tendo uma lógica mais instrumental que existencial. As mobilizações são locais ou setoriais. A socialização capitalista, originária de uma divisão de trabalho que a monetarização acentua, impede movimentos globais e um pensamento global. A reivindicação de uns não raro representa um agravo para o outro. A força da alienação vem dessa fragilidade dos indivíduos, quando apenas conseguem identificar o que os separa e não o que os une.”<sup>623</sup>

O consumidor não se pretende local, pois o seu lugar passou a ser o mundo. Não estranha que esse tipo de mensagem apareça inscrito em algum outdoor como sinônimo de liberdade (de consumo), razão suficiente para que o local seja vivenciado como prisão ou limitação de consumo. O consumidor está ocupado demais em ser global para se ver preocupado com problemas locais.

Nesse sentido, é interessante observar que enquanto aos Outros, há a prevenção e, portanto, uma orientação de que estão sendo controlados e vigiados, aos consumidores se passa a impressão de que apenas devem aproveitar sua liberdade e consumir. Porém, o preço pela ingenuidade é alto demais. Por certo os consumidores não ficam isentos de formas de controle social, e mesmo em sua agitada vida destinada ao consumo há um controle panóptico elementar, digno de Bentham.<sup>624</sup>

---

<sup>622</sup> GIORGI, Alessandro De. A miséria governada através do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento criminológico; v. 12). p. 112.

<sup>623</sup> SANTOS, 1987, p. 15.

<sup>624</sup> Jeremy Bentham foi um pensador iluminista que idealizou o sistema de vigilância panóptico, o qual poderia ser utilizado nas diversas instituições da época.

Giorgi evidencia isso no seguinte relato:

as 21.000 tele câmeras de circuito fechado que estão instaladas nos territórios urbanos da Inglaterra, as torres direcionais de Los Angeles (munidas de “olfato, sensibilidade a umidade e a temperatura”, capacidade de “detecção dos movimentos e, em alguns casos, de escuta”), os. Instrumentos de detecção biométrica das identidades disseminados nas principais metrópoles ocidentais, os detectores de metais que, diante da indiferença generalizada, procedem a sistemáticas “perquisições imateriais”, enfim todos estes dispositivos de vigilância não configuram um único, enorme e onipresente *panopticon*. O seu objetivo, na realidade, não é controlar os indivíduos, mas sim *construí-los*, reunindo “fragmentos factuais” que, no seu conjunto, permitem designar os indivíduos a esta ou aquela classe de risco: [...] .Pelo contrário, as classificações atuariais produzidas por esses processos (e que, por sua vez, as inspiram) não tem tanto a função de detectar populações a serem disciplinadas, reguladas ou “normalizadas”; sua função é muito mais a de diferenciar as possibilidades de acesso a (ou de fuga de) determinadas zonas da cidade.<sup>625</sup>

Bauman ilustra que o excesso de preocupações e de incertezas está na ordem do dia dos consumidores e é realizado pelos vulneráveis. Para ele, “quanto mais destituídos e desumanizados os pobres do mundo e da próxima esquina são mostrados e vistos, melhor desempenham esse papel no drama que não escreveram e para o qual não se candidataram.”<sup>626</sup>

Fleury faz uma abordagem interessante sobre o tema:

é a situação de violência que experimentamos nos dias atuais, especialmente nas grandes cidades, gerando um sentimento generalizado de insegurança e medo, que pode ser tomada como a condição atual de emergência da questão social, requerendo estratégias de políticas públicas que possam responder a esta situação crítica e assegurar possibilidades de recriação da coesão social. A associação entre pobreza, crime organizado e violência reconduz as políticas sociais a uma função de apaziguamento do conflito urbano, desvirtuando sua condição de reconstrução da esfera pública democrática. [...]. De uma forma mais profunda, a exclusão implica a construção de uma normatividade que separa os indivíduos, impedindo sua participação na esfera pública. Trata-se de um processo relacional e cultural que regula a diferença como condição de não inclusão, apresentando também uma manifestação territorial, seja como gueto ou favela.<sup>627</sup>

Desta forma, a lição de Bauman é elementar para compreender a lógica e a racionalidade econômica atual, assim como a razão para que exista a ocultação e o silenciamento de certas lutas ou a possibilidade de resistência.

tempos atrás, as pessoas eram induzidas a suportar seus destinos com docilidade, não importa quão duro fosse. Assim como todas as outras coisas do outro mundo e eternas, o mundo inferior pensado para produzir um efeito semelhante havia sido trazido para a Terra, colocado firmemente nos confins da vida terrestre e apresentado numa forma pronta para consumo instantâneo. Os pobres são hoje o "Outro" coletivo dos assustados consumidores; são os "outros", de maneira muito mais tangível e com mais

<sup>625</sup> GIORGI, Alessandro De. A miséria governada através do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento criminológico; v. 12). p. 103.

<sup>626</sup> BAUMAN, Zygmunt. A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 150.

<sup>627</sup> FLEURY, Sonia. Pobreza, desigualdades ou exclusão? Ciência & Saúde Coletiva. Revista da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Brasil., vol. 12, núm. 6, dezembro, 2007, p. 1423.

convicção do que aqueles do *Huit-clos* de Sartre. Os pobres são o que o resto do mundo não-pobre gostaria de ser (apesar de não ousarem tentá-lo): livres da incerteza. Mas a certeza que obtêm em troca vem na forma de ruas miseráveis, infestadas de doenças, crimes e drogas (se vivem em Washington, D.C.) ou de uma morte lenta por desnutrição (se habitam o Sudão). A lição que aprendemos quando escutamos falar dos pobres é que a *certeza deve ser mais temida do que a detestada incerteza*, e que a punição pela rebelião contra os desconfortos da incerteza diária é rápida e inclemente. *A visão dos pobres mantém os não-pobres vigiados e obedientes*. Assim, ela perpetua a vida de incerteza destes. Ela os estimula a tolerar ou suportar com resignação a irrefreável "flexibilização" do mundo e a crescente precariedade de sua condição. A visão encarcera a imaginação e prende os braços deles, que não ousam imaginar um mundo diferente; estão muito cautelosos para tentar mudar o mundo em que vivem. E enquanto este for o caso, as chances de uma sociedade autônoma e autoconstitutiva, com uma república e uma cidadania democráticas, são, para dizer o mínimo, escassas e sombrias.<sup>628</sup>

Há portanto, uma noção de aprisionamento simbólico ao consumo para que se evite a vertiginosa queda na vulnerabilidade social, enquanto renovada estratégia da colonialidade do poder. Esta invisibilidade dos sujeitos, portanto, apresenta-se como resultante da condução das políticas de progresso, depois pelas do desenvolvimento e do desenvolvimento sustentável, pois, como percebido, elas não operam no sentido de mera contradição com os vulneráveis, mas de incorporá-los na condição de sua invisibilidade, de sua segregação, para que cumpram específicos papéis no cenário produzido pelas práticas e racionalidades neoliberais.

---

<sup>628</sup> BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 151.

## 4 PONDERAÇÕES SOBRE AS EVIDÊNCIAS DO ENCOBRIMENTO E DO INVISÍVEL DESDE AS MARGENS NA LUTA POR JUSTIÇA SOCIOAMBIENTAL

*Con su ritual de acero, sus grandes chimeneas  
sus sabios clandestinos, su canto de sirenas  
sus cielos de neón, sus ventanas navideñas  
su culto a dios padre, y de las charreteras  
con sus llaves del reino, el norte es el que ordena  
pero aquí abajo abajo, el hambre disponible  
recorre el fruto amargo, de lo que otros deciden  
mientras que el tiempo pasa, y pasan los desfiles  
y se hacen otras cosas, que el norte no prohíbe  
con su esperanza dura, el sur también existe  
con sus predicadores, sus gases que envenenan  
su escuela de chicago, sus dueños de la tierra  
con sus trapos de lujo, y su pobre osamenta  
sus defensas gastadas, sus gastos de defensa  
son su gesta invasora, el norte es el que ordena  
pero aquí abajo abajo, cada uno en su escondite  
hay hombres y mujeres, que saben a qué asirse  
aprovechando el sol, y también los eclipses  
apartando lo inútil, y usando lo que sirve  
con su fe veterana, el sur también existe  
con su corno francés, y su academia sueca  
su salsa americana, y sus llaves inglesas  
con todos sus misiles, y sus enciclopedias  
su guerra de galaxias, y su saña opulenta  
con todos sus laureles, el norte es el que ordena  
pero aquí abajo abajo, cerca de las raíces  
es donde la memoria, ningún recuerdo omite  
y hay quienes se desmueren, y hay quienes se desviven  
y así entre todos logran, lo que era un imposible  
que todo el mundo sepa, que el sur también existe.<sup>629</sup>*

### 4.1 A desordem do lugar na contramão das funcionalidades do sistema

Como criação social a cidade permite que sobre si sejam feitas diferentes leituras, diferentes atribuições de sentidos ou de intencionalidades. De qualquer modo, a leitura sobre a cidade traz consigo a perspectiva do sujeito que a explica e a define. Portanto, o Direito como expressão de um tipo de representação da realidade, cria a sua própria imagem da cidade, sua idealização sobre esse importante espaço da sociabilidade humana.

Nesse sentido, Grosfoguel assinala sobre o lugar epistêmico

esta questão não tem a ver apenas com valores sociais na produção de conhecimento nem com o facto de o nosso conhecimento ser sempre parcial. O essencial aqui é o *locus* da enunciação, ou seja, o lugar geopolítico e o corpo-político do sujeito que fala. Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A ‘egopolítica do conhecimento’ da filosofia ocidental sempre

---

<sup>629</sup> Poema: El sur también existe de Mario Benedetti.

privilegiou o mito de um ‘Ego’ não situado. O lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciativo encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia.<sup>630</sup>

Desta forma, é possível compreender que realizar a representação da cidade em torno dos dispositivos e estatutos jurídicos gozam de um *status* de verdade construído sobre a legitimidade e autoridade dos interpretes consagrados no campo jurídico.<sup>631</sup>

Porém, embora a representação que o Direito faz da cidade seja baseada na lei e na ordem, é possível – desde outras perspectivas – analisar a desordem na qual convive a cidade. A desordem é uma possibilidade de imaginar as coisas e de refletir sobre elas que não encontra correspondência nos modelos habituais da ciência e do direito. É rejeitada pelos esquemas tradicionais de pensamento, é objeto de constante campanha de superação, não se admite a existência de outras ordens a comandar as disposições das coisas e das pessoas que não aquelas oficializadas.

Isto ocorre por que o pensamento jurídico centrado no disposto em lei é hegemônico, e a desordem, enquanto operação metodológica, constitui-se da crítica ao dispositivo legal e, por conseguinte, a própria crise do Direito moderno.

Trata-se do que Santos denomina de falsa razão metonímica, de tal modo que o direito se apresenta pela obcecada ideia da totalidade sob a forma da ordem.

A forma mais acabada de totalidade para a razão metonímica é a dicotomia, porque combina, do modo mais elegante, a simetria com a hierarquia. A simetria entre as partes é sempre uma relação horizontal que oculta uma relação vertical. Isto é assim porque, ao contrário do que é proclamado pela razão metonímica, o todo é menos e não mais do que o conjunto das partes. Na verdade, o todo é uma das partes transformada em termo de referência para as demais. É por isso que todas as dicotomias sufragadas pela razão metonímica contêm uma hierarquia: cultura científica/cultura literária; conhecimento científico/conhecimento tradicional; homem/mulher; cultura/natureza; civilizado/primitivo; capital/trabalho; branco/negro; Norte/Sul; Ocidente/Oriente; e assim por diante.”<sup>632</sup>

Desta forma a produção do espaço das leis (campo jurídico) tende a se apresentar como completude. Porém, em realidade, sua imposição faz crer na inexistência ou na invisibilidade daquilo que foge ao Direito segundo essa ótica. Mais que isso, a compreensão do mundo que a

<sup>630</sup> GROSGOUEL, 2010, p. 459.

<sup>631</sup> BOURDIEU, 2005.

<sup>632</sup> SANTOS, 2002, p. 241.

razão metonímica é parcial e, como serve a interesses bem específicos, é extremamente seletiva.<sup>633</sup>

Goyard-Fabre sinaliza para a recusa do tempo realizada a partir da crise da modernidade, que se preocupa apenas com o presente, pela negação ao passado. Por isso,

o universo jurídico se revela hoje composto de cortes, descontinuidades, falhas, hiatos, mudanças de direção redistribuições evidenciados pelas incessantes reformas das reformas. Há nele mais vazios que cheios, mais incoerências que causalidades, mais negatividade que positividade. Nesse universo que nega a duração, não há lugar nem para a tradição nem para o progresso, e o direito já não tem um futuro para preparar. O enfraquecimento do direito logo chegará a seu termo e um novo niilismo poderá desabrochar.<sup>634</sup>

Capella alerta que a desregulamentação não significa a ausência de normas, mas pelo contrário, que elas podem continuar a existir sendo muito mais danosas para a população, pois tendem a deslocar o poder de normatizar para a esfera privada, aumentando o peso sobre os ombros dos mais fracos. Além de estabelecer uma *lex mercatoria* que garante os interesses transnacionais.<sup>635</sup>

Realmente, há que se concordar com seu pensamento, visto que esse processo de desregulamentação vem sendo implementado por políticas neoliberais para atender as constantes necessidades do mercado.

Porém, é preciso compreender alguns aspectos que permitem pensar outras perspectivas para a cidade. O primeiro está relacionado ao fato de que o fortalecimento das cidades decorre da inserção do mercado – que até então era marginal da sociedade feudal – a pertencer ao núcleo central daquela organização social. O segundo aspecto se volta a pensar qual era a função do mercado naquele contexto, e nesse caso, percebe-se a relevância dos guetos italianos para a consolidação de valores, regras e uma cultura que não era permitida fora de seus muros.

Portanto, ao estabelecer esses dois aspectos para as atuais condicionantes apresentadas ao longo desta pesquisa, as margens apresentam o germe de mudanças que não são aceitas pelo centro, mas que estão evoluindo e estabelecendo novos valores, regras e experiências. Ademais, o Direito cumpre uma função importante como instrumento de legitimação do poder hegemônico, procurando – associado as formas de controle social – impedir que esses espaços marginais eclodam e causem mudanças no *Status Quo*.

---

<sup>633</sup> SANTOS, 2002, p. 243.

<sup>634</sup> GOYARD-FABRE, Simone. *Os Fundamentos da Ordem Jurídica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.197.

<sup>635</sup> CAPELLA, Juan Ramón. *Fruta Prohibida: una aproximación histórico-teórica al estudio del derecho y del estado*. Madrid: Trotta, 1997.

Santos, nesse sentido, destaca que desde o início os territórios coloniais constituíram-se como lugares impensáveis para o desenvolvimento do paradigma da regulação/emancipação, que foi pensado para as sociedades do Velho continente. As colônias representam, desde sua origem, a apropriação e a violência. Mais que isso, o enquanto o Norte representa a ciência, o sul se apresenta como o “místico”, e, portanto vinculado ao Outro. Deste modo, o território social da América-latina se coloca como além da lei e tende a ser referenciado como “um território social onde ela seria impensável como princípio organizador, isto é, o território sem lei, fora da lei, o território do a-legal, ou mesmo do legal e ilegal de acordo com direitos não oficialmente reconhecidos.”<sup>636</sup>

Essa ponderação de Santos é importante para compreender as dinâmicas entre a cidade real e a cidade formal contemporâneas. Assim, o que se observa inicialmente é que é possível pensar e representar a cidade a partir da desordem.

Por isso a racionalidade econômica atual procura impor suas estratégias de desregulamentação e de deslegalização, mesmo que nesse jogo de forças, as tensões se voltem contra os direitos dos cidadãos. Goyard-Fabre lembra que

a desregulamentação e a deslegalização, ao nível do Estado, nada mais são do que uma outra forma mais ampla e sofisticada de regulamentação e legalização, em outros níveis. Trata-se [...] de uma re-regulamentação e de uma relegalização que ocorre tanto no âmbito de organismos inter e supra-nacionais, com princípios, valores, lógicas, procedimentos deliberativos e velocidades decisórias distintos dos órgãos e procedimentos legislativos dos Estados, quanto no interior dos próprios sistemas sócio-econômicos – mais precisamente, ao nível das organizações empresariais e dos conglomerados capazes de efetuar investimentos produtivos, assegurar acesso à tecnologia de ponta, universalizar a oferta de serviços essenciais, criar novos empregos, gerar receita tributária.<sup>637</sup>

O que se evidencia é um conjunto de reiterados procedimentos formais e burocráticos que trabalham dialogicamente dentro da ciência jurídica para atender aos interesses desses conglomerados, utilizando-se – para tanto – de uma enfraquecida e incipiente democracia representativa.

Santos faz um alerta sobre o enfraquecimento da democracia, ao entender que uma espécie de fascismo social se instaurou na sociedade contemporânea.

como regime social, o fascismo social pode coexistir com a democracia política liberal. Em vez de sacrificar a democracia às exigências do capitalismo global, trivializa a democracia até ao ponto de não ser necessário, nem sequer conveniente, sacrificar a democracia para promover o capitalismo. Trata-se, pois, de um fascismo pluralista e, por isso, de uma forma de fascismo que nunca existiu. De Facto, é minha

<sup>636</sup> SANTOS, 2010, p. 34.

<sup>637</sup> GOYARD-FABRE, Simone. *Os Fundamentos da Ordem Jurídica*. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p.197.

convicção que podemos estar a entrar num período em que as sociedades são politicamente democráticas e socialmente fascistas.<sup>638</sup>

Assim, quando Bordieu<sup>639</sup> remete a representação que o Direito faz sobre a cidade e sobre a contemporaneidade, é preciso compreender que se trata de uma verdade parcial, vinculada a sua força de representação. Como o Direito moderno ainda possui essa capacidade ou força de representação, tende a conseguir expressar seu capital simbólico a partir da autoridade e da legitimidade que o ordenamento jurídico faz transparecer. Isso decorre em parte de sua construção hermenêutica que procura traduzir direito com justiça, fazendo crer que o Direito é justo. Nesse sentido, como já citado, a ciência jurídica (mundo do dever ser) se impõe nessa disputa a partir de seus cânones e tende a se apropriar do mundo material, de modo que sua força normativa se estabeleça, legitimada pela sua capacidade de interpretar a realidade e tornar-se a leitura dominante.

Leff, nesse sentido, assinala o potencial da política da diferença:

a distribuição sempre apela a uma matéria homogênea: a renda, a riqueza, a natureza, a cultura, poder. Porém, mais além do direito genérico a ter direitos, e em particular aos direitos da cultura, os valores que dão substância a cada cultura, objeto de direito, são radialmente heterogêneos. Nesse sentido, os direitos culturais implicam transcender tantos os princípios gerais do direito positivo como a ideia genérica do *ser aí* localizada; do ser que, *sendo*, abre a história para a diferença a partir de seu 'ser diferente'. [...] a diversidade essencial da ordem simbólica e cultural se converte em matéria da *política da diferença*.<sup>640</sup>

Nesse campo das disputas simbólicas, as representações múltiplas das margens não possuem força de representação, pois seu capital simbólico diversificado é incompatível e frágil, restando estéril para realizar as disputas no campo social. As margens, nesse sentido, expressam o combate à certa representação de justiça, impedindo que outras leituras da realidade coexistam, pois se colocam como leituras de resistência ou de alternatividade ao que é justo, e passam a ser combatidas – pela leitura dominante – como mera desordem.

Desta forma, uma leitura mais atenta perceberá a coexistência de duas cidades. Uma delas, baseada no Direito, é a cidade formal, oficial e organizada pelo conjunto de leis, que estabelecem direitos e deveres para os cidadãos, sujeitos visíveis e que – pelos critérios de cidadania se tornam agentes de suas manifestações políticas. Na cidade formal o sentido de pertencimento decorre do conjunto de conhecimentos e de sua realização pelo trabalho e pela

---

<sup>638</sup> SANTOS, 2010, p. 47.

<sup>639</sup> VIEIRA, Judith Costa. A desordem da cidade e a desordem no direito: reflexões em torno da noção de cidade para o Direito. Revista de Políticas Públicas. São Luis – Ma. Número Especial. P. 291-303. Agosto de 2010.

<sup>640</sup> LEFF, 2006, p. 312

manutenção da ordem. A cultura e as instituições garantem o controle social suficiente para sua existência.<sup>641</sup>

De outra parte, a cidade real se conforma na existência múltipla de cidades invisíveis, nas quais os sujeitos são invisíveis e estabelecem outros vínculos, negócios e trocas que escapam a legalidade (sem que isso seja necessariamente a realização de condutas criminosas), muitas vezes não alcançando a lei, tornando-se, portanto, ausentes do espaço público, assim como suas relações e instituições. Outra consequência da ausência é a emergência de outros saberes, distantes da realidade aprovada pela ciência, mas que tendem a criar níveis de solidariedade mais profundos. É desta forma que a cidade real representa a desordem, ou aquilo que tende a escapar a cidade formal e o Direito.

Por isso, se a cidade é vista como a projeção da perfeição, há imperfeição por toda parte, mas isso não é necessariamente a condição para a exclusão, pois a cidade necessita dessa complementação, uma vez que essas práticas, seus saberes e tradições é que materialmente produzem a cidade. O Direito ainda teima em definir estas práticas sociais como desordens, aqui, entendidas, como práticas que dão a cidade uma feição diferente do modelo imaginado pelo Direito.

As disposições constitucionais têm como objetivo a construção do que é designado como *idades democráticas e sustentáveis*. Porém, esse conjunto de direitos universalmente debatidos em Convenções e Tratados, tende a não alcançar as cidades reais, por mais que seus habitantes a almejassem.

O que se depreende é que a cidade formal e seu conjunto de direitos fundamentais permanece como uma promessa não cumprida da modernidade. Soa como o canto daquelas sereias, sedutor e impulsionador de sonhos, dos quais não se quer acordar.

De outra parte, a cidade real muitas vezes é descrita como um retorno ao Estado de natureza, demarcada pela apropriação e pela violência, assim como por um aparato do Estado civil – próprio da cidade formal, que procura impedir que os “novos selvagens” não ultrapassem as barreiras que dividem as duas cidades.

A problemática urbana ao nível constitucional, após intenso processo de luta e reivindicações sociais, foi responsável, também, pela redefinição do papel do Estado em relação ao que é chamado de questão urbana. O Estado assumiu a função de promotor do desenvolvimento urbano, cuja principal meta consiste em eliminar todos os problemas decorrentes da falta de condições satisfatórias de vida nas cidades. Desta forma, criou-se um

---

<sup>641</sup> VIEIRA, Judith Costa. A desordem da cidade e a desordem no direito: reflexões em torno da noção de cidade para o Direito. Revista de Políticas Públicas. São Luis – Ma. Número Especial. P. 291-303. Agosto de 2010.

conjunto de justificativas para a sua não implementação no plano da realidade, algumas delas associadas e de responsabilidade da própria população, como por exemplo o êxodo rural e a ocupação irregular do solo urbano.

Nesse contexto, as debilidades são atribuídas pelo campo do Direito como resultado da ausência de garantias dos direitos, da incapacidade de gestão e de controle das distorções do crescimento econômico.

Há uma falsa representação da cidade harmônica e os intérpretes da ciência jurídica tendem a ignorar os processos reais vivenciados e lutam para impor a sua interpretação sobre a cidade. Tais intérpretes se amparam nos textos legais, como a Carta Constitucional, nas leis decorrentes dela e em outros estudiosos do Direito para determinar quais são as funções do Direito. Assim, reafirmam que a função é coordenar o mundo social sob sua jurisdição, é organizar a sociedade e direcioná-la para o caminho do “bom” e do “justo” segundo o interesse coletivo.<sup>642</sup>

Em relação à cidade, sua função é projetar o ideal espaço urbano, para que a convivência harmônica da humanidade ocorra<sup>643</sup>. Como exemplo disso, pode-se pensar a Política Urbana, ditada pelos artigos 182 e 183 da Constituição Federal e que estabelece a política do desenvolvimento urbano por meio do Poder Público Municipal. A função precípua dessa política é ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e a garantia do bem-estar de seus habitantes. Para tanto, o Plano diretor se apresenta como o instrumento jurídico suficiente para a) definir as metas de intervenção do Poder Público na área de abrangência municipal - de forma a garantir a ordem local, ou seja, definir metas de intervenção por meio de dispositivos que estabeleçam os limites, as faculdades, as obrigações e as atividades que devem ser cumpridas pelos particulares para terem assegurado seu direito de propriedade; e, b) garantir que a propriedade urbana atenda a sua função social, o que por sua vez significa que a propriedade cumpre sua função social quando cumpre o plano diretor.

Em síntese, a idealização da cidade que levaria a sua harmonia social está amparada na realização da liberdade e da propriedade, preceitos definidos por Rousseau na elaboração do contrato social. Como é observável, uma comunidade ribeirinha ou um gueto na periferia de uma grande cidade não parecem atender as expectativas que a cidade formal impõe sobre essas áreas.

---

<sup>642</sup> Tais intérpretes possuem tamanho domínio sobre o campo e articulam de maneira que pareça legítima sua defesa. No entanto, preferem esquecer que, em nome do bem coletivo e comum do povo, sob égide uma constituição e um aparato legal extremamente consistente o direito legitimou a escravidão e as práticas nacional-socialistas como aquela vivenciada na Alemanha.

<sup>643</sup> VIEIRA, Judith Costa. A desordem da cidade e a desordem no direito: reflexões em torno da noção de cidade para o Direito. Revista de Políticas Públicas. São Luis – Ma. Número Especial. P. 291-303. Agosto de 2010.

Além disso, vale registrar também a incorporação do Estatuto da cidade, que surge com função de disciplinar os dispositivos constitucionais, promovendo a qualidade de vida nas cidades por meio da realização satisfatória das funções sociais, bem como da incorporação das questões ambientais ao tratamento urbano e a melhoria e acesso às condições de moradias legais na cidade. Esse Estatuto define os princípios, diretrizes, regulamenta e cria instrumentos para possibilitar a intervenção pública a qual deverá ser orientada a partir do pressuposto da gestão democrática da cidade. A falta de planejamento produz a expansão da ‘cidade informal’, e, por consequência, o aumento do número daqueles que vivem à margem da lei.

Mais que isso, as críticas e o questionamento sobre a aplicação prática desses institutos jurídicos sobre as populações mais necessitadas, passa por um julgamento pouco parcial, pelo qual de um lado tem-se o que é certo, justo e a favor da ordem, e de outro aquilo que se coloca como crítica.

Frente a isso, o espaço marginal se apresenta como um subproduto da lógica de colonialidade associada ao limitado alcance do desenvolvimento sustentável, como parte da agenda neoliberal que avança sobremaneira na América Latina.

Outra perspectiva para compreender a racionalidade econômica que se apresenta, pode ser desenvolvida pela leitura atenta de Faria e as nove tendências que o Direito vem assumindo nas últimas décadas.

As cinco primeiras tendências procuram flexibilizar, relativizar e até desconstitucionalizar o ordenamento jurídico e seus procedimentos em favor de interesses econômicos e da racionalidade econômica neoliberal.

*a primeira tendência é de alargamento e desformalização nos tradicionais procedimentos de elaboração legislativa, especialmente nas questões mais técnicas, de caráter interdisciplinar e situadas nas fronteiras do conhecimento. A segunda tendência refere-se à de uma progressiva redução do grau de imperatividade do direito positivo. A terceira tendência é a de reformulação paradigmática (leia-se simplificação) do direito processual, civil e penal. A quarta tendência diz respeito à expansão dos padrões legais anglo-saxônicos, que valorizam a formação jurisprudencial do direito, com base na regra do vínculo aos precedentes, sobre os padrões romano-germânicos, nos quais basicamente predominam fontes formais. A quinta tendência é a da reprivatização do direito.<sup>644</sup>*

As outras tendências seguem na mesma linha, mas são direcionadas ao enfraquecimento de direitos materiais específicos:

*A sexta tendência remete ao enfraquecimento progressivo do Direito do trabalho, enquanto conjunto de princípios, normas e procedimentos surgidos a partir de conquistas históricas da dinâmica de expansão do capitalismo industrial, com a*

---

<sup>644</sup> FARIA, José Eduardo; KUNTZ, Rolf. *Qual o futuro dos Direitos? Estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista*. São Paulo: Max Limonad, 2002. p.116.

finalidade de circunscrever, controlar e dirimir os conflitos laborais. *A sétima tendência* confirma-se por uma transformação paradigmática no conteúdo programático do Direito Internacional Público. *A oitava tendência* refere-se ao aumento no ritmo de regressão tanto dos direitos sociais quanto dos direitos humanos. *A nona tendência* faz referência ao Direito penal e a prevalência da Lei e da Ordem.<sup>645</sup>

Assim, o que se observa de modo geral é uma estratégia para o desmantelamento de direitos conquistados ao longo de quase um século. Para que isso surta os efeitos necessários, essas tendências precisaram ocorrer progressivamente. Por isso, é digno de nota que – em que pese a obra de Faria e Kuntz seja de 2002, uma parcela dessas tendências tenha se realizado ainda neste ano de 2017-2018, como por exemplo o enfraquecimento das leis trabalhistas, assim como a intensificação da criminalização de condutas, a maior repressão a delitos de pequeno potencial ofensivo, assim como uma tendência punitiva maior presente em sentenças com maior tempo de duração de privação da liberdade.

Essa última tendência, de maior repressão, encontra amparo nas discussões feitas nos capítulos anteriores, mas também na própria dinâmica do que aqui se apresenta como a influência da ordem na busca por uma cidade formal harmônica. Bauman, nesse sentido, assinala a formação de um Estado penitenciário, prática que reafirma os preceitos econômicos diante da ineficácia do Estado em garantir direitos sociais fundamentais a população, permitindo punir de maneira redobrada aqueles que já estavam excluídos da ordem econômica. Afirma que “o confinamento espacial, o encarceramento sob variados graus de severidade e rigor, tem sido em todas as épocas o método primordial de lidar com setores inassimiláveis e problemáticos da população, difíceis de controlar.”<sup>646</sup>

No mesmo sentido, Faria identifica a preponderância de uma nova racionalidade, voltada a função preventiva,

da qual vão resultar instituições jurídicas essencialmente descentralizadas, procedimentais e acima de tudo ‘facilitativas’. [...] Concebidas mais com o propósito de evitar a eclosão dos conflitos do que em estabelecer regras e procedimentos para que eles sejam dirimidos e decididos, essas instituições não têm a pretensão de controlar ou regular os processos sócio-econômicos nem, muito menos, de impor fins aos seus participantes. Basicamente, elas se limitam a neutralizar eventuais disfunções do mercado.”<sup>647</sup>

Assim, quando se pensa na estigmatização que esses territórios – aqui traduzidos como espaços marginais – tendem a ser marginalizados, e portanto, vulnerabilizados, para dar sentido a duas possibilidades principais. A primeira indica a depreciação desses espaços para torná-los

<sup>645</sup> FARIA, José Eduardo; KUNTZ, Rolf. *Qual o futuro dos Direitos?* Estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista. São Paulo: Max Limonad, 2002. p.116.

<sup>646</sup> BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p.114.

<sup>647</sup> FARIA, José Eduardo. *O Direito na economia globalizada*. 1.ª ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p.149.

espaços de segregação. A segunda possibilidade está relacionada a depreciação para posterior utilização pelo mercado imobiliário. Há uma terceira hipótese que, assim como a segunda, se direciona as zonas de sacrifício, situação na qual o ambiente é depreciado pela causação de danos ambientais desiguais.

De qualquer modo, essa estigmatização territorial tende a enfraquecer os laços comunitários – caso existam – e limitar ainda mais o seu frágil espaço político formal, visto que se encontram na parte da cidade real. A consequência dessa ausência é o enfraquecimento de sua capacidade de resistência frente a mídia hegemônica, assim como a sua permanente invisibilidade. O lado mais perverso dessas práticas é fazer parecer aceitação ou indiferença aquilo que está transvestido de invisibilidade. Os jogos de poder reafirmam os interesses e a legitimidade das autoridades do Estado ou das empresas que intentam ocupar tais espaços, reforçando a ausência política.

No que diz respeito ao presente trabalho, seu objetivo principal é trabalhar e compreender esses espaços marginais que tendem a estigmatização territorial para a segregação, ainda que os demais sejam tão relevantes quanto este.

Assim, entende-se que os espaços marginais que tendem a estigmatização territorial e sua consequente marginalização decorrem da pobreza estrutural, pois como já observado, esta não é mais cíclica ou transitória, mas é permanente, geracional e mais profunda que as anteriores, pois é altamente excludente. Como Wacquant faz lembrar, ela decorre da desintegração da condição dos assalariados, da desconexão funcional dos bairros deserdados, das tendências macroeconômicas, num modelo polarizado de cidade.

Assim, aos poucos vai se tornando um espaço de alienação espacial e de dissolução do lugar, no qual seus habitantes não podem fugir. Decorre também da fragmentação social, daquilo que Standing chama de precariado. Portanto, a estigmatização territorial vai minando territórios precarizados das zonas de habitação mais pobre, como territórios isolados e delimitados como “lugares de perdição” que são frequentados pelos desviantes ou pelos resíduos da sociedade.

Progressivamente esses espaços vão sendo depreciados pela Mídia hegemônica, para que sejam vistos como permanentes espaços não apenas de desordem, mas de desconstrução e negação tanto no discurso de cima (jornal, política e burocracia) quanto no discurso de baixo (interações sociais e culturais banais do cotidiano).

Essa mácula só enrijece os estigmas já operantes, tradicionalmente ligados a pobreza e a pertença étnica ou ao estatuto de imigrante pós-colonial. Assim, o estigma territorial se disfarça e se dissimula pela mobilidade geográfica, ainda que permaneça interligado aos

estigmas de raça, nação e religião. As cidades começam a apresentar esses pequenos infernos urbanos, redutos de perigo, vício e abandono, reservado aos párias urbanos.

Geram – tal qual as agendas colonialistas pretendem – um surdo sentimento de culpabilidade e vergonha, cujo peso subjacente falseia o contato e, ao mesmo tempo, um sentido de indignidade social projetada nos bairros de rejeição social.

Reproduzem os estigmas nos “outros” de tais bairros ou guetos – uma espécie de difamação lateral e distanciação mútua que acaba por aniquilar o sentido de pertencimento ao lugar. O bairro estigmatizado degrada simbolicamente os que o habitam. Estes, por sua vez, degradam simbolicamente o bairro, fortalecendo seu caráter estigmatizado.

A consequência é o afastamento desses indivíduos do cenário político de resistência e de participação social, privando-os coletivamente dessa participação. A consequência é a produção do etiquetamento de um “não lugar” ou de um lugar de “não direito”, ou seja, traduz-se como um lugar onde não é necessário estabelecer políticas públicas.

As consequências são desestabilização e a marginalização dos habitantes, tornando-os invisíveis ou esconderando-os de um espaço cobiçado. A solução para tanto é, no mais das vezes, delineada por “renovação ou revitalização urbana”, permeada pela multiplicidade da violência policial/institucional, e a consequente reinserção do espaço no mercado imobiliário – sem a preocupação com o destino dos habitantes deslocados.

A alienação espacial trata justamente da perda do sentido de pertencimento ao lugar, ou seja, da perda de um referencial quadro humanizado, culturalmente familiar e socialmente peneirado, com o qual as populações urbanas marginalizadas se identifiquem e no seio do qual se sintam “entre si” e em relativa segurança.

Aos poucos vai se transitando da percepção de lugar para a constituição de espaços, de tal modo, que, se os lugares já não representavam segurança, os espaços não permitem mais se pensar em liberdade, mas em renovadas ameaças, zonas que se deve temer, evitar e das quais se deseja fugir.

Escobar assinala aí uma perspectiva desde o âmbito marginal, enquanto uma reafirmação do lugar

o não-capitalismo, e a cultura local opostos ao domínio do espaço, o capital e a modernidade, os quais são centrais no discurso da globalização, deve resultar em teorias que tornem viáveis as possibilidades para reconceber e reconstruir o mundo a partir de uma perspectiva de práticas baseadas-no-lugar. Isto poderia ser de interesse para a antropologia e os estudos culturais que viram na década de noventa uma forte crítica às noções convencionais da cultura como algo discreto, limitado e integrado.<sup>648</sup>

---

<sup>648</sup> ESCOBAR, 2005, p. 69.

Nesse sentido, quando se pensa na perspectiva que os guetos adotaram ao longo destas últimas décadas, percebe-se que ele se adequa a concepção de um espaço marginalizado que serve como um instrumento de encarceramento do subproletariado, o precariado, num território temido e odiado do qual, toda gente tenta fugir e no qual ninguém quer entrar.

Esses espaços marginais se tornam, portanto, um campo de batalha entre: 1) Predadores de rua; 2) os habitantes e as organizações de luta “associação de moradores” ou “mães contra as drogas”; 3) as agências de controle e vigilância do estado encarregados de conter a violência e a desordem; 4) os predadores institucionais externos (mercado imobiliário).

A articulação das práticas neoliberais apresentadas em sua face mais atualizada, não se importam mais por lhe permitirem um plano de fuga, pois não há mais perspectiva de alcançarem posições sociais, mesmo que no mercado informal de trabalho.

Wacquant, neste ponto, insiste que a vida deste conjunto de pessoas de um desemprego estrutural passa a ser permeada por duas tendências: a) a precarização das condições de vida; b) a desproletarização.

Restam nesses espaços, a multiplicidade de excluídos e potenciais invisíveis: os operários de fábrica envelhecidos, os empregados de escritório tornados obsoletos pela inovação tecnológicos, trabalhadores precários e temporários dos serviços; aprendizes e estagiários e contrato a termo fixo; desempregados e desempregadas em fim de fruição de direitos e candidatos aos escassos subsídios sociais mínimos; os mendigos, os delinquentes; os resíduos humanos evacuados pelos serviços sociais e médicos; os clientes regulares do sistema de justiça penal; a juventude desencantada proveniente de comunidades etnicamente estigmatizadas.

Todos foram infectados pela *doença da civilização*<sup>649</sup>, a pobreza estrutural, sendo que as políticas públicas não pretendem lhe oferecer a cura.

Progressivamente ocorre um processo de marginalização material e simbólica de um conjunto crescente da população. O direito tende a denominar isso de vulnerabilidade, como se dela se pudesse sair facilmente – impondo critérios de meritocracia para tanto. Uma visão crítica tende a evidenciar isso como invisibilidade de direitos.

As classes marginalizadas, portanto, são vítimas de processos invisíveis de condicionamento, convivendo com as lógicas e proposições de uma economia mundial capitalista que não necessita mais de sua mão-de-obra e, portanto, lhe exclui dos processos produtivos. Trata-se de indivíduos que – em conjunto – formam um grupo impossível, cuja

---

<sup>649</sup> SANTOS, 2003.

gestação está necessariamente inacabada. Sem produzir sentido, sem encontrar sentido, sem ter para onde alcançar refúgio, eles se desconstituem, ou, como lembra Galeano, se constituem como os ninguéns.

#### 4.2 Para além das contradições as possibilidades: as epistemologias das margens

Para além das contradições que a colonialidade do poder impõe existem as possibilidades de se pensar outras epistemes, ou de fazê-las ter voz e vez, pois que os avanços do pensamento colonial tendem a silenciá-las, por processos sucessivos que se prolongam desde o colonialismo, depois com o imperialismo que deu sentido e reforçou as concepções de progresso, modificado pelas concepções do desenvolvimento e, por fim, a globalização e o desenvolvimento sustentável.

A síntese do que este trabalho procurou demonstrar está em Santos que em referência a Quijano assinala que a colonialidade do poder é um processo de naturalização da vida, das experiências, das identidades e das relações históricas da colonialidade, assim como da distribuição geocultural do poder capitalista mundial.

este modo de conhecimento foi, pelo seu caráter e pela sua origem, eurocêntrico. Denominado racional, foi imposto e admitido no conjunto do mundo capitalista como a única racionalidade válida e como emblema da modernidade. As linhas matrizes dessa perspectiva cognitiva mantiveram-se, não obstante as mudanças dos seus conteúdos específicos, das críticas e dos debates, ao longo da duração do poder mundial do capitalismo colonial e moderno.<sup>650</sup>

Entende-se, portanto, que a globalização – enquanto estratégia do avanço capitalista – mundializou os mercados e as comunicações, buscando uma homogeneidade cultural definidora inclusive dos sonhos, por vezes reduzidos aos sonhos de consumo.

A capacidade de abrangência e domínio da globalização está construída sobre uma estratégia paradoxal de tempos lentos e tempos longos, de tal modo disposta que as preocupações sobre a existência direcionem o indivíduo ao passado – que deve ser negado - ou para o futuro – repleto de riscos e incertezas. Paradoxal, por lhe ofertar o consumo como promotor e imperativo do agora, que tornou a experiência do consumo tão fugaz quanto o presente.

Oportuno lembrar a compreensão do tempo moderno em Latour:

o tempo moderno provém de uma superposição da diferença entre o passado e o futuro com esta outra diferença, mais importante, entre a mediação e a purificação. O presente é tratado por uma série de rupturas radicais, as revoluções, que formam

---

<sup>650</sup> SANTOS, 2010, p. 86.

engrenagens irreversíveis para impedir-nos, para sempre, de voltar atrás. Em si mesma, esta linha é tão vazia quanto a escansão de um metrônomo. É sobre ela, entretanto, que os modernos irão projetar a multiplicação dos quase-objetos e tratar, graças a eles, duas series de progressão: uma para cima, o progresso; outra para baixo, a decadência.<sup>651</sup>

Por sua vez, Bauman remete às mudanças promovidas pela condição pós-moderna que

dividiu o grande jogo dos tempos modernos em diversos jogos pequenos e pobremente coordenados, devastou as regras de todos os jogos e diminuiu bastante a validade de qualquer conjunto de regras. Atrás de todo esse cortar e emendar, podemos sentir o desmoronamento do tempo, não mais contínuo, acumulativo e direcional como parecia 100 anos atrás; a vida fragmentária pós-moderna é vivida num tempo episódico e, uma vez que os eventos se tornam episódios, só podem ser colocados em uma narrativa histórica coesa postumamente; enquanto está sendo vivido, cada episódio tem apenas a si mesmo para fornecer todo o sentido e objetivo de que precisa ou que é capaz de reunir para manter-se no rumo e terminá-lo.<sup>652</sup>

A provocação de Santos está em tencionar – a partir das epistemologias do sul – e que neste trabalho se designa como epistemologia das margens, a dimensão do tempo presente e do tempo futuro, invertendo a racionalidade ocidental atual, que pretende contrair o presente e expandir o futuro.

A contracção do presente, ocasionada por uma peculiar concepção da totalidade, transformou o presente num instante fugidio, entrincheirado entre o passado e o futuro. Do mesmo modo, a concepção linear do tempo e a planificação da história permitiram expandir o futuro indefinidamente. Quanto mais amplo o futuro, mais radiosas eram as expectativas confrontadas com as experiências do presente. [...]. Para expandir o presente, proponho uma sociologia das ausências; para contrair o futuro, uma sociologia das emergências.<sup>653</sup>

Na mesma linha, formatou o pensamento para que seja uma constante busca pelo aprendizado da Europa, de modo que a realidade daqui (tanto a do Brasil quanto a da própria América latina) seja avaliada e valorada a partir da experiência europeia. Com esse objetivo, cunharam-se termos como *modernidade tardia*, *capitalismo periférico*, *periferia do sistema mundo*, países *subdesenvolvidos* ou países *em desenvolvimento*, entre outros. De toda sorte, há um reforço constante em estabelecer que os países latino-americanos possuem um débito moral, técnico, cognitivo e cultural com os países colonizadores.

O êxito dessa estratégia deu sentido ao *Mito da modernidade*, descrito por Dussel que o descreve a partir de duas perspectivas. A primeira pela autodefinição da própria cultura como superior ou mais desenvolvida. A segunda por entender as outras culturas sempre como inferiores e bárbaras além de estarem sujeitas a uma culpável imaturidade. Assim,

---

<sup>651</sup> LATOUR, 1994, p. 71.

<sup>652</sup> BAUMAN, 2008, p. 163.

<sup>653</sup> SANTOS, 2002, p. 239

la dominación (guerra, violencia) que se ejerce sobre el Otro es, en realidad, emancipación, ‘utilidad’, ‘bien’ del bárbaro que se civiliza, que se desarrolla o ‘moderniza’. En esto consiste el ‘mito de la Modernidad’, en un victimar al inocente (al Otro) declarándolo causa culpable de su propia victimación, y atribuyéndose el sujeto moderno plena inocencia con respecto al acto victimario. Por último, el sufrimiento del conquistado (colonizado, subdesarrollado) será interpretado como el sacrificio o el costo necesario de la modernización.<sup>654</sup>

Nesse sentido, Grosfoguel compreende que se trata de uma estratégia epistêmica de aprisionamento.

esta estratégia epistêmica tem sido crucial para os desenhos – ou desígnios – globais do Ocidente. Ao esconder o lugar do sujeito da enunciação, a dominação e a expansão coloniais europeias/euro-americanas conseguiram construir por todo o globo uma hierarquia de conhecimento superior e inferior e, conseqüentemente, de povos superiores e inferiores. Passámos da caracterização de ‘povos sem escrita’ do século XVI, para a dos ‘povos sem história’ dos séculos XVIII e XIX, ‘povos sem desenvolvimento’ do século XX, e, mais recentemente, ‘povos sem democracia’ do século XXI. Passámos dos ‘direitos dos povos’ do século XVI (o debate Sepúlveda *versus* de las Casas na escola de Salamanca em meados do século XVI), para os ‘direitos do homem’ do século XVIII (filósofos iluministas), para os recentes ‘direitos humanos’ do século XX. Todos estes fazem parte de desenhos globais, articulados simultaneamente com a produção e a reprodução de uma divisão internacional do trabalho feita segundo um centro e uma periferia, que por sua vez coincide com a hierarquia étnico-racial global estabelecida entre europeus e não-europeus.<sup>655</sup>

Esta constituição do mito decorre do pensamento moderno ocidental que Santos assinala como pensamento abissal, tendo como principal característica a impossibilidade da copresença dos dois lados da linha. O pensamento abissal

consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através das linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente.<sup>656</sup>

Sua aplicabilidade ao campo do conhecimento se evidencia pela concessão do monopólio da distinção universal entre o verdadeiro e o falso para a ciência, em detrimento de dois conhecimentos alternativos: a filosofia e a teologia. Por consequência, as linhas abissais determinam o dualismo entre o Norte científico e o Sul místico, de tal modo que o primeiro é instituído sob a égide da regulação e da emancipação, enquanto que sobre o segundo recai a mácula da apropriação e violência.<sup>657</sup>

---

<sup>654</sup> DUSSEL, 1994, p. 69.

<sup>655</sup> GROSGOUEL, 2010, p. 460.

<sup>656</sup> SANTOS, 2010, p. 32.

<sup>657</sup> SANTOS, 2010.

Neste aspecto Floriani & Vergara lembram que

hay que tener presente que, al mismo tiempo que el conocimiento sirve para instalar y/o develar procesos significativos (por ejemplo, sociales, históricos, globales, locales, científicos o cotidianos, etc.), sirve también, en estos mismos procesos, para construir, consciente o inconscientemente, trampas que pueden *velar* los sentidos de los objetos o del mundo, ocultándolos, reprimiéndolos y, eventualmente, falseándolos. De allí que esté justificado, a fin de develar sus sentidos, el intento de investigación de las teorías y prácticas de reglas y *juegos de lenguaje*, a los que cabe agregar cuestiones de *imaginarios* como la *ideología* y la *utopía* según el pensamiento de P. Ricoeur, o de otras formas de la imaginación social como lo han establecido los aportes de Bachelard, Durand, Morin, Castoriadis, etc., todas cuestiones de gran interés y relevancia en los estudios de la investigación contemporánea.<sup>658</sup>

Por seu turno, Leff assinala a relevância da ecologia política e seu potencial para deflagrar essas dicotomias e pensar em alternativas.

a ecologia política remete, diretamente, ao debate sobre monismo/dualismo em que hoje se dilacera o pensamento sobre a reconstrução/reintegração do natural e do social, da ecologia da cultura, do material e do simbólico. É aqui que se tem precipitado o pensamento ecologista, bloqueado por efeito do maniqueísmo teórico e a dicotomia polarizada entre o naturalismo das ciências físico-biológico-matemáticas e o antropomorfismo das ciências da cultura; umas atraídas pelo realismo empírico e o ecologismo funcionalista; o outro, pelo relativismo do construcionismo e da hermenêutica.<sup>659</sup>

É preciso, portanto, aproximar e desbloquear o natural e o social, como destacam Floriani & Vergara, na concepção de um conhecimento socioambiental.

Conviene entonces abordar las trayectorias de las ciencias en la modernidad, identificar sus fundamentos y contrastarlas con las proposiciones alternativas que emergen de otras “lógicas de investigación”, que recientemente se están abriendo a la consolidación de nuevos sentidos teóricos y prácticos. Y a pesar de no aparecer claramente todavía los dibujos consolidados de esos nuevos paradigmas, cabe suponer que estamos frente a la emergencia de propuestas epistemológicas (y metafísicas) inéditas, en especial aquéllas que señalan hacia problemáticas construidas en las *interfaces* de los sistemas naturales y de los sistemas sociales. Con esto, las fronteras o límites de las ciencias tienden a diluirse y a desaparecer, así como desaparecen los límites disciplinares y sus exigencias de metodologías unívocas y singulares.”<sup>660</sup>

Pensar nas aproximações mais do que nas barreiras dos campos científicos, associando a estes outros saberes é a tarefa posta ao século XXI, inaugurando uma babel de linguagens e percepções do mundo que não se contradizem, mas que se complementam sem a intenção de se tornarem verdades absolutas, o que corresponderia à alegoria do cantos das sereias.

<sup>658</sup> FLORIANI & VERGARA, 2015, p. 15.

<sup>659</sup> LEFF, 2006, P. 318

<sup>660</sup> FLORIANI & VERGARA, 2015, p. 16.

Deste modo,

nociones tradicionalmente pensadas como dicotomías, deben ser pensadas hoy en términos de interrelaciones e interdependencias; por ejemplo, las tradicionales *materia y conciencia, naturaleza e historia, individuo y sociedad, ser y pensar*, etc., tienen necesidad de ser conceptuadas como series o redes de mutuas significaciones, en los que junto con la diversidad y distinción, deben ser aprehendidas también en su unidad relativa y mutuas complementariedades.<sup>661</sup>

Esta atitude é necessária para desvelar o Outro encoberto pela modernidade, procurando desconstruir o mito da modernidade e a concepção de eurocentrismo, em busca de outras maneiras de pensar e estabelecer a vida. Assim, é que se inaugura a perspectiva de pensar outras *epistemes*, notadamente a partir de uma crítica as concepções tradicionais da modernidade, dos conhecimentos e das possibilidades aos cidadãos segregados e invisíveis do sul.

A urgência de outras epistemes decorre do fato da colonialidade de poder procurar silenciar outras epistemes, fazendo parecer que existe uma única forma de fazer a leitura do mundo, o que se traduz em um conjunto de obstáculos políticos e culturais que exigem a evidenciação de alternativas epistemológicas.

A reunião dessa pluralidade de alternativas vem sendo denominada por Santos como epistemologias do Sul. Nesse sentido, o autor explica que o *Sul* faz parte de uma metáfora:

como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo. Esta concepção do Sul sobrepõe-se em parte com o Sul geográfico, o conjunto de países e regiões do mundo que foram submetidos ao colonialismo europeu e que, com exceções como, por exemplo, da Austrália e da nova Zelândia, não atingiram níveis de desenvolvimento econômico semelhantes ao do Norte Global (Europa e América do Norte). A sobreposição não é total porque, por um lado, no interior do Norte geográfico classes e grupos sociais muito vastos (trabalhadores, mulheres, indígenas, afro-descendentes, muçulmanos) foram rejeitados à dominação capitalista e colonial e, por outro lado, porque no interior do Sul geográfico houve sempre as ‘pequenas Europas’, pequenas elites locais que beneficiaram da dominação capitalista e colonial e que depois das independências a exerceram e continuam a exercer, por suas próprias mãos, contra as classes e grupos sociais subordinados.<sup>662</sup>

Assim, é preciso refletir para além das linhas abissais, de modo que emerjam possibilidades e alternativas de sua desconstrução. Santos, nesse sentido, destaca que um pensamento, portanto, pós-abissal. “parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e que esta diversidade está desprovida de uma epistemologia adequada. Por outras palavras, a diversidade epistemológica do mundo continua por construir.”<sup>663</sup>

<sup>661</sup> FLORIANI & VERGARA, 2015, p. 17.

<sup>662</sup> SANTOS & MENESES, 2010, p. 19.

<sup>663</sup> SANTOS, 2010, p. 51.

Nesse sentido, oportuna a referência que Santos faz sobre a sociologia das ausências e a sociologia das emergências.

Entende que a experiência social no mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental considera importante, de modo que o recorte epistemológico realizado tende a desperdiçar a riqueza dessa experiência, mas é preciso destacar que este desperdício faz parte da estratégia daquela tradição. Desta forma, para combater o desperdício da experiência, é preciso criar também estratégias que tornem visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e evitem que sejam silenciadas.<sup>664</sup>

Para tanto, uma estratégia que seja contra hegemônica, que não ambiciona a completude, mas que esteja disposta a realizar uma crítica às linhas abissais, que critique não apenas as práticas do neoliberalismo, mas que subverta a racionalidade econômica em seu constante processo de *naturalização*. Nesse sentido, Santos ensina que o

o objectivo da sociologia das ausências é transformar objectos impossíveis em possíveis e com base neles transformar as ausências em presenças. Fá-lo centrando-se nos fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica. O que é que existe no Sul que escapa à dicotomia Norte/Sul? O que é que existe na medicina tradicional que escapa à dicotomia medicina moderna/medicina tradicional? O que é que existe na mulher que é independente da sua relação com o homem? É possível ver o que é subalterno sem olhar à relação de subalternidade?<sup>665</sup>

Exemplo interessante dessa perspectiva é encontrada na constituição dos faxinais. Souza, sobre esse tema, destaca que

o processo de reconhecimento dessa imensa diversidade sociocultural do Brasil é acompanhado de uma extraordinária diversidade fundiária e ambiental ainda que pouco conhecida no país e, mais ainda, pouco reconhecida oficialmente pelo Estado brasileiro. As denominadas comunidades ou povos tradicionais encontram-se ainda, em sua grande maioria, na invisibilidade, silenciadas por pressões econômicas, fundiárias, processos discriminatórios e excluídas da formulação e proposição das políticas públicas. Todavia, buscam compor, cada um deles, com suas formas próprias de inter-relacionamento, grupos e comunidades tradicionais autodefinidas coletivamente, juridicamente reconhecidas e auto-reguladas internamente pela gestão tradicional dos recursos naturais.<sup>666</sup>

Neste sentido, é possível observar que a essência da resistência dessas comunidades está em estabelecer uma estratégia contra hegemônica em sua autodefinição:

ao autodefinir-se, os faxinalenses enfatizam os critérios de identificação e não apenas as designações que utilizam para nomear as extensões que ocupam ou reivindicam. Tais critérios visam indicar ao Estado a existência coletiva de sujeitos sociais que produzem ações coletivas, objetivadas em um movimento social que formula,

---

<sup>664</sup> SANTOS, 2002, p. 238.

<sup>665</sup> SANTOS, 2002, p. 246.

<sup>666</sup> SOUZA, 2007, p.575.

apresenta e representa de forma legítima as demandas específicas construídas nos conflitos territoriais pela luta faxinalense.<sup>667</sup>

Esta identidade coletiva dos faxinalenses, desde sua identificação com os conflitos socioambientais passa a ser um requisito para mobilização do grupo e definição de suas reivindicações por um modo de vida e utilização de seus saberes tradicionais que contraria a racionalidade e apropriação tradicional da terra.

Desta forma, ainda em Souza,

tal afirmação étnica produz o desvencilhamento do anonimato político-organizativo das formas de existência coletiva tradicionais e implica em certos desdobramentos políticos, cujas formas de associação escapam as categorias usuais de análise e enquadramento – agricultura familiar, campesinato, posseiros, sem-terra, bóias-frias ou trabalhador rural - para incorporarem fatores étnicos, elementos de consciência ecológica e de autodefinição coletiva. Essa fase simboliza uma das conseqüências significativas da emergência de novos movimentos sociais que se autodenominam como povos ou comunidades tradicionais no cenário das lutas sociais no campo, movidos em especial, por conflitos agrários e ambientais historicamente sufocados por modelos de desenvolvimento dominantes<sup>668</sup>

No mesmo plano estratégico, o aspecto da tradicionalidade se posiciona a questionar a racionalidade econômica imposta ao campo, de tal modo que se impõe sobre lógica específica de produção a partir de noções singulares acerca da “necessidade” - está à mercê das relações sociais, enquanto que na tradição ocidental e modo de produção capitalista, as relações sociais é que estão subordinadas à economia.<sup>669</sup>

Da mesma forma pode-se observar o desvelamento das lutas de sexo e gênero em diversos contextos da vida urbana, procurando criar e lutar contra a invisibilidade e o machismo, práticas comuns da colonialidade de poder.

Ademais, Santos assinala que a sociologia das ausências e sobre o encobrimento do Outro, procura sintetizar algumas lógicas de não-existência que precisam ser visibilizadas. Assim, destaca essas formas sociais de não-existência produzidas ou legitimadas pela razão metonímica: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo. Porém, não se pretende acabar com essas categorias, mas

apenas que elas deixem de ser atribuídas em função de um só critério que não admite ser questionado por qualquer outro critério alternativo. Este monopólio não é resultado de um trabalho de razoabilidade argumentativa. É antes o resultado de uma imposição que se não justifica senão pela supremacia de quem tem poder para o fazer.<sup>670</sup>

---

<sup>667</sup> SOUZA, 2007, p. 577.

<sup>668</sup> SOUZA, 2007, p. 583.

<sup>669</sup> SOUZA, 2007, p. 583.

<sup>670</sup> SANTOS, 2002, p. 250.

Torná-las evidentes, portanto, decorre de uma transgressão, ou de uma não aceitação com a condição de invisibilidade. Para tanto, Santos enumera algumas possibilidades, como a *ecologia dos saberes*, a *ecologia das temporalidades*, a *ecologia dos reconhecimentos*, a *ecologia das trans-escalas* e a *ecologia de produtividade*.

Com relação a ecologia de saberes, trata de romper com a monocultura do saber e do rigor científicos, frente a pluralidade de outros saberes e de outros critérios de rigor que operam em contextos e práticas sociais invisíveis. É preciso que esses saberes também possuam legitimidade para participar dos debates epistemológicos. Da incompletude de um saber é que se estabelece o diálogo com outros que podem se transformar em práticas verdadeiramente sábias.<sup>671</sup>

Santos ainda complementa que

a ecologia de saberes não concebe os conhecimentos em abstrato, mas antes como práticas de conhecimento que possibilitam ou impedem certas intervenções no mundo real. Um pragmatismo epistemológico é, acima de tudo, justificado pelo facto de as experiências de vida dos oprimidos lhes serem inteligíveis por via de uma epistemologia das consequências. No mundo em que vivem, as consequências vem sempre primeiro que as causas.<sup>672</sup>

A ecologia das temporalidades, por sua vez, critica o tempo linear que deve abrir espaço para outras formas de narrativa do tempo, como o tempo circular, a doutrina do eterno retorno e outras concepções que não se deixam captar adequadamente nem pela imagem de linha nem pela imagem de círculo.<sup>673</sup>

A ecologia dos reconhecimentos se direciona a deflagrar a lógica da classificação social. Trata-se de pensar uma desqualificação dos agentes que incida em suas experiências sociais, enquanto práticas e saberes. Pretende uma nova articulação com o princípio da igualdade e o princípio da diferença, que evite o privilégio, mas que trate de uma ecologia de diferenças feita de reconhecimentos recíprocos. A ecologia das trans-escalas aborda a (des)globalização em busca do local, de modo que se estabelece nele uma globalização contra hegemônica, capaz de ampliar a diversidade das práticas sociais ao oferecer alternativas ao globalismo localizado.<sup>674</sup>

Por fim, a ecologia de produtividade, como mecanismo de luta contra a lógica produtivista, que insista na recuperação e valorização dos sistemas alternativos de produção, das organizações econômicas populares, das cooperativas operárias, das empresas autogeridas,

---

<sup>671</sup> SANTOS, 2002, p. 251.

<sup>672</sup> SANTOS, 2010, p. 60.

<sup>673</sup> SANTOS, 2002, p. 251.

<sup>674</sup> SANTOS, 2002, p. 252

da economia solidária, etc., que a ortodoxia produtivista capitalista ocultou ou descredibilizou.<sup>675</sup>

A ecologia da produtividade evidencia, de maneira mais transparente, a intenção de uma contumaz crítica aos paradigmas do desenvolvimento e da racionalidade econômica, de modo que se possa reconstruir essas alternativas e retirá-las da subalternidade.

Para alcançar os intentos da sociologia das ausências, Santos ressalta que é necessária a imaginação sociológica, epistemológica e democrática.

a imaginação *epistemológica* permite diversificar os saberes, as perspectivas e as escalas de identificação, análise e avaliação das práticas. A imaginação *democrática* permite o reconhecimento de diferentes práticas e actores sociais. Tanto a imaginação epistemológica como a imaginação democrática têm uma dimensão desconstrutiva e uma dimensão reconstrutiva. A desconstrução assume cinco formas, correspondentes à crítica das cinco lógicas da razão metonímica, ou seja, despensar, desresidualizar, desracializar, deslocalizar e desproduzir. A reconstrução é constituída pelas cinco ecologias.<sup>676</sup>

Esse campo de possibilidades em aberto permite refletir sobre a dilação do presente, tornando-o um conjunto de experiências múltiplas, plurais e coletivas. Porém, para que seja possível pensar essas alternativas, faz-se necessário também a contração do futuro, de modo que se apresente como escasso e, portanto, que inspire cuidados e precauções.

contrair o futuro consiste em eliminar ou, pelo menos, atenuar a discrepância entre a concepção do futuro da sociedade e a concepção do futuro dos indivíduos. Ao contrário do futuro da sociedade, o futuro dos indivíduos está limitado pela duração da sua vida ou das vidas em que pode reencarnar, nas culturas que aceitam a metempsicose. [...] enquanto a dilatação do presente é obtida através da sociologia das ausências, a contração do futuro é obtida através da *sociologia das emergências*. A sociologia das emergências consiste em substituir o vazio do futuro segundo o tempo linear (um vazio que tanto é tudo como é nada) por um futuro de possibilidades plurais e concretas, simultaneamente utópicas e realistas, que se vão construindo no presente através das actividades de cuidado.”<sup>677</sup>

No que diz respeito a sociologia das emergências, não se pode confundi-la com urgência ou contingência. Antes, é preciso que expresse a cautela de refletir sobre as potencialidades e a potência do futuro que não se traduzam em mera esperança ingênua ou em desastre.

a axiologia do progresso é, assim, substituída pela axiologia do cuidado. Enquanto na sociologia das ausências a axiologia do cuidado é exercida em relação às alternativas disponíveis, na sociologia das emergências é exercida em relação às alternativas

---

<sup>675</sup> SANTOS, 2002, p. 253.

<sup>676</sup> SANTOS, 2002, p. 253.

<sup>677</sup> SANTOS, 2002, p. 254.

possíveis. Esta dimensão ética faz com que nem a sociologia das ausências nem a sociologia das emergências sejam sociologias convencionais.<sup>678</sup>

Desta forma, o desafio redobrado da sociologia das emergências se apresenta por considerar as ausências não pensadas do futuro. Este é, portanto, um campo ainda para se sonhar, o que poderia parecer estranho, caso a intenção deste trabalho fosse operar na lógica das ciências modernas e de seus rigores. Mais que isso, sonhar coletivamente e compartilhar – solidariamente – os sonhos para que se possa promover um diálogo de saberes e de experiências. Portanto, contrair o futuro não significa negá-lo, mas de refletir com cuidado sobre a multiplicidade de futuros possíveis, que levem em conta os parâmetros da sociologia das ausências, mas que não se limite a ela.

o trabalho de tradução feito com base na sociologia das ausências e na sociologia das emergências é um trabalho de imaginação epistemológica e de imaginação democrática, com o objectivo de construir novas e plurais concepções de emancipação social sobre as ruínas da emancipação social automática do projecto moderno. Não há nenhuma garantia de que um mundo melhor seja possível e muito menos de que todos os que não desistiram de lutar por ele o concebiam do mesmo modo. A oscilação entre banalidade e horror, que tanto angustiou Adorno e Horkheimer, transformou-se hoje na banalidade do horror. A possibilidade do desastre começa hoje a ser evidente.<sup>679</sup>

Trata-se de pensar a emancipação do lugar, e junto com isso, questionar qual o lugar epistêmico de onde se estabelece o mundo.

“eis que se torna importante distinguir ‘lugar epistêmico’ e ‘lugar social’. O facto de alguém se situar socialmente no lado oprimido das relações de poder não significa automaticamente que pense epistemicamente a partir de um lugar epistêmico subalterno. Justamente, o éxito do sistema-mundo colonial/moderno reside em levar os sujeitos socialmente situados no lado oprimido da diferença colonial a pensar epistemicamente como aqueles que se encontram em posições dominantes. As perspectivas epistêmicas subalternas são uma forma de conhecimento que, vindo de baixo, origina uma perspectiva crítica do conhecimento hegemónico nas relações de poder envolvidas.”<sup>680</sup>

Ainda em Santos, é preciso compreender a necessidade da copresença radical que “significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários.[...] pressupõe ainda a abolição da guerra, que, juntamente com a intolerância, constitui a negação mais radical da co-presença.”<sup>681</sup>

Assim, “como ecologia de saberes, o pensamento pós-abissal tem como premissa a ideia da diversidade epistemológica do mundo, o reconhecimento da existência de uma

---

<sup>678</sup> SANTOS, 2002, p. 256.

<sup>679</sup> SANTOS, 2002, p. 273.

<sup>680</sup> GROSGUÉL, 2010, p. 459.

<sup>681</sup> SANTOS, 2010, p. 53.

pluralidade de formas de conhecimento além do conhecimento científico. Isto implica renunciar a qualquer epistemologia geral.”<sup>682</sup>

Neste sentido, Floriani & Vergara defendem que a construção de um pensamento socioambiental consiste

en abrir espacio a la crítica política en orden a enjuiciar los modelos productivistas de las modernas sociedades que cambiaron la idea de desarrollo por la del crecimiento económico, sometiendo todas las demás dimensiones de la realidad a la sobre economía de las relaciones sociales y culturales. Hoy día una economía que no crece es mirada con desconfianza y juzgada por los medios de comunicación como ineficiente, peligrosa y que pone en riesgo los actuales niveles de consumo, por supuesto, insustentables, pues miran hacia un horizonte de hiperconsumo y del despilfarro de los recursos naturales finitos.<sup>683</sup>

As características do que Leff denomina de saber ambiental “seus efeitos nas crenças e comportamentos dos agentes sociais, assim como no desenvolvimento das ciências e disciplinas sociais – fertilizam o terreno para fundar uma ecologia política do saber ambiental.”<sup>684</sup> De modo que a construção de um mundo sustentável esteja fundada na diversidade cultural “terá de resultar do enlace dos sentidos diferenciados de seres diversos que se encontram e fecundam no presente, projetando-se na história sem poder sempre dizer suas intenções, recuperar sua memória passada e prever seu futuro.”<sup>685</sup>

Portanto, refletindo desde as exigências de um pensamento complexo e do diálogo de saberes,

debemos evitar pensar el ambiente como si fuese una *cosa*, es decir, algo perfectamente determinado, delimitable por sí, autónomo e invariable como fueron pensadas las *cosas* en el pensamiento moderno, se trate de cosas *extensas* o de cosas *pensantes* según lo propuso R. Descartes. En este sentido, asumimos la idea de que nada es en realidad una *cosa*, ya que nada está verdaderamente aislado, ni siquiera simplemente conectado, sino que *interconectado* y forma parte de *redes de referencias*, en cuyas *tramas* se van configurando los *objetos*, sea en interrelaciones sensibles o inteligibles. Pero, del mismo modo, y al mismo tiempo, en estos procesos se configuran también, lo que se ha solido llamar *sujetos*, de manera que *sujeto* y *objeto* son siempre realidades con la misma extensión, complementarias, nunca opuestas y excluyentes.<sup>686</sup>

A cultura e o colonialismo de poder se colocaram acima das culturas e dos povos originários da América. As novas categorias dessa apropriação ocorreu por processos de modernização e da defesa do desenvolvimento como caminho único para se alcançar patamares de modernidade e bem-estar. Na contramão desses movimentos, o último século presenciou o

<sup>682</sup> SANTOS, 2010, p. 54.

<sup>683</sup> FLORIANI & VERGARA, 2015, p. 19.

<sup>684</sup> LEFF, 2006, P. 288

<sup>685</sup> LEFF, 2006, p. 292

<sup>686</sup> FLORIANI & VERGARA, 2015, p. 16.

surgimento de movimentos tradicionais que procuram retomar as culturas tradicionais em oposição aos modelos desenvolvimentistas.

Estes movimentos identificam-se com o “Suma Qamaña”, no castelhano traduzido como *Vivir Bien* pelos Aymara na Bolívia e o “Sumak Kawsay”, traduzido como *Buen Vivir* pelos Quechua no Equador. Mamani (2010), destaca que em respeito à cosmovisão dos povos originários, primeiro está a vida em relação a harmonia e ao equilíbrio, razão pela qual, “quamaña” se aplica a quem “sabe viver”, e o “bem” está na construção de “suma”, ainda que isso não alcance a magnitude do conceito, que poderia ser melhor traduzido como plenitude, ou seja, as práticas do “suma quamaña” poderiam ser traduzidas como a “vida em plenitude”.

Assim, o *Buen Vivir* emergiu de um contexto de renovação da crítica ao desenvolvimento convencional, na América Latina, partindo de ideias pretéritas, como a teoria da dependência, e também de novas ideias de tradição ocidental – como o ambientalismo biocêntrico, a ecologia profunda, o feminismo radical e a descolonialidade do saber – e da incorporação de perspectivas provenientes dos saberes e sensibilidades dos povos indígenas e de outros povos ou comunidades cujas expressões são subalternas e marginalizadas dentro do próprio pensamento ocidental.

Mais que isso, o “Buen Vivir” se colocou como uma maneira de desmistificar o desenvolvimento, de estabelecer os limites entre seus ideais propagados e a realidade, principalmente pela construção ideológica de um abismo entre os desenvolvidos e os subdesenvolvidos, uma vez que, como destaca Esteva (2009), o desenvolvimento é um conceito carente de conteúdo que dominou o debate público por meio século.

A perspectiva de mudança provém do entendimento de que o crescimento baseado em recursos naturais inesgotáveis e em um mercado capaz de absorver tudo que é produzido tem gerado sérios problemas sociais, como o deslocamento de comunidades ou a pobreza persistente, e uma crescente deterioração ambiental, nas escalas local e global.

Entende-se como inviável reduzir o desenvolvimento a crescimento econômico, já que os recursos naturais são limitados, bem como o são as capacidades dos ecossistemas de lidar com os impactos ambientais. Assim, critica-se a consideração de países latino-americanos como “subdesenvolvidos” que devem avançar por sucessivas etapas imitando a trajetória das economias industrializadas. Questiona-se também a base antropocêntrica do desenvolvimento atual, no qual tudo é valorado e apreciado em função da utilidade para os seres humanos, e a perda dos aspectos afetivos.<sup>687</sup>

---

<sup>687</sup> GUDYNAS, 2011.

Para toda una generación, la mía, el desarrollo fue sagrado e inviolable. Era el ídolo común de sectas que perseguían la misma meta por medios incompatibles. Pero ha llegado el momento de reconocer que es el propio desarrollo el mito maligno que amenaza la supervivencia de las mayorías sociales y de la vida en el planeta. Necesitamos oponernos con firmeza a la esperanza adicional de vida que se quiere dar al desarrollo con la creación de alternativas. Padeimos ya las consecuencias de adjetivos cosméticos, que trataban de disimular el horror: desarrollo social, integral, endógeno, centrado en el hombre, sustentable, humano, “otro”... No podemos esperar que la salida provenga de burócratas de las instituciones internacionales ni de los nuevos cruzados del “desarrollo alternativo”, que derivan dignidad e ingresos de la promoción del desarrollo. Las cuatro décadas del desarrollo fueron un experimento gigantesco e irresponsable que, según la experiencia de las mayorías de todo el mundo, ha fracasado miserablemente. La crisis actual es la oportunidad de desmontar la meta del desarrollo en todas sus formas.<sup>688</sup>

A problemática socioambiental permaneceu de difícil aceitação enquanto o horizonte intelectual ainda permanecia enclausurado pelo dogma do crescimento econômico e o mito do progresso. De certo modo, Capella<sup>689</sup> indica que o grande problema ecológico-cultural era que a civilização industrial moderna se baseava no crescimento, e na expansão da produção em princípio indeterminada e ilimitada, até entrar em conflito com os recursos finitos e gerar um paradoxo, pois além de não poder continuar seu curso “natural”, a industrialização, tal como é concebida, não pode ser estendida aos demais povos.

As dinâmicas perversas desse processo e da lógica do capital e da economia mundial<sup>690</sup> evidenciam-se pelos processos de transformação do indivíduo em consumidor. Assim, há uma nova cartografia geopolítica para os processos democráticos, uma vez que devem ser altamente reversíveis, evocadas por grupos sociais de legitimidade questionável. Embora bandeiras como a democracia e a sustentabilidade sejam lançadas ao vento, não há nenhum vínculo que garanta o diálogo e o equilíbrio entre elas.

Portanto, qualquer alternativa que possa ser construída não pode deixar os sujeitos, indivíduos e experiências culturais e sociais tradicionais excluídos, mas, por outro lado, é relevante que sejam convidados a dialogar, a conhecer e tenham espaço para que possam demonstrar conhecimentos e símbolos que não foram contemplados pelo conhecimento e pelo projeto político moderno.

Em contraponto à perspectiva do desenvolvimento unidirecional e linear e do progresso em sua derivação produtivista, é que práticas como o *Buen Vivir* precisam ser consideradas, uma vez que associam as concepções de uma *vida boa* sem remeter a

---

<sup>688</sup> ESTEVA. 2009.

<sup>689</sup> CAPELLA, Juan Ramón. *Fruta Prohibida: una aproximación histórico-teórica al estudio del derecho y del estado*. Madrid: Trotta, 1997.

<sup>690</sup> Milton Santos nesse aspecto fala em uma globalização perversa com a tirania da informação, pobreza estrutural globalizada e uma perversidade sistêmica. Ver Santos, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*.

desenvolvimentos instrumentais, mas, pelo contrário, enquanto alternativa à ideia ocidental de desenvolvimento, rompendo com suas bases culturais e ideológicas, provenientes da Modernidade Europeia. O Buen Vivir recupera a ideia de uma vida boa, de bem-estar em um sentido mais amplo, transcendendo as limitações do consumo material e da propriedade e recuperando os aspectos afetivos e espirituais.<sup>691</sup>

O Buen Vivir é um conceito plural e multidimensional, ainda em construção, cujas diferentes expressões refletem suas próprias circunstâncias históricas, culturais, sociais e ambientais. Algumas perspectivas se baseiam nos saberes dos povos originários, enquanto outras estão apresentadas em posturas marginais e críticas dentro da Modernidade. De qualquer modo, compartilham de uma plataforma política comum, baseada em aspectos como a recusa do desenvolvimentismo, ou o questionamento ao desenvolvimento entendido como progresso, uma ética própria (que reconhece, por exemplo, os valores intrínsecos da Natureza), uma atitude descolonial e a busca por alternativas aos desenvolvimentos.<sup>692</sup>

A pluralidade do conceito de Buen Vivir não é vista como negativa, na perspectiva de Gudynas<sup>693</sup> e Gudynas e Acosta<sup>694</sup>; pelo contrário, é considerada positiva, por expressar o dinamismo próprio de um conceito em construção, no qual o encontro intercultural (no qual todas as culturas estão em plano de igualdade) e a interação entre saberes tradicionais e novas perspectivas permite redefinir identidades para o futuro. Nesse contexto, o Buen Vivir pode ser entendido como uma plataforma de encontro de diferentes maneiras de entender o mundo, na qual se dá o debate político sobre as alternativas ao desenvolvimento e o bem comum, havendo uma diversidade e sobreposição de distintas posturas que trazem elementos críticos comuns.

Nessa plataforma encontram-se debates teóricos, por exemplo, de discussão de alternativas conceituais; práticas, dos povos indígenas e dos movimentos sociais, buscando respostas concretas urgentes aos problemas que o desenvolvimentismo atual não resolve; e construções políticas - na aprovação das recentes constituições da Bolívia, em 2009, e do Equador, em 2008.<sup>695</sup>

Explicando melhor os componentes comuns das diversas expressões que compõem o Buen Vivir, pode-se citar primeiramente outra ética para reconhecer e atribuir valores. A Natureza passa a ser sujeito de valor, contrastando com a ética ocidental prevalecente, na qual somente tem valor os objetos valorados por pessoas, por poderem ser utilizados ou trocados.

---

<sup>691</sup> GUDYNAS e ACOSTA, 2011.

<sup>692</sup> GUDYNAS, 2011.

<sup>693</sup> GUDYNAS, 2011.

<sup>694</sup> GUDYNAS e ACOSTA, 2011.

<sup>695</sup> GUDYNAS e ACOSTA, 2011.

Outro componente é a descolonização de saberes, que consiste em reconhecer, respeitar e aproveitar a diversidade de saberes, rompendo-se com a pretensão de um saber dominante. Deixar para trás a racionalidade de manipulação e instrumentalização, por sua vez, é uma componente que trata do abandono da pretensão moderna de dominar e manipular tudo o que rodeia o homem, sejam outras pessoas ou a Natureza, para convertê-lo em meios que servem a seus fins. Uma vocação orientada ao encontro, diálogo e interações entre os diferentes saberes diz respeito a uma oposição à postura reducionista e hegemônica, promovendo a interação intercultural e de resgate de posturas críticas dentro da própria Modernidade ocidental. Concepções alternativas da natureza tratam da reconceitualização da ideia ocidental de natureza, que é externa aos seres humanos, desarticulada em objetos, que podem ser manipulados e apropriados como recursos. O Buen Vivir busca diluir a dualidade sociedade-natureza, e reposiciona o ser humano como integrante da trama da vida. O componente comunidades ampliadas se refere às comunidades políticas, que não devem ser restringidas às pessoas, mas sim estender-se ao não humano (outros seres, ou elementos do ambiente, espíritos). E, por fim, o último componente é um lugar para *las vivencias y los afectos*. O Buen Vivir não se restringe a sua base material, reconhecendo a importância dos afetos, vivências de alegria ou tristeza, rebeldia ou compaixão.<sup>696</sup>

Disto decorre que é possível promover um diálogo de saberes que fomentem a inclusão de outras formas de saber, experiências e conhecimentos que conduzam os destinos da humanidade (e do planeta) sobre a base de uma política e de uma estratégia de conexão de racionalidades ambientais locais, que façam da diversidade ecológica e cultural a base de uma economia e de um saber diferenciados, includentes e verdadeiramente emancipatórios.

---

<sup>696</sup> GUDYNAS, 2011.

## 5 JÁ NÃO CANTARÃO AS SEREIAS OU *A GUISA DE CONCLUSÃO*

Eis que o final da jornada se aproxima e Odisseu se encontra só. Se sua jornada serviu para alinhar as perspectivas da construção da tese – sendo esta sua peregrinação à deriva do mediterrâneo, por certo seu desfecho também, ainda que em forma de alegoria, representar suas considerações finais- sua Ítaca.

Odisseu atravessou os mares ao lado de fieis soldados que enfrentaram todas as intempéries e desafios, tendo enfrentado monstros marinhos, deuses e sereias, ter descido ao inferno e ter retornado. No entanto, ao adentrar em Ítaca, está só e esfarrapado, como um mendigo.

Assim, a jornada da pesquisa apresentou também grandes desafios, como aqueles pertencentes ao pensamento e ao conhecimento moderno que precisaram ser vencidos, tarefa que somente foi possível pela virtude de um conjunto de teóricos e pensadores que se colocaram as margens do pensamento ocidental e criticaram as armadilhas da modernidade. Ao longo de toda jornada se vislumbrou o canto das sereias que propunham a aceitação das condições impostas pela epistemologia hegemônica.

A primeira delas é sobre a fragilidade e a tendência de se pensar o projeto da modernidade como um dever da humanidade, sem levar em conta que foi um projeto de universalização do pensamento e do poder europeu. A segunda hipótese recai sobre a democracia e a luta pelos direitos da cidadania moderna e as dificuldades de sua implementação, fazendo crer que se trata de único caminho para a salvação frente as mazelas e a incompletude do projeto moderno. A terceira hipótese, versa sobre a concepção de desenvolvimento sustentável, como fator balizador/articulador e potencializador das duas primeiras. O canto das sereias, dessa forma, apresenta-se como a pura sedução da essência da modernidade.

Descer ao inferno simbolicamente esteve na compreensão das dificuldades emancipatórias diante do conjunto de estratégias que a colonialidade do poder tem imposto desde o surgimento da modernidade, associadas a racionalidade econômica em sua versão atual que age de maneira visceral sobre um conjunto cada vez maior da população vulnerabilizadas – econômica e socialmente, mas também culturalmente, impondo condições precárias e subhumanas de maneira permanente. Não fossem os autores e pensadores decoloniais, essa jornada teria enfraquecido e se encerrado.

Mas eis que Odisseu entra em Ítaca sozinho, tal qual o pesquisador em suas considerações finais, - como um mendigo – pois – simbolicamente precisa estar desprovido dos

conteúdos que tinha alcançado antes do início da jornada, para que possa, pela primeira vez compreender as relações de poder e de saberes que se estabeleceram durante todo o período que esteve a navegar. Somente assim, tendo se tornado invisível às ameaças dos homens egoístas – simbolicamente o egoísmo do indivíduo moderno que tudo deseja consumir, é que poderá desvelar-se e se tornar digno de encerrar sua jornada.

Eis que assim, a alegoria da Odisseia cumpre seu papel, e abre espaço oportuno para se destacar alguns pontos que consolidam as considerações finais da presente pesquisa de tese de doutoramento em Meio Ambiente e Desenvolvimento.

Assim, inicialmente procurou-se realizar uma abordagem sobre o cenário de dificuldades para o presente século, em parte decorrentes da modernidade, em parte decorrentes dos avanços e da racionalidade econômica própria do capitalismo do século XX, assim como a evidenciação dos riscos ambientais como sinalizadores da crise da própria humanidade. Nesse sentido, ponderou-se sobre essa crise enquanto uma crise de percepção, que abala e põe em dúvida as certezas que a razão havia prometido ao indivíduo.

Ademais, procurou-se evidenciar os elementos que compuseram a pesquisa interdisciplinar – característica e marca do programa em Meio Ambiente e Desenvolvimento, de modo que se pudesse compreender a caminhada coletiva e plural dos anos iniciais do doutorado. Desta forma, tratou-se de pensar o diálogo de saberes e a teoria da complexidade, como fatores determinantes do que seria a pesquisa interdisciplinar.

Da mesma forma, procurou-se evidenciar a construção e o desenvolvimento da Oficina IV, que foi desenvolvida no segundo ano do doutorado e que possibilitou um verdadeiro exercício interdisciplinar. Os desafios apresentados ao longo dessa etapa foram principalmente decorrentes de disputas simbólicas de conhecimento e de áreas diferentes de atuação por parte de seus integrantes. Porém, vencidas essas discussões, este fator demonstrou ser a maior riqueza possível da etapa coletiva, principalmente para a compreensão do tema central da injustiça socioambiental.

Da mesma forma, a segunda fase, realizada no interior da linha de epistemologia ambiental, a qual teve como grande ganho a possibilidade de discussões e interlocuções mais densas com os professores e professoras da linha – e a compreensão da relevante contribuição ou devir que a epistemologia ambiental poderia apresentar ao tema. Registre-se que essa etapa se encerrou oficialmente ao final do ano de 2015, mas as reuniões da linha tiveram desenvolvimento ao longo dos anos subsequentes, nas quais foi possível dar sequência aos conteúdos, leituras e debates que foram parte elementar para o desenvolvimento da tese individual.

Deste modo a tese procurou se estabelecer sobre essas bases de conhecimento para poder iniciar de maneira crítica sobre tais fundamentos, articulando um pensamento crítico e interdisciplinar sobre o tema dos espaços, dos sujeitos e das epistemes nas margens de um pensamento ocidental hegemônico, de tal modo que pudesse expressar as duas perspectivas que fazem parte do programa, quais sejam, o meio ambiente e o desenvolvimento.

Assim, com relação ao *meio ambiente* optou-se por delimitar a investigação sobre os espaços urbanos marginais, enquanto que, com relação ao tema do *desenvolvimento*, as escolhas conduziram a explorar e analisar a categoria dos subalternos (e sua invisibilidade), assim como compreender e analisar as vulnerabilidades e as possibilidades de uma epistemologia das margens.

Deste modo, o problema da presente pesquisa foi elaborado a partir duas perguntas centrais.

I) Os espaços marginais e seus processos de exclusão são parte de uma agenda neoliberal enquanto subproduto das políticas de desenvolvimento (sustentável)?

II) A partir das contradições e contranarrativas evidenciadas pelos espaços marginalizados e os sujeitos invisibilizados é possível estabelecer condições para a emergência de epistemologias das margens a partir da crítica aos processos de colonialidade na luta por justiça socioambiental?

As hipóteses avançadas inicialmente foram sobre o que se denominou de cantos das sereias, enquanto três pilares fundantes da sociedade contemporânea, mas que em verdade servem para impedir que uma parcela significativa da população alcance e concretize uma condição digna de existência.

Portanto, a primeira hipótese (primeiro canto da sereia) foi traduzida como espaços marginais, enquanto reprodutores de processos de exclusão socioambiental, próprios da modernidade colonial, reforçando-a como argumento legitimador na produção desses espaços.

A segunda hipótese (segundo canto da sereia) pretendia evidenciar os processos históricos de colonialidade que serviram para invisibilizar pelo argumento da raça, cor ou condições de acesso aos direitos, conduzindo e condicionando esses subalternos a novos processos de exclusão e subalternidade recorrente e permanente.

A terceira hipótese (último canto da sereia) partiu do desenvolvimento sustentável enquanto obstáculo substancial à formação de epistemologias desde a subalternidade, impedindo a emergência de uma efetiva luta por justiça socioambiental.

Desta forma, os objetivos de cada um dos capítulos foi contribuir para comprovar essas hipóteses, visto que, conforme poderá se observar abaixo, nas considerações de cada um dos capítulos, as hipóteses não foram refutadas.

Com relação ao segundo capítulo que teve como tema central a produção de espaços marginalizados, foi possível observar que a constituição das cidades é uma forma de expressão significativa da própria modernidade, uma vez que a cidade representava os ideais de realização da perfeição da razão, por seu plano, pelas suas regras e por ser um reduto do poder e do esclarecimento. Deste modo, evidenciou-se a modernidade urbana como o horizonte de sentido do projeto civilizatório e, diante de sua incapacidade de gerenciar as crises da urbe, foi possível abordar uma visão decolonial da cidade, de modo a compreender as rupturas e evidenciações dos problemas postos para a cidade.

Neste sentido, após o estudo das categorias de espaços e lugares, foi possível compreender o sentido propositivo dos espaços marginais enquanto parte da própria dinâmica da modernidade e da organização social da cidade, principalmente das interferências que a globalização produziu com novas formas de apropriação do espaço que servem duplamente aos interesses econômicos, seja pela formação de guetos modernos, seja pela configuração de zonas de sacrifício que deflagram esses processos. De um lado a marginalização dos espaços para a exclusão de grupos sociais desfavorecidos, de outra para a apropriação do mercado imobiliário, ou ainda, para a produção de uma desigualdade na aquisição de consequências de danos ambientais.

Desta forma, foi possível compreender a constituição da marginalização territorial enquanto novas formas de sacrifícios para a apropriação territorial, com consequências desiguais, mas reafirmadoras de uma estratégia de colonialidade de poder.

O que confirma a primeira hipótese, qual seja, de que os espaços marginais fazem parte de uma agenda racional de produção e de manutenção de excluídos que sofrem de maneira negativa e desigual as consequências dessas agendas.

Com relação ao segundo capítulo, ainda que já sinalizado pelas consequências evidenciadas pelo capítulo anterior, pode-se compreender as raízes da desigualdade e vulnerabilidade socioambiental contemporâneas, desde a constituição seletiva dos indivíduos enquanto cidadãos, como parte de uma classificação social suficiente para garantir um contingente de excluídos desses avanços de cidadania, de tal modo que progressivamente fossem invisibilizados.

Assim, inicialmente se buscou compreender as raízes da ilusão sobre a igualdade social e o protagonismo da concepção de indivíduo no seio do Estado Liberal, condição que ainda faz

parte do imaginário da figura do cidadão. Da mesma forma, foi possível observar que enquanto o homem europeu era elevado a essa categoria, os conceitos de raça eram elaborados e estrategicamente realizados nas colônias de tal modo a reafirmar os processos de colonização. Assim, foi possível evidenciar alguns aspectos históricos da constituição do imaginário social em torno da raça e da classificação social na América Latina e, principalmente, no Brasil, que desde seu início teve essa característica da diversidade de povos atribuída como algo negativo.

Vencida essa etapa, procurou-se evidenciar os aspectos conceituais da pobreza e da desigualdade social na produção dos ninguéns, enquanto processos históricos e culturais elaborados para constituir – ao longo da formação do país – uma classe enfraquecida e derrotada. Assim, diante do quadro geral da crescente pobreza e desigualdade social associada a classificação social perversa, foi possível compreender como a colonialidade do poder conseguiu produzir sua versão mais densa de dominação, a partir da constituição da vulnerabilidade socioambiental, que sedimenta as dimensões anteriores de condição subalterna, mas que tende a ser permanente, retirando até mesmo a esperança de fuga dessa condição.

Por fim, a análise desta estratégia da vulnerabilidade à luz da dinâmica neoliberal permitiu compreender a conexão com os espaços marginais enquanto redutos de exclusão social dos não-desejados pelo mercado. Uma exclusão dos processos produtivos, sem precedentes, de modo a garantir sua invisibilidade de direitos, de consumo e de sonhos, enquanto uma nova espécie de aprisionamento simbólico e material a essas condições de invisibilização socioambiental.

O último capítulo procurou os obstáculos e possibilidades para epistemologias subalternas, traduzidas enquanto epistemologias das margens, ponderando sobre sua capacidade de contribuição na luta por justiça socioambiental.

Desta forma, procurou trabalhar a partir de duas perspectivas. A primeira que partiu das contradições do sistema hegemônico para se pensar em evidenciações dessas crises e rupturas como parte funcional do sistema. Nesse sentido, refletir sobre esses aspectos enquanto possibilidade de irromper alternativas desde as crises. O cerne da discussão retomou as relações entre a cidade e o Direito, enquanto campo hegemônico que serve aos interesses da cidade. Por certo, neste ponto, foi possível observar a existência de duas cidades que convivem e que se articulam numa disputa simbólica, qual seja, a cidade real (que está muitas vezes às margens) e a cidade formal (específica construção da ordem e do Direito).

Assim, a evidenciação de possibilidades nas margens decorre justamente da conturbação que a cidade real realiza sobre a cidade formal, exigindo-lhe respostas e se

colocando como campo de resistência, ainda que a cidade formal procure transformá-la em espaço marginalizado.

A segunda ponderação partiu das possibilidades para a formulação das epistemologias das margens e articulação destas a partir do que se entende contemporaneamente como epistemologias do sul, em diálogo com a reflexão sobre a sociologia das ausências e da sociologia das emergências, dois aspectos determinantes para se poder refletir e construir outras epistemes e outros mundos possíveis.

O que se depreende é que tanto as contradições, quanto suas funcionalidades e as possibilidades estão inscritas no questionamento mais profundo sobre as bases do conhecimento e do poder, que precisam romper com a colonialidade do poder em busca de uma visão verdadeiramente emancipatória e incluyente. Uma epistemologia que se coloque as margens sinaliza o rompimento do silêncio produzido por aquela epistemologia hegemônica, da mesma forma e intensidade com que se propõe a articular a pluralidade de outras epistemes, saberes e experiências que permaneceram silenciadas e invisibilizadas.

Desta forma, a compreensão e análise dos espaços marginais ou espaços marginalizados e da invisibilidade dos sujeitos subalternos se coloca no horizonte das epistemologias das margens, que estejam dispostas a ser emancipatórias e resistir a lógica dominante de consumo – que é moldada nas formas de apropriação colonial.

Assim, as epistemologias das margens precisam romper com as práticas do consumo que tornaram as pessoas, os lugares e o conhecimento em objetos de consumo e que tornaram o mundo um fantasmagórico supermercado de objetos inúteis.

Do contrário, estar-se-á diante um espaços marginais enquanto zonas de desesperança, de grupos de sujeitos impossíveis e de uma racionalidade de consumo que fortalece os privilegiados em detrimento daqueles que Galeano já houvera denunciado como os ninguéns, que, embora esperem a chuva da bonança, nunca a encontrarão e que valerão menos do que a bala que lhes mata.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Jessika Brenner Soares Araújo de; FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues. POPULAÇÃO NEM-NEM: uma análise a partir dos dados da PNAD 2012. *Revista de Estudos Sociais*, [S.l.], v. 19, n. 38, p. 106-129, jul. 2017. ISSN 2358-7024. Disponível em: <<https://bit.ly/2Jq4QFp>>. Acesso em: 01 abr. 2018. doi:<http://dx.doi.org/10.19093/res4942>. p.107.
- ALTVATER, Elmar. Os desafios da globalização e da crise ecológica. In.: *Crise dos paradigmas em estudos sociais e os desafios para o século XXI*. HELLER, Agnes. et al., 1a. reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p.109 –125.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- AUGUSTO, Acácio, Para além da prisão-prédio: as periferias como campos de concentração a céu aberto. *Cadernos Metrôpole [en linea]* 2010, 12 (Enero-Junio). Disponível em:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402837808012>> Acesso em: 29 de mar de 2017. ISSN 1517-2422
- BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente. As estratégias de mudanças da Agenda 21*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BASADRE, Ricardo Morales. *Hacia una ética global y una ética pública*. Disponível em: <[www.campus-oei.org/valores/salalectura/Hacia una ética global y una ética pública.htm](http://www.campus-oei.org/valores/salalectura/Hacia%20una%20ética%20global%20y%20una%20ética%20pública.htm)> Acesso em: 17 de jul de 2013.
- BAUMAN, Zygmunt. *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade e ambivalência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. *O mal estar da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo global*. Madrid: Siglo veintiuno de España editores. 2002.
- BEDIN, Gilmar Antonio. *Os Direitos do Homem e o Neoliberalismo*. Ijuí: UNIJUÍ, 1998. 2. ed.
- BOBBIO, Norberto. *O Futuro da Democracia: uma defesa das regras do jogo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BONETI, Lindomar W. *Estado e Exclusão Social Hoje*. In.: ZARTH, Paulo A. et al. *Os Caminhos da Exclusão Social*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.
- BRAGA, Adriana. *McLuhan entre conceitos e aforismos*. *Revista ALCEU* - v. 12 - n.24 - p. 48 a 55 - jan./jun. 2012. Disponível em: <[http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Artigo%204\\_24.pdf](http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Artigo%204_24.pdf)>. Acesso em 08 de set de 2017.
- BRESSER PEREIRA, Luiz; WILHEIM, Jorge; Sola, Lourdes (orgs). *Sociedade e Estado em transformação*. São Paulo: Editora da Unesp, 2001.

- BRÛSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. In.: CAVALCANTI, Clóvis. (org.) *Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável*. 3.ed. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 2001.
- BUBLITZ, Tábata Aline; MARQUES, Ana Flávia. Espaços, processos e relações de vulnerabilidade na cidade de Santa Cruz do Sul (RS): construindo caminhos no campo da justiça ambiental. *Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria - UFSM*, v. 20, n. 1, jan.-abr. 2016, p. 580–591. ISSN: 22361170. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/reget/article/viewFile/20132/pdf>>. Acesso em: 19 de maio 2018.
- CANOTILHO, José Joaquim Gomes. *Estado de Direito. Cadernos Democráticos*. Lisboa: Gradiva, 1999.
- CAPELLA, Juan Ramón. *Fruta Prohibida: Una aproximación histórico-teorética al estudio del derecho y del estado*. Barcelona: Editorial Trotta, 1997.
- CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CASAGRANDE, A.; SILVA JÚNIOR, P.; MENDONÇA, F. Mudanças climáticas e aquecimento global: controvérsias, incertezas e a divulgação científica. *Revista Brasileira de Climatologia*. n.7, v. 8, p. 30-44, 2011.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CENÁRIO. A origem da palavra cenário. Disponível em: <<https://ciberduvidas.iscte-iul.pt/consultorio/perguntas/a-origem-da-palavra-cenario/30285>>. Acesso em: 14 de mar 2017.
- CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). *Por um desenvolvimento inclusivo: O caso do Brasil*. Santiago -Chile: 2015. Ricardo Infante, Carlos Mussi, Mauro Oddo editores.
- CHOAY, Françoise. *O Urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. 7.ed. São Paulo: Perspectiva. 2013.
- CLAVAL, Paul. *A geografia cultural*. Florianópolis –SC: Editora UFSC. 2013.
- CORRÊA, Darcísio. *A Construção da Cidadania: reflexões histórico-políticas*. Ijuí: Unijuí, 2. ed. 2000.
- DAWKINS, Richard. *O Relojoeiro Cego*. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.
- DESCARTES, Rene. *O Discurso do Método*. Porto Alegre: L&PM, 2008.
- DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octavio; RESENDE, Paulo Edgar A. (orgs.). *Desafios da globalização*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- DUBAR, Claude. *Agente, ator, sujeito, autor: do semelhante ao mesmo*. Unité Mixte de Recherche. Université CNRS, Paris, 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2nAIqUI>>. Acesso em: 03 de jul de 2017.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2004.
- ENTIDADE DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A IGUALDADE DE GÊNERO E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES. (ONU MULHERES). *Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil*. Brasília -DF, 2015. 83 p. Disponível em: <[www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br)>. Acesso em: 20 jan 2018.
- ESCOBAR, A. *Una minga para el postdesarrollo – Lugar, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales*. Universidad de San Marcos, Lima, 2010.

- ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In.: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO: Buenos Aires, 2005. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8\\_Escobar.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf)> Acesso em: 13 de jan de 2017.
- ESTEVA, Gustavo. Más allá del desarrollo: la buena vida. América Latina en movimento, 2009. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/active/38110>>. Acesso em: 11 de out de 2015.
- FARIA, José Eduardo (org.). Direito e Globalização Econômica: implicações e perspectivas. São Paulo: Malheiros, 1996.
- FARIA, José Eduardo. Estado, Sociedade e Direito. In.: FARIA, José Eduardo; KUNTZ, Rolf. Qual o futuro dos Direitos? Estado, mercado e justiça na reestruturação capitalista. São Paulo: Max Limonad, 2002.
- FARIA, José Eduardo. O Direito na economia globalizada. 1.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 230.
- FERNANDEZ, Fernando Antonio dos Santos. O poema imperfeito: crônicas de Biologia, conservação da natureza, e seus heróis / Fernando Fernandez. - Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná, 2000.
- FERRAJOLI, Luigi. O Direito como sistema de garantias. In: OLIVEIRA, José Alcebíades de Junior (org.). O novo em Direito e Política. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997.
- FLEURY, Sonia. Pobreza, desigualdades ou exclusão? Ciência & Saúde Coletiva. Revista da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, Brasil., vol. 12, núm. 6, dezembro, 2007, pp. 1422-1425.
- FLORIANI, Dimas. Ciências em trânsito, objetos complexos: práticas e discursos socioambientais. Revista Ambiente e Sociedade, v. 9, p. 65-79, jan-jun 2006.
- FLORIANI, Dimas. Pós-modernidade, crise cultural e emergências cognitivas. Ideação, [S.l.], v. 13, n. 1, p. 181-200, set. 2011. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/5618>>. Acesso em: 20 ago. 2016.
- FLORIANI, Dimas; BRANDENBURG, Alfio; FERREIRA, Angela D. D.(et al); Construção interdisciplinar do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento da UFPR. In.: PHILIPPI Jr.; Arlindo. SILVA NETO, Antonio J. editores. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri – SP: Manole, 2011. p.342-378.
- FLORIANI, Dimas; KNETCHEL, Maria do rosário. Educação Ambiental: epistemologia e metodologias. Curitiba: Vicentina, 2003.
- FLORIANI, Dimas; VERGARA, Nelson. Hacia un pensamiento socioambiental: aproximaciones epistemológicas y sociológicas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, v. 35, p. 11-27, dez. 2015.
- FRUGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. Rev. Antropol., São Paulo, v. 48, n. 1, p. 133-165, June 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-77012005000100004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012005000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 de mar de 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-77012005000100004>.
- GIDDENS, Anthony. As conseqüências da modernidade. São Paulo: ed. UNESP, 1991. 177p.
- GIORGI, Alessandro De. A miséria governada através do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan: ICC, 2006. (Pensamento criminológico; v. 12). 128 p.

- GOYARD-FABRE, Simone. Os Fundamentos da Ordem Jurídica. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 373 p.
- GOYARD-FABRE, \_\_\_\_\_. Os Princípios Filosóficos do Direito Político Moderno. São Paulo: Martins Fontes, 2002, p. 207-362.
- GRAY, John. Falso amanhecer: os equívocos do Capitalismo global. Rio de Janeiro, São Paulo: Ed. Record, 1999. grifo do autor. p.142.
- GUDYNAS, E. Buen Vivir: germinando alternativas al desarrollo. América Latina en Movimiento. America Latina en movimiento. 462 febrero 2011 ano XXXV, II época. Quito, 2011. Disponível em: <<http://www.uv.mx/personal/jmercon/files/2011/08/alai462-Buen-vivir-y-Gudynas.pdf>> Acesso em: 12 out 2016.
- GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. Raça e os estudos de relações raciais no Brasil. Novos Estudos CEBRAP. Julho de 1999. n.º 54. pp. 147-156.
- HARDER, Eduardo; FREITAS, Ana Elisa de Castro. Territórios Tradicionais e Conservação da Natureza: o caso da Ponta Oeste, Ilha do Mel. GT 09 – Comunidades Tradicionais e Territorialidades. In. 7.º Encontro Anual da ANDHEP – Direitos Humanos, Democracia e Diversidade. 23 a 25 de maio de 2012.
- HARVEY, David. O “novo” imperialismo: acumulação por espoliação. 2004. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/05\\_harvey.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/social/2004pt/05_harvey.pdf)>. Acesso em: 20/10/2015.
- HEDLUND, Alexandre Nicoletti. Políticas Neoliberais e Desenvolvimento Sustentável: um cenário de dificuldades para o Século XXI. 2007. 170 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento) – Departamento de Economia e Contabilidade, de Estudos Agrários, de Estudos de Administração e de Estudos Jurídicos. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ, Ijuí - RS.
- HELLER, Agnes; et al. A Crise dos paradigmas em estudos sociais e os desafios para o século XXI, 1a. reimpressão. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. 267 p.
- HOBBS, Thomas. O Leviatã. Ícone: São Paulo, 2000.
- HOBBSBAWN, Eric. Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 90-112.
- HOMERO, Odisséia. São Paulo: Editora 34, 2013. P205 a 219.
- KNECHTEL, Maria do Rosário. Multiculturalismo. In. Multiculturalismo e Processos Educacionais. Curitiba: IBPEX.2005. p. 43 a 77.
- LEAL, Rogério Gesta. Teoria do Estado: Cidadania e Poder Político na Modernidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001, p. 45-138.
- LEFF, Enrique. Aventuras da epistemologia ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez, 2012.
- LEFF, Enrique. Epistemologia Ambiental. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2002. 240 p.
- LEFF. Epistemologia ambiental. São Paulo: Cortez, 2000. p. 59-107.
- LEFF, Enrique. Racionalidade Ambiental: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LÉVI-STRAUSS, C. Raça e História. In.: Antropologia Estrutural II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1976, p. 328-366.

- LOPES, José Rogério. Processos sociais de exclusão e políticas públicas de enfrentamento da pobreza. Caderno CRH, vol. 21, núm. 53, maio-agosto, 2008, pp. 349-363.
- LUSTOSA, Maria Cecília. Industrialização, Meio Ambiente, Inovação e competitividade. In: MAY, Peter; LUSTOSA, Maria Cecília; VINHA, Valéria da. (orgs). Economia do meio ambiente. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.
- LUSTOZA, Regina Esteves. Uma reflexão sobre a produção do espaço urbano. A: International Conference Virtual City and Territory. "8º Congresso Internacional Ciudad y Territorio Virtual, Rio de Janeiro, 10, 11 y 12 Octubre 2012". Rio de Janeiro: UFRJ, 2012.
- LYON, David. Pós-modernidade. Trad. Euclides Luiz Calloni. São Paulo: Paulus, 1998.
- MACHADO, Dyonelio. Os Ratos. Editora Planeta: São Paulo. 2004.
- MALUF, Renato S.(coord.); ROSA, Teresa da Silva. Mudanças climáticas, desigualdades sociais e populações vulneráveis no Brasil: construindo capacidades. Subprojeto populações. Volume I. Relatório Técnico 5. Maio – 2011.
- MARQUES, Mario Osorio. Conhecimento e Modernidade em reconstrução. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1993, 126 p. (Coleção educação).
- MÁRQUEZ, Gabriel García. Cem anos de solidão. Tradução: Eliane Zagury. 48ª ed. Editora Record: Rio de Janeiro. 1967.
- MEDINA, J. Suma Qamaña: La comprensión indígena de la Buena Vida. La Paz, 2008. <http://www.bivica.org/upload/vida-buena.pdf>
- MENDONÇA, F. A. Aquecimento global e suas manifestações regionais e locais: Alguns indicadores da região Sul. Revista Brasileira de Climatologia, v. 2, p. 71-86, 2007.
- MOLION, Luiz Carlos Baldicero. Desmistificando o aquecimento global. 12p. Disponível em: [http://www.lgmh.ufpe.br/biomol/AGA/molion\\_desmist.pdf](http://www.lgmh.ufpe.br/biomol/AGA/molion_desmist.pdf). Acesso em: 11 set 2014.
- MORIN, Edgar. La epistemología de la complejidad. Gazeta de Antropología N° 20, 2004. Acesso em: [http://www.ugr.es/~pwlac/G20\\_02Edgar\\_Morin.pdf](http://www.ugr.es/~pwlac/G20_02Edgar_Morin.pdf). Disponível: 10 de nov de 2017.
- MORIN, Edgar. Método 6: Ética. Porto Alegre: Sulina, 2005, 222p.
- MORIN, Edgar; WULF, Christoph. Planeta: a aventura desconhecida. São Paulo: Editora UNESP, 2003. 75p.
- O PORTO. (LE HAVRE). Direção: Aki Kaurismäki. Finlândia; Alemanha; França: Pyramide Productions(BEL); Sputnik Films (FIN); Pandora Film (USA); Arte France Cinéma (FRA); ZDF/Arte(FRA), Dist. IMOVISION, 2011. 1 filme (1h33min), Dolby SRD, legenda, color., 35 mm.
- ODUM, Eugene & BARRETT, G.W. Ecossistemas. In: Fundamentos de Ecologia. CENGAGE Learning, 2008.
- ODUM, Eugene P. Ecologia. Guanabara Rio de Janeiro. 1988. P.55-107.
- OJIMA, Ricardo; HOGAN, Daniel Joseph. População, urbanização e ambiente no cenário das mudanças ambientais globais: debates e desafios para a demografia brasileira. Proc. XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2008.
- OLIVEIRA, Izes Regina de.; MILIOLI, Geraldo. Sustentabilidade urbana & ecossistema: relações entre a sociedade, o desenvolvimento e o meio ambiente nos municípios. Curitiba: Juruá, 2014.

- OLIVEIRA, Luísa; CARVALHO, Helena. A precarização do emprego na Europa. Dados, Rio de Janeiro, v.51, n. 3, p. 541-567, 2008. Disponível em < <https://bit.ly/2HhBZOr> >. Acesso em 31 Mar 2018.
- OLIVEIRA, S. A. ; MELLO, E. V. ; PEIXOTO, M. N. O. Zonas de sacrifício e (in)justiça ambiental: construção de espaços marginalizados em Volta Redonda (RJ). In: 8º Encontro Nacional da ANPPAS, 2017, Natal. Anais do 8º Encontro Nacional da ANPPAS. Natal, 2017.
- OXFAM. A distância que nos une: um retrato das desigualdades brasileiras. Oxfam Brasil – São Paulo. 2017. 94 p. Disponível em: <[www.oxfam.org.br](http://www.oxfam.org.br)>. Acesso em 20 de dez de 2017.
- OXFAM. *Privilégios que negam direitos: Desigualdade extrema e captura política na América latina e no Caribe*. 2015. Editora Búho. Santo Domingo - República Dominicana. 209 p.
- PIZARRO, Roberto. La vulnerabilidad social y sus desafíos: una mirada desde América Latina. Publicación de las Naciones Unidas. 2001. Impreso en Naciones Unidas, Santiago de Chile.
- POCHMANN, Márcio; et. al. (orgs.) Atlas da Exclusão Social no Brasil, volume 3: os ricos no Brasil. São Paulo: Cortez, 2004. p. 09-45.
- POCHMANN, Marcio. *Políticas do trabalho e de garantia de renda no capitalismo em mudança: um estudo sobre as experiências da França, da Inglaterra, da Itália e do Brasil desde o segundo pós-guerra aos dias de hoje*. São Paulo: LTr, 1995.
- PORTO, M, F. Complexidade, processos de vulnerabilização e justiça ambiental: Um ensaio de epistemologia política. Revista Crítica de Ciências Sociais, 93, Junho 2011: 31-58.
- PPGMADE/UFPR. Conflitos e (In) Justiça Socioambiental, Resistências, Estratégias e Alternativas de Desenvolvimento. Trabalho acadêmico (módulo interdisciplinar – Oficina IV. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento, UFPR, Curitiba, 2015.
- QUEIROZ, Edileuza; PLÁCIDO, Patricia. A HISTÓRIA AMBIENTAL E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: REFLEXÕES EM ‘ZONAS DE SACRIFÍCIO’ NA BAIXADA FLUMINENSE/RJ. História, Natureza e Espaço - Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF, [S.l.], v. 2, n. 1, jan. 2014. ISSN 2317-8361. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/niesbf/article/view/8770>>. Acesso em: 19 de maio de 2018.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. in. Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula. (orgs). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez. 2010.
- RAMOS RODRIGUEZ, Romina; OVANDO SANTANA, Cristian. La región de Tarapacá: seguridad fronteriza y múltiples de su espacio. Polis, Santiago, v. 15, n. 44, p. 57-81, agosto 2016. Disponible en <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-65682016000200004&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-65682016000200004&lng=es&nrm=iso)>. accedido en 29 marzo 2017. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-65682016000200004>.
- RAYNAUT, Claude. Interdisciplinaridade: mundo contemporâneo, complexidade e desafios à produção e à aplicação de conhecimentos. In.: PHILIPPI Jr.; Arlindo. SILVA NETO, Antonio J. editores. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri – SP: Manole, 2011. p.69-105.
- RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda. Reflexões sobre princípios de uma prática interdisciplinar na pesquisa e no ensino superior. In.: PHILIPPI Jr.; Arlindo. SILVA NETO, Antonio J. editores. Interdisciplinaridade em ciência, tecnologia & inovação. Barueri – SP: Manole, 2011. p.143-208.
- REDCLIFT, M.; WOODGATE, G. De una sociología de la naturaleza a una sociología ambiental. Más allá de la construcción social. Revista Internacional de Sociología (RIS), Madri, n. 19 e 20, p.15-40.jan./ago./1998.

- RIVERO, Oswaldo de. O mito do desenvolvimento: os países inviáveis no século XXI. Trad. de Ricardo Aníbal Rosenbusch. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- ROCHA, Leonel Severo. A problemática jurídica: uma introdução transdisciplinar. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1985.
- RODRIGUEZ, Romina R.; SANTANA, Cristian O.. La región de Tarapacá: seguridad fronteriza y múltiples de su espacio. Polis, Santiago, v. 15, n. 44, p. 57-81, agosto 2016. Disponível em: < <https://bit.ly/2krZWKa> >. Acesso em 29 mar 2017.
- ROMAN, Joel. Autonomia e vulnerabilidade do indivíduo moderno. In: MORIN, Edgar; PRIGOGINE, Ilya et al. A Sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o ceticismo e o dogmatismo. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.
- SACHS, Ignacy. Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SADER, E.; GENTILI, P. (Orgs.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 2000. 148 p.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (org). A globalização e as ciências sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.;
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In.: Santos, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula (orgs.). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. V. I: Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: Revista crítica de Ciências Sociais, nº 63, 2002. Disponível em: [http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia\\_das\\_ausencias\\_RCCS63.pdf](http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/pdfs/Sociologia_das_ausencias_RCCS63.pdf) Acesso em: 23 de mai de 2017.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; Meneses, Maria Paula. (orgs). Epistemologias do Sul. São Paulo: Cortez. 2010.
- SANTOS, Milton. \_\_\_\_\_. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção / Milton Santos. - 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- SANTOS, Milton. A pobreza urbana. 3. Ed. São Paulo: Editora da Universidade e São Paulo, 2009. 136p.
- SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 10 ed. 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. 6.ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 2000.
- SHECAIRA, Sérgio Salomão. Criminologia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.
- SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira. Revista Katálysis, vol. 13, núm. 2, julho-diciembre, 2010.

- SILVA, Eduardo Faria; SANTOS, Anderson Marcos. Democracia, Desenvolvimento humano e multietnicidade no Brasil: da visibilidade formal à invisibilidade material. In.: Revista Argumentum, Marília/SP, V. 18, N. 1, pp. 87-107, Jan.-Abr. 2017.
- SOUZA, Jessé. Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora. 2. Ed. Ver. e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- SOUZA, Jessé. Ralé brasileira: quem é e como vive. Colaboradores André Grillo ... [et al.] — Belo Horizonte : Editora UFMG, 2009.
- SOUZA, Jessé. A Construção Social da Sub-cidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003.
- SOUZA, Roberto Martins de. Da invisibilidade para a existência coletiva: Redefinindo fronteiras étnicas e territoriais mediados pela construção da identidade coletiva de Povos Faxinalenses. In: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2., 2007. UFSC, 2007.
- SPINK, M. J. O estudo empírico das representações sociais. In. SPINK, M. J. (Org.) O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da Psicologia Social. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SPINK, M. J. P.; FREZZA, R. M. Práticas discursivas e produção de sentidos: a perspectiva da Psicologia Social. In: SPINK, M. J. (Org.). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano – aproximações teóricas e metodológicas. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- STANDING, Guy. O precariado: a nova classe perigosa. 1. Ed. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2017.
- STEIN, Ernildo. Epistemologia e crítica da modernidade. 3.ed. Editora Unijui: Ijuí – RS, 2001, 107p.
- STRECK, Lenio L.; MORAIS, José L. Bolzan de. *Ciência Política e Teoria Geral do Estado*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.
- TEIXEIRA, Elenaldo. O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã. 3a. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 223 p.
- THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo ensino-aprendizagem. Revista Brasileira de Educação. v. 13 n. 39 set./dez. 2008, p. 545-598.
- TOURAINÉ, Alain. Crítica da Modernidade. Petrópolis: Vozes, 1994, 431 p.
- TOURAINÉ, Alain. Igualdade e Diversidade: o sujeito democrático. Bauru,SP: EDUSC. 1998.
- TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. p.106.
- TRUMAN, Harry. Discurso de Posse do Presidente Harry Truman dos Estados Unidos da América. 20 de janeiro de 1949. Tradução livre. Acesso em: 13 de ago de 2017. Disponível em:< [https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr\\_archive/inagural20jan1949.htm](https://www.trumanlibrary.org/whistlestop/50yr_archive/inagural20jan1949.htm)>.
- TUAN, Yi-Fu. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.
- TUAN, Yi-Fu. Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1974.
- UNCETA S., K. Desarrollo, subdesarrollo, maldesarrollo y postdesarrollo. Una mirada transdisciplinar sobre el debate y sus implicaciones. 2009.

- VIEIRA, Judith Costa. A desordem da cidade e a desordem no direito: reflexões em torno da noção de cidade para o Direito. *Revista de Políticas Públicas*. São Luis – Ma. Número Especial. P. 291-303. Agosto de 2010.
- VIEIRA, Liszt. *Os Argonautas da Cidadania: a sociedade civil na globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001, 403 p.
- VIGNOLI, Jorge Rodríguez. Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes. Proyecto Regional de Población CELADE-FNUAP. Publicación de las Naciones Unidas. Agosto de 2001. Santiago de Chile. 62 p.
- WACQUANT, Löic. “A estigmatização territorial na idade da marginalidade avançada,” *Sociologia. Problemas e práticas* (Lisboa), 16 (Fall 2006), pp. 27-39.
- WACQUANT, Löic. *Parias urbanos: Marginalidad en la ciudad a comienzos del milênio*. Buenos Aires: Ediciones Manantial. 2001. 204 p.
- WACQUANT, Loïc. Que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Rev. Sociol. Polit.*, Curitiba , n. 23, p. 155-164, Nov. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782004000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 20 de mai de 2018.
- WOLKMER, Antonio Carlos (org.). *Direitos Humanos e Filosofia Jurídica na América Latina*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2004. 385 p.
- ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *A questão criminal*. Rio de Janeiro: Editora revan, 2013.
- ZAOUAL, Hassan. *Globalização e diversidade cultural*. São Paulo: Cortez, 2003.